



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIANA CAMARGO DE AGUIAR

O CAMPO ISE B3:
NARRATIVAS DOCUMENTAIS ANALISADAS À LUZ DA
SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Londrina
2021

JULIANA CAMARGO DE AGUIAR

O CAMPO ISE B3:
NARRATIVAS DOCUMENTAIS ANALISADAS À LUZ DA
SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Dissertação a nível de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

de Aguiar, Juliana Camargo .

O campo ISE B3 : Narrativas documentais analisadas à luz da sociologia bourdieusiana. / Juliana Camargo de Aguiar. - Londrina, 2021.
252 f. : il.

Orientador: Rafael Borim-de-Souza.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Sustentabilidade Organizacional - Tese. 2. Sociologia bourdieusiana - Tese. 3. Índice de Sustentabilidade Empresarial - Tese. 4. Campo - Tese. I. Borim-de-Souza, Rafael . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

JULIANA CAMARGO DE AGUIAR

O CAMPO ISE B3:
NARRATIVAS DOCUMENTAIS ANALISADAS À LUZ DA
SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Dissertação a nível de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Luciano Munck
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr^a. Bárbara Galleli Dias
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 17 de dezembro de 2021.

Dedico este trabalho a todas as pessoas
que enfrentam o conformismo lógico do
mundo como ele é.

AGRADECIMENTOS

Tão importante quanto o que se alcança é como se alcança e, principalmente, com quem se alcança. Essa dissertação foi resultado de muitas mãos que, de forma direta ou indireta, possibilitaram que fosse possível concluí-la e passar por todas as etapas do mestrado.

Agradeço aos meus pais, Gilberto e Tânia, e aos meus irmãos, Eduardo e Gustavo, por serem o meu apoio e amor incondicional. Por me inspirarem e motivarem a ser cada dia uma mulher melhor e mais forte. Por apresentar a educação como um valor e um norte de vida e, especialmente, por me permitir chegar ao nível de mestrado — espaço que menos de 1% da população brasileira teve a oportunidade de chegar.

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza, por todo o conhecimento oferecido, por toda a disponibilidade em apoiar e orientar e pela presença tão singular em minha formação. Agradeço, também, por sempre comprar as minhas causas como se fossem suas. Foi e é protagonista na minha formação como ser humano, como profissional e como pesquisadora. Sou muito grata por ter tido a melhor aula de sustentabilidade com você, ainda na especialização, que permitiram este longo processo de aprendizado que é o mestrado. Obrigada por tudo!

Agradeço aos professores doutores Luciano Munck e Bárbara Galleli, por aceitaram serem banca de qualificação e defesa de mestrado, contribuindo de forma incisiva na construção de minha pesquisa. Muito obrigada!

Agradeço a todos e todas que participam do EOSI, o grupo de pesquisa de qual minha pesquisa foi fruto. Especialmente aos amigos Camilla Atibaia, João Gabriel Dias e Rodrigo Marinello (Nitt) pelos momentos de leitura e de troca de conhecimento, que foram essenciais para que eu pudesse ser a pesquisadora que me tornei. Estendo o agradecimento a todos os amigos e amigas da turma 2019 do PPGA, pela intensos momentos de aprendizado e confraternização nos corredores da UEL.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela oportunidade de ser bolsista durante o período de 12 meses para dedicar às atividades de pesquisa.

Agradeço aos professores, mestres e doutores do Programa de Pós Graduação em Administração da UEL pela resistência, pela dedicação e pelo amor em cada uma das aulas ministradas nos anos de 2019 e 2020. Tenho profunda admiração

e respeito pelo trabalho que exercem.

Agradeço ao amigo e diretor da SL Alimentos, Thomaz Setti, por ter sido a primeira pessoa a manifestar, defender e incentivar a mim e aos demais profissionais da indústria que quiseram prosseguir seus estudos. Sua presença em minha vida foi essencial para que eu pudesse frequentar as aulas e avançar nas etapas do processo, mas, é também essencial para que continue crescendo todos os dias enquanto pessoa. Não só quando envia 60 e-mails com artigos bourdieusianos, mas quando se dedica a compartilhar sua experiência e conhecimento sobre absolutamente tudo. Você é um exemplo e inspiração a todos nós em busca de cultura e de aperfeiçoamento!

Agradeço também às minhas diretoras, Priscila Viegas e Karine Fernandes, e todos os colegas de trabalho da Atlas Governance, por serem compreensão e apoio todos os dias. Não só por entenderem o meu desgaste físico e mental nas intensas rotinas de escrita, mas também por me receberem todos os dias com um sorriso no rosto e o incrível otimismo que a equipe de CS oferece. Foi essencial para que eu pudesse finalizar a pesquisa da melhor forma possível.

Por fim, agradeço todos os meus familiares, amigos e amigas que me ouviram, me apoiaram e, principalmente, me aguentaram ouvir falar sobre pesquisa e Bourdieu durante quase três anos. Sou muito grata pela presença de cada um de vocês em minha vida.

AGUIAR, Juliana Camargo de. **O Campo ISE B3: Narrativas documentais analisadas à luz da sociologia bourdieusiana.** 252 f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de descrever, a partir de orientações estabelecidas pela sociologia bourdieusiana, o ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) como um campo. Para isso, parte-se do pressuposto de que investimentos socialmente responsáveis representam um dos setores que mais cresce no mercado financeiro, sendo o ISE um caso único no contexto latinoamericano. A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável foram apontados como termos com fragilidade conceitual que estão em uma disputa semântica e ideológica em prol dos interesses de grupos específicos. A relação entre ISE e sustentabilidade se justifica à medida que o ISE tem a função de incentivar as práticas organizacionais e legitimá-las enquanto sustentáveis. Dessa forma, o conceito de campo é utilizado como aparato conceitual, relacionalmente apresentado a partir da tríade bourdieusiana composta por campo, *habitus* e capitais. O campo permite a reconstrução das relações objetivas que se dão em um espaço específico com leis próprias de funcionamento, com maior ou menor grau de autonomização em relação ao macrocosmo, permitindo a identificação de estruturas e agentes, propriedades valorizadas no campo e as disposições incorporadas. Com isso, pretende-se obter uma análise reflexiva e relacional que demonstram as principais práticas de sustentabilidade incentivadas pelo campo, bem como seu direcionamento se dá. Para isso, a pesquisa de natureza aplicada se caracterizou como qualitativa descritiva e se utilizou da análise de narrativas a partir dos documentos que são publicados e disponibilizados pelo próprio ISE para acesso ao campo. Como resultado, foi possível identificar três diferentes períodos históricos do ISE, em que possui grandes mudanças em seus objetivos estratégicos e em seus direcionamentos sobre a sustentabilidade. Estruturas e agentes foram mapeados de acordo com os três períodos, demonstrando que a força de algumas estruturas se intensifica ao longo dos 16 anos de existência do ISE. Foram identificados oito principais propriedades valorizadas, compreendidas como capitais: capital econômico, social, cultural, científico, linguístico, tecnológico, do campo e simbólico. Na movimentação entre os capitais e a atuação de agentes e estruturas, identifica-se que o *habitus* do ISE, como as disposições que o campo fornece como engendramento de esquemas práticos para ação, se obtém a partir do incentivo de melhorias incrementais por suas ferramentas e instrumentos de sustentabilidade; da monetização das relações sociais e ambientais; da padronização de práticas e dimensões de sustentabilidade a partir de modelos internacionais; isomorfismo das métricas de sustentabilidade como forma de incentivar padrões de comparação e; uso de tecnologias para coletas de informações e comparações a nível global. Como considerações finais, aponta-se que os princípios do desenvolvimento sustentável que incentivam o *business as usual* estão presentes ao longo da história do ISE B3, que acaba vinculado à ordem internacional de nomeação sobre as práticas de sustentabilidade, demonstrando o forte domínio do mercado financeiro nas relações locais.

Palavras-chave: sociologia bourdieusiana; sustentabilidade organizacional; índice de sustentabilidade empresarial; campo.

AGUIAR, Juliana Camargo de. **The ISE B3 Field: Documentary narratives analyzed in the light of Bourdieusian sociology.** 252 p. dissertation defense of the postgraduate program in administration - state university of londrina, londrina, 2021.

ABSTRACT

This research aims to describe, based on guidelines established by Bourdieusian sociology, the ISE B3 (Corporate Sustainability Index) as a field. For this, it is assumed that socially responsible investments represent one of the fastest growing sectors in the financial market, with the ISE being a unique case in the Latin American context. Sustainability and sustainable development were identified as terms with conceptual fragility that are in a semantic and ideological dispute in favor of the interests of specific groups. The relationship between ISE and sustainability is justified as the ISE has the function of encouraging organizational practices and legitimizing them as sustainable. In this way, the concept of field is used as a conceptual apparatus, relationally presented from the Bourdieusian triad composed of field, habitus and capitals. The field allows the reconstruction of objective relationships that take place in a specific space with its own operating laws, with a greater or lesser degree of autonomy in relation to the macrocosm, allowing the identification of structures and agents, properties valued in the field and incorporated dispositions. With this, it is intended to obtain a reflective and relational analysis that demonstrate the main sustainability practices encouraged by the field, as well as their direction. For this, the research of an applied nature was characterized as descriptive qualitative and used the analysis of narratives from documents that are published and made available by the ISE itself for access to the field. As a result, it was possible to identify three different historical periods of the ISE, in which it has had major changes in its strategic objectives and in its directions on sustainability. Structures and agents were mapped according to the three periods, demonstrating that the strength of some structures intensifies over the 16 years of the ISE's existence. Eight main valued properties were identified, understood as capital: economic, social, cultural, scientific, linguistic, technological, rural and symbolic capital. In the movement between capitals and the performance of agents and structures, it is identified that the ISE habitus, as the provisions that the field provides as engendering practical schemes for action, is obtained from the incentive of incremental improvements by its tools and sustainability instruments; the monetization of social and environmental relationships; the standardization of sustainability practices and dimensions based on international models; isomorphism of sustainability metrics as a way to encourage benchmarks and; use of technologies for global information collection and comparisons. As final considerations, it is pointed out that the principles of sustainable development that encourage business as usual are present throughout the history of ISE B3, which ends up linked to the international order of nomination on sustainability practices, demonstrating the strong dominance of the financial market in local relations.

Keywords: bourdieusian sociology; organizational sustainability; corporate sustainability index; field.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Articulação entre os conceitos de organização, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e investimentos socialmente responsáveis	74
Figura 2 – Representação do campo	75
Figura 3 – Linha do tempo do ISE	104
Figura 4 – Captura de tela da Plataforma Mundo ISE	124
Figura 5 – Captura de tela da Charge de Adaptação às mudanças climáticas.....	125
Figura 6 – Mapeamento de agentes e estruturas.....	179
Figura 7 – <i>Habitus</i> do campo ISE B3	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos índices de sustentabilidade.....	70
Quadro 2 – Operacionalização da análise de narrativas.....	96
Quadro 3 – Quadro Integrativo da contextualização das narrativas do ISE a partir de sua história	147
Quadro 4 – Síntese de estruturas no campo	165
Quadro 5 – Síntese de agentes no campo.....	177
Quadro 6 – Síntese dos capitais do campo	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BDAI	Big Data and Artificial Intelligence
BM&F	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CDP	Carbon Disclosure Project
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CISE	Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DJSI	Dow Jones Sustainability Indexes
ESG	Environment, Social and Governances
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GRI	Global Reporting Initiative
GSIA	Global Sustainable Investment Alliance
IBOVESPA	Índice de Valores da B3
IN	Índice de Negociabilidade
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ONU	Organizações das Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PRI	Principles for Responsible Investment
SASB	Sustainability Accounting Standards Boards
SRI	Socially Responsible Investment
UNGC	United Nations Global Compact
WCED	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	19
1.1.1	Objetivo Geral.....	19
1.1.2	Objetivos Específicos	19
1.2	JUSTIFICATIVA	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA	25
2.1.1	Tríade Conceitual: Campo, <i>Habitus</i> e Capitais.....	31
2.1.2	Tríade Teórica: Ação, Poder e Prática.....	42
2.2	ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE	49
2.2.1	Perspectivas sobre a Crise Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade	53
2.2.2	Sustentabilidade nas organizações	59
2.3	INVESTIMENTOS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS	64
2.4	ARGUMENTO DE PESQUISA: O ISE COMO UM CAMPO À LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA.....	73
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
3.1	O DISCURSO DA PRÁTICA CIENTÍFICA	81
3.2	POSICIONAMENTO ONTO-EPISTEMOLÓGICO.....	85
3.3	PERSPECTIVA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE.....	86
3.4	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	87
3.5	ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	88
3.6	ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS	89
3.7	ACESSANDO INFORMAÇÕES NA REALIDADE	90
3.8	ANALISANDO INFORMAÇÕES.....	92
4	O ISE COMO CAMPO: ANÁLISE DE NARRATIVAS	97
4.1	O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA B3	98
4.2	COMO O ISE ABORDA A SUSTENTABILIDADE AO LONGO DE SUA HISTÓRIA	102
4.2.1	Os primeiros cinco anos do ISE: 2005 a 2010	106

4.2.2	O período que antecede e contempla o aniversário de dez anos do ISE: 2010 a 2016.....	117
4.2.3	O período que antecede e contempla o aniversário de 15 anos do ISE: 2016 a 2021	130
4.3	AGENTES E ESTRUTURAS NO CAMPO	148
4.3.1	Estruturas no campo	149
4.3.2	Agentes no campo.....	166
4.4	CAPITAIS DO CAMPO.....	180
4.5	O HABITUS DO ISE B3	199
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS.....	230
	APÊNDICE A	242
	APÊNDICE B	252

1 INTRODUÇÃO

Enquanto a sustentabilidade tem sido apontada como uma macrotendência há mais de uma década (LUBIN; ESTY, 2010), dados divulgados pelo PRI (Principles for Investments da ONU) e a GSIA (Global Sustainable Investment Alliance) têm demonstrado que o segmentos de Investimentos socialmente responsáveis ou Investimentos sustentáveis cada vez ganham mais relevância no mundo dos negócios (PRINCIPLES FOR INVESTMENTS, 2019; GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE, 2018). Em 2019, movimentou-se cerca de US\$59 trilhões de ativos em 50 diferentes países apenas a partir de signatários do PRI (PRINCIPLES FOR INVESTMENTS, 2019), enquanto observa-se um crescimento de 34% nos investimentos sustentáveis nos cinco principais mercados mundiais entre 2016 e 2018 (GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE, 2018).

As primeiras iniciativas relevantes de Investimentos Socialmente Responsáveis são datadas na década de 1960 e 1970, com o boicote de investimentos às empresas que tinham ligações com armamento para a Guerra do Vietnã ou apoiavam o Apartheid na África do Sul. Apesar disso, os altos níveis de investimentos se iniciam ao final do século XX, ganhando relevância com a incorporação das noções de ESG (Environment, Social and Governance) no início de XXI, seguido de uma série de iniciativas (BECKER; MCVEIGH, 2001; EPSTEIN, 1987; MONZONI, 2010; WARING; LEWER, 2004; HILL, 2020).

Nesse sentido, o século atual é marcado pela mobilização de organizações, empresas e instituições que passam a integrar critérios ambientais e sociais ao de governança. Os fundos de investimentos passam a ser regulados, além de ser possível encontrar uma gama de certificações, ferramentas, instituições e organizações que incentivam as práticas consideradas sustentáveis por meio de sua padronização e métricas de performance (MARCONDES; BACARJI, 2010; ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016; SCHALTEGGER et al. 2014; HILL, 2020). Assim, enquanto fundos e iniciativas são criadas, os índices de sustentabilidade emergem no cenário, amparados nos pilares de ESG como uma maneira de ranquear e compor carteiras teóricas dentro das bolsas de valores para nomear aquelas que obtêm os melhores escores (ORSATO et al., 2014).

No cenário brasileiro, o principal parâmetro de ranqueamento para investimentos socialmente responsáveis é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Introduzido em 2005 — na época, pela Bovespa, atual Brasil, Bolsa, Balcão (B3) — é o quarto índice da categoria criado no contexto internacional. Conforme a B3 declara, o ISE funciona como uma “ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa” (B3, 2020a). A carteira de 2020 a 2021, reúne 46 ações e 40 companhias (B3, 2020c).

A soma dos setores que constam no ISE representa 1,8 trilhão de reais em valor de mercado, sendo 38% do total do valor de mercado das companhias com ações negociadas na B3 no ano de 2021 (B3, 2021e). Em 2010, esse valor era de 730 bilhões de reais em valor de mercado, o que demonstra um aumento expressivo na última década. Segundo a B3, “o ISE B3 destaca-se pelo desempenho histórico acima dos índices apresentados pela B3 e como indutor de boas práticas empresariais” (B3, 2021e, on-line).

Acredita-se que, em primeiro lugar, o ISE surge para responder às demandas e cobranças que o debate acerca do desenvolvimento sustentável colocou ao mercado financeiro. Em segundo lugar, o índice auxilia na reinvenção de um imaginário coletivo sobre quem são esses investidores e qual o papel deles em um momento que tem como pauta o aquecimento global, a racionalização de recursos naturais e o futuro das próximas gerações (MARCONDES; BACARJI, 2010; SARTORE, 2010, 2012a). Conforme aponta Sartore (2010, p. 4), esse movimento vem no sentido de configurar “a transformação do cognitivo brasileiro sobre o mundo das finanças possibilitando o fortalecimento do espaço financeiro”, mas que acompanha uma tendência global sobre os índices de sustentabilidade ao redor do mundo.

Nesse sentido, compreende-se que o ISE tem se tornado uma referência para o mundo financeiro e mercadológico, configurando-se como aquele que exerce um importante papel de estruturação das organizações e agentes que compõem esse mercado brasileiro (SARTORE, 2010, 2012a). Ademais, os agentes que fazem parte dessa engrenagem de funcionamento de uma lógica de mercado baseado na globalização e na mundialização, também influenciam na compreensão e condução da vida social (BOURDIEU, 1998a, 1998b). Assim, a presente pesquisa se situa na lacuna entre compreender como a busca por práticas sustentáveis estão cada

vez mais em evidência pelas organizações, ao mesmo tempo em que a crise ambiental, debatida ao longo da pesquisa, parece não regredir. Compreende-se que há campos e instituições que influenciam na consolidação de como a sustentabilidade é compreendida e colocada em prática (BOURDIEU, 1989, 2004a; DYLLICK; MUFF, 2016; FUCHS, 2017).

Conforme Mebratu (1998) afirma, uma visão global sobre a sustentabilidade foi incentivada a partir da proposta do conceito de desenvolvimento sustentável no relatório de Brundtland (Our Common Future) da World Commission on Environment and Development (WCED) em 1987. Apesar da sua “aclamada imprecisão e ambigüidade” (MEBRATU, 1998, p. 494), o termo passou a se popularizar e ser levado para diversas instâncias, grupos e organizações. Entretanto, o conceito continua a enfrentar, até a atualidade, uma disputa semântica e ideológica, marcada pela incoerência lógica de acordo com os interesses de cada grupo (MEBRATU, 1998; O’CONNOR, 2002). Aproveitando-se disso, há esforços de grupos na tentativa de nomear a sustentabilidade tal qual haja uma homogeneização sobre o entendimento do conceito, fazendo com que a sua própria fragilidade seja utilizada a favor dos privilégios e desejos do mercado (BORIM-DE-SOUZA; SEGATO, 2015; BORIM-DE-SOUZA et al., 2015; BORIM-DE-SOUZA et al., 2020).

O ISE, enquanto um importante representante brasileiro para o mercado financeiro e de investimentos considerados socialmente responsáveis, exerce um papel de nomeação e hierarquização dessas organizações que inserem práticas de sustentabilidade. Nesse sentido, tende a fazê-lo a partir do interesse de um pequeno grupo dominante que fala pelo ISE e que corresponde à uma lógica que também está relacionado ao macrocosmo (BOURDIEU, 1989).

Conforme tem sido observado, a sustentabilidade organizacional está vinculada à uma visão quantitativa de performance e desempenho, muitas vezes ancorada no cumprimento legal ambiental e social. Em outros momentos assume pequenos incentivos internos que se perdem à medida que há incompassos entre os incentivos macro sobre o desenvolvimento sustentável e a sua aplicação em nível micro (DYLLICK; MUFF, 2016; LANDRUM, 2017). Suas medidas de sustentabilidade têm sido alvo de críticas, ao passo que não conseguem fornecer uma natureza holística e integrada sobre os diferentes pilares e fornecem uma visão parcial e irreais sobre os impactos oferecidos pelas práticas em torno da sustentabilidade (HILL, 2020; ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016; SCHALTEGGER et

al. 2014). Além disso, segundo Clementino e Perkins (2020), essas classificações procuram definir, neutralizar e impor estruturas comuns de medição de ESG, porém, que estão longe de serem neutras. Cada agência tende a se diferenciar com suas métricas sustentáveis, buscando vantagens em relação à classificação, o que levanta questões éticas sobre os interesses dos intermediários desse processo (CLEMENTINO; PERKINS, 2020).

Conforme Fuchs (2017) defende, a compreensão da sustentabilidade por um olhar sociológico permite visualizar as incoerências que são relevadas ao propor o conceito, uma vez que este ignora as diferentes realidades de desigualdade social e cultural ao redor do mundo. Nesse sentido, o ISE é escolhido como objeto de estudo, por compreendê-lo como o principal parâmetro de comparação entre o nível de sustentabilidade das principais organizações que tem suas ações negociadas na bolsas de valores no contexto brasileiro. O aprofundamento da questão é necessário, justamente por ser o ambiente onde as questões relacionadas às práticas sustentáveis e os investimentos socialmente responsáveis se desenvolvem e se propagam.

Acredita-se que o apoio na sociologia bourdieusiana para conduzir epistemologicamente, teoricamente e metodologicamente esse trabalho traz potencial para se aprofundar nas relações do ISE sobre a sustentabilidade e garante que uma abordagem inédita seja alcançada. Mas, em primeiro lugar, admite-se que as organizações são compreendidas neste trabalho como socialmente construídas por meio das práticas sociais que as configuram, reconfiguram ou as reproduzem e, portanto, são os meios pelos quais as visões de mundo são compreendidas para orientar a prática e a ação social de suas próprias construções, sendo o ISE um caso único, que orienta práticas sustentáveis em prol de investimentos responsáveis (BOURDIEU, 2004a, 2008a, 2009).

A proposta de campo, orientada pela sociologia bourdieusiana, é um aparato conceitual que “de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa” (BOURDIEU, 1989, p. 27). O objetivo da utilização do campo é ir além, propondo que o ISE seja desvelado em suas relações sociais, de poder, de lutas e de forças as quais são exercidas nesse recorte com leis específicas de funcionamento, que estão sujeitas à pressões do espaço social em maior ou menor grau. Essas interpretações, auxiliam a compreender propriedades valorizadas, autoridades e agentes relevantes, relações de hierarquias,

entre outros aspectos baseados no seu estudo prático (BOURDIEU, 1983, 1989, 2004a, 2004b).

Assim, compreende-se que o campo tende a exercer o papel de construção das relações objetivas para lembrar que o objeto em questão nunca está isolado, sendo que as propriedades são retiradas desse conjunto de relações no qual estão imersas, no caso, um cenário mais abrangente de investimentos e do mercado financeiro (BOURDIEU, 1989). A proposta consiste na construção e conquista do objeto de pesquisa ao delimitar no espaço social o que será pesquisado, para caracterizar o trabalho de Bourdieu enquanto uma microssociologia, pautada da investigação de um espaço de relações e regras específicas, de maneira a trazer contribuições aprofundadas e qualitativas (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2009).

Cabe ressaltar que toda análise bourdieusiana é reflexiva e relacional e, portanto, o conceito de campo se faz possível à medida que passa a ser considerado em seu conjunto de relações travadas também por capitais e o habitus, que compõem o que é chamado de tríade bourdieusiana, e estão contidos nos objetivos específicos da pesquisa (BOURDIEU, 1989, 2004a; DOBBIN, 2008; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; WACQUANT, 1992). O habitus confere a capacidade de agência e improvisação aos indivíduos, assim como propicia novas compreensões à tradição estruturalista. É ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas” (BOURDIEU, 2004a, p. 158).

O habitus e o campo são intrínsecos, sendo que um tende a configurar o outro, enquanto os capitais são as propriedades que estabelecem o caráter hierarquizado do campo (BOURDIEU, 1989, 2004a, 2004b). Ele estabelece a movimentação e a posição de seus agentes, ou seja, os poderes sociais que, conforme investidos em grupos e agentes, conferem a eles uma determinada relevância e influência no campo que define a sua força de dominação nesse espaço. Assim, agentes e estruturas passam a incorporar disposições para a apreciação e construção da realidade dentro desse espaço, estabelecendo esquemas práticos para ação (BOURDIEU, 2004a).

As contribuições almejadas para esse trabalho, consistem em observar uma realidade empírica, a partir de uma análise sociológica que sustente explicações e aprofundamentos sobre as leis de funcionamento do ISE e, como este, relaciona as organizações e a sustentabilidade, temas centrais para a pesquisa.

Dessa forma, elenca-se como problema de pesquisa: **“Como descrever o ISE, enquanto um campo, a partir de orientações estabelecidas pela sociologia bourdieusiana?”**

Para responder a esse problema, as respostas são obtidas por meio de duas fases: a articulação teórica entre sustentabilidade nas organizações e investimentos socialmente responsáveis; seguido da análise do campo ISE B3 apoiado na sociologia bourdieusiana. Optou-se por realizar uma pesquisa de natureza aplicada, abordagem qualitativa e descritiva, se utilizando dos documentos publicados e divulgados pelo ISE B3 para acessá-lo e descrevê-lo enquanto um campo. O recorte realizado são obtidos pela coleta de dados em documentos entre os anos de 2005 a julho de 2021. Apoiar-se na análise de narrativas, orientada pela sociologia bourdieusiana para alcançar os objetivos propostos.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever, a partir de orientações estabelecidas pela sociologia bourdieusiana, o ISE como um campo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar as narrativas do ISE sobre sustentabilidade, a partir de sua história;
- Mapear agentes e estruturas que compõem o campo em questão;
- Distinguir os capitais do campo em debate;
- Compreender o *habitus* do ISE.

1.2 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa almeja alcançar três diferentes contribuições no âmbito acadêmico, no âmbito profissional e no âmbito no âmbito social. A primeira

contribuição surge pelo ineditismo em estudar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 em seu contexto de investimentos socialmente responsáveis pela abordagem da sociologia bourdieusiana, estabelecendo novas articulações e associações teóricas. A segunda contribuição consiste em propor reflexões e contribuições empíricas para a administração e os estudos organizacionais. Por último, a pesquisa propõe uma reflexão sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável em relação à orientação das práticas organizacionais em um recorte microsociológico.

Em uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2021, a nível internacional no Web of Science, utilizando os termos “Corporate sustainability index” foram encontrados 348 resultados nas categorias de *business* e *management*. Entretanto, nenhum deles se utilizou da orientação bourdieusiana quando aplicado o filtro com um novo tópico (“Bourdieu”). Ao analisar os dados obtidos, observou-se que a temática de índice sustentável está crescente desde 2007 (3 publicações), atingindo seu pico em 2020 com 67 publicações no ano — o que permite intuir que esse é um assunto que ganha espaço e se torna interesse de estudo à medida que ganha destaque e amadurece.

A nível nacional, na biblioteca eletrônica Spell, não foi encontrada nenhuma publicação que relaciona os termos ISE e Bourdieu na palavra-chave ou resumo. Filtrando apenas por “ISE” na palavra-chave de trabalhos em administração, foram encontrados 14 trabalhos, dentre os quais ao menos 10 tiveram abordagem quantitativa e buscaram relacionar desempenho econômico, retorno e risco financeiro, valor de mercado e custo de capital. Daqueles que tiveram abordagem qualitativa, a preocupação consistiu em compreender o retorno do ponto de vista de mercado, investigando se o índice vincula uma melhor imagem à organização ou propicia melhores negociações, por exemplo, para melhorar a possibilidade de exportações e negociações internacionais. Apenas um artigo buscou compreender a transparência na divulgação de dados nos relatórios no período de 2009 (RIBEIRO; SOUZA; GOMES, 2014) e outro investigou o perfil das empresas participantes (EIDT; COLTRE, 2018).

Ao consultar o Catálogo de Teses e Dissertações e Biblioteca de Teses e Dissertações, foram encontradas 37 dissertações de mestrado em Administração, que tinham o ISE como palavra-chave. Entretanto, não foi possível relacionar nenhuma delas com a teoria bourdieusiana, sendo que a maioria teve como

abordagem observar influências e impactos financeiros ou econômicos a partir do ISE, assim como a tendência apresentada nos artigos publicados. Apenas uma dissertação se ateve ao discurso de sustentabilidade a partir da teoria de Giddens, que compreende a sustentabilidade por um viés ideológico (LARA, 2015), cujo trabalho se vincula a um artigo publicado no Caderno Ebape (LARA; OLIVEIRA, 2017).

Por outro lado, encontram-se algumas publicações que já se utilizam da perspectiva bourdieusiana para estudar a sustentabilidade. Foi possível localizar, a nível internacional pelo Web of Science, onze artigos nas áreas de Business e Management que tratam da sustentabilidade se apoiando em conceitos da sociologia de Bourdieu. A abordagem, apesar de não ser nova, tem demonstrado um número de publicações crescente, cerca de 40% dessas publicações são de 2020 e 2021.

Dentre aquelas publicações que podem servir de apoio para a pesquisa que se segue, está o trabalho de Kapler; Upham e Brundel (2020). Os autores combinam aspectos fenomenológicos e conceitos bourdieusianos, como capital social e prática, com o objetivo de identificar perspectivas que perpassam o econômico na análise de crescimento das empresas e seu nível de sustentabilidade. Nessa pesquisa, a teoria bourdieusiana tem como intuito demonstrar como normas coletivas são incorporadas para gerar bem-estar individual e, assim, diferenciam as características de empreendimentos sustentáveis daqueles tradicionais a partir de um grupo de empresários finlandeses.

Uma segunda publicação analisa relatórios de sustentabilidade no contexto árabe, se utilizando dos conceitos de *habitus* e campo, ilustram como as práticas e os relatórios de sustentabilidade são construídos. Como originalidade e contribuições, este trabalho demonstra como o *habitus* organizacional em torno da sustentabilidade é construído na interação com o mercado árabe local e global (VON ALBERTI-ALHTAYBAT; ALHATABAT; AL-HTAYBAT, 2020). Já publicação de Beasy (2020), utiliza a tríade bourdieusiana para compreender como é o engajamento pessoal com o discurso de sustentabilidade em diferentes locais. Como contribuição, sua pesquisa fornece percepções sobre como ambientalistas e formuladores de políticas podem orientar os discursos atuais de sustentabilidade de maneira a refletir experiências e contextos sociais específicos.

Em um quarto artigo, os conceitos de *habitus*, campo e capitais são aplicados a nível organizacional para compreender como cientistas e engenheiros de pesquisa e desenvolvimento podem contribuir ativamente em iniciativas sustentáveis.

A partir dessa abordagem, os autores fornecem insights empíricos sobre como a configuração do *habitus* se faz relevante para as adaptações exigidas nesse cenário (HOANG; CUONG; NAM; GIANG, 2020).

Além dessas publicações, o próprio EOSI (Grupo de Estudos Organizacionais de Sustentabilidade e Internacionalização) do PPGA-UEL, já desenvolveu dissertações e pesquisas que buscam relacionar organizações; sustentabilidade e sociologia bourdieusiana. Dentre elas, uma publicação de Borim-de-souza et al. (2020), utilizada no referencial, que aprofunda a compreensão do campo de conhecimento entre as organizações e a sustentabilidade. O estudo é bibliométrico, seguido de uma base qualitativa que se debruça no conceito de Bourdieu para entender esse campo do conhecimento a partir de suas representações discursivas dominantes e relações.

Como é possível notar, em todas elas, encontram-se (1) a intenção de compreender aspectos que perpassam o viés econômico; (2) compreender de que maneira aspectos culturais são incorporados individualmente a partir de um contexto mais amplo, social ou coletivo, cujo recorte pode-se chamar de campo; (3) e obter insights empíricos a partir de uma análise que considera a prática como antecedente à ação social. Nesse sentido, a presente pesquisa segue uma mesma linha, buscando compreender o ambiente de negociações do ISE como um campo, ao qual seus elementos incorporam e interagem a partir da ideia de sustentabilidade e investimentos socialmente responsáveis, negociados entre esses agentes e estruturas em posições diferentes.

Dessa forma, acredita-se que, ao aplicar uma análise reflexiva e relacional para descrever o ISE enquanto um campo, pode-se compreender em profundidade interesses não declarados, assim como atores relevantes que auxiliam em uma disputa semântica e ideológica para dizer como a sustentabilidade deve ser praticada no contexto organizacional (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010; O'CONNOR, 2002; MEBRATU, 1998). Este aspecto, é o que propicia à pesquisa em administração e estudos organizacionais uma faceta menos ingênua sobre as relações no ambiente das organizações ao quais estão permeadas por poder, por lutas e por forças. Ou seja, são ambientes que estão sujeitos à hierarquias, a necessidade de recursos e propriedade específicas de negociação e também ao cumprimento de uma agenda que tende a responder interesses de grupos particulares.

Além disso, a escolha da sociologia bourdieusiana se dá justamente por compreender que ela fornece o aparato teórico necessário para romper com o senso comum, ou seja, ir além daquilo que está aparente e explícito, garantindo que uma nova lente seja utilizada para transformar um recorte social em fato científico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010; BOURDIEU 1989). Assim, espera-se que o trabalho contribua para novos olhares sobre o ISE e as relações que são estabelecidas nesse espaço social.

Vale a pena ressaltar que não apenas as organizações listadas no ISE são inspiradas pela metodologia, ou seja, não apenas os participantes do campo do ISE são afetados por essa nomeação. Acredita-se que "essas práticas – que constroem uma nova linguagem financeira e são aceitas no campo global de poder – podem constituir um dos caminhos para recompô-lo" (SARTORE, 2012a, p.170). Dessa forma, as práticas de sustentabilidade passam a ser reproduzidas também por aqueles que querem entrar no campo, se tornando inspiração para um série de organizações que almejam chegar ao ambiente de investimentos. Nesse sentido, o trabalho se propõe não apenas a trazer contribuições para academia e para a profissão do administrador ao propor um rompimento epistemológico com as correntes mais tradicionais da área de estudo, como também tem caráter social, devido à forma que as organizações influenciam a sociedade ao construir esquemas práticos e efetivar a ação que constrói a própria sociedade.

A partir da revisão sobre crise ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, espera-se que uma reflexão seja realizada sobre os esforços e interesses empregados ao disseminar esses conceitos. Abordá-los em contexto organizacional, onde as ações tendem a acontecer de maneira micro, permite a identificação de um viés que está preso ao desempenho e à performance, sem necessariamente contribuir para uma mudança de paradigma sobre a incorporação da sustentabilidade nas organizações. Assim, acredita-se que esse movimento contribui para a criação de uma nova faceta do mercado e um novo cognitivo para o *business as usual*. A consequência esperada é a manutenção das estruturas de desigualdades sociais e econômicas que desafiam a proposta de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista ecológico, se vê uma degradação cada vez maior (BANERJEE, 2003; MEBRATU, 1998).

Conforme Pierre Bourdieu deixa como lição, todo trabalho oriundo das ciências sociais é um trabalho político, ou seja, é impossibilitado de ser neutro. O que

se espera com uma abordagem sociológica na pesquisa que se segue é que sejam reconhecidas estruturas sociais e seus mecanismos lógicos de reprodução e transformação, garantindo que novas percepções sejam incorporadas (WACQUANT, 1992). Nesse sentido, visualiza-se contribuições para o campo da administração ao adotar esse olhar, uma vez que, sendo um campo aplicado, contribui para a construção e compreensão dos espaços sociais, assim como a orientação da sustentabilidade nas organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como intuito apresentar os tópicos teóricos que são utilizados neste trabalho, baseados em: Campo, Organizações, Sustentabilidade e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A partir da compreensão do caráter relacional da teoria bourdieusiana, se faz necessário explorar para além do conceito de campo. Dentre as grandes contribuições encontradas nas teorias de Pierre Bourdieu, destaca-se sua tríade conceitual, composta por campo, *habitus* e capitais, bem como os desdobramentos que os conceitos permitem, resultando na teoria do poder, teoria da prática e teoria da ação social, que são apresentadas e discutidas no primeiro item do capítulo.

Em seguida, abordam-se as interpretações de organizações, crise ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que são discussões cabíveis para o trabalho, na tentativa de demonstrar como esses conceitos se entrelaçam e se moldam, sendo objeto de atenção para os estudos organizacionais no que compreende a condução da vida em sociedade, bem como o recorte específico desse trabalho. Para isso, o contexto neoliberal é apontado como uma característica que configura e organiza esse espaço social em que o campo e as organizações estão imersos, respondendo à uma lógica específica que capta a sustentabilidade e a coloca a seu favor.

No terceiro tópico apresentam-se os investimentos socialmente responsáveis e principais iniciativas. Compreende-se que os índices vão além de sua função de orientar investimentos, como também exercem a capacidade de legitimação daquilo que é compreendido como sustentável para o mercado financeiro ao ranquear um conjunto de organizações. O ISE é o principal parâmetro de RSI no cenário nacional.

Por último, foi elaborado um tópico para discorrer sobre o argumento da pesquisa, relacionando os tópicos anteriores ao descrever o ISE enquanto um campo a partir da sociologia bourdieusiana.

2.1 SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

As verdadeiras revoluções simbólicas são, sem dúvida, aquelas que, mais do que o conformismo moral, enfrentam o conformismo lógico, desencadeando

a repressão impiedosa que suscita tal atentado contra a integridade mental (BOURDIEU, 2008a, p. 93).

A ciência social, tal como ela é concebida por Pierre Bourdieu, tem como premissa o progresso do conhecimento das condições do conhecimento ou, em outros termos, propõe que se retorne aos próprios objetos para compreender os processos de produção e reprodução do conhecimento para identificar seus entraves, suas origens e as relações que os influenciam (BOURDIEU, 2008a, 2009). Pode-se compreender que suas teorias são uma tentativa de dissolver a lacuna que separa teoria e empiria ao combinar as possibilidades de analisar como aspectos subjetivos e objetivos se entrelaçam e se moldam, estabelecendo ordenações simbólicas que orientam a maneira como se dá a ação social dentro de um determinado espaço e tempo.

Os conceitos de *habitus*, campo e capitais demonstram que é na relação entre esses elementos que estruturas estruturantes e estruturas estruturadas constroem, orientam e perpetuam determinadas realidades sociais a partir da prática e da ação. Nesse ponto, Bourdieu garante um grande salto metodológico, propondo novas maneiras de compreender as estruturas, o que lhe confere novas incorporações em relação à visão estruturalista ortodoxa e confere ao indivíduo uma determinada capacidade de improvisação nesse espaço (BOURDIEU, 2008a, 2009; POSTONE; LIPUMA; CALHOUN, 1993).

Por esse viés, as transformações simbólicas são aquelas que acontecem pela capacidade de revelar como operam esses sistemas simbólicos dentro de um universo particular que, a partir da identificação de jogos de poder, instituem a lógica não tão lógica que preconiza a realidade social e as ações que a concebe (BOURDIEU, 2008a, 2009). Além de fornecer o aparato teórico para a reflexividade das condições de produção do próprio espaço social para desvelar os mecanismos lógicos que o conduz, a sociologia bourdieusiana oferece também o potencial para rompimentos e transformações na maneira que a realidade social é compreendida e interpretada.

Para isso, se faz necessário compreender que, se Pierre Bourdieu marcou a academia com suas contribuições à sociologia, foi por sua capacidade de inovar e propor uma nova maneira de pensar e de analisar a realidade como ela é ou, ainda, como parecer ser. Alguns autores e pesquisadores (BROADY, 1996; WACQUANT, 1992, 2002) destacam que a obra de Bourdieu foi em grande parte não

compreendida ou até negligenciada, fadada a cair em um grande reducionismo. Muitas vezes seus escritos foram compreendidos como conceitos gerais e abstratos teóricos sobre a sociedade, sem de fato, ser reconhecido como um trabalho que apoia na investigação da prática e da ação social como conceitos organizadores da pesquisa social, capaz de superar dicotomias entre aspectos objetivos e subjetivos, cultural e social, estrutural e prático (POSTONE; LIPUMA; COLHOUN, 1993). Portanto, configura teorias de grande relevância para a administração e estudos organizacionais, ao qual este trabalho permite explorar.

Muito além de teorias sobre as condições sociais, Pierre Bourdieu discute novas possibilidades e limites para a sociologia ou, ainda, uma nova epistemologia (BROADY, 1996). Isso foi possibilitado pelas rupturas com as ontologias tradicionais que entendem o mundo social como fixo ou imutável. Bourdieu (2004a) se definiu como ora estruturalista-construtivista e ora construtivista-estruturalista, conforme abaixo:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de habitus e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 2004a, p. 149).

Nesse sentido, suas teorias perpassam o subjetivismo e o objetivismo superando essa diferença da teoria clássica que se seguia na filosofia e nas ciências sociais. Por objetivismo busca explicar o pensamento e a ação social em termos materiais e condições econômicas, enquanto pelo subjetivismo desvela ordenações e construção simbólicas e experiências do indivíduo (POSTONE; LIPUMA; COLHOUN, 1993). Apesar de se apoiar na sociologia de Durkheim e Weber, também teve grandes influências da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e do existencialismo de Sartre, ao qual pode lhe conferir um novo entendimento de como as estruturas sociais se estabelecem por meio da subjetividade, e da história incorporada e reificada a partir da experiência individual no meio social (BOURDIEU, 2004a; BROADY, 1996; WACQUANT, 1992, 2002).

Suas influências permitiram também novas noções do que seja a racionalidade e a ação social. Como lembra Wacquant (2002), a racionalidade para Bourdieu é plenamente compatível ao historicismo, o qual confere à sociologia uma

missão social da prática. “O universo social é o lugar de uma luta para saber o que é o mundo social” (BOURDIEU, 2004a, p. 116), por esse viés, a verdade e a realidade social se tornam conceitos vazios de sentido se não colocados em um contexto ou ponto de vista nos quais são resultantes de uma construção social e histórica. Essa reflexividade proposta nas obras de Bourdieu (WACQUANT, 1992) discorre sobre a ação de pensar e questionar categorias estruturantes de pensamento, que delimitam o modo de criar o mundo e agir nesse universo, levando a sociologia para um outro patamar de possibilidades:

[...] a sociologia é um instrumento de auto-análise extremamente poderoso que permite a cada um compreender melhor o que é, dando-lhe uma compreensão de suas próprias condições sociais de produção e da posição que ocupa no mundo social (BOURDIEU, 2004a, p.118).

O caráter reflexivo é parte essencial para a criação de uma teoria crítica da sociedade pois propõe que um novo alvo seja alcançado: o inconsciente social e intelectual que está por trás das operações e ferramentas (WACQUANT, 1992). Portanto, a reflexividade aplicada à sociologia tem como intuito desvelar aquilo que leva à ação social e as relações objetivas, responsáveis pela reprodução, manutenção e ressignificação das estruturas sociais. Em poucos termos, pode-se dizer que a reflexividade é parte da propriedade constituinte da ação social e isso é um dos pontos altos do trabalho desenvolvido por Bourdieu (WACQUANT, 1992). Wacquant (1992, p. 40) acrescenta que:

[...] a epistemologia reflexiva convida os intelectuais a reorganizar e trabalhar para neutralizar os específicos determinismos aos quais os mais íntimos pensamentos estão sujeitos e isso informa a concepção da construção do desenho de sua teoria que fortalece as amarras epistemológicas.

A ciência social se constitui como reflexiva no sentido de que o conhecimento gerado é injetado de volta na realidade que descreve, permitindo sua compreensão e sua própria alteração e, por essa razão, a reflexividade é parte da sociologia para Bourdieu, sendo um requisito geral de sua composição e posicionamento epistemológico.

Assim, orientada para a ação social, a sociologia bourdieusiana pode ser também compreendida como pragmática e praxiológica (WACQUANT, 1992). Pragmática uma vez que é baseada em uma ação objetivada realizada por meio de agentes e estruturas que estão em um determinado espaço. Ao observar a ação de indivíduos, na tentativa de compreender como eles se dão por meio da incorporação e reificação dos elementos históricos, propõe uma imersão na subjetividade — que só pode ser acessada a partir do momento em que é externalizada. Esse processo

configura esquemas práticos para a ação, tornando esses elementos ações objetivadas por meio do seu caráter histórico. Essa relação é também o que caracteriza a sociologia, a partir da abordagem de Bourdieu, como praxiológica (BOURDIEU, 2004a; WACQUANT, 1992).

É possível retirar duas grandes lições da sociologia bourdiesiana (WACQUANT, 1992; BROADY, 1996). A primeira delas, ao destacar que o mundo social é passível de reproduções, construções e transformações históricas, Bourdieu confere esse papel à sociologia de desnaturalizar o que é o mundo social, ou seja, destituir mitos que exercem o papel de poder e de dominação. Ao compreender os elementos que estão no campo, os capitais que são investidos e movimentados a favor do sentido do jogo, e as estruturas, os estruturantes são identificados de maneira a conferir nova capacidade de agência. Isso confere também a possibilidade de novas construções e ressignificações do mundo social, uma vez que estruturas sociais são aquilo que exercem o papel de compreensão da realidade e condução da ação social:

[...] as estruturas objetivas que a ciência apreende sob forma de probabilidades de acesso aos bens, serviços e aos poderes, inculcam por meio das experiências sempre convergentes que atribuem sua fisionomia a um entorno social, com suas carreiras “fechadas”, seus “lugares” inacessíveis ou seus “horizontes obstruídos, essa espécie de “arte de estimar verossimilhanças”, como dizia Leibniz, ou seja, de antecipar o porvir objetivo, sentido da realidade ou das realidades que é, sem dúvida, o princípio mais bem guardado de sua eficácia” (BOURDIEU, 2009, p. 99).

Assim, por meio da prática e das relações objetivas, é possível acessar o que está além das reificações históricas de um determinado recorte.

A segunda lição obtida em seus escritos é a impossibilidade da sociologia de ser neutra. O interesse é anterior a qualquer campo, o mesmo acontece no campo das ciências e da sociologia. A sociologia é política e é também por meio dela que se confere a agência seu caráter institucionalizado, ou seja, a capacidade do agente exercer manipulações simbólicas, alterando estruturas de percepção e princípios de construção da realidade (BOURDIEU, 2004a).

Como Bourdieu (2008a) acredita, não é possível captar a lógica mais profunda do mundo. Entretanto, é possível mergulhar em determinadas particularidades de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, onde os espaços sociais são resultados de uma história coletiva. O objetivo aqui é captar estruturas e mecanismos que escapam ao olhar nu na construção e reprodução do ISE, ao qual defende-se ser um campo.

Para perpassar uma leitura substancialista desses espaços, ou seja, daquele que compreende as ações em si, é necessário adotar um pensamento relacional — aquele que observa a relação entre as diferentes propriedades nesse espaço e, em especial, para a posição de onde se observa, tendo o conceito de campo como central para que uma análise relacional seja possível (POSTONE; LIPUMA; COLHOUN, 1993). Ao propor o aspecto relacional como instrumento de pesquisa, o que se obtém é uma relativização do objeto que se estuda a partir de um duplo investimento: primeiro, ao investigar objetos culturais e sociais, há uma construção para valorizar as práticas de grupos sociais que se apoiam na apropriação desses objetos; em segundo, é possível situar o ato de criação também por um olhar individual e particular dentro do campo ou mercado em que está inserido a partir da compreensão de sua produção simbólica (BOURDIEU, 1989). Portanto, o que se espera do seu aspecto relacional, é uma análise “das posições relativas e das relações objetivas entre essas posições” (BOUDIEU, 2004a, p. 153) que tendem a estabelecer e manter esse campo, ainda que de maneira dinâmica.

Com base nisso, o objetivo geral proposto, de descrever o ISE enquanto campo, se apoia no potencial da teoria de compreendê-lo não apenas como um recorte de espaço social, mas também como um campo que existe, é configurado e mantido a partir das relações de poder que envolvem a lógica de sua manutenção, sustentada por discursos e crenças que estão presentes como interesses naturalizados, ou ainda, universalizados. Em outras palavras, permite ver aquilo que está por trás do interesse declarado, o que pode levantar a alguns desdobramentos de como o ISE influencia, orienta ou demanda dos agentes nesse cenário.

Dado ao seu caráter relacional, dificilmente os conceitos de Bourdieu poderão ser compreendidos isoladamente. A maior parte deles coexiste em um sistema complexo no qual perpassam relações dialéticas quase que simultaneamente, moldando o espaço social e os sujeitos que neles se inserem, muitas vezes assumindo o caráter de agência enquanto estruturas estruturadas ou, ainda, estruturantes que compõem o espaço social analisado. Nesse sentido, após a apresentação de premissas básicas para uma boa leitura da sociologia bourdieusiana, o próximo item se destina a compreender o conceito de campo, bem como a sua relação com a tríade conceitual, capaz de revelar o seu potencial enquanto aparato teórico.

2.1.1 Tríade Conceitual: Campo, *Habitus* e Capitais

Campo é um conceito central na sociologia boudieusiana porque é o que permite a realização de uma análise relacional, sendo articulado a partir dos conceitos de *habitus* e capitais e, portanto, foram apresentados de maneira conjunta nessa seção. Esses três conceitos formam, o que é intitulado por teóricos e pensadores como tríade conceitual (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; VAUGHAN, 2008).

Para que se conceba a ideia de campo, o autor propõe que se pense na realidade como um espaço social, a qual é representada por forças ou poderes, agentes e grupos que ocupam posições relativas nesse universo de relações objetivas. Ainda nesse universo, existem espaços onde agentes e instituições se movimentam com leis sociais próprias e particulares com maneiras específicas de organizações e, portanto, para além da relação entre texto e contexto ou entre dois pólos, existe um universo particular, o qual pode ser entendido como um campo: “A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004b, p. 20).

À medida que possuem propriedades tão específicas, também são dotados de mecanismos universais de funcionamento, ou seja, diferentemente sobre o assunto em que se organizam, é possível identificar propriedades atuantes em comum que organizam esses campos (BOURDIEU, 2004b). Por exemplo, quando se imagina a existência de um campo político, de um campo jurídico, de um campo intelectual e assim por diante, é possível notar que todos eles possuem em comum uma determinada hierarquização. Se organizam em torno de um objeto de disputa, onde estão indivíduos capazes de disputar esse jogo, que passam a ser dotadas de um *habitus*, reconhecendo e fornecendo leis para participar das disputas. Todos que são admitidos nesse campo, se sujeitam a aceitar essas regras pelo simples fato de aceitar participar do jogo, o qual gera uma predisposição para a reprodução do jogo, do campo e da crença que estão sendo disputados. Nesse sentido, a lógica de funcionamento comum em torno dos campos leva a um conhecimento dos mecanismos universais que compõem os campos, os quais, Bourdieu fornece o aparato necessário para compreender (BOURDIEU, 2004b).

O conceito de campo é introduzido como um recorte metodológico para análise micro de espaços específicos (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2009;

EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; VAUGHAN, 2008). Por esse viés, compreende-se a proposta de Bourdieu como uma microssociologia, porque entende que a realidade social é demasiada complexa para ser compreendida em sua totalidade a partir de análises macro. Para isso, a noção de campo é apresentada quase como uma forma de identificar uma dinâmica específica dentro do espaço social (BOURDIEU, 2004a, 2004b; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; VAUGHAN, 2008).

Pode-se definir os campos como espaços de relações objetivas e específicas, configuradas entre estruturas e agentes, sendo também permeadas por sistemas simbólicos de significados e significações (BOURDIEU, 2009). Quando Bourdieu fala em agentes, contestando o termo “sujeitos”, o faz porque considera que “a ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra” (BOURDIEU, 2004a, p. 21), assim, agentes são os participantes de um campo no qual detêm a capacidade de improvisação por meio da ação social de acordo com a posição relativa que ocupam no campo. Os agentes, por meio do *habitus* e das práticas sociais, tendem a manter ou movimentar as estruturas objetivas e estruturas mentais, produto da incorporação das estruturas sociais e, conseqüentemente, da história que formata o campo (BOURDIEU, 2004a, 2009). Nesse sentido, há o entendimento de quando se aplica a análise relacional para a compreensão do campo, é necessário considerar de onde se fala e de onde se analisa, fazendo com que a interpretação dos participantes e elementos que estão em um campo, ora possam ser compreendidos como agentes, ora como estruturas.

Na presente pesquisa, defende-se que um desses campos seja o ISE, o qual faz parte de um universo maior e mercadológico, conduzido por uma lógica econômica capitalista que passa a se organizar em torno da sustentabilidade como um valor ou ainda, um discurso compartilhado pela tentativa de reconhecimento de práticas e ações organizacionais sustentáveis. Assim, ainda se faz necessário destacar que todo campo, enquanto uma representação de um microcosmo, jamais escapa às imposições do macrocosmo, sendo caracterizado por um determinado grau de autonomia, geralmente parcial e que está ligado a sua capacidade de refração da influência externa no seu interior (BOURDIEU, 2004b).

Assim, campos tendem a responder tendências que estão presentes no macrocosmo, além de ter relações de interdependências com esse espaço e demais campos. Passam por processos de autonomização e de diferenciação no espaço social à medida que conseguem refratar as imposições externas que chegam

ao campo. Pode-se dizer que o processo de autonomização acontece por meio de “mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004b, p. 21). Já a diferenciação de um campo só acontece quando existem questionamentos da ordem vigente, na tentativa de subversão do poder e da hierarquização, ao qual tende a trazer novos elementos simbólicos para a ordem do campo que se diferenciam daqueles presentes no mundo social (BOURDIEU, 1989, 2004b).

Partindo-se do pressuposto que todo campo se configura ao redor de um tema polêmico, que desperte o interesse de estruturas e agentes em jogar o jogo de possibilidades dentro deste recorte, pode-se afirmar que todo campo se comporta como um campo de poder, um campo social, um campo de forças e um campo de lutas (BOURDIEU, 1983, 1989, 2004a; 2004b; BOURDIEU; PASSERON, 1992; WACQUANT, 1992).

O interesse pressupõe a existência de uma disputa que organiza esse campo e o configura, inicialmente, enquanto campo de poder. Assim, o interesse é a premissa básica para existência de um campo, tornando todas as relações que se obtém nesse espaço interessadas, o que dá fôlego para a manutenção do campo situado em um dado momento da história, e que possui um conjunto de instituições historicamente definidas (BOURDIEU, 2004a). Como o próprio autor relembra: “ eu diria que há tantos interesses quanto campos, enquanto espaços de jogo historicamente constituídos, com suas instituições específicas e suas leis próprias de funcionamento” (BOURDIEU, 2004a, p. 126).

Esse entendimento se dá a partir da ideia de que os agentes e estruturas realizam um investimento que mantém o jogo, “qualquer que seja ele, que é a condição de entrada nesse jogo e que é ao mesmo tempo criado e reforçado pelo jogo” (BOURDIEU, 2004a, p. 65). Para Bourdieu, esse jogo é formatado a partir de um conjunto de pessoas, que “participa de uma atividade regrada, uma atividade que, sem ser necessariamente produto da obediência à regra, obedece a certas regularidades” (BOURDIEU, 2004a, p. 79). Ao entrar no campo e vivenciar a experiência, obtém-se o domínio prático, ou em outras palavras, a compreensão de qual é o sentido do jogo e como jogá-lo, configurando uma espécie de senso prático (BOURDIEU, 2009).

Nesse ponto, é possível deduzir que todas as relações são configuradas a partir de posições diferentes, sendo uma dominante sobre a outra de acordo com essa possibilidade de jogar o jogo. Essa espécie de poder pode ser representado pela sua capacidade de apreender o jogo e jogá-lo de acordo com os capitais que possui, na tentativa de melhorar sua posição (BOURDIEU, 1983, 1989, 2004a, 2004b).

Assim, se comporta também como um campo social porque é identificado a partir das relações objetivas estabelecidas entre os agentes e estruturas em um espaço social, em constante movimentação. Mas mais que isso, essas relações são estabelecidas a partir de um determinado local, construído a base dos princípios de diferenciação e distribuição entre indivíduos. Conforme afirma Bourdieu (1989, p. 135):

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem, e na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses.

Pode-se dizer que os campos são organizados a partir de uma hierarquização que fornece uma posição relativa aos agentes e estruturas que estão no campo, que tendem a ser organizados de acordo com as propriedades ou capitais, que possuem, que variam de acordo com a relevância de campo para campo — o que lhes permite jogar o jogo. Assim, o domínio das leis do campo são inscritos como tendências por aqueles que se mobilizaram para desempenhar certos papéis, ocupar determinadas posições e exercer competências específicas (BOURDIEU, 1989).

Para além disso, pode-se compreender que é um campo de forças a partir do momento que exerce o poder de nomeação e o uso da violência simbólica legítima para impor as regras do jogo aos entrantes desse campo, para que façam parte da reprodução da lógica do campo. São nas relações de força e no seu monopólio, por meio do capital específico, que as estratégias do jogo tendem a ser conservadas, e isso é entendido como ortodoxia. Os recém chegados, quando se aproximam, podem se utilizar de estratégias de subversão na tentativa de impor seus interesses, o que faz com que dominantes lutem para que haja uma imposição da *doxa* de maneira absoluta e a ordem volte a ser estabelecida (BOURDIEU, 1983, 1989, 2004a, 2004b).

Os campos, a partir de sua estruturação, tendem a se organizar em grupos menores de acordo com a identificação de aspectos econômicos, sociais, culturais, ideológicos ou políticos, geralmente fornecida por suas posições relativas no campo. Por esse viés, no campo encontram-se grupos dominantes, que impõem seus interesses particulares como universais, de maneira a orientar o jogo do campo, e os dominados, que incorporam as disposições do campo, sem muita liberdade para agir, exceto por aquilo que é esperado deles (BOURDIEU, 1983, 1989). Nesse sentido, pode-se entender que as estruturas de um campo estão intrínsecas ao “estado da relação de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta, ou se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Por último, esse campo é permeado por lutas simbólicas, na tentativa de impor determinadas categorias de visão e apreciação da realidade que condizem ao grupo e a posição em que esses agentes ocupam. Aos embates e conflitos em diferentes abordagens, mas que venham manifestar seus interesses particulares e questionar as relações de poder que ali se estabelecem, se refere ao campo de lutas, “luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 142).

As relações de força são visualizadas no embate entre os agentes que estão em constante movimentação na tentativa de impor a sua visão de mundo, ou ainda, na construção de sentido da realidade. Para Bourdieu (1989), a verdade de um campo é o resultado das forças e lutas de campo para estabelecer a *doxa*, elemento ideológico tão naturalizado por meio da linguagem que não se torna mais passível de questionamento. Nesse sentido, há sempre uma luta pela imposição de uma definição do jogo, que tende a impor qual é o sentido desse jogo e quais são os triunfos necessários para dominá-lo (BOURDIEU, 2004a). Essa imposição tende a acontecer por meio da movimentação dos capitais relativos de um campo.

Os capitais são essas propriedades atuantes relevantes para que o agente possa melhorar sua posição. Apesar do conceito ter sido emprestado da economia, no sentido de capital econômico, Bourdieu (1989, 2004a, 2009) destaca que os capitais nem sempre são materiais e são eles que organizam o sistema de diferenciação no campo a partir de dois aspectos: primeiro, o volume de capitais; segundo, o peso relativo ou o valor que eles possuem (BOURDIEU, 1989). Dentre os

principais capitais abordados por Bourdieu, estão os capitais sociais e culturais, além do econômico.

O capital econômico recebe destaque no cenário capitalista, uma vez que pode vir a ser convertido em simbólico, ou seja, capacidade de nomeação e de falar pelo campo (BOURDIEU, 1989; POSTONE; LIPUMA; COLHOUN, 1993). É possível perceber que muitas vezes outros capitais estão associados à sua acumulação ou movimentação, sendo que é um meio também de garantir o acesso à determinados recursos e locais. Mas geralmente o capital econômico está relacionado à aquisição de bens, heranças, títulos e que se torna potencializado a medida que se combina ou se completa com outros tipos de capitais.

O capital social está associado aos relacionamentos e contatos do agente em um campo, à sua posição social e à sua história:

O capital social é o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Nesse sentido, as ligações estão relacionadas pelo espaço físico que interagem, mas também pelas trocas materiais e simbólicas que supõem o reconhecimento dessa proximidade. O volume de capitais sociais de um agente está geralmente relacionado ao que consegue mobilizar de acordo com o volume de outros capitais (como o econômico e o cultural) (BOURDIEU, 2007). Assim, o capital social pode ser angariado por meio da família, por frequentar determinados lugares como clubes ou escolas da aristocracia ou por determinadas práticas, como o golfe, por exemplo. Além disso, Bourdieu (2009) discorre muito sobre os casamentos que estudou na Cabília, identificando o matrimônio como uma importante estratégia para melhorar a posição social por meio dos capitais que movimentam nessa transição (BOURDIEU, 2009).

É necessário considerar que o capital social está geralmente atrelado ao pertencimento a um determinado grupo e ao trabalho de sociabilidade, ao ser reconhecido como pertencente a determinado local. À medida que novos indivíduos são admitidos em um grupo, há uma modelação do individual ao grupo e do grupo a inserção do caráter individual, mas em proporções muito diferentes e diversas. Assim, o grupo tende a transferir esse capital social de acordo com a representação ou o

cargo que indivíduo dispõe de maneira muito distinta, variando em relevância e quantidade de capital delegado e esse “membro do grupo” (BOURDIEU, 1989, 2007).

Já o capital cultural é proposto por Bourdieu ao conseguir dissertar sobre as desigualdades do desempenho escolar, refutando a ideia de aptidões naturais dos seres humanos (BOURDIEU, 2007). O capital cultural diz respeito ao acesso ao conhecimento e à educação, sendo geralmente associada à ideia de classe social e econômica, mas não somente. O capital cultural não está apenas relacionado ao esforço individual, mas também às oportunidades que a estrutura oferece, podendo ser manifestada de maneira incorporada, objetiva e institucionalizada (BOURDIEU, 2007).

Pela maneira incorporada pode-se pensar na acumulação de conhecimento mediante a aprendizagem e à sua memória (disposições duráveis), além daquilo que é incorporado por meio de sua família, sendo mais raro e mais específico meio de capital cultural. No estado objetivado está relacionado ao acesso que tem de obras de artes, livro, objetos, pinturas e monumentos históricos, geralmente relacionada a capacidade econômica do agente, se aproveitando da materialização capital cultural das obras. Por último, institucionalizada está ligada aos títulos, diplomas e outros documentos que são conferidos ao agente por meio da instituição escolar (BOURDIEU, 2007).

Mas é necessário compreender que os capitais variam em peso de campo para campo e são movimentados e angariados de diferentes maneiras, conforme foi possível verificar ao considerar o capital econômico, o social e o cultural. Para ilustrar a situação, se utilizando do campo científico, é possível deduzir que o conhecimento, o acúmulo de títulos ou de publicações se tornam propriedades valorizadas e reconhecidos para um determinado agente consiga ascender nesse contexto. Quando se pensa no campo político, imagina-se o carisma, a capacidade discursiva ou a reputação do candidato como elementos que são necessários para que o agente suceda como um político importante. Assim, cada campo apresenta o que é necessário para obter certo prestígio ou acessar determinados locais. Dessa forma, pode-se considerar que os capitais são quaisquer recursos que podem ser movimentados de maneira a conceder uma probabilidade de melhorar posição dos agentes e estruturas de um campo (BOURDIEU, 1989, 2009).

De acordo com a obtenção e movimentação desses capitais reconhecidos no campo, existe a possibilidade de ainda obter o capital simbólico. Este

é o principal capital, uma vez que permite a possibilidade de interferir nas ordenações simbólicas de um campo:

O capital simbólico é um crédito, mas no sentido mais amplo do termo, isto é, uma espécie de adiantamento de desconto, de credibilidade, que somente a crença do grupo pode outorgar àqueles que lhe dão um maior número de garantias materiais e simbólicas [...] (BOURDIEU, 2009, p. 199).

Ou seja, o capital simbólico é obtido por determinado agente à medida que consegue reunir outros capitais de relevância no campo que o permite fazer ver e fazer crer, ou ainda, transformar a visão de mundo, fazendo com que demais participantes do campo deem a ele um crédito simbólico. Esse crédito, pode ser concedido de diferentes maneiras, dando a oportunidade desse agente de falar por eles, de os representar e de influenciar em como o sentido do jogo acontece. O capital simbólico se configura em poder, à medida que se torna legítimo e reconhecido, garantindo alguns benefícios, inclusive, da manutenção e acumulação de demais capitais, muito comuns no campo político e no campo religioso. O poder simbólico é, com efeito, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). Portanto, o capital simbólico é aquilo que permite compreender o campo enquanto um espaço para além do social, mas também um espaço de poder, de forças e de lutas, só se faz presente a partir do momento que o poder simbólico exerce sua violência na estruturação e hierarquização desse campo (BOURDIEU, 1989, 2004a, 2009).

Para Bourdieu (2004a), é a manipulação simbólica, oriunda do poder simbólico dos agentes, que conduz a orientação de visão de mundo dentro desse espaço específico. É a partir da capacidade de mobilização e manipulação simbólica que estruturas de percepção e princípios de construção da realidade podem ser modificados, tornando o jogo suscetível a mudanças e improvisação de seus agentes. Nesse ponto, se faz necessário a introdução do conceito de *habitus*, uma vez que a manipulação simbólica só pode operar por meio deste, o elemento que consegue unificar a incorporação daquilo que é subjetivo de maneira a garantir sua objetivação por meio da prática. Pode-se dizer que o *habitus* é o gerador da prática (BOURDIEU, 2004a, 2009).

A ação no campo, ou seja, as condutas cotidianas são guiadas pelos esquemas práticos, ou ainda, pelos princípios que tendem a impor a ordem à ação, por meio de suas classificações e hierarquização de informações (relação de

reconhecimento dada por agentes e estruturas ao que, arbitrariamente, julgam como informações relevantes ou irrelevantes) que levam a um julgamento e orientam a maneira que a ação se dará. Essa objetivação de ordem simbólica se torna possível à medida que as ordenações simbólicas são operadas por meio das codificações, ou seja, por meio da linguagem, dos signos e das representações de um determinado campo, geralmente relacionado às instituições, burocracias, figuras públicas e assim por diante (BOURDIEU, 1989, 2004a). Essas codificações são incorporadas pelos participantes do campo por meio das relações objetivas, ou seja, aquilo que é objetivado pela prática, e passam a constituir o *habitus* do agente, compreendido como

[...] sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significa construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos (BOURDIEU, 2004a, p. 26)

Isso permite levar a dedução de que o *habitus* carrega sempre consigo a cumplicidade ontológica do mundo que o produz, ou seja, o *habitus* vem de um conhecimento sem consciência ou até mesmo de uma intencionalidade sem intenção a partir das práticas que regulam o espaço social em que está inserido, destacando que essa regulação está intimamente relacionada com o jogo que está sendo jogado nesse campo (BOURDIEU, 2004a). O *habitus* configura o esquema de percepção e apreciação do mundo, o qual antecede a prática de acordo com aquilo com o que vivencia ou experimenta no campo que está inserido. Assim, ao mesmo tempo que gera a prática, o *habitus* só é possível a partir do momento que é objetivado por meio dela (BOURDIEU, 2008a, 2009).

É interessante destacar que o *habitus* é suscetível aos dominantes e as relações de dominação que operam como uma espécie de filtro nomeando o que pode e o que deve ser feito, interferindo no *habitus* do campo, que tendem a ser incorporado pelos agentes e moldar o seu *habitus* individual. Dessa maneira, esse conceito é central na teoria de Bourdieu uma vez que consegue fazer a ponte que conecta a ação coletiva à ação individual, as relações objetivas às simbólicas (BOURDIEU, 2004a; 2004b; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Portanto, o *habitus* não apenas oferece uma visão de como mundo é, mas como também denuncia sua posição no campo, gerando preconceitos, percepções do próximo e de outras realidades e, até mesmo, instaurando o que seria o senso comum (BOURDIEU, 2004a)

É necessário se ater ao fato de que o *habitus* se diferencia do que é comumente compreendido como hábito, especialmente a partir do seu aspecto histórico individual. É “uma máquina transformadora que faz com que reproduzamos as condições sociais da nossa própria produção [...]” (BOURDIEU, 2004b, p. 140). Assim, o *hábitus* é, em essência, o produto da interiorização das estruturas do mundo social como uma espécie de antecipação da prática, mas que podem sofrer coações de acordo com o produto obtido pela história reificada e a história incorporada, ou seja, aquilo que é exterior ao sujeito em contraposição com a sua experiência individual. Dessa maneira, a partir de suas relações objetivas no campo, se constitui sendo constituído pelas estruturas simbólicas, produtos da ação do tempo e da historicidade do campo (BOURDIEU, 2004a). Conforme Bourdieu (2009, p. 100) afirma, os princípios dos diferentes *habitus* individuais residem “na singularidade das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas”, que passam a estruturar funções produzidas a partir de experiências anteriores e novas experiências.

O *habitus*, portanto, é aquilo que pode explicar porque a história geralmente é reproduzida e mantém determinados aspectos sob a ótica de normalidade a partir do *habitus* de um campo; práticas tão enraizadas e tidas como comuns na sociedade que não são passíveis de questionamento porque “sempre foram assim”. Por exemplo a divisão do trabalho ou a constituição de determinados objetos (BOURDIEU, 2009). Entretanto, é também no *habitus* do indivíduo, ou ainda do agente, que se encontra a possibilidade de alteração, de mudança e de improvisação de uma realidade porque configura a capacidade de agir, conforme o sentido do jogo é revelado e conforme os agentes conseguem movimentar recursos a fim de melhorar suas posições. Nesse sentido, vislumbra-se dois tipos de *habitus*, ao qual se relacionam e se moldam, gerando mútuas influências: o *habitus* do campo e o *habitus* do agente (BOURDIEU, 2004a).

Se faz necessário acrescentar, entretanto, que essa mudança ou alteração do *habitus* de um campo não é uma atividade simples. Ao tentar ser aceito e reconhecido em um determinado campo, os participantes passam por uma submissão dóxica, ou seja, a partir do interesse em fazer parte do campo e entrar no jogo que é jogado naquele campo, o agente necessita se submeter às regras que são colocadas pelas estruturas objetivas e pelas estruturas simbólicas que compõem esse espaço de relações para, então, ser aceito e reconhecido. Para tal submissão

voluntária aos elementos naturalizados do campo, dá-se o nome de crença, conceito também essencial para compreender de que maneira a lógica dos campos opera na tentativa de garantir as ordenações simbólicas colocadas por grupos dominantes (BOURDIEU, 1989).

Essa aceitação do discurso dominante (manifestação da crença) é a condição, tacitamente organizada, na prática, ritos e operações que possam moldar e adequar novos participantes, de tal forma, que configuram a *doxa*. Pode-se dizer que é um dos mecanismos para a manutenção da ordem simbólica no campo, impressa nos indivíduos a partir das disposições incorporadas no campo (BOURDIEU, 1989). Para que não haja rupturas com as dominações estabelecidas no campo, a fé prática acontece por meio de pressões estruturais presentes entre agentes que os fazem constranger e estigmatizar todo e qualquer agente ou estrutura que busque por um rompimento para com aquilo que se tem como algo natural e inquestionável no campo, protegendo a estabilidade dos agentes e estruturas dominantes. Essa socialização funciona como uma espécie de docilização dos participantes que se inserem no campo (BOURDIEU, 2009; BOURDIEU; DELSAUT, 2004).

Pode-se introduzir, nesse sentido, outros três conceitos que permitem compreender essa dominação do discurso que é aceito e compartilhado pelo campo: ortodoxia, heterodoxia e alodoxia. Ortodoxia, conforme tratado acima, diz respeito ao grupo dominante que impõe determinada ordenação simbólica, capaz de estabelecer o jogo voltado para os seus interesses, e o campo, ao receber novos entrantes, consegue fazer com que a submissão dóxica dos novos elementos continue a respeitar essas ordenações, de maneira a reproduzir a lógica e o sentido do jogo. Entretanto, quando há tentativa de subversão das regras do campo de acordo com essa visão do grupo dominante que opera, pode-se falar em heterodoxia. A heterodoxia acontece quando um dos grupos dominados passa a questionar as verdades e os discursos de campo, possivelmente pelo reconhecimento da história do campo, travando novos embates e lutas. Por último, a alodoxia diz respeito quando alguém que está no campo, mas não joga o jogo do campo introduz algo que é dito e aceito, tomado como verdade, mas não participa nem dos grupos dominantes e nem dos dominados (BOURDIEU, 1989, 2004a).

Portanto, a crença é uma espécie de manifestação presente na prática do agente (mas não necessariamente consciente), a relação de aceitação da inculcação de conhecimentos e ideias tidas como naturais dentro do campo, de

maneira a promover a ortodoxia, como uma das barreiras criadas para selecionar novos entrantes e manter sua autonomia relativa dentro do mundo social (BOURDIEU, 2009). Ela não está apenas no mundo das ideias, mas também preenche todo o universo de relações que permeiam o campo. É um elemento que se manifesta na e somente pela ação do agente, uma vez que qualquer fenômeno precisa estar permeado pela relação com agentes e estruturas para ser visto e reconhecido como participante do campo. A crença é também uma crença prática porque é existente na prática e pela prática, que antecede a ação (BOURDIEU, 2009). Por meio do reconhecimento obtido, o agente se torna parte do campo ou ainda, acredita estar no campo (*illusio*), o que o faz entrar no jogo de maneira a aumentar as suas probabilidades de melhorar a sua posição por meio da movimentação de capitais.

A partir dos conceitos essenciais que sustentam a tríade conceitual bourdieusiana, o próximo item destina-se a abordar como esses conceitos se articulam em três teorias, sendo elas a teoria da ação social, a teoria do poder e a teoria da prática.

2.1.2 Tríade Teórica: Ação, Poder e Prática

Ao relacionar a tríade conceitual bourdieusiana apresentada no item anterior, é possível inferir que o autor conseguiu articular ao menos três importantes teorias sociológicas. Enquanto a introdução do conceito de capital e capital simbólico permitem vislumbrar novos desdobramentos para uma teoria do poder baseado no poder simbólico, o conceito de *habitus* conecta campo e agentes. Dessa maneira, explica-se como a história incorporada oferece a construção e reconstrução de estruturas não apenas objetivas, mas também estruturas mentais, de percepção e apreciação da realidade de maneira a orientar a ação social e a prática. Essa seção destina-se a apresentar brevemente essas teorias, de maneira a relacioná-las com a ideia de campo, central para a análise do trabalho. O intuito é fornecer aparato teórico para compreender as relações que se dão no campo, garantindo que as ações e práticas sejam identificadas pelas relações objetivas no campo, auxiliando na compreensão do *habitus* e dos capitais movimentados.

Bourdieu (1989) concentrou boa parte de seus estudos em compreender o próprio campo de produção cultural ou de conhecimento, uma vez que são nos campos que há essa “imigração das ideias” que, frequentemente, se

apresenta nas teorias como algo que se faz sem danos, cometendo a grave ingenuidade de simplificação da atuação simbólica. O autor nos lembra que o poder está em toda a parte de um campo, e o poder simbólico não apenas é exercido na tentativa de manter uma determinada ordenação simbólica por grupos dominantes, como também é reproduzido e exercido com a cumplicidade daqueles que lhe estão sujeitos ou, em outros termos, dos grupos dominados. Nesse sentido, Bourdieu (1989) avança em relação a tradição neokantiana e durkheimiana de poder, ao olhar os sistemas simbólicos de significação não apenas como estruturas estruturantes, mas como estruturas estruturadas:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 1989, p. 9)

Nesse sentido, os símbolos instituídos por meio do poder simbólico, se tornam elementos de integração e comunicação dentro de um determinado campo, ao conferir um determinado sentido ao mundo social e garantir a reprodução das ordenações simbólicas e lógicas. Portanto, nas relações de poder de um campo, o que está em jogo é o monopólio da violência simbólica legítima, ou seja, a capacidade e o reconhecimento necessário para inculcar instrumentos de conhecimento e de expressão (BOURDIEU, 1989).

O efeito simbólico e ideológico que é exercido em um campo, se utiliza propriamente de sistemas de classificação que reside na filosofia, na religião, nos aspectos jurídicos e assim por diante, se utilizando daquilo que é visto e reconhecido. Portanto, o poder simbólico não acontece por meio de uma imposição forçada ou uma violência passível de percepção, mas sim pela própria experiência prática de um campo, pela *doxa* do campo expressa pela linguagem e pelo discurso dominante, pela manifestação da crença implicada na aceitação da ordem simbólica para que seja reconhecido e pertencente ao campo (BOURDIEU, 1989). Por esse viés, verifica-se que o poder simbólico, que configura o campo social como campo de poder, de luta e de forças, é uma forma transformada e legitimada de poder, que garante algum grau de dominação entre os diferentes agentes e estruturas de um campo.

É perceptível que o *habitus* é um elemento central nas teorias bourdieusianas, visto que é por meio dele que as estruturas de percepção passam a ser inculcadas nos agentes do campo. Portanto, o poder simbólico só se exercer

enquanto poder porque passa a ser constituído enquanto história incorporada pelos agentes de um campo, que tendem a reproduzir práticas e ações sociais, que, por sua vez, auxiliam na propagação e continuação da ordenação simbólica vigente, podendo sofrer coações conforme a movimentação de capitais acontece no campo. E nesse sentido Bourdieu (1989) propõe que se pense no poder simbólico para além de estruturante, mas elemento já estruturado mentalmente na capacidade de compreensão da realidade.

Nesse ponto, relaciona-se como as teorias se complementam à medida que as práticas são geradas pelo *habitus* e são também formadoras do *habitus*, porque acontece pela e para incorporação de elementos simbólicos. A prática, à luz da sociologia bourdieusiana, se desenvolve no tempo e é constitutiva do sentido. Ela só pode ser vista e descrita a partir do momento que é objetivada pela ação. A prática tem um viés individual, uma vez que é resultado do *habitus* do campo, ou seja, as disposições incorporadas no espaço social, em atrito com a experiência individual que fornece um aparato prévio, seu *habitus* individual, ao qual tende a condicionar uma ação não necessariamente regulada ou provável, mas que é historicamente orientada. Nesse sentido, Bourdieu (2008a, 2009) alerta para os reducionismos que tendem a descrever a prática como algo previsível e lógico – o que tende a ser algo mais complexo e dependente das relações que se fazem no campo, que também estão condicionadas aos capitais que se tem e a posição que se ocupa nesse espaço social.

Em outras palavras, pode-se deduzir que a ação é aquilo que se faz e que é perceptível aos olhos, por exemplo, o fato de se preparar um alimento, o qual é possível ver, sentir e experimentar. Entretanto, a forma que o alimento é preparado é resultado de toda a experiência vivida pelo indivíduo no campo, o que configura em si os elementos constituintes da prática. Nesse sentido, a prática reúne aspectos subjetivos de gostos e esquemas de percepção e classificação que estão no *habitus*, que guiarão o indivíduo na escolha dos ingredientes, dos temperos, da forma que irá cozinhar, da forma que irá servir, da forma que irá comer e assim por diante. Portanto,

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de pratica-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes” (BOURDIEU, 2008a, p. 22)

Dessa forma, o *habitus* é o gerador da prática, sendo sua função dar conta da unidade de estilo que irá vincular práticas e bens de um agente singular, denunciando sua posição ou sua classe social nesse campo específico, que só são perceptíveis no momento que se tornam ação, que se configuram enquanto linguagem ou enquanto signo de distinção (BOURDIEU, 2004a, 2008a, 2009). Destaca-se também que o *habitus* do agente é resultado não apenas de um campo específico, mas da relação que possui com o *habitus* de cada campo que é introduzido, incorporando para si, elementos, aspectos e experiências que passam por sua interpretação subjetiva e, podem ser inculcados, modificados ou, ainda, resultar em novos elementos que permeiam seus esquemas de percepção de maneira a influenciar a sua prática, o seu modo de agir, seus gestos, sua fala e, por fim, seu corpo.

Na observação e compreensão do mundo das práticas, o que se pode apreender em um campo ou a partir de seus agentes é o senso da prática, ou seja, o sentido do jogo em que a prática se desenvolve (BOURDIEU, 2008a, 2009). Pode-se dizer que o senso prático é aquilo que orientam as “escolham”, ou ainda, os resultados da história incorporada, constituinte do *habitus* dos agentes. Mesmo não sendo deliberadas, funcionam como uma espécie de “finalidade retrospectiva” (BOURDIEU, 2009, p. 108) sendo, em partes, sistemáticas, ordenadas e organizadas Assim, o senso prático pode ser compreendido como

[...] necessidade social tornada natureza, convertida em esquemas motores e em automatismos corporais, é o que faz com que as práticas em, e por aquilo que nelas permanece obscuro aos olhos de seus produtores e por onde se revelam os princípios transobjetivos de sua produção, são sensatos, ou seja, habitados pelo senso comum (BOURDIEU, 2009, p. 113)

Ao se deparar com determinada situação, em um ato inconsciente e irracionalmente racional, o agente busca em sua memória seus esquemas de percepção e classificação, que são dotados de suas experiências vividas e de suas estruturas mentais. Esse aparato é o que configura a sua prática e orienta a maneira de agir. Entretanto, esse domínio prático do sentido, que é investido a partir das práticas rituais, acaba por se deteriorar com o tempo ou, mais exatamente, define-se entre os agentes. Mesmo participando ou estando inserido em uma mesma tradição cultural ou intelectual, a prática é passível das transformações dos tempos e novas incorporações que são mediadas pelo *habitus* do campo e pelo *habitus* do agente, sobre o qual, o poder simbólico tem grande influência (BOURDIEU, 2004b; 2008a; 2009). O *habitus* é, portanto, o que faz essa conexão entre subjetivo e objetivo,

conferindo ao indivíduo a sua capacidade de agência e movimentação no campo, redefinindo e conferindo às estruturas novas significações, isto é, em essência, palavras ou nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem a partir do senso prático.

Nesse sentido, a prática não possui uma lógica que seja lógica matemática ou previsível, tampouco impõe uma coerência forçada. Seus procedimentos são “raramente absolutamente coerentes e raramente absolutamente incoerentes” (BOURDIEU, 2009, p. 27), corresponde à antecipação da antecipação, presente no passado e no futuro e é resultado dos acontecimentos históricos no campo que tendem a orientar a prática de acordo com o jogo e, portanto, tende a diferenciar com a ação do tempo (BOURDIEU, 2009). O mesmo agente, em um mesmo campo, poderá ter ações diferentes em diferentes momentos, porque o tempo é capaz de reativar elementos do passado, para que se faça uma análise do presente e guie para os eventos do futuro. Portanto, a lógica da prática evidencia que a prática não está sob regras e regularidades, mas é produto do tempo e do *habitus* que estão em constante movimentação. A prática é aquilo que denuncia a convergência do campo ao *habitus* e do *habitus* ao campo (BOURDIEU, 2008a, 2009).

A partir disso compreende-se que os universos lógicos, correspondem a diferentes universos de prática, os quais são dotados de uma lógica também específica que se constitui a partir da relação prática com o discurso e o universo que se realiza (BOURDIEU, 2009). Isso pressupõe que os agentes sejam guiados por uma razão, ou seja, têm razão para agir como agem, sendo guiados por esse cálculo racional das probabilidades, como se isso fosse o princípio das escolhas (BOURDIEU, 2008a). Entretanto, esse postulado sugerido pela sociologia, supõe que essa razão ao qual os agentes são dotados organiza uma série de condutas aparentemente incoerentes e arbitrárias em algo coerente por um princípio único, realizando “atos não gratuitos” (BOURDIEU, 2008a, p. 138), como uma ação não-motivada ou, ainda, sem sentido, como se todos os atos fossem plenamente direcionados e racionalmente coerentes. Essa faceta esconde o segundo sentido da razão de ser de uma conduta, que consiste também na explicação daquilo que é gratuito, que não é pago ou lucrativo, segundo o autor, as práticas respondem a uma lógica econômica, sem necessariamente possuir o interesse econômico, existe o que Bourdieu chama de economia das práticas, ou em outras palavras, “uma razão imanente às práticas que não encontra sua ‘origem’ nem nas ‘decisões’ da razão como cálculo consciente nem

nas determinações de mecanismo exteriores e superiores aos agentes” (BOURDIEU, 2009, p. 84).

Portanto, a prática, antes de tudo, é dotada do investimento, que pode ser manifestado pelo interesse, porque é o interesse que faz a introdução e a participação do agente ao campo, não sendo exatamente um cálculo consciente. Nesse sentido, Bourdieu (2008a, 2009) acredita que a crença se impõe como a única estratégica racional. A partir do momento que se tem o interesse em entrar no campo e jogar o jogo que está sendo jogado, a submissão dóxica leva a uma manifestação do depósito de um crédito no campo ou, em outras palavras, a crença. Sendo constitutiva da estrutura da prática racional, busca-se a maximização dos benefícios, que são habitadas por uma espécie de finalidade objetiva não sendo conscientemente organizadas a um fim, ou ainda inteligíveis e coerentes de uma ação ou decisão deliberada ajustadas a um plano futuro. Portanto, produto de um campo de lutas que se diferencia por seu jogo e por seus capitais que estão em movimentação (BOURDIEU, 2009).

Rompendo com a visão utilitarista de que as práticas são guiadas sempre pelo econômico de maneira racional e consciente, ao ser introduzido no jogo do campo, os agentes passam a estar imersos nesse sentido do jogo, ao qual, os leva a incorporar uma cadeia de esquemas práticos de percepção e apreciação que funcionam como instrumento de entendimento e também de construção da realidade. Assim, as práticas tendem a ser guiadas por outros aspectos simbólicos que são oferecidos por esse jogo e, por uma análise da experiência temporal, entre o passado e o futuro. O corpo socializado do agente às regras do campo, é guiado pelo seu *habitus* inscrito na antecipação do por vir, de maneira quase instantânea, a partir das disposições que foram incorporadas (BOURDIEU, 2008a 2009).

Dessa maneira, é possível compreender que a prática não pode ser entendida como a média provável a partir de um cálculo racional, porque ela está atrelada ao *habitus* do campo e ao *habitus* do agente, que variam de acordo com a sua posição nesse espaço social, conferindo maior ou menor grau de estratégia a partir da possibilidade de angariar e movimentar capitais no campo. O capital simbólico, percebido como algo valioso pelos agentes, é o que a orienta a visão e interpretação do mundo social. Dessa forma, exerce a função de um dos capitais responsáveis pela influência no posicionamento dos agentes no campo, nos esquemas de percepção, e estruturas mentais, o que demonstra que as noções de

racionalidade e de lucratividade perdem sentido e radicaliza-se uma visão ingênua das razões que motivam a ação (BOURDIEU, 2008a, 2009).

As teorias de práticas e ação social se entrelaçam e se confundem, uma vez que, por detrás das ações desinteressadas no campo, há sempre interesses sutis, como Bourdieu destaca “podemos dizer que a razão tem fundamento na história e que se a razão progride, ainda que lentamente, é porque há interesse na universalização” (BOURDIEU, 2008a, p. 154), nos mais variados campos, os quais são camuflados por atos de generosidade. A universalização de valores são os valores dos dominantes, daqueles que ocupam as melhores posições de um campo e, assim, carregam consigo interesses que só preenchem suas funções simbólicas, justamente porque são legitimados e se beneficiam do reconhecimento universal. Questionando o conceito de razão e universalidade, Bourdieu (2008a, 2009) destaca justamente a faceta menos racional que esses termos escondem, uma vez que se tornam instrumentos de e para dominação. Portanto, quando se pensa em uma teoria para a ação social, entende-se que a ação social é essa negociação que acontece entre os agentes e o campo, a qual o *habitus* e a prática tende a fornecer a orientação, de maneira a guiar o coletivo.

Conforme abordado anteriormente, a reflexividade é inserida nas teorias bourdieusianas justamente para questionar os próprios espaços de produção do conhecimento, no sentido de buscar na historicidade os elementos que podem justificar porque a ação social se dá de determinada maneira. A ação social tende a ser a objetivação da prática, ao qual carrega elementos incorporados do campo. Quando Bourdieu (2008a) propõe a teoria para ação social, considerando a racionalidade como historicidade, permite uma análise de como o conhecimento racional pode levar aos instrumentos de dominação. As razões práticas buscam justificar como os ordenamentos para a prática acontecem, sendo estas guiadas pelo campo, pelos capitais e pelo *habitus* e percebidas como protocolos comportamentais que foram construídos a partir da experiência, do passado, na tentativa de reagir ao que está por vir. Além disso, a compreensão das razões da prática implica admitir que o paradoxo, o contraditório, a razoabilidade e a racionalidade fizeram e fazem parte do processo de construção de uma lógica não lógica, de razões que, por meio da prática, justificam a inclusão e a exclusão de agentes no campo, de maneira a classificar e desclassificar, sendo este processo mediado pelas relações de poder no campo e movimentação dos capitais (BOURDIEU, 2008a).

A “verdade objetiva” que está inscrita na estrutura da prática e, portanto, é constitutiva da prática em sua forma objetiva, que se pode compreender como a ação, é parte das representações oficiais de um campo, denuncia regras, costumes e outras espécies de objetivação dos esquemas de percepção. Ainda é interessante acrescentar que esses esquemas estão em constante relação dialética com as disposições entre campo e agente, sendo o tempo algo decisivo na constituição e reconstituição do *habitus*. Neste sentido, tanto a apreensão da prática quanto da ação só é possível pelo processo de objetivação fornecido pelo senso prático e pela lógica da prática, apoiada nas representações autorizadas e reconhecidas pelos participantes de um campo (BOURDIEU, 2009). A objetivação molda de tal forma o corpo do indivíduo, que o seu gesto, o seu comportar e o seu agir, denunciam de que maneira essas disposições foram incorporadas, sendo o corpo a maneira de expressar a prática e objetivar a ação (BOURDIEU, 1989, 2009).

Conforme o objetivo proposto de descrever o ISE enquanto campo, as teorias sobre poder, ação e prática são apresentadas nesse tópico de maneira relacional, tal qual permitem formatar e sustentar o campo como se apresenta. O próximo capítulo desse trabalho tem como objetivo trazer algumas perspectivas sobre organizações, crise ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

2.2 ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE

Essa subseção busca relacionar o desenvolvimento das organizações e o debate sobre a sustentabilidade, para isso, se inicia com um breve histórico sobre os estudos organizacionais e a emergência do tema sobre questões sociais e ambientais.

Retornando ainda aos séculos XVII e XVIII, o período Iluminista, a influência cartesiana, o empiricismo britânico e o predomínio das ciências naturais foram correntes essenciais para a construção de imperativos ideacionais-chave da modernidade e a maneira com que as organizações passam a serem projetadas. Observa-se que o desenvolvimento do capitalismo levou à revolução industrial e, também, toda uma reorganização social, cultural, econômica e política no período. Com isso, há a substituição de pequenas produções e a administração de pequenas escalas para lidar com o novo “estado administrativo” que se segue nos séculos seguintes (CHIA, 2003; REED, 2007).

A intensa complexidade das organizações que coordenam a vida em sociedade, impôs maior controle para aumentar produções e lidar com novas demandas:

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, as grandes unidades organizacionais difundiram-se amplamente, dominando as esferas econômica, social e à política, medida que a crescente complexidade e intensidade da atividade coletiva inviabilizavam a coordenação personalizada e direta, e assim exigiam incrementos de capacidade administrativa (REED, 2007, p. 61).

As organizações tomam suas dimensões racionais e científicas e passam a ser projetadas para resolver conflitos permanentes de maneira a impulsionar o progresso social. Essas organizações se moldam na tentativa de conduzir a ordem social e a liberdade pessoal, negociando interesses pessoais e coletivos institucionalizados, passando a serem vistas como símbolos de poder e controle (REED, 2007; WOLIN, 2006). Mas é somente nas décadas de 1930 e 1940 que emerge uma preocupação sobre a dominação das organizações a partir de seu caráter instrumental, que se aprofundam nos conflitos e motivações individuais a partir da contribuição da psicologia social. Portanto, insere-se a necessidade de compreender aspectos subjetivos que conectam coletividade e individualidade na orientação das ações sociais, ainda que de forma tímida (SCOTT, 2004).

Dessa forma, o século XX é marcado por aumento na pluralidade de lentes teóricas na compreensão do papel das organizações, o que Reed (2007) explica como uma construção de diversas metanarrativas, que influenciam também nas construções de diferentes discursos. Esse processo leva “à fragmentação social, à desintegração política e ao relativismo ético” (REED, 2007, p. 62), o que permitiu que as teorias administrativas, além da máxima busca por produtividade, também concedesse espaço aos novos vieses teóricos. Estes buscaram configurar uma ciência social interdisciplinar na compreensão de como as organizações se moldam e suas consequências, colocando em xeque também a narrativa predominante sobre modernidade, progresso e ciência (SCOTT, 2004).

Uma constante descrença no poder e na credibilidade nas organizações, devido aos constantes cenários de guerra e pobreza desse século, deu fôlego à ampliação dos estudos organizacionais para compreender suas funções e implicações para o contexto social, questionando suas origens e suas finalidades. Scott (2004) destaca que emergiram contribuições nos mais variados campos e, nesse sentido, a influência da sociologia foi fundamental para compreender as

consequências das estruturas organizacionais, a partir da distribuição de poder e desigualdade social. Se apoiar nos pressupostos de que “qualidades racionais e éticas são inerentes à organização moderna é algo cada vez mais contestado por vozes alternativas que criticam radicalmente a objetividade e bondade ‘naturais’ das organizações” (REED, 2007, p. 62). Paralelo a isso, a visão de paradigmas, proposto por Thomaz Kuhn, influenciou a ampliação das teorias contra-normais, ou seja, teorias que criticam modelos teóricos que são amplamente aceitos e fortemente institucionalizados, buscando uma avaliação constante dos objetos de estudos (MARSDEN; TOWNLEY, 2001; REED, 2007).

Essa situação se agrava por volta da década de 1960 e 1970, após uma sucessão de fatos que levaram a questionar o projeto civilizatório baseado nos conceitos antropocêntricos e na dominação da natureza inerentes aos pensamento da racionalidade moderna, tornando evidente a existência de uma crise ambiental (PORTO-GONÇALVES; LEFF; 2015). Nesse sentido, conforme Porto Gonçalves e Leff (2015) destacam, as dimensões éticas, epistêmica, técnicas e políticas passam a gerar conflitos com os interesses econômicos ao centro da vida social e sua sustentabilidade.

Nota-se, ainda, uma maior abrangência de teorias e práticas em uma pluralidade de abordagens que se baseiam em diferentes pressupostos onto-epistemológicos que debatem as organizações e o sentido que elas conferem à percepção de realidade para e pelos indivíduos que estão nesse espaço, moldando as estruturas e as normas sociais que conduzem a sociedade (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Para além do objetivismo, novas teorias contra-normais destacam a relevância dos aspectos subjetivos para compreender organizações, e como influenciam a ação social e construção do mundo social, de maneira a tentar intermediar os conflitos e as crises que se tornam evidentes ao longo da segunda metade do século XX (MARSDEN; TOWNLEY, 2001; PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015; SCOTT, 2004).

Conforme Dovers (1996, p. 29, tradução nossa) destaca, “as questões do ambiente e do desenvolvimento humano foram reunidas no âmbito do quadro integrador da sustentabilidade, criando exigências políticas sem precedentes”. O que, de certa maneira, forçou que novos aportes teóricos surgissem na tentativa de lidar com essa realidade. Do ponto de vista dos estudos das organizações, uma lógica inicialmente apoiada na ideia de que a realidade é “dada” (*given*) e que as

organizações são estáticas e racionalmente programadas com leis e regras gerais, passa por um rompimento, introduzindo a noção de que as organizações são resultados de conflitos históricos. Há, também, o reconhecimento de embates a partir de línguas, abordagens e filosofias que lutam por reconhecimento e aceitação (REED, 2007).

Apesar do gerencialismo ser a abordagem predominante na administração e nos estudos organizacionais até a atualidade, observa-se uma maior diversificação nas teorias do campo. Portanto, as organizações e a maneira que a realidade é interpretada, ganham novas abordagens que permitem entendê-las como uma construção social (ZALD, 1993).

De maneira a dar sequência nesta seção, primeiro parte-se do pressuposto de que as organizações são espaços que orientam a prática que resultaram/ resultam na crise ambiental e que, ao mesmo tempo, possuem o potencial para contorná-la. Para isso, apoia-se na ideia de que a crise ambiental é de dimensão ecológica, econômica, cultural, social, política e ideológica (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2020; O'CONNOR, 2002; REDCLIFT, 2011).

Apesar disso, admite-se que o debate sobre as possíveis resoluções para a crise ambiental está imerso em campos de poder. As propostas de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade constituem-se como uma resposta a esse problema, sendo argumentada muitas vezes como seletiva, instrumental e utilitarista. Esse argumento se baseia na ideia de que existe uma disputa semântica para nomear o que é o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade (FUCHS, 2017; LEFF, 1998; O'CONNOR, 2002). Acredita-se que há um domínio sobre o discurso que orienta de que maneira esses conceitos devem ser compreendidos, a partir dos esforços de atores importantes nesse cenário que representam a esfera política, social, empresarial e governamental, nomeando a sustentabilidade e como ela deve ser “praticada” (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2020; LEFF, 1998; O'CONNOR, 2002).

Nesse sentido, pressupõe-se que a compreensão de como as organizações praticam e orientam a sustentabilidade, bem como as possíveis respostas à crise ambiental devem levantar problemáticas onto-epistemológicas, especialmente aquelas capazes de ressignificar a sustentabilidade e compreender sua lógica de reprodução dominante (FUCHS, 2017; O'CONNOR, 2002). Assim, as subseções seguintes destinam-se a debater as diferentes perspectivas em torno da

sustentabilidade e, também, como as organizações incorporam e aplicam esse conceito em suas práticas.

2.2.1 Perspectivas sobre a Crise Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

O crescimento populacional e a corrida tecnológica no período da guerra fria não apenas desencadearam um movimento ecológico que reivindicava soluções à uma sociedade baseada em uma super industrialização que elevou os níveis de resíduos e poluição, como também propiciaram o surgimento de outras questões e novos horizontes epistêmicos. Essas abordagens colocam em questão o desenvolvimento do capitalismo e as estruturas sociais opressoras da sociedade, dando início também a outros movimentos: feministas, étnico-raciais, descolonizadores e assim por diante (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015; REDCLIFT, 2011).

Do ponto de vista da ecologia, Porto-Gonçalves e Leff (2015) destacam que esse período é marcado por uma necessidade de fusão da natureza e da cultura, o qual foi dividido ontologicamente pelo pensamento moderno, criando uma dualidade entre homem e natureza. Pode-se considerar que essa necessidade de novos pensamentos e debates políticos aumentou à medida que uma sucessão de fatos mostrou que a razão científica não mais conseguia vislumbrar um caminho de inclusão e bem-estar. Entre os principais acontecimentos, pode-se destacar as constantes crises econômicas, as guerras mundiais e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, capazes de demonstrar que a ciência não estava a favor da emancipação humana (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015; REDCLIFT, 2011).

Entretanto, alguns autores (PIERRI, 2001; QUIJANO, 2005; REDCLIFT, 2011) destacam que o debate global político sobre a crise ambiental e suas causas tardou a acontecer e a discussão sobre meio ambiente foi muitas vezes despolitizada, sem compreender que [...] tantas causas da crise ambiental são estruturais, com raízes nas instituições sociais e nas relações econômicas, que qualquer coisa que não seja um tratamento político do meio ambiente carece de credibilidade” (REDCLIFT, 2011, p. 2, tradução nossa).

A partir dos debates que acontecem em ampla escala (tais como propostos pela Conferência de Estocolmo, a formação da Comissão Mundial sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92, entre outros) e o possível avanço em relação às ciências críticas e contra-normais — que buscam uma reformulação do pensamento ontológico e epistemológico — visualiza-se que existem embates e uma infinidade de interpretações para as causas das crises ambientais (QUIJANO, 2005; REDCLIF, 2011).

Quando se fala em ambiente, diz-se a respeito de um conjunto de fatores e condições que cercam e afetam os organismos ou moldam a vida de uma população e, portanto, não deve ser reduzido à natureza, recursos naturais ou somente aos aspectos ecológicos. Para tal, considera-se uma gama de maneiras de compreender a crise ambiental e buscar soluções por diferentes frentes, enquanto a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável têm sido as principais resoluções (LEFF, 1998; MEBRATU, 1998).

Conforme Dovers (1996) destacou, os problemas ambientais que emergiam eram graves e certamente não triviais. Assim, em 1987, o Relatório Brundtland (*Our Common Future*) propôs o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto aquele “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 42). Observa-se uma tentativa de atribuir destaque as causas ambientais e ecológicas relacionadas ao uso dos recursos naturais, bem como sobre sua poluição, resíduos, o aumento das mudanças climáticas e perda da biodiversidade, já relacionado ao aumento da pobreza, da desigualdade social e a falta de segurança global (DOVERS, 1996).

Assim, enquanto a sustentabilidade pode ser definida como uma condição a longo prazo, a capacidade de sustentar a vida, o desenvolvimento sustentável emerge como o conceito para designar o processo: “a sustentabilidade é vista aqui como uma propriedade do sistema, e o desenvolvimento sustentável como uma atividade de política destinada a valorizar essa propriedade.” (DOVERS, 1996, p. 30). Dessa forma, a sustentabilidade seria vista como essa capacidade de se regenerar, resistir, ou se adaptar às mudanças endógenas e exógenas em uma determinada escala de tempo, enquanto o desenvolvimento sustentável seria essa capacidade de responder às necessidades da população de maneira que permita essa regeneração (DOVERS, 1996).

Mebratu (1998) acredita que o conceito de desenvolvimento sustentável se tornou elemento central na discussão sobre o discurso ambiental e

obteve ampla aceitação, seguido pela organização do Rio-92, que auxiliou em sua divulgação e consolidação. Entretanto, conforme Banerjee (2003) aponta, o desenvolvimento sustentável, apesar de almejar ser um conceito, acaba por funcionar como um slogan. Assim, por um lado, este conceito trouxe mais atenção à causa e incorporou o debate em diferentes esferas. Por outro lado, é caracterizado como um termo vago e instrumental, com a predominância de uma visão que tende a tratar os âmbitos ambiental, social e econômico como esferas independentes. Com isso, obtém-se uma visão falha e não holística sobre esses universos, que são altamente dependentes de suas relações (MEBRATU, 1998).

Como o desenvolvimento sustentável é base para uma grande maioria de iniciativas, este acaba por perpetuar essas falhas conceituais, permitindo induzir que a ênfase do desenvolvimento conceitual tenha mudado da “coerência lógica à da semântica” (MEBRATU, 1998, p. 518). Assim, se observa que, apesar das discussões políticas e as novas abordagens ontológicas para a resolução da crise ambiental, o conceito da WCED (1987) tornou-se o *mainstream* e se apoia na noção de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico. Essa abordagem leva à crer que o crescimento econômico e o progresso tecnológico são as resoluções na condução da crise ambiental, o que tende a ignorar estruturas fundamentais sociais que agravam as desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema vigente, bem como as diferentes realidades culturais (BANERJEE, 2003; MEBRATU, 1998; O’CONNOR, 2002; FUCHS, 2017).

Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento sustentável capta as lógicas de mercado e, por meio de uma linguagem e de um discurso fonte, tendo a reproduzir sua hierarquia de poder, capturando, então “muitas das múltiplas possibilidades apanhadas na política de efetivar sua universalização mais completa” (LUKE, 2005, p.229, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, verifica-se que a capacidade de nomeação do que é a sustentabilidade e como alcançá-la, conforme a proposta do desenvolvimento sustentável, contribui para um fortalecimento do mercado e da prioridade do crescimento econômico. Esse processo tende a contornar questões fundamentais que emergiriam com o debate da sustentabilidade, sendo seletivo em suas respostas:

[...] a proposta de desenvolvimento sustentável explica-se não como uma dissolução das diferenças, mas como um momento de homogeneização de uma das correntes (a do ambientalismo moderado) que, ao mesmo tempo em que suas idéias resultam em um acordo geral, dá margem à sua persistência. (PIERRI, 2001, p.27, tradução nossa).

Portanto, enquanto o discurso sobre a sustentabilidade, largamente reconhecido e legitimado em diferentes esferas, oferece potencial para atuação, ele também oferece margem para que o *business as usual* permaneça com a mesma lógica sob uma faceta contemporânea e inovadora, ignorando a necessidade de compreender e propor mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas (DOVERS, 1996; HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005; PIERRI, 2001). Borim-de-Souza *et al.* (2015; 2020) acreditam que há um esforço nessa homogeneização sobre o entendimento do desenvolvimento sustentável fazendo com que a própria fragilidade do conceito seja utilizada a favor dos privilégios dos desejos do mercado. Esse questionamento pode ser realizado a partir do próprio termo que é proposto: sustentar o quê?

Antes de ser um problema apenas ecológico ou econômico, a sustentabilidade se caracteriza por ser uma questão ideológica e política (O'CONNOR, 2002). Pode-se compreender que o desenvolvimento sustentável busca uma "sustentação" de três aspectos, na visão de O'Connor (2002): da acumulação capitalista em grande escala; dos meios de vida à população mundial; e as relações de trabalhos e mercantis. Nesse sentido, a sustentabilidade, enquanto essa capacidade de regeneração exógena e endógena do ambiente, se torna distante de ser alcançada, colocando em xeque esses dois termos (DOVERS, 1997; O'CONNOR, 2002; FUCHS, 2017).

De maneira a evidenciar as constantes contradições carregadas pela utilização dos conceitos, Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) propõem uma classificação, mostrando que há intuítos e intenções que se divergem em torno das práticas de sustentabilidade e é, portanto, uma área de disputa (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005). Para isso, combinam questões ambientais e socioeconômicas, de maneira a obter três visões gerais sobre a natureza das mudanças necessárias, variando entre os propósitos: manutenção do *status quo*, reformistas e transformacionistas (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005).

A primeira abordagem, que privilegia o *status quo*, compreende que "O crescimento é o caminho para superar esses problemas" (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005, p. 43, tradução nossa) e defende que melhorias podem ser obtidas sem grandes mudanças no sistema vigente. Pode-se compreender que a visão de manutenção do *status quo* é mais defendida por governos e por empresas da iniciativa privada. Já os reformistas, sendo a segunda classificação proposta por Hopwood,

Mellor e O'Brien (2005), criticam essa tendência na sociedade e a postura de empresas e governos. Esse grupo reconhece os problemas crescentes e defendem uma mudança estrutural na sociedade: "A chave é convencer governos e organizações internacionais, principalmente por argumentos fundamentados, a introduzir as reformas necessárias" (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005, p. 43, tradução nossa). Para isso contam com tecnologia, boa ciência e informação, além de preverem modificações no mercado e reformas a partir do governo (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005).

Por fim, os transformacionistas acreditam que os crescentes problemas estão enraizados nas características fundamentais da sociedade. Para isso, é necessária uma mudança da relação humana com o meio ambiente e a inclusão de grupos, tais como indígenas, negros, de mulheres etc. Eles se dividem entre aqueles que acreditam que isso possa acontecer por um desenvolvimento sustentável que introduza mudanças radicais e, por outro lado, os ecologistas profundos que acreditam que com o desenvolvimento não é possível ser sustentável (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005).

Em um olhar sobre as classificações de Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) é possível compreender que o discurso empresarial e corporativo tende a estar atrelado a de manutenção do *status quo*, sendo o *mainstream* sobre a nomeação do que é a sustentabilidade. Em alguns casos, pode-se aproximar da visão que propõe reformas, mas raramente conseguem almejar reformas significantes para grandes transformações (MEBRATU, 1998; BANERJEE, 2003; HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005).

Bourdieu (1998a) discorre sobre a essência neoliberal em uma pequena publicação da *Le Monde Diplomatique*. Procura se referenciar esse movimento como um "discurso forte", especialmente pela capacidade de colocar em prática um programa de destruição metódica dos coletivos (associações, sindicatos, cooperativas e o próprio Estado) em detrimento de uma racionalização individual cada vez maior, que crê em um mercado puro e perfeito. Essa noção se apoia na ideia de mundialização dos mercados financeiros, que institui uma lógica que passa a ajustar os mais diferentes tipos de negócios em busca de sobrevivência e "confiança" dos mercados (BOURDIEU, 1998a, 1998b). Assim, o neoliberalismo pode ser entendido como:

[...] um aprimoramento do sistema capitalista sobre o Estado Democrático Liberal e sobre o Estado Democrático Social, e que tem como propósito reduzir a função social e priorizar a função gerencial do Estado ao transformar o nacionalismo, o socialismo e o ambientalismo como objetivos subordinados ao liberalismo (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015, p. 361).

A reprodução neoliberal vem da própria força político-econômica cujos interesses são expressos a partir desse mercado liberal, e passa a ser reproduzida por todas as organizações que estão sob esse cenário (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015; BOURDIEU 1998a). Nesse viés, compreende-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável passam a ser mais um aspecto apreendido por essa essência neoliberal que vincula-se ao interesse do mercado e seus representantes, se afastando da sua proposta inicial de inclusão, do ponto de vista social, e de regeneração, do ponto de vista ambiental (DOVERS, 1996). Conforme Bourdieu (1998b, p. 33) destaca “a globalização não é uma homogeneização, mas, ao contrário, é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais”. Ressalta-se, nesse contexto, que essa nomeação sobre o desenvolvimento sustentável permanece sob eixo euro-americano e grandes grupos econômicos (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2018; FUCHS, 2017).

Todo esse processo, que pode ser considerado um trabalho simbólico, se materializa e assegura sua reprodução por meio da própria flexibilização do trabalho, da cultura da individualização, da docilização da mão de obra e a precarização da própria segurança do indivíduo, que fica à mercê de quem tem o poder de nomeação e controle dos mecanismos. Com isso, evidencia-se a violência estrutural por meio da constante ameaça de exclusão, ou seja, do próprio desemprego e desestabilidade que assola (BOURDIEU, 1998).

A partir da literatura e da reflexão exposta, defende-se que o alcance da sustentabilidade passa a ser direcionada e orientada pelo desenvolvimento sustentável, sendo este, uma orientação política e ideológica (O’CONNOR, 2002; MEBRATU, 1998; FUCHS, 2017). Considerando o contexto capitalista neoliberal que é apresentado por Bourdieu (1998a, 1998b), interpreta-se que esse espaço é dominado por representantes que se privilegiam dessa capacidade de dizer “como deve ser compreendido” e angariam vantagens por meio de uma utilização seletiva da sustentabilidade, que passa a ser valorizada e praticada em nível global. Ou, em outras palavras, o neoliberalismo atua por meio de grandes organizações liderando

nessa disputa ideológica sobre o sentido que melhor lhe atende (BOURDIEU, 1998a, 1998b).

A próxima subseção busca compreender de que forma as organizações, orientadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável, compreendem e instauram suas práticas de sustentabilidade.

2.2.2 Sustentabilidade nas organizações

“Não há dúvida de que as corporações desempenham um papel significativo no alcance da sustentabilidade. A questão é: as práticas ambientais atuais são compatíveis com as noções de sustentabilidade?” (BANERJEE, 2003, p. 161, tradução nossa). Banerjee (2003) faz um questionamento interessante ao propor reflexões sobre a forma como essa sustentabilidade é incorporada, praticada e incentivada pelas diferentes organizações.

As organizações, sendo compreendidas como sistemas multidimensionais complexos, são configuradas a partir de estruturas objetivas, mas também são sustentadas por características subjetivas, que influenciam na maneira como a realidade é entendida (MARSDEN; TOWNLEY, 2001; BOURDIEU, 2004a). Nesse sentido, é necessário considerar que as organizações estão imersas nesse macrocosmo que influencia na maneira com que as suas práticas sobre a sustentabilidade acontecem e respondem a interesses de grupos cujas posições são dominantes (BOURDIEU, 1998a, 1998b; MEBRATU, 1998). Além disso, visualiza-se que a sustentabilidade se torna agenda das organizações à medida que consegue fornecer também vantagens que as coloquem de maneira mais competitiva no mercado, sustentando o crescimento econômico e manutenção dos negócios empresariais (DYLLICK; MUFF, 2016).

Mas, como o próprio Bourdieu (1998b) aponta, a possibilidade de surgimento de um novo internacionalismo (ou suas reformas) estaria vinculada ao reforço de organizações cujos direcionamentos sejam coletivos. Reconhece-se o potencial das organizações ao vislumbrar novas possibilidades. Assim, ao mesmo tempo que as organizações reproduzem a lógica mercadológica e financeira acima de propostas contundentes para a agenda ambiental e social, é também a partir delas que se pode imaginar possíveis rompimentos e novos paradigmas para atuação (BOURDIEU, 1998b). Nesse sentido, a incorporação da sustentabilidade pelas

organizações passa a estar condicionada a reflexividade e novos olhares epistemológicos para a compreensão do tema (FUCHS, 2017; O'CONNOR, 2002).

Landrum (2017), ao empregar o termo “sustentabilidade corporativa” para se referenciar à sustentabilidade nos contextos das organizações e empresas, argumenta que uma possível contribuição do negócio para o alcance do desenvolvimento sustentável consistente na compreensão que a sustentabilidade necessita de direcionamentos em instância micro, enquanto o desenvolvimento sustentável opera como um norte a nível macro. Nesse sentido, a autora ainda discorre sobre duas formas das organizações absorverem a sustentabilidade: a primeira abordagem considera a sustentabilidade como melhorias incrementais em relação aos negócios usuais; a segunda abordagem considera a sustentabilidade como uma mudança de paradigma na maneira que conduz os negócios e as ações corporativas. Contudo, entende-se que a falha em conseguir unificar os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade corporativa é o que leva à uma prática ineficaz (LANDRUM, 2017).

Ao contrapor mais de 22 modelos de classificações de sustentabilidade, a autora propõe cinco estágios da sustentabilidade corporativa capazes de unificar as abordagens micro e macro e orientações para a prática nas organizações, divididos entre: (i) a conformidade, onde o nível de sustentabilidade está na apenas no cumprimento legal de suas atividades; (ii) o nível centrado nos negócios, ao qual há um incentivo de práticas internas; (iii) a sustentabilidade sistêmica que busca uma melhoria para a humanidade se apoiando na ideia de comunidade e ação externa à empresa; (iv) o estágio regenerativo apoiado na noção de restauração e regeneração da natureza, baseado em valores qualitativo e, por fim; (v) a sustentabilidade ecoevolucionária, aquela que gerencia a relação homem-natureza, o foco está em estabelecer uma relação mutuamente benéfica de equilíbrio, vendo o homem como parte da natureza (LANDRUM, 2017).

Pode-se visualizar que nas classificações formuladas por Landrum (2017), a sustentabilidade ecoevolucionária (5º estágio) é uma tentativa de modelo que altera uma lógica que separa homem e natureza, alterando a maneira como o paradigma acontece. Entretanto, o modelo ainda parece utópico ou longe de ser uma realidade, como é reconhecido pela própria autora. A maioria das organizações ainda se veem vinculadas ao cumprimento legal ambiental de suas práticas e pequenos incentivos internos sobre a sustentabilidade, ficando no nível de conformidade e

centrado nos negócios (LANDRUM, 2017). Dyllick e Muff (2016) ainda acreditam que a incorporação da sustentabilidade nas organizações está vinculada à uma noção de desempenho e *performance*, que pouco reconhece as mudanças de paradigmas necessárias para a mudança na condução dos negócios em seus modelos usuais.

A problemática sobre a sustentabilidade nas organizações se intensifica ao estabelecer vieses de comparação e de medidas e mensuração. Em inglês, o termo utilizado é Corporate Sustainability Performance measurement (CSPM):

“A falta de clareza sobre como operacionalizar o construto da Sustentabilidade Corporativa (SC) também se reflete na existência de uma grande variedade de instrumentos de CSPM desenvolvidos por diferentes stakeholders que variam nos aspectos de SC que abrangem e no peso que atribuem a cada um deles” (ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016, p.3).

Apesar dos instrumentos de medida ou performance serem essenciais para as partes interessadas de uma organização, uma vez que indicam parâmetros para comparar empresas com base em seu desempenho econômico, social e ambiental, essa realidade tem se mostrado cada vez mais desafiadora (ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016). Schaltegger et al. (2014) conduziram o International Corporate Sustainability Barometer (ICSB), que engloba 11 países em 4 continentes com uma amostra de 468 empresas (classificadas por suas nações, entretanto, o Brasil não faz parte do escopo de estudo). Segundo os autores, apesar do grande número de publicações sobre o tema, os resultados tendem a ser unilaterais ou regionais, o que demonstra a realidade de uma pequena parcela. Nenhum estudo quantitativo, anterior a esse, conseguiu obter uma possibilidade comparativa nessa escala. “A análise comparativa do *status quo* das práticas de gestão da sustentabilidade em vários países permite a identificação de padrões globais, ou seja, semelhanças e diferenças entre os países.” (SCHALTEGGER et al., 2014, p.4, tradução nossa). Assim, nota-se que há cada vez mais instituições e autoridades nesse campo que unificam ou estabelecem parâmetros que são mundialmente reconhecidos e utilizados.

A diferença na medida entre eles é que grande parte se baseia na divisão em três pilares (social, econômico e ambiental), enquanto outros apresentam mais critérios, por exemplo, governança corporativa com um peso maior que os demais pilares. Entre os pontos em comum, detecta-se uma sobreposição considerável entre as diferentes subdimensões incluídas tanto no âmbito econômico

quanto no social. Há aqueles que incorporam aspectos éticos, como corrupção, postura anti-crime ou códigos de conduta. Outros consideram a relação com supply chain, ou seja, toda a cadeia de suprimentos, envolvendo fornecedores, distribuidores. Alguns consideram o processo todo, enquanto deixam a relação com os stakeholders (públicos interessados) a parte em suas métricas. Por fim, ainda há aspectos como inovação ou eficiência também são utilizados apenas em alguns dos instrumentos, o que sugere que há pouco consenso (ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016; HILL, 2020; SCHALTTEGER et al., 2014) .

Nesse sentido, há inúmeras divergências sobre pesos ou, ainda, sobre a natureza holística de negócios e sustentabilidade, tornando os instrumentos de CSPM divergentes, eventualmente falhos. Os instrumentos de medição tendem a tratar as dimensões da sustentabilidade empresarial de maneira independentes, deixando de capturar suas interligações e fornecendo apenas uma imagem incompleta e tendenciosa do desempenho da sustentabilidade corporativa.” (ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016, p.25, tradução nossa).

Além disso, Clementino e Perkins (2020), ao compreender de que maneira as organizações respondem a essas cobranças, assimilam que as principais críticas se baseiam na ideia de que as classificações buscam definir, naturalizar ou impor essas estruturas comuns de medição sobre responsabilidade social, ambiental conectadas à ideia de sustentabilidade. Mas esses instrumentos não são neutros, uma vez que buscam a diferenciação nesse mercado em prol de obter mais lucro. Para os autores, os sistemas de avaliação interagem e também moldam seus próprios objetos, ou seja, as organizações que procuram avaliar, uma vez que as organizações “se adaptam a princípios, valores e critérios embutidos em avaliações e medidas de classificação” (CLEMENTINO; PERKINS, 2020, p.4, tradução nossa).

Esse processo se dá por entender que as organizações possuem partes interessadas e que existe necessidade de aderência aos escores dessas iniciativas, vinculando maiores investimentos e esforços para responder às formas de mensuração. Com isso, o que se espera é cada vez mais um isomorfismo das organizações, a nível mundial, ou seja, e que pareçam mais umas com as outras (CLEMENTINO; PERKINS, 2020).

Esty e Cort (2017) defendem que não há uma relação forte no alcance da sustentabilidade pelas organizações, especialmente porque não há clareza sobre

o que é sustentabilidade para elas, tornando a transposição de proposta macro para micro problemática. Em segundo lugar, porque há falta de objetivos definidos sobre porquê deve-se investir em práticas sustentáveis no contexto organizacional. Por último, conforme foi abordado, porque existe fraqueza metodológica nas métricas que envolvem os âmbitos sociais e ambientais e uma infinidade de divergências (ESTY; CORT, 2017). Na próxima seção, os instrumentos de investimentos em práticas sustentáveis serão tratados em maior profundidade.

Para tal, esta pesquisa propõe um reflexão de como a sustentabilidade é incentivada e incorporada nas organizações, vinculada à capacidade de rompimento com a visão de manutenção de *status quo* proposto pela agenda neoliberal e incentivada por uma série de órgãos e instituições. Um dos primeiros pontos a ser observado na prática sustentável a partir das organizações é considerar que existe uma desigualdade muito grande entre países e classes, o que faz com que a realidade sobre a compreensão da sustentabilidade não possa ser homogênea às diferentes realidades (FUCHS, 2017).

A partir desses pressupostos, visualiza-se que “o caráter ideológico do conceito de sustentabilidade tem a ver com o fato de que, assim como o conceito de sociedade em rede, ele soa imensamente positivo e permite que diversos grupos com interesses opostos projetam nela seus objetivos políticos” (FUCHS, 2017, p. 6, tradução nossa). Isso é perceptível a partir do estudo publicado por Borim-de-Souza *et al.* (2020), em um levantamento bibliométrico acerca dos estudos sobre sustentabilidade e organizações, identificaram que entre os 192 artigos encontrados sobre a área, ao menos 42 deles se preocupava em compreender a sustentabilidade enquanto vantagem competitiva, o que demonstra que os interesses da sustentabilidade organizacional também são refletidos na academia e nas pesquisas sobre o tema.

Na tentativa de aprofundar quais foram os debates levantados na pesquisa, Borim-de-Souza *et al.* (2020) consideraram o campo de conhecimento em torno da relação organização e sustentabilidade e levantaram três tipos de compreensões, quatro tipos de debates e quinze representações temáticas. Destas, pode-se considerar que a predominância foi de publicações a partir de debate especulativo, ou seja, a maioria dos trabalhos desses campos de conhecimento não se comprometem com propostas de soluções ou compromissos críticos. O campo também não encontra harmonia ou consenso, uma vez que há conflitos entre as

compreensões de sustentabilidade que foram levantadas, mas há uma dominação da área no eixo euro-americano que tende a influenciar a percepção sobre a temática. Por último, é notado uma timidez de trabalhos críticos acerca do tema, possivelmente motivado por esse campo quando o considera suas relações de poder que estão em jogo, que tende a inspirar trabalhos cujo tema não desafia o *mainstream* (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2020).

Acredita-se que a sustentabilidade nas organizações promove e incentiva os investimentos socialmente responsáveis, criando um ambiente específico para esse fim, permeado por iniciativas e seus representantes. Para isso, a próxima seção desta pesquisa tem como intuito apresentá-lo.

2.3 INVESTIMENTOS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS

Apesar do primeiro fundo de investimento ético ter surgido nos Estados Unidos em 1928, excluindo empresas de bebida, tabaco e pornografia de maneira que a igreja pudesse investir de acordo com seus princípios éticos, acredita-se que a incorporação de variáveis para além do aspecto econômico no ambiente empresarial e de investimentos só tenha alavancado após a década de 1960 (MONZONI, 2010; EPSTEIN, 1987). Uma das possíveis atribuições a isso, é o aumento efetivo do debate acerca de questões ambientais e ecológicas no pós guerra, bem como dos direitos civis, direito das mulheres e outras questões de cunho social (MONZONI, 2010; SARTORE, 2012a; 2012b).

A partir da década de 1970 inicia-se uma busca por modelos de desenvolvimento que trouxessem justiça social e o uso sustentável de recursos naturais, promovendo debates e diversos eventos mundiais, especialmente com o apoio da ONU (MONZONI, 2010). Por isso, além de reconhecidos como de Investimentos Socialmente Responsáveis, ou em inglês, *Socially Responsible Investment* (SRI), também são referenciados como sustentáveis, verdes ou éticos (ORSATO *et al.*, 2014; FUNG; LAW; YAU, 2010) assim, entende SRI como:

[...] um termo abrangente para investimentos e estratégias de investimento que levaram em consideração a tentativa de criar mudanças sociais positivas, minimizar os danos ambientais e incorporar crenças religiosas ou éticas (FUNG; LAW; YAU, 2010, p. 1).

Sua primeira onda é marcada pelo boicote aos investimentos em empresas que tinham ligações com armamento para a Guerra do Vietnã ou apoiavam

o Apartheid na África do Sul (BECKER; MCVEIGH, 2001; EPSTEIN, 1987; MONZONI, 2010; WARING; LEWER, 2004; HILL, 2020). Com isso, setores de arma, fumo, pornografia, bebidas alcólicas e outros, incluindo empresas de grande impacto ambiental, passam a serem marginalizados da carteira desses fundos (MONZONI, 2010; SARTORE, 2012a). Esse foi o primeiro grande “empurrão” para que as empresas começassem a buscar uma melhor imagem e reputação, além investirem em alternativas limpas e ecoeficientes (MONZONI, 2010; MARCONDES; BACARJI, 2010).

O crescimento dos fundos SRI nas décadas seguintes é atribuído às preocupações com poluição, destruição ambiental, conscientização sobre riscos do tabaco e da produção de armamento (WARING; LEWER, 2004). Essa pode ser considerada uma segunda onda de SRI, que se desenvolve alinhado ao conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório de Brundtland - *Our Common Future* (WCED, 1987). Nesse sentido, setores como energia eólica e solar, reciclagem e biotecnologia ganham espaço e passam a ser alvo de investimentos promissores. Essa onda é consolidada no Rio-92 na tentativa de unificar desenvolvimento econômico, justiça social e ambiente equilibrado. Conforme Sartore (2012a; 2012b) acrescenta, esse incentivo passa a produzir o *positive screening*, ou seja, alinhar uma valorização da performance econômica com a ambiental, ao invés de apenas discernir entre aquilo que pode ser considerado ético ou não.

No Brasil, as primeiras iniciativas compreendidas como de Investimentos Socialmente Responsáveis foram os Fundos Ethical FIA do Banco ABN Amro Real, e o Fundo Excelência Social do Itaú e o Instituto Ethos entre o fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000 (SAUERBRONN; SAUERBRONN; PAULA, 2009). Além disso, outras iniciativas de gestão sustentável no ambiente internacional como a *Global Reporting Initiative* (GRI), a normal AccountAbility AA1000 e a SA8000 da Social Accountability International também surgem nesse período como uma forma de auxiliar e fornecer parâmetros de práticas sustentáveis no meio empresarial, assim como as certificações ISO 14000 de gestão ambiental e ISO 26000 de responsabilidade social (MONZONI, 2010; SARTORE, 2012b).

Conforme Fung, Law e Yau (2010, p. 2, tradução nossa) afirmam, SRI tornou-se “o segmento de crescimento mais rápido no mercado financeiro nos últimos anos”. Para isso, juntamente com líderes corporativos e investidores institucionais, instituem algumas métricas *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou seja,

métrica que envolvem meio ambiente, social e governança, de maneira a documentar e monitorar dados não financeiros com abrangência mundial.

O termo ESG é reconhecido e difundido por meio do relatório do Pacto Global no ano de 2004, traçando direcionamentos mais claros para performances e desempenhos nos investimentos socialmente responsáveis (HILL, 2020):

O investidor ou gestor de fundos investe em dívida pública e / ou ações, geralmente por meio de fundos mútuos ou fundos negociados em bolsa. A carteira geralmente tem o objetivo de obter uma taxa de retorno de mercado, ao mesmo tempo que investe em ativos com pontuação favorável em fatores ESG (HILL, 2020, p. 14).

Com a inclusão das noções de ESG, há uma substituição do ideal de exclusão de empresa, para o investimento que incluiu uma abordagem geral em torno dos portfólios empresariais (HILL, 2020). O intuito dessa incorporação é obter redução de risco, sustentabilidade e, também, retornos financeiros de longo prazo (FUNG; LAW; YAU, 2010; WARING; LEWER, 2004).

Conforme tem sido observado, a construção de portfólios ESG tem sido uma das abordagens mais comuns, amplamente aceita e difundidas no mercado (ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016). Uma das principais razões para isso, baseia-se na ideia de que “agrega facilmente grandes conjuntos de dados de painel a uma única dimensão de série temporal. Isso permite a aplicação do ativo básico modelos de precificação. Além disso, fornece uma estratégia de negociação direta para os investidores” (HALBRITTER; DORFLEITNER, 2015, p. 28, tradução nossa).

Assim, pode-se compreender que a inserção de ESG movimentou e orienta uma terceira onda de SRI, que apesar de ter iniciado nos fins dos anos 1990, ganhou força no início dos anos 2000 e já está consolidada e com altos níveis de investimento: “Seus administradores definiam as carteiras avaliando as empresas por meio de critérios ambientais, sociais e de governança, ampliando o leque de análise dos impactos das empresas na sociedade” (MONZONI, 2010, p. 10).

A partir da noção de ESG, a Iniciativa Financeira da Organização das Nações Unidas (ONU) apoia o desenvolvimento do PRI (Principles for Responsible Investment) ou, em português, os Princípios para Investimentos Responsáveis, desenvolvido no ano de 2006. Segundo a ONU (2019, p.4), o objetivo dos princípios é “compreender as implicações do investimento sobre temas ambientais, sociais e de governança, além de oferecer suporte para os signatários na integração desses temas com suas decisões de investimento e propriedade de ativos”. Dessa forma, o PRI atua

por meio de signatários que adotam esses princípios em suas práticas de investimentos, sendo criado por investidores pelo apoio da ONU para alcançar o Pacto Global e contribuir com o meio ambiente.

Em 2019, o PRI contava com com mais de 1.400 signatários em mais de 50 países, representando US\$ 59 trilhões em ativos. Os princípios são: Incorporação dos temas ESG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão; pró-atividade na incorporação de temas ESG às políticas e práticas de propriedade de ativos; divulgação dos temas relacionadas aos temas ESG; promoção e a aceitação e implementação dos Princípios dentro do setor do investimento; união para ampliar a eficácia na implementação dos Princípios; e divulgação dos relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos Princípios (PRI, 2019, p.4). O PRI atualmente também conta com a orientação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis promovido pela ONU desde 2015.

Outra iniciativa de abrangência parcialmente global, criada em 2012, é a GSIA (Global Sustainable Investment Alliance), uma colaboração internacional de membros de organizações de investimentos sustentáveis. Apesar de não incluir a América Latina, a aliança é a única instituição que o único relatório que agrupa os resultados de estudos de mercado de fóruns regionais de investimento sustentável da Europa, Estados Unidos, Japão, Canadá e Austrália e Nova Zelândia (GSIA, 2018). Para isso, considera os investimentos sustentáveis como “uma abordagem de investimento que considera fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) na seleção e gestão de portfólio” (GSIA, 2018, p.7). Entre 2016 e 2018, avaliou-se que os ativos de investimento sustentável nos cinco principais mercados estavam em US \$ 30,7 trilhões no início de 2018, um aumento de 34% (GSIA, 2018).

Juntamente com essa gama de iniciativas e fundos baseados em ESG, surgem índices de sustentabilidade nesse cenário, comumente empregados com o intuito de avaliar o desempenho de empresas dentro de um ou mais conjuntos de pares comparáveis, além de propiciar a construção de produtos de investimentos responsáveis (CLEMENTINE; PERKINS, 2020). Assim, apesar de serem confundidos, os fundos de Investimentos Socialmente Responsáveis e os índices possuem diferenças entre si. O primeiro deles, os RSI — como são referenciados — funcionam como uma espécie de produtos ofertados por instituições financeiras para captar recursos, entretanto, que levam em conta os retornos financeiros alinhados aos benefícios sociais e ambientais. Já os índices, emergem como uma maneira de

consolidar uma carteira teórica de ações de empresas que representam esse comprometimento social e ambiental. Assim, os índices estão vinculados às bolsas de valores e realizam o papel de benchmark, ou seja, demonstram as referências no setor para auxiliar a tomada de decisão dos investidores (ORSATO et al., 2014).

O primeiro índice surgiu em 1999, quando a Bolsa de Valores de Nova York apresentou o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A sua avaliação consiste em aplicar pontuações de sustentabilidade nas organizações listadas na bolsa por meio da metodologia SAM Corporate Sustainability Assessment (CSA). Atualmente avalia aproximadamente 50% das empresas listadas na família dos índices S & P Global BMI (índice de mercado de ações globais), chegando a mais de 4,5 mil empresas por ano. A partir do escore de sustentabilidade, são elencadas as 10% melhores nos mais de 60 setores em nível global ou regional. Também vale ressaltar que nessa listagem não são excluídas organizações de nenhuma natureza (SPGLOBAL, 2020).

O segundo índice a ser criado foi o FTSE4good em 2001 em Londres. Também possui metodologia própria com 3 pilares e 14 temas, avaliando cerca de 7,2 mil empresas por ano a nível global. A metodologia da FTSE de avaliação de práticas de sustentabilidade é inspirada nas noções de ESG e se difere da DJSI ao excluir organizações do ramo de tabaco, armamento e carvão (FTSE RUSSEL, 2020). O terceiro índice criado foi o Índice de Responsabilidade Social (SRI) em Joanesburgo em 2003 que, apesar de ter sua atuação na África e África do sul, também se utiliza da metodologia de ranqueamento fornecido pela FTSE (JSE, 2020).

Então é somente em 2005 que o ISE é criado no Brasil, na época pela Bovespa (que passou a ser BM&F Bovespa e mais tarde B3). Na visão da própria B3, o ISE veio atender a demanda do mercado sobre a sustentabilidade, ao lado do Novo Mercado (iniciativa para estimular práticas em responsabilidade empresarial da BM&FBovespa), no sentido de promover mais transparência, prestação de contas e equidade aos investidores que se tornaram mais rigorosos com questões éticas na virada do século (MONZONI, 2010; MARCONDES; BACARJI, 2010). Inserir variáveis como social e ambiental à lógica econômica cria uma divisão entre aqueles investidores tradicionais e técnicos e, do outro lado progressistas e contemporâneos (SARTORE, 2010, 2012a). Para o ISE, a sustentabilidade se torna uma maneira de fazer negócios, de priorizar a vertente econômica e promover soluções que consigam

lidar com a complexidade social e os problemas ambientais (PINTO, 2010; MONZONI, 2010).

O quadro abaixo resume a diferença entre o ISE e os demais índices criados anteriormente à ele, considerando a sua metodologia de seleção.

Quando 1 – Características dos índices

	Data de fundação	Abrangência	Critério de seleção	Exclusão por natureza de atividade
Dow Jones Sustainability Index	1999	Global, nacional e regional	10% melhores em ESG em 64 setores da Bolsa de Nova Iorque. Metodologia SAM Corporate Sustainability Assessment (CSA). Cerca de avaliação de 7,3 mil empresas globais/ ano.	Não há exclusão por natureza
FTSE4Good Index Series	2001	Global e regional	FTSE Russell ESG Ratings - elege aquelas que obtém melhores scores - TOP 30. Mais de 4mil empresas/ ano.	Há exclusão de tabaco, armas e carvão
Johannesburg Stock Exchange	2004	África / África do Sul	FTSE Russell ESG Ratings - elege aquelas que obtém melhores scores (Minimum ESG score of 2.9) - TOP 30	Há exclusão de tabaco, armas e carvão
Índice de Sustentabilidade Empresarial B3	2005	Brasil	Apenas as 200 ações mais líquidos da bolsa. São elencadas até 40 empresas. Metodologia própria de questionários.	Até 2020, manteve uma dimensão de natureza de produto. Em 2021, tem sua metodologia reformulada.

Fonte: SAM CORPORATE SUSTAINABILITY ASSESSMENT, 2020; FTSE RUSSEL, 2020; SPGLOBAL, 2021; ISE, 2020b; JSE, 2021.

Com a crise estadunidense e a quebra de fundos tradicionais americanos, as práticas de SRI se mostraram como uma oportunidade de cooperação e uma maneira de reformular e trazer uma nova linguagem ao mercado financeiro, uma vez que o índice indicou perenidade e rentabilidade nos negócios superior aos demais índices e categorias. Há existência de controvérsias de que o caráter ético e socialmente responsável seja o único fator que assegura os bons resultados nesse momento de crise. Porém, é apontado como uma característica que deu forte impulso para promover os índices (MAIA *et al.*, 2017). Por esse viés, os índices se tornam autoridades para esse mercado, ou ainda, dominantes em um recorte desse espaço financeiro, no qual se tornam capazes de produzir também ideologias dominantes.

Uma possível crítica que vem sendo apontada é que todas as iniciativas se baseiam na ideia de ESG, entretanto, que apresenta falhas na capacidade de definir, medir e relatar desempenhos relativos aos investimentos sustentáveis. Além disso, autores também defendem o quão desafiador é apontar o progresso das empresas nesses termos (CLEMENTINE; PERKINS, 2020). Como abordado em sustentabilidade nas organizações, há uma dificuldade em definir o que é essa sustentabilidade no âmbito corporativo, e assim, tende as divergências tendem a ser apresentadas também em suas métricas, como é o caso de ESG. Enquanto “alguns dos fundos simplesmente adicionaram um suplemento ESG a um processo de investimento existente, [...] outros adotam uma abordagem mais orientada para resultados [...]” (HILL, 2020, p.168), projetada de maneira a contribuir com a sustentabilidade junto ao retorno financeiro. Assim, há aqueles investidores que optam por fundos ESG que são focados nos resultados. Cada fundo de investimento em ESG tem prioridades e maneiras diferentes de medir ou mensurar esses fatores, seguido pela avaliação do desempenho de cada empresa.

As considerações de ESG são multidimensionais, provenientes de diferentes áreas, como os impactos em relação ao ar, a água, o uso de energia e o meio ambiente, as práticas com funcionários e clientes, a promoção da igualdade de gênero e minoria, políticas de treinamento e contratação, relação com públicos de interesse, entre vários outros aspectos. Para isso, organizações e serviços terceiros surgem com o intuito de padronizar, estruturar ou normatizar os desempenhos de ESG, como é o caso do GRI (Global Reporting Initiative), padrão de reporte utilizado pelas empresas listadas no ISE, além do Pacto Global das Nações Unidas, Diretrizes das OCDE, Organização Internacional para padronização (ISO 26000), The

Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e mais uma gama (HILL, 2020). Essas ferramentas fazem parte do universo de iniciativas que promovem os investimentos socialmente responsáveis, porém, que também tem sido alvo de críticas e divergências (ESTY; CORT, 2017; CORT; ESTY, 2020; CLEMENTE; PERKINS, 2020).

Acredita-se que parte das divergências reside na expectativas e interesses dos investidores, que variam ao menos em cinco diferentes propósitos. Estima-se que há ao menos cinco tipos de investidores que possuem perfis e interesses diferentes e que as metodologias de score e avaliação dessas empresas não conseguem responder a esses diferentes interesses (ESTY; CORT, 2017; CORT; ESTY, 2020). Na proposta formulada por Esty e Cort (2017), o investidor sustentável *alpha* é aquele que acredita que a sustentabilidade lidera o mercado em performance e está interessada na entrega de valor aos stakeholders. O investidor *smart beta* prioriza a sustentabilidade porque tem expectativa de menores riscos e menor volatilidade. Os ativistas querem mover a sociedade por meio dos investimentos sustentáveis, por isso, valorizam transparência e materialidade. Os investidores de *screening* estão preocupados com a natureza do negócio, por isso excluem organizações danosas e se diferenciam pelo seu produto, preocupados em classificações e fluxos principais. Por último, os investidores de impacto que esperam não apenas retorno financeiro, como também querem ver resultados sociais e ambientais, para isso estão dispostos a sacrificar algum nível de sucesso no mercado em prol de impactos positivos (ESTY; CORT, 2017; CORT; ESTY, 2020).

Por último, uma terceira razão das diferentes experiências empíricas está na deficiência dos dados gerados. Há pouca confiança, ainda, por parte dos investidores em torno dos dados conceitualmente equivocados ou construídos de maneira inadequada. As principais queixas sobre esses padrões, tanto utilizados por empresas terceirizadas ou agências ranqueadoras, residem na falta de quantificação de muitas informações relacionadas à percepção dos stakeholders; faltas de medidas que rastreiam o impacto de produtos e serviços, além de que eles se concentram em medir e reduzir seu impacto e não fornecem diretrizes para aproveitar reconhecer e aproveitar novas oportunidades sustentáveis, ou seja, não direcionam para o futuro. Em termos de metodologia ESG, ao entrevistar diversos investidores e empresários, percebe-se que há grandes falhas que geram inconsistências; uma grande maioria de questões materiais permanecem voluntárias deixando lacunas e não atendendo aos

gaps; falta de verificação eficaz sobre o que é declarado e há falta de normalização de benchmark para que haja uma comparação significativa (ESTY; CORT, 2017; CORT; ESTY, 2020).

O que Cort e Esty (2020) defendem é que não deveria haver uma homogeneização das métricas, mas sim, compor um menu que atendam aos diferentes interesses de investidores, entretanto, que deve seguir padrões governamentais e de entidades de validação. Além disso, defendem a necessidade de tratamento intangível e de aspectos também qualitativos e informações descritivas que auxiliem na compreensão sobre a mensuração de dados baseados no composto ESG (CORT; ESTY, 2020).

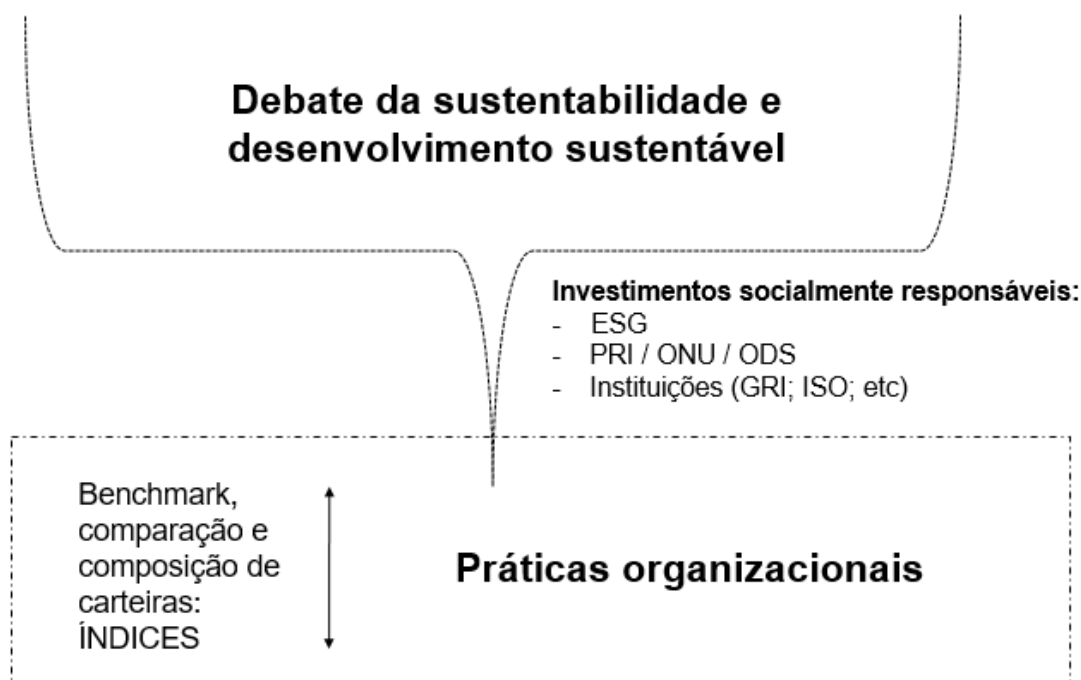
Conforme Sartore (2010, 2012a) destaca, apesar da sociedade se apresentar a partir de debates heterogêneos sobre as boas intenções trazidas pelos fundos éticos e investimentos socialmente responsáveis, eles acabam apresentando informações unilaterais. Essa visão, leva à compreensão de que os debates acontecem e são promovidos a partir de agentes dominantes com suas linguagens igualmente dominantes. A partir disso, presume-se que interesses particulares de um grupo passam a ser compreendidos como interesses neutros e nacionalmente reconhecidos nessa rápida difusão sobre o tema (LARA; OLIVEIRA, 2017; SARTORE, 2010, 2012a).

Nesse ponto, reside um dos pontos mais interessantes em compreender o ISE a partir de uma análise bourdieusiana. Essa difusão unilateral sobre a nomeação da sustentabilidade e investimentos socialmente responsáveis se dá por uma lógica sustentada por práticas e discursos capazes de configurar e reconfigurar o entendimento legítimo desses conceitos, e como sua aplicação deve ser feita, pesquisada, mensurada ou controlada (BOURDIEU, 2004a, 2009).

2.4 ARGUMENTO DE PESQUISA: O ISE COMO UM CAMPO À LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Articulando os conceitos até aqui apresentados, é possível conectá-los e estabelecer uma relação na sustentação do ISE enquanto um campo. O primeiro ponto é relacionar de que maneira os conceitos de organização, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e investimentos socialmente responsáveis se relacionam.

Figura 1 – Articulação entre os conceitos de organização, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e investimentos socialmente responsáveis



Fonte: desenvolvido pela autora

A Figura 1 demonstra que existe um debate amplo que foi propiciado pela necessidade de sustentabilidade, abordada por diversos eventos que reconheciam a existência de problemas de ordem ambiental e social, motivado por uma crise ambiental (DOVERS, 1996; PIERRI, 2001). O conceito de desenvolvimento sustentável proposto pela WCED em 1987 popularizou o debate, que passou a ser alvo de diferentes instâncias, como governos, nações e organizações (BARNERJEE, 2003; MEBRATU, 1998). Entretanto, a compreensão sobre o que esses conceitos representam, para que se alcance as práticas nas organizações está mediada por instituições e outras formas de organizações (para além das corporações), que buscam estabelecer padrões, métricas e mensuração de performance e desempenho, como é o caso do GRI, das certificações ISO e assim por diante (ANTOLÍN-LÓPEZ; DELGADO-CEBALLOS; MONTIEL, 2016; SCHALTEGGER et al., 2014; ESTY; CORT, 2017; CORT; ESTY, 2020; HILL, 2020; SARTORE, 2012).

Os índices, como é o caso do ISE no cenário brasileiro, atua como uma ferramenta de benchmarking, ou seja, dentro dos investimentos socialmente responsável em fundos e bolsas de valores, os índices são aqueles que compõem as

carteiras teóricas capazes de comparar a atuação dessas organizações, já permeadas pelos instrumentos de padronização. Portanto, o ISE exerce o papel de ranqueamento e de hierarquização dessas empresas que estão num espaço especificamente situado a partir de suas práticas organizacionais em torno da sustentabilidade (ORSATO et al., 2014).

Dessa forma, o objeto de pesquisa, o ISE, é defendido como uma campo nesse macrocosmo, ou seja, um espaço micro a ser analisado pela sociologia bourdieusiana, conforme o esquema a seguir:

Figura 2 – Representação do campo



Fonte: desenvolvido pela autora com base em Bourdieu (2004; 2008a; 2009)

Conforme apresentado, os campos são defendidos como recortes do espaço social, atuando como “mundos’ relativamente autônomos” (BOURDIEU, 2004a, p. 35). Para isso, se configuram com leis próprias, contendo uma lógica particular de funcionamento (BOURDIEU, 1983, 1989, 2004a). O que se observa, é que a premissa básica para formatação de qualquer campo reside na existência de um interesse, em que agentes e estruturas se colocam à disposição para disputar um certo jogo a favor desse interesse (BOURDIEU, 2004a, 2004b). Na Figura 2, o espaço redonda representa o recorte desse espaço, que não deixa de influenciar ou configurar relações fora do espaço social e, por isso, é representado pela linha pontilhada.

Nesse ponto, parte-se da ideia de que a sustentabilidade integra uma agenda que organiza espaços sociais, onde estão organizações socialmente construídas, que configuram as estruturas de percepção e apreciação da realidade, bem como esquemas práticos para a ação (BOURDIEU, 1989, 2004a, 2009; MEBRATU, 1998). A fragilidade do conceito de desenvolvimento sustentável é apontado como uma abertura para que diferentes indivíduos, grupos e organizações realizem esforços em uma disputa semântica e ideológica para orientar o conceito da maneira que melhor atende seus interesses (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2020; MEBRATU, 1998; O'CONNOR, 2002).

O reconhecimento em torno da sustentabilidade oferece assuntos polêmicos que dão origem a diferentes jogos de interesses e, portanto, diferentes campos (BOURDIEU, 2004a). Conforme Bourdieu (1989) afirma, indivíduos ou grupos, que desempenham ora papel de estruturas, ora papel de agentes no campo, estão envolvidos em uma “luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O recorte do ISE enquanto campo é defendido à medida que crescem os investimentos considerados socialmente responsáveis e faz com que o reconhecimento e o ranqueamento das organizações enquanto sustentáveis se torne um interesse a ser percorrido. Assim, como os demais índices poderiam ser considerados outros campos, que atuam com interesses semelhantes mas possuem regras de atuação diferentes, por meio de suas metodologias que divergem. O ISE está tão relacionado aos ganhos financeiros, quanto está intimamente conectado à construção de uma imagem e reputação às organizações e ao mercado financeiro (MARCONDES; BACARJI, 2010; CRISÓSTOMO; CARNEIRO; GOMES, 2018). Sartore (2010; 2012a) ainda acrescenta que os investimentos socialmente responsáveis conferem um novo cognitivo ao imaginário coletivo sobre esse mercado brasileiro.

Assim, o espaço social é formatado por agentes e estruturas que reconhecem a sustentabilidade, onde estão os representantes de um mercado financeiro que têm o interesse em incentivar os investimentos socialmente responsáveis em uma relação de ganha-ganha. O jogo de disputa está em torno do ranqueamento das práticas organizacionais sustentáveis que possam propiciar a eles

vantagens e benefícios nesse universo particular, por uma abordagem que privilegia o *status quo* (BOURDIEU, 1989, 2004a, 2009; DYLLICK; MUFF, 2016; FUCHS, 2017; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; MEBRATU, 1998).

A introdução do campo como um recorte microsociológico é o que permite defender “a ideia de que as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital” (BOURDIEU, 2004a, p. 35). O poder de nomeação sobre a sustentabilidade é fornecido por aqueles que ocupam um espaço de dominação nesse campo, que Bourdieu (1989) defende que só é possível a partir do capital simbólico, mas que também é nomeado e influenciado por esse macrocosmo. O capital simbólico é, com efeito, um tipo de capital que só se faz possível a partir do “depósito” de um crédito em agentes e estruturas que deixam que esses dominantes falem pelo campo (BOURDIEU, 1989). Por esse viés, pode-se interpretar que os dominantes do campo que possuem este tipo de capital, ou seja, os representantes que falam pelo ISE, tem a capacidade de definir o que são consideradas práticas sustentáveis para todos que participam desse campo (ou almejam participar). Geralmente essa nomeação se dá como caráter universal, enquanto representa uma minoria dominante elencada por sua metodologia (BOURDIEU, 1989).

Entretanto, para compreender essa relação, se faz necessário reconhecer que existem vários tipos de capitais ou, em outras palavras, diferentes propriedades capazes de melhorar a posição de agentes e estruturas. O capital simbólico é possível a partir da articulação de um ou mais tipos de capitais de acordo com quantidade e peso relativo de cada um (BOURDIEU, 1983, 2004a). Interpreta-se que as organizações se utilizam de recursos econômicos, sociais e culturais na tentativa de serem listadas no ISE e receber de investimentos privados na B3. Assim, os capitais atuam como propriedades capazes de fornecer às organizações uma melhor capacidade de cumprirem os requisitos que constam na metodologia do ISE. Além disso, os capitais são as unidades que possibilitam maior ou menor grau de agência e improvisação de representantes que falam por elas, ou seja, de influenciar nos critérios e na participação do ISE (BOURDIEU, 2004a).

Ao fornecer essa relação entre capitais do campo e capital simbólico, o conceito de *habitus* é o que possibilita tal conexão entre simbólico e objetivo, uma vez que explica a incorporação de disposições no campo (BOURDIEU, 2004a, 2009). Ao serem admitidos no campo, ou seja, ao serem listadas no ISE, as organizações se

submetem aos requisitos necessários na tentativa de obterem essa legitimação de organizações sustentáveis e esse processo é o que garante que a organização simbólica do campo seja mantida (ortodoxia) (BOURDIEU, 2009). Por meio do *habitus* do campo, são fornecidos aos agentes as melhores probabilidades para suceder nesse jogo de relações e interesses, levando à dedução de que o *habitus* carrega sempre consigo a cumplicidade ontológica do mundo que o produz. Em outros termos, o *habitus* é o que garante que participantes do ISE compreendam o mundo de determinada maneira e passam a agir de determinada forma conforme lhes é dito. Assim compreendem e praticam a sustentabilidade conforme é exigido pelo ISE (BOURDIEU, 1989, 2004a, 2008a, 2009).

Dessa forma, o *habitus* passa a ser o principal gerador da prática, fornecendo às organizações um determinado senso prático a partir da experiência e da vivência no campo (BOURDIEU, 2008a, 2009). Pode-se dizer, que esse é um dos pontos altos da sociologia bourdieusiana, porque é o que auxilia a compreender de que forma as práticas em torno da sustentabilidade se tornam cada vez mais homogêneas em prol de atender interesses de grupos específicos. Essa espécie de intuição, antecede a prática das organizações na tentativa de obter o prestígio necessário entre os dominantes do campo, sendo, neste caso, aqueles que representam o ISE (BOURDIEU, 2008a, 2009).

Assim, parte-se do pressuposto que o ISE fornece um determinado *habitus* às organizações, que passam a agir e colocar em prática a sustentabilidade da maneira com que é padronizada por seus representantes. Entretanto, a sustentabilidade é nomeada de maneira seletiva e interessada, o que a leva a ser visualizada de maneira universal se não compreendida por meio de suas relações de poder, de lutas e de forças. Os conceitos de campo, *habitus* e capitais fornecem os aparatos para a interpretação dessas relações de maneira pragmática, praxiológica, reflexiva e relacional (BOURDIEU, 2004a, 2009; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008a).

Naturalmente, as relações sociais emergem, uma vez que o ISE é constituído por organizações e seus representantes, sendo construções sociais a partir de indivíduos a base de diferenciação e distribuição de seus capitais. Suas relações de poder são identificadas a partir da violência simbólica que é exercida na imposição de uma determinada ordenação, ou seja, as adaptações práticas para que se enquadrem dentro dos requisitos necessários para ser conhecido como sustentáveis pelo ISE (BOURDIEU, 1983, 1989). As organizações estão sujeitas a

essa violência a partir do momento que precisam agir de acordo com o que é pedido em torno de gestão e sustentabilidade, comprovada por meio dos relatórios e dos questionários que são exigidos pelo ISE.

Por esse viés, existem lutas internas para o sentido do jogo, ou seja, mobilização de organizações na tentativa de alterar as regras ao seu favor. Conforme é exposto anteriormente, as metodologias de seleção do ISE passam por adaptações e atualizações conforme a subversão das organizações (B3, 2015; MARCONDES; BACARJI, 2010; MONZONI, 2010). Isso demonstra que o campo também é mantido por suas relações de força, uma vez que o ISE passa a ser financeiramente sustentado por taxas de inscrição e participação das organizações. À medida que o ISE compreende sua capacidade de controle limitada ou ameaçada, ele passa a se atualizar e rever sua metodologia. Nesse sentido, visualiza-se que existe uma dependência entre dominantes e dominados, que estão em constantes negociações, travando essas relações de poder, de lutas e forças (B3, 2015; BOURDIEU, 1989).

Por último, o campo se configura como um microcosmo, que possui maior ou menor grau de autonomização e diferenciação em relação ao macrocosmo. Pode-se dizer que o processo de autonomização acontece quando o campo consegue se libertar de pressões e ordenações simbólicas expostas pelo macrocosmo (BOURDIEU, 2004b). Por esse viés, verifica-se que o contexto de globalização e mundialização, conforme Bourdieu (1998b) afirma, é uma extensão do domínio de poucos, que fica a cargo de um conjunto de praças financeiras nacionais. O eixo euro-americano sobre o mercado financeiro e sobre a sustentabilidade prevalece sobre as compreensões nacionais (BORIM-DE-SOUZA *et al.* 2020; BOURDIEU, 1998a, 1998b; FUCHS, 2017).

Ao compreender o ISE enquanto um campo, nota-se que os seus apoios conceituais estão alinhados com os demais índices internacionais, como é caso do Dow Jones Sustainability Indexes (MONZONI, 2010). Além disso, sua metodologia segue um padrão quantitativo que se baseia nas ideias de performance e desempenho (DYLLICK; MUFF, 2016).

Esforços internacionais, como é o caso do PRI e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, organizações como GRI e padronizações de ISSO, entre outros, tendem a evidenciar que há uma adesão cada vez maior por um mesmo entendimento sobre o que é o desenvolvimento sustentável e sobre como suas práticas devem acontecer, sem que haja uma problematização

sobre as diferentes realidades (FUCHS, 2017). Com isso, parte-se do pressuposto de que há a incorporação dessas influências externas no ISE, seguindo um padrão que respeita as ordens de mundialização (BOURDIEU, 1998a; DYLLICK; MUFF, 2016). Com isso, considera-se que há uma forte relação entre o microcosmo em relação ao macrocosmo, ou seja, no ambiente em que o ISE está imerso (BOURDIEU, 2004b).

De maneira a comprimir com os objetivos propostos nesta pesquisa, a próxima seção tem como intuito apresentar os procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Embora a descrição dos procedimentos metodológicos venha organizado a seguir nesse capítulo, cabe ressaltar que a prática científica, orientada pelo posicionamento onto-epistemológico assumido nessa pesquisa desde seu início, toma partida na própria consciência da existência de um senso comum que oferece barreiras para o pensamento científico. O seu rompimento se dá pelo conhecimento teórico, sendo este parte do processo da construção do objeto de pesquisa, conforme Bourdieu (2004a) se posiciona:

Esse espaço das tomadas de posição científicas (e epistemológicas) sempre comanda as práticas, ou em todo caso sua significação social, quer saibamos ou não disso - e com certeza tanto mais brutalmente quanto menos o sabemos. E a tomada de consciência desse espaço, isto é, da problemática científica como espaço dos possíveis, é uma das condições primeiras para uma prática científica consciente de si mesma, logo, controlada (BOURDIEU, 2004a, p. 44)

Nesse sentido, verifica-se que um dado empírico qualquer só assume o papel de prova ou de evidência em função de um corpo de hipóteses, obtido a partir do conjunto de pressuposições teóricas. Isso revela que mesmo a teoria se configura enquanto prática, assumindo a necessidade de retirar deles as propriedades gerais capazes de ir além das representações oficiais frequentemente inscritas nas instituições, nas organizações sociais e nos indivíduos (BOURDIEU, 1989).

De maneira que seja possível uma superação da dicotomia teoria e empiria proposta na sociologia bourdieusiana, o primeiro item desta seção tem como premissa apresentar o rompimento com o discurso da prática científica, o qual tornará o processo de reconhecimento do posicionamento onto-epistemológico e a perspectiva de compreensão da realidade possíveis. Os demais itens apresentam, respectivamente: classificação geral da pesquisa; estratégia de pesquisa; orientações temáticas; o acesso às informações da realidade pela perspectiva bourdieusiana; e, por fim, a forma de análise escolhida.

3.1 O DISCURSO DA PRÁTICA CIENTÍFICA

Na sociologia bourdieusina, há a compreensão de que teoria e empiria se constituem uma só, antes de tudo, justificada por sua “inversão da relação entre teoria e experiência que o racionalismo aplicado rompe com a epistemologia

espontânea” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 74). Compreende-se que a razão é aquilo que rompe com o olhar mais superficial sobre os fatos sociais.

Bourdieu (1989) defende que sejam evitados os fetichismos de protocolo, argumentando que rigidez e rigor não devem se confundidos. Enquanto a rigidez é aquilo que engessa a própria prática científica ao vetar diversos recursos dentre os vários que as tradições intelectuais propiciam, e também àqueles propostos por tradições vizinhas, como a economia, a história e assim por diante, o rigor deve-se basear na noção de vigilância epistemológica ao realizar o exercício de apreensão da realidade (BOURDIEU, 1989). Nota-se que, aqui essa perspectiva foi adotada para propiciar o alcance de uma contribuição à administração, justamente visando o rigor necessário capaz de fornecer um novo olhar para o ISE.

Para isso, foi considerado que as operações práticas são aquelas que permitem rupturas à epistemologia tradicional ou espontânea, sendo a ruptura compreendida como a “conversão do olhar” (BOURDIEU, 1989, p. 49). Esse processo se torna possível somente por e pela prática a partir do conhecimento teórico e reflexivo como base, uma vez atualizado o primado epistemológico da razão que opera nos esquemas práticos para que a pesquisa se desenvolva. Portanto, esse processo, que pode ser reconhecido como prática científica, é o que instaura a relação entre razão e experiência (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010) defendem que na prática científica das ciências sociais os fatos (ou ainda, os objetos de pesquisa) devem ser conquistados, construídos e constatados. No primeiro momento, ao conquistar o fato é necessário fazê-lo com rupturas e cessar com julgamentos. Assim, a partir das propostas de Durkheim, o primeiro rompimento a ser feito é do senso comum por noções primárias científicas, uma vez que o objeto está na relação social e nunca é puro em conhecimento, se apresentando a partir de configurações vivas, passíveis de várias interferências da percepção e vivência humana. Para isso deve-se romper com as relações mais aparentes e recusar falsas aderências:

[...] o princípio da não consciência impõe que seja construído o sistema das relações objetivas nas quais os indivíduos se encontram inseridos e que se exprimem mais adequadamente na economia ou morfologia dos grupos do que nas opiniões e intenções declaradas dos sujeitos. Não é a descrição das atitudes e opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. Esse

objetivismo provisório que é a condição da apreensão da verdade objetivada dos sujeitos é também a condição da compreensão completa da relação vivida que os sujeitos mantêm com sua verdade objetivada em um sistema de relações objetivas (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 29).

Para que o objeto seja construído, se reconhece que o ponto de vista é o que cria o objeto, contrapondo a ideia usual de unidades de análises pré concebidas. Nesse sentido a constatação do fato também acontece no processo de pré-construção por meio da percepção do pesquisador, gerando os fatos científicos. Por meio da analogia, compreendida como uma depuração formal das relações em que os objetos são definidos, é possível estabelecer modelos teóricos comparativos. A potencialidade dessa técnica reside na sua capacidade de “servir-se da hipótese de analogias de estrutura entre os fenômenos sociais e fenômenos já formalizados por outras ciências”, tonando esses objetos inteligíveis (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p.67)

Contrapondo o modelo empirista, não há uma dissociação dos atos ou, ainda, uma representação seccionada das operações técnicas. Sendo que o próprio processo de percepção racional de rompimento epistemológico já leva à conquista, construção e constatação dos fatos científicos. Dessa forma, parte-se do pressuposto que

[...] modelo teórico é inseparavelmente construção e ruptura já que é necessário ter rompido com as semelhanças fenomenais para construir as analogias profundas e já que a ruptura com as relações aparentes pressupõe a construção de novas relações entre as aparências (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 74).

Na presente pesquisa, o caminho que se opta para compreender o princípio da não consciência e permitir rupturas à epistemologia tradicional, garantindo que haja a conquista do objeto proposto, consiste no apoio às noções de reflexividade e análise relacional, uma vez que essas técnicas, conforme apresentado no capítulo de sociologia bourdieusiana, permitem atender aos primeiros preceitos de uma prática científica.

A reflexividade obsessiva, pode ser compreendida como “a condição de uma prática científica rigorosa” (BOURDIEU, 1989, p. 42), enquanto a análise relacional visa apreender os espaços sociais a partir das distribuições de propriedades entre indivíduos, identificando possíveis agentes e estruturas e como estes se relacionam em um determinado espaço-tempo (BOURDIEU, 1989).

No intuito de descrever um campo, como um espaço mantido por uma espécie de sistema de hábitos intelectuais, o presente trabalho, inicialmente, busca

trazer um resgate de perspectivas sobre a sustentabilidade e a apresentação de vieses que contribuam com o rompimento de uma visão do senso comum. Nesse sentido, o fato científico é conquistado por meio do resgate teórico e histórico que é realizado em torno da sustentabilidade e do ISE. O ISE é então compreendido enquanto um importante elemento de nomeação e legitimação do que é a sustentabilidade para organizações e indivíduos envolvidos nesse crescimento de investimentos compreendidos como socialmente responsáveis.

No entanto, o fato científico só se constrói e se constata a partir da sua releitura por meio do aparato conceitual e teórico fornecido pela sociologia bourdieusiana, capaz de permitir esse novo olhar. Com o objetivo de descrever o ISE enquanto campo, assume-se que o campo é o aparato teórico capaz de possibilitar a visualização relacional, conforme o autor traz:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das propriedades (BOURDIEU, 1989, p. 27).

Essencialmente porque o campo é aquilo que permite a reconstrução das relações objetivas, capazes de fornecer e identificar posições relativas e como estas interagem ao manter um sistema simbólico de funcionamento desse campo, nomeando e legitimando a sustentabilidade. Como autor sugere, “é o quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições” (BOURDIEU, 1989, p. 29) que serve como instrumento de construção desse objeto.

Reconhece-se que a sustentabilidade emerge da discussão da necessidade de controle de uma crise ambiental e é historicamente e coletivamente legitimada como um desses problemas, o qual exige uma releitura sobre esse fato. Para tal,

Como obter uma amostra num campo? Se, num estudo do campo da magistratura, não se considerar o presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou se, num estudo sobre o campo intelectual em França em 1950, não se considerar Jean-Paul Sartre, o campo fica destruído, porque estas personagens marcam, só por si, uma posição. Há posições de um só lugar que comandam toda a estrutura. (BOURDIEU, 1989, p. 40)

Dessa forma, recorre-se ao ISE como um índice capaz de fornecer essa amostra, assumindo o papel do próprio campo, que orientará na identificação dessas posições relativas no processo de desnaturalização de nomeação sobre a sustentabilidade, uma vez que se configura como o único índice em contexto brasileiro

e latino-americano da categoria. Para isso, discute-se os posicionamentos onto-epistemológicos e estratégias de pesquisa, conforme abordado nos próximos itens.

3.2 POSICIONAMENTO ONTO-EPISTEMOLÓGICO

A sociologia bourdieusiana se apoia em pressupostos históricos, compreendendo a razão a partir de sua historicidade (BOURDIEU, 1989, 2004a). Nesse ponto, autores (BROADY, 1996; STEINMETZ, 2011) defendem que a sociologia bourdieusiana pode ser classificada como pertencente a ontologia historicista e uma epistemologia histórica:

Mas creio que vale mais colocá-la em jogo também, aceitar decididamente que a razão seja um produto histórico cuja existência e persistência são produtos de um tipo determinado de condições históricas, e determinar historicamente o que são essas condições. Há uma história da razão; isso não quer dizer que a razão se reduza à sua história, mas que existem condições históricas para o surgimento das formas sociais de comunicação que tomam possível a produção da verdade. A verdade é um jogo de lutas em todo campo (BOURDIEU, 2004a, p. 45).

Dessa maneira, “o núcleo da ontologia social bourdieusiana é a relação entre as estruturas sociais, *habitus* individual e prática” (STEINMETZ, 2011, p. 51, tradução nossa), sendo todos estes conceitos históricos em diferentes maneiras, conforme argumenta Steinmetz (2011). Primeiro porque esses conceitos designam objetos e estruturas que não são universais, mas sim, determinados em um espaço-tempo muito específico. Em segundo lugar porque esses conceitos são todos articulados como formas de história incorporada. Por último, sua ontologia, reconhecida como historicista, dá continuidade a uma epistemologia que está totalmente vinculada ao caráter social histórico.

A epistemologia histórica, como também é defendido por outros autores como Canguilhem e Bachelard, é apresentada por Broady (1996) como aquela que tem como princípio em tradução literal o “racionalismo aplicado”, ou seja, o trabalho se baseia na prática, mesclando teoria e empiria. Steinmetz (2011) também defende que o trabalho de Bourdieu equiparou história e sociologia de maneira inédita, sendo que o próprio se referenciava ao seu trabalho como uma sociologia histórica (BROADY, 1996).

Observa-se que a epistemologia histórica, defendida na sociologia bourdieusiana, recusa modelos prontos e pré-construídos, dando relevância e primazia às relações as quais os fatos científicos estão imersos e são construídos.

Assim, evita antinomias e adota o relativismo dentro de um sistema de relações objetivas para compreender a construção desses objetos em um exercício de reflexão das condições sociais do trabalho científico, sendo caracterizada como uma análise microsociológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010; BROADY, 1996).

A descrição do ISE como campo é o que permite, a partir das rupturas na compreensão teórica conceber um novo olhar, permitindo por meio da teoria uma relação empírica de releitura sobre o índice. Nesse ponto, esse trabalho respeitou a ontologia historicista e a epistemologia história ao se propor analisar o ISE como um objeto de pesquisa datado e situado em um contexto histórico, contrapondo ao debate da sustentabilidade e dos investimentos socialmente responsáveis que justificam a sua criação. Não recorreu à modelos prontos e explicativos, mas sim, reconstruiu a rede de relações objetiva que as organizações e o ISE estabelecem.

Além disso, nos objetivos específicos desse trabalho, ao buscar compreender as características do *habitus* do ISE, defendido enquanto campo, buscou-se na história os aspectos que são incorporados e orientam as práticas de sustentabilidade, sendo também caracterizado como uma análise de instância micro. Dessa maneira, o campo foi formatado a partir do *habitus*, dos capitais, da prática, da ação e do poder, que só são passíveis de compreensão por meio das incorporações históricas que se pretende compreender na análise desse trabalho.

3.3 PERSPECTIVA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE

Apesar de evitar rótulos, Bourdieu (2004a) afirmou que se considera um construtivista-estruturalista ou estruturalista-construtivista, o que significa que traz consigo a tradição estruturalista ao compreender que existem no mundo social sistemas simbólicos e estruturas objetivas que interferem na prática e na ação, independentemente da consciência ou da vontade de seus agentes. Essas estruturas objetivas também permeiam a maneira que a realidade é compreendida e concebida por esses agentes. Bourdieu também afirma que se apoia em um viés construtivista por compreender justamente a capacidade de agência a partir dos seus esquemas de percepção e classificação subjetivos, que moldam e estabelecem estruturas objetivas e, portanto, são capazes de alterar e interferir nas estruturas sociais (BOURDIEU, 2004a).

O presente trabalho adotou essa perspectiva de compreensão da realidade ao considerar as organizações como estruturas socialmente construídas por meio das práticas sociais que as configuram, reconfiguram ou as reproduzem dentro desse espaço relativo, que é o campo descrito (BOURDIEU, 2008a, 2009). Um ponto a se atentar é que o conceito de *habitus* é o que faz essa conexão entre aquilo que é subjetivamente incorporado e se torna objetivado por meio da prática e da ação, sendo as organizações intermediários nesse processo. Assim, o *habitus* assume a função de ser o gerador da prática e foi alvo de atenção para compreender a formatação do campo, suas estruturas e seus agentes (BOURDIEU; 2004a, 2009).

Dessa forma, o campo foi descrito a partir de suas histórias e trajetórias, bem como de seus agentes e estruturas, identificação de seus capitais, e seus embates sociais. Ao descrever essas relações objetivas, o que se obteve foi acesso às suas ordenações simbólicas, mantidas por esses elementos.

3.4 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

De maneira a descrever o ISE enquanto um campo a partir da orientações estabelecidas pela sociologia bourdieusiana, considera-se essa pesquisa de natureza aplicada, realizada por uma perspectiva qualitativa e abordagem descritiva.

Conforme Willig (2008, p. 9) destaca, a pesquisa qualitativa propõe “descrever e possivelmente explicar eventos e experiências”. Nesse caso, ao descrever o ISE enquanto campo aprofundou-se em suas relações e os elementos que estão nesse universo, desvelando posições hierárquicas a partir dos seus capitais, esquemas práticos a partir do seu *habitus*, entre outros aspectos que dizem respeito às ordenações simbólicas e relações de poder no campo, as quais ditam o que é sustentabilidade e como seus participantes passam a ser legitimados enquanto sustentáveis.

Além disso,

As metodologias qualitativas dão ênfase à ideia de que a realidade é socialmente construída, admitem que existe um íntimo relacionamento entre pesquisador e seu objeto de estudo, assumem o caráter situacional presente em qualquer investigação e, além disso, procuram por respostas a questões que envolvem os processos a partir dos quais experiências sociais são criadas e vivenciadas, atribuindo a elas determinados significados (ZACCARELLI; GODOY, 2013, p. 26).

Nesse sentido, visualiza-se que a abordagem qualitativa é aquela que melhor permite um rompimento com o senso comum e adoção de uma perspectiva histórica, estando alinhada com o posicionamento onto-epistemológico do trabalho e também com a perspectiva de compreensão da realidade encontrada na sociologia bourdieusiana. Essa afirmação se dá por reconhecer espaços sociais como socialmente construídos a partir de suas histórias incorporadas, considerando o caráter duplamente estruturado de compreensão da realidade que conduzem práticas e ações sociais.

É interessante compreender que um trabalho qualitativo começa com a suposição de que os ambientes sociais são únicos e complexos, indo ao encontro da visão bourdieusiana. Portanto, se preocupou com a subjetividade e as expressões da atividade humana (HATCH, 2002). Não se buscou relações causa-efeito e nem previu uma condição (WILLIG, 2008), mergulhou-se no universo proposto de maneira a melhor compreender valores e aspectos subjetivos que estão implícitos nas relações objetivas do campo.

Além disso, o estudo é de cunho descritivo que, segundo Triviños (1987, p. 128) “pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Nota-se que exatidão está entre aspas, porque apesar de se aprofundar na descrição do objeto em questão, está sujeito ao olhar e a relação do pesquisador com o campo, o qual influencia na sua maneira de interpretar e compreender aquela determinada realidade social sobre a qual se debruça. Ao adotar a sociologia bourdieusiana como referência teórica-empírica e, especialmente, onto-epistemológica, a descrição do ISE como campo buscou o rompimento com uma visão superficial sobre o fato científico.

3.5 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa utilizada se baseia na análise do caso do ISE enquanto uma representação única, sendo que é o único índice da categoria que se aproxima de uma instituição capaz de legitimar o que é sustentabilidade para o mercado financeiro brasileiro, no sentido não apenas de orientar investimentos socialmente responsáveis, mas também orientar as organizações em como as práticas em torno da sustentabilidade devem acontecer.

Para Bourdieu (1989, p. 32)

Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, constituído em «caso particular do possível», como diz Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (se esta intenção está ausente, frequentemente, dos trabalhos dos historiadores, é sem dúvida porque a definição social da sua tarefa, que está inscrita na definição social da sua disciplina, é menos ambiciosa ou pretenciosa, mas também menos exigente, deste ponto de vista, do que a que se impõe ao sociólogo.

No presente trabalho aprofundou-se e reconstruiu as relações de um caso particular, o qual aqui defendeu-se ser o ISE enquanto um campo. Nesse sentido, os limites do objeto pesquisado estão até onde foi possível verificar suas relações, não buscando construção de modelos teóricos, mas sim, na tentativa de descrever um universo muito particular de nomeação da sustentabilidade para o contexto em que se insere.

3.6 ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

As orientações temáticas foram construídas a partir do referencial teórico utilizado no desenvolvimento do trabalho, de maneira que permitiu o acesso de informações necessárias para construção da análise e alcance os objetivos propostos. Para tal, foram consideradas as seguintes orientações temáticas:

- A sustentabilidade como o conceito que está em disputa semântica, sendo orientadora para a prática do campo e dos agentes e estruturas que compõem esse espaço;
- O ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) como o ambiente de investimento que será considerado em seus aspectos objetivos e subjetivos a partir das relações entre organizações e seus representantes;
- O campo será acessado a partir das relações objetivas que são estabelecidas entre ISE B3, considerando o seu conselho, a sua metodologia e as organizações listadas em suas carteiras;
- O *habitus* do campo será acessado a partir de suas práticas sobre a sustentabilidade conforme narradas pelo ISE B3, denunciando aquilo que está no campo e é incorporado por agentes e estruturas;
- Os capitais serão considerados a partir de recursos nos âmbitos sociais, culturais e econômicos que são movimentados

e angariados por agentes e estruturas com a finalidade de melhorar a posição dentro do ISE, além de possíveis outros aspectos valorizados no campo.

3.7 ACESSANDO INFORMAÇÕES NA REALIDADE

Para acessar as informações, recorreu-se a pesquisa documental que, segundo Coffey (2014, p. 367) “fornece um mecanismo e veículo para entender as práticas sociais e organizacionais” a partir do registro que se faz no cotidiano. Documento é termo genérico utilizado para “se referir a uma ampla gama de material escrito, visual, digital e físico relevante para o estudo à mão” (MERRIAM, 2009, p. 139, tradução nossa). Mas, mais que isso, documentos são também materiais que carregam signos simbólicos relevantes para a compreensão de um determinado período ou evento. Por essa razão, incluem os mais diversos formatos, entre eles: cartas, fotografias, vídeos, notícias de jornais, poemas, pesquisas e documentos governamentais (MERRIAM 2009). Nesse tipo de pesquisa, Merriam (2009) destaca a necessidade de buscar conhecer as condições de produção do material, as quais tendem a revelar aspectos históricos e culturais em que foi produzido. Além disso,

Documentos são 'fatos sociais', na medida em que são produzidos, compartilhados e usados de formas socialmente organizadas. São versões da realidade, roteirizadas de acordo com vários tipos de convenções, com um objetivo específico em mente. O mesmo se aplica ao diário mais público ou ao diário mais privado. Os documentos constroem tipos específicos de representações usando tipos específicos de convenções textuais (e muitas vezes também não textuais) (COFFEY, 2014, p. 369, tradução nossa).

O que pressupõe que esses documentos estão situados em um determinado contexto de espaço-tempo de maneira a buscar também compreender o que eles implicam além do que está explícito. Conforme é demonstrado por Carneiro e Barros (2017), o uso de documentos tem sido utilizado para pesquisas com perspectivas onto-epistemológicas históricas com êxito, uma vez que “a tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” (LE GOFF, 1990, p. 12).

Para isso, a pesquisa se utilizou dos materiais que são disponibilizados pelo ISE e pela B3 e foi realizado em duas fases: a primeira consiste

na seleção e organização do material utilizado; enquanto a segunda, em sua análise (COFFEY, 2014).

Os documentos analisados são documentos considerados públicos, ou seja, que foram formalmente publicados pela B3 e pelo ISE e estão disponíveis em meio online e offline (MERRIAM, 2009). Essa ferramenta de coleta de pesquisa se fez necessária por conta da acessibilidade das informações do campo em questão. Além disso, eles são de caráter secundário, ou seja, “relatos de um fenômeno por aqueles que não experimentaram diretamente o fenômeno de interesse; estes são frequentemente compilados em uma data posterior” (MERRIAM, 2009, p. 152, tradução nossa), visto que o pesquisador não compõe o campo analisado. Assim, as possíveis limitações consistem no acesso daquilo em que está disponível e oficializado pela instituição.

Para tal, a coleta de dados aconteceu partir dos documentos extraídos de páginas do website do ISE B3 (iseb3.com.br), além de vídeos do Youtube e do canal TV B3, conforme abaixo:

- Quem somos;
- O que é o ISE B3;
- Regulamento de participação do ISE vigente;
- Questionários ISE B3 2020 em suas versões de 2005 a 2020;
- Metodologia ISE e suas modificações;
- Evolutivo de carteiras do ISE 2005 a 2020;
- Publicações: A Experiência do ISE B3 na Agenda 2030 e nos ODS – 2019; ISE B3 Experience with the 2030 Agenda and its SDGs - English version - 2019 (new); Usando Big Data e Inteligência Artificial para Avaliar o Desempenho Corporativo em Temas ESG – 2019; Private companies’ contribution to the SDGs – 2018; Relatório DBI para empresas do setor de Construção Civil – 2018; ISE 10 Anos – 2016; Por que Empresas Aderem a Índices de Sustentabilidade – 2013; O Valor do ISE – 2012; Sustentabilidade no Mercado de Capitais – 2010.
- Evolução de desempenho: boletins informativos de 2015 a 2020;

- Debates e lives promovidas referentes ao aniversário de 15 anos do ISE (anos de 2019 e 2020);
- Publicações disponibilizadas pela GVCs sobre o ISE (2008-2018);
- Estudos e eventos realizados com a ABC Associados entre 2019 e 2020 disponibilizados no site e canal do Youtube.
- Vídeos da TV B3 referentes aos eventos on-line dos anos de 2020 e 2021.

A data de coleta de informações se encerrou em julho de 2021.

3.8 ANALISANDO INFORMAÇÕES

Para analisar as informações acessadas a partir dos documentos mencionados, optou-se por realizar análise de narrativas. Conforme publicações, o uso de documentos para a extração de narrativas para compreender contextos organizacionais nas ciências sociais aplicadas e na administração não é inédito (ZACARELLI; GODOY, 2013; CARNEIRO; BARROS, 2017). Entretanto, Vaara, Onenshein e Boje (2016) defendem que, apesar dos grandes avanços do uso das narrativas em contextos organizacionais, o campo ainda não alcançou todo seu potencial. Para tal,

Pode-se definir narrativa, pré-teoricamente, como o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social (BASTOS; BIAR, 2015, p. 99)

Barthes *et al.* (2011), possíveis pioneiros no uso das narrativas, afirmam que estas estão intrínsecas à história do homem e da humanidade, compondo diferentes gêneros e diferentes realidades, sendo traduzidas por meio da linguagem, seja ela articulada, falada ou escrita; por meio de imagens fixas ou em movimento; e até por meio dos gestos. Além disso, a narrativa está presente nos mitos, fábulas, novelas, histórias, comédias, tragédias e até mesmo pinturas e fotografias, compondo uma gama de possibilidades para que sua análise aconteça, sendo caracterizada como transnacional, transhistórica e transcultural (BARTHES *et al.*, 2011; CZARNIAWASKA, 2004).

Czarniawaska (2004, p. 3) defende “o princípio básico da filosofia de Alasdair MacIntyre: que a vida social é uma narrativa. Normalmente, presume-se que

a vida social consiste em ações e eventos, onde a diferença entre os dois é como intencionalidade assumida de ações”. Acredita-se que a utilização de narrativas auxilia na identificação do posicionamento que é assumido por meio de práticas e ações para acessar outros aspectos que estão implícitos nessas objetivações. Assim, foi possível identificar as relações objetivas do ISE ou, ainda, do campo, por meio dessas narrativas, de maneira a acessar suas intencionalidades por meio de suas histórias incorporadas.

Ao discorrer sobre uma análise de narrativas estrutural, Barthes *et al.* (2011) defendem que é necessário, em primeiro lugar, distinguir as diferentes instâncias de descrição e depois colocá-las em perspectiva hierárquica e integratória, ou seja, níveis de operações. Uma das propostas de dois grandes níveis se baseia em “história” (argumento), ao qual compreende “uma lógica das ações e das sintaxes dos personagens” (BARTHES *et al.*, 2011, p. 26), enquanto o discurso compreende os “tempos, os aspectos e os modos da narrativa” (BARTHES *et al.*, 2011, p. 26). Portanto, a compreensão de narrativas se baseia na hierarquização dessas instâncias, não apenas para “esvaziar” histórias, mas reconhecer os seus estágios a partir desse fio narrativo.

Acredita-se que a forma da narrativa é essencialmente marcada por dois poderes: primeiro o que distender dos signos ao longo da história, seguido da inserção de distorções e expansões imprevisíveis (BARTHES *et al.*, 2011). Assim, além do explícito, Czarniawaska (2004, p. 9) destaca que as narrativas “prosperam no contraste entre o comum, o que é 'normal', o habitual e o esperado, e o 'anormal', incomum e inesperado”.

Entretanto, há possíveis avanços para a análise de narrativas para o contexto organizacional. Vaara, Onenshein e Boje (2016, p. 496) defendem que as “narrativas organizacionais são frequentemente articuladas apenas em fragmentos como parte dos discursos organizacionais” e, por isso, devem ter uma abordagem própria indo além das teorias literárias e linguísticas. Nesse trabalho, a partir da perspectiva estruturalista-construtivista, acredita-se que a percepção de realidade se torna objetiva a partir da sua construção narrativa.

Considerou-se para a realização da análise aspectos interpretativos, conforme abordados por Vaara, Onenshein e Boje (2016) em suas análises de narrativas organizacionais. Uma abordagem interpretativista é aquela em que “as

narrativas são conceituadas como construções pessoais dos fenômenos organizacionais” (VAARA; ONENSHEIN; BOJE, 2016, p. 503).

Faz-se necessário destacar que, apesar da língua portuguesa adotar histórias como o uso geral entre história e estória, história assume o mesmo sentido de “*story*” em inglês (RIESSMAN, 2008). Conforme Riessman (2008) destaca, em seu uso popular e contemporâneo, qualquer história pode ser uma narrativa, mas ela passa a assumir diferentes significados conforme o paradigma que se apoia para compreendê-la. Nesse trabalho, argumentou-se que as narrativas são construídas por meio de suas experiências, ou seja, por meio dos grupos, comunidades ou organizações que as vivenciam (RIESSMAN, 2008). Transpondo para uma linguagem bourdieusiana, pode-se interpretar que as narrativas de um campo, de uma organização ou de um agente são orientadas por suas estruturas sociais e estruturas mentais de percepção (BOURDIEU, 2004a).

Riessman (2008) propõe ao menos três tipos de análise de narrativas, sendo a primeira delas a temática, que tem foco no conteúdo e na experiência do narrador e busca compreender o que é dito. A análise estrutural considera a narrativa em si mesma e olha para a estrutura desta, respondendo de que maneira é dito. A abordagem dialógica/perfomática considera o contexto, a experiência narrativa e o evento dialógico. Assim, se atenta para quem é dito, quando é dito, qual a intenção e por quê (RIESSMAN, 2008; ZACCARELLI; GODOY, 2013). Apesar da pesquisa que se propõe não tratar de diálogos, mas sim de registros escritos sobre o que é o ISE, compreendeu-se o contexto das narrativas e os agentes e estruturas envolvidos no processo narrativo. Esse processo permitiu explorar, dentro da perspectiva bourdieusiana, possibilidades de análise reflexiva e relacional. Além disso,

Forma e significado surgem entre as pessoas em particularidades sociais e históricas, em um ambiente dialógico. Todo texto, ele argumenta, inclui muitas vozes - políticas internas ocultas, discursos históricos e ambigüidades - além da voz do autor. As narrativas (especialmente aquelas que se adequam às convenções teatrais) são polifônicas - multivocadas; o autor (falante) não possui a única palavra, ou seja, a autoridade sobre o significado é dispersa e embutida (RIESSMAN, 2008, p. 152, tradução nossa).

O ISE, enquanto um campo, é resultado de seus representantes, sejam daqueles que falam por ele em seu conselho ou daqueles que representam as organizações, constituídas por pessoas, que ocupam posições de dominação nesse espaço social. Além disso, Brown (1990) afirma que uma das principais funções das narrativas e histórias em organizações está no fato que estas “gerenciam o significado

enquadrando as atividades organizacionais em termos de valores organizacionais” (BROWN, 1990, p.163). Para isso, considera-se as seguintes etapas para realizar a análise de narrativas:

Quadro 2 – Operacionalização da análise de narrativas

	Etapa	Ações teóricas	Trabalho científico desenvolvido	Objetivo específico
Pragmático	Etapa I	Respaldo teórico sobre Sustentabilidade, Campo, <i>Habitus</i> e Capitais, bem como de suas teorias em torno da Prática, Ação e Poder. Prévio levantamento sobre o ISE para construção do fato científico.	Seleção das narrativas por meio das orientações temáticas, conforme descrito no item 3.6.	Contextualizar as narrativas sobre sustentabilidade a partir de sua história
Reflexivo	Etapa II	Considerar a construção história que se deu no campo a partir de suas narrativas e eventos.	Contextualizar as narrativas em seu espaço-tempo, de maneira a considerar suas construções históricas e adequações ao longo de suas evoluções temporais sobre a sustentabilidade.	Contextualizar as narrativas sobre sustentabilidade a partir de sua história
Praxiológico	Etapa III	Utilizar o conceito de campo como suporte teórico para mapear agentes e estruturas.	Reconstruir, por meio das narrativas extraídas, as relações objetivas que se dão no campo. Deve-se considerar as reconstruções, e os possíveis papéis de estruturas e agentes que são exercidos pelos envolvidos.	Mapear agentes e estruturas que compõem o campo em questão.
Relacional	Etapa IV	Compreender a hierarquização do campo a partir de seus capitais.	Acessar recursos e princípios valorizados no campo, de acordo com as narrativas, distinguindo os capitais angariados no campo.	Distinguir os capitais do campo em debate.
	Etapa V	Observar relacionalmente teorias da prática e ação social para compreender o <i>habitus</i> .	Identificar práticas e ações do ISE a partir das narrativas, capazes de propiciar a interpretação sobre os esquemas práticos gerados pelo <i>habitus do campo</i> , levando à sua compreensão.	Compreender o <i>habitus</i> do ISE, enquanto um campo.

Fonte: desenvolvido pela autora com base em Bourdieu (1989; 2004a; 2009), Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), Vaara, Onenshein e Boje (2016) e Riessman (2008).

4 O ISE COMO CAMPO: ANÁLISE DE NARRATIVAS

A presente seção tem como objetivo apresentar a análise de narrativas, conforme as orientações apresentadas no capítulo 3 – Procedimentos Metodológicos.

O primeiro subitem deste capítulo introduz o ISE B3, bem como suas regras de funcionamento e sua metodologia de seleção. A finalidade é posicionar o objeto de estudo para que seja possível apresentar de que maneira o ISE B3 aborda a sustentabilidade. Assim, o item 4.2 responde ao primeiro objetivo específico desta pesquisa de “Contextualizar as narrativas sobre sustentabilidade a partir de sua história”. Para tal, cumpre a Etapa II da Operacionalização da Análise de Narrativas ao contextualizar as narrativas em seu espaço-tempo, considerando construções históricas sobre sustentabilidade do ISE B3 e adequações ao longo de suas evoluções temporais. Apoiase na sucessão de fatos e eventos que são narrados nos documentos do ISE.

O item 4.3 responde ao segundo objetivo específico de “Mapear agentes e estruturas que compõem o campo em questão” e cumpre a Etapa III da Operacionalização da Análise de Narrativas. Para isso, busca reconstruir as relações objetivas do campo a partir das narrativas extraídas dos documentos. Apresentam-se as reconstruções sobre os possíveis papéis de estruturas e agentes exercidos por aqueles que estão no campo, sob a lente da sociologia bourdieusiana.

O item 4.4, na sequência, busca “Distinguir os capitais do campo em debate”, cumprindo o terceiro objetivo específico proposto nesta pesquisa. Cumpre a Etapa IV da Operacionalização da Análise de Narrativas ao acessar quais recursos e princípios são valorizados no campo, de acordo com as narrativas. Assim, busca-se distinguir os capitais angariados no campo e quais são movimentados por seus agentes e estruturas, na tentativa de obter melhores posições no campo.

O quinto item, 4.5, responde ao objetivo específico de “Compreender o *habitus* do ISE, enquanto um campo” e realiza a Etapa V da Operacionalização da Análise de Narrativas. Busca-se identificar práticas e ações do ISE B3 a partir das narrativas encontradas de forma a interpretar os esquemas práticos do campo, uma vez que são as práticas que denunciam qual é e como se comporta o *habitus* do campo.

4.1 O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA B3

Antes de seguir com a contextualização das narrativas sobre sustentabilidade a partir de sua história, faz-se necessário uma introdução sobre o que é o ISE B3, bem como suas regras de formatação e sua metodologia. Portanto, este primeiro tópico almeja posicionar o objeto de estudo para que seja possível conhecê-lo antes das interpretações que se seguem no capítulo.

O ISE é a sigla para Índice de Sustentabilidade Empresarial e pode ser compreendido como “uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa” (B3, 2021e, on-line). Tem como proposta selecionar, dentre as opções disponíveis para negociação na B3, uma carteira teórica que deve ser valorizada por sua performance — no caso financeiro alinhado aos aspectos ESG. Nesse sentido, o objetivo do ISE é traçar uma carteira de comparação entre as organizações que melhor respondem às propostas de sustentabilidade empresarial e temas ESG (BELINKY, 2019; ORSATO, 2020).

Todas as determinações e decisões em relação à criação e atualização do ISE foram tomadas por seu conselho deliberativo, o CISE, que atuou entre 2005 até o fim de 2020. Ele foi composto por representantes de diferentes segmentos (investidores, bancos de investimento, fundos de pensão) de maneira a proporcionar legitimidade pública para o índice, ou seja, agregar uma imagem de confiabilidade perante seus públicos nacionais e internacionais (SARTORE, 2010, 2012a; B3, 2021g).

A maioria de suas cadeiras do CISE foram ocupadas por instituições que representam os grupos de investimentos, além de outros setores da sociedade civil, dentre elas: Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar); Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais); B3 (Brasil, Bolsa e Balcão); Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas); IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa); IFC (International Finance Corporation); Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;

Ministério do Meio Ambiente/ Economia; e Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (BM&FBOVESPA; FGV EAESP, 2015; B3, 2021g).

A execução das decisões tomadas pelo CISE fica a cargo de sua diretoria executiva, organizada a partir da equipe de sustentabilidade da B3. Além disso, há também uma equipe técnica responsável por sua metodologia de seleção, a ABC Associados (B3, 2021g). Vale ressaltar que, desde sua criação, em 2005, o ISE B3 esteve vinculado ao Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). Somente em 2019, essa parceria se desloca e se torna independente, criando a ABC Associados, que conta com pesquisadores da área de sustentabilidade, como Aron Belinky, Renato Moya e Helton Barbosa, liderando uma mudança significativa em sua formatação (MARCONDES; BACARJI, 2010; B3, 2021d; 2021g).

Anualmente são realizados eventos e audiências públicas que tem como objetivo promover atualizações em relação à metodologia do ISE, bem como seus critérios de avaliação e seleção. Nesse sentido, essas revisões são orientadas pela equipe técnica da ABC Associados, cujo foco reside em trazer parâmetros acadêmicos para composição dos questionários e estratégias de metrificação das carteiras do ISE B3. Segundo um aviso disponível no site em 2021, houve uma grande revisão desta metodologia entre os anos de 2020 e 2021, que alterou significativamente sua estrutura. Segundo a B3 (B3, 2021d, on-line) “a mudança, construída junto com o mercado, exigiu uma série de adaptações para melhoria na avaliação das empresas por critérios ESG”. As atualizações de seus critérios de seleção, nesse sentido, devem acompanhar novos parâmetros e diretrizes de instrumentos ESG, bem como contar com novas tecnologias que surgem no mercado de investimentos, conforme sugerem as publicações sobre Big Data, Inteligência Artificial e Agenda 2030 proposta pela ONU (B3, 2019a; 2019d).

Na metodologia publicada em julho de 2021, os critérios de seleção do ISE consistem em: (1) estar elegível entre as 200 primeiras posições no Índice de Negociabilidade da B3; (2) ter presença em pregão de 50% no período de vigência das três carteiras anteriores e (3) não ser classificado como “Penny Stock”¹. Em relação aos critérios de sustentabilidade, exige-se uma pontuação mínima de 0,01 pontos nos temas dos questionários e 70 pontos na fase qualitativa. Além disso, pede-

¹ Penny stock são “ações de centavos”.

se um risco reputacional abaixo de 50 pontos² e uma nota no CDP-Clima (Carbon Disclosure Program) igual ou superior a “C”³. As organizações poderão ser excluídas a qualquer momento se deixarem de cumprir esses requisitos ou se estiverem envolvidas em “incidentes que as tornem incompatíveis com os objetivos do ISE B3” (B3, 2021b, p. 5).

O principal instrumento de coleta das informações para a seleção das carteiras do ISE B3 são os questionários. Os questionários são de cunho quantitativo e são utilizados desde sua criação. A revisão e atualização proposta para o ano de 2021 propõe uma redução na quantidade de questões, tornando-o mais objetivo, com foco na demonstração material das ações, além de ser adequado para o setor de atividade das empresas. Até 2021, eram 337 questões e 7 dimensões. Em sua reformulação, a dimensão Geral passa a ser suprimida e as questões são reformuladas para 259 divididas em 5 dimensões (B3, 2021h). As dimensões vigentes em 2021 são (B3, 2021a, p.5-6):

- Capital humano de aplicação geral: avalia práticas trabalhistas, saúde e segurança do trabalhador e engajamento, diversidade e inclusão dos funcionários;
- Governança corporativa e alta gestão de aplicação geral: fundamentos de gestão da sustentabilidade empresarial; gestão de riscos; práticas de governança corporativa; ética nos negócios; manutenção do ambiente competitivo; gestão dos ambientes legal e regulatório;
- Modelo de negócio e inovação de aplicação geral e específica por setor de empresa: resiliência do modelo de negócio; design de produto e gestão do ciclo de vida; eficiência no suprimento

² O Índice de risco reputacional é considerado os critérios do RepRisk Index – Peak RRIA. “RepRisk é um fornecedor internacional de coleta e análise massiva de informações públicas disponíveis online sobre riscos ambientais, sociais e de governança corporativa” (B3, 2021a, p. 20). Notícias referentes aos fatores classificados como de interesse para análise de risco ESG (95 fatores) são identificadas e analisadas por uma combinação de inteligência humana (analistas ESG) e artificial (AI). O valor exigido deve ser igual ou menor que 50 pontos, segundo essa análise.

³ O CDP-Clima é realizado por uma organização internacional sem fins lucrativos. Para uso dessa ferramenta no cálculo do score ISE B3, a nota CDP é convertida em um fator de desempenho de 0 a 100%, por meio de interpolação linear entre o máximo e o mínimo score. Uma nota C corresponde a um fator de desempenho de 42,9%, que será considerado na conversão dos 16,66 pontos que vale cada dimensão avaliada pelo ISE B3 (B3, 2021a).

e uso de materiais; gestão da cadeia de fornecimento; finanças sustentáveis;

- Capital social de aplicação geral e específica por setor de empresa: direitos humanos e relações com a comunidade; investimento social privado e cidadania corporativa; acessibilidade técnica e econômica; qualidade e segurança do produto; práticas de venda e rotulagem de produtos; bem-estar do cliente específico; privacidade do cliente; segurança de dados
- Meio ambiente de aplicação geral e específica por setor de empresa: políticas e práticas de gestão ambiental; impactos ecológicos; gerenciamento de energia; gestão de água e efluentes líquidos; gestão de resíduos e materiais perigosos;
- Mudança no clima que é avaliado a partir do Score CDP – Clima, uma organização sem fins lucrativos externa à B3.

A soma destas respostas deverá gerar um score de 100 pontos, distribuídos de forma igualitária entre as dimensões, sendo 16,66 pontos em cada uma delas. Já a fase qualitativa, que busca compreender a materialidade daquilo que é declarado pelos respondentes, é realizada por meio do envio de evidências, que podem ser aceitas ou recusadas pela coordenação de cada dimensão. Segundo a B3, esse processo qualitativo “depende de uma avaliação dos documentos por analistas. Visando dar a maior objetividade e consistência possível a essa avaliação, é adotado um procedimento sistemático, padronizado e acompanhado por empresa de auditoria externa (KPMG)” (B3, 2021a, p.16).

Conforme apresentado nas modificações de sua metodologia quantitativa e qualitativa, o ISE B3 tem adequado sua metodologia de maneira a garantir que uma maior quantidade de empresas possam ser avaliadas por questionários mais objetivos e reduzidos, inspirados na metodologia SASB (Sustainability Accounting Standards Board). A SASB é um conselho de padrão contábil que tem sido utilizado como referência também por outros índices internacionais de sustentabilidade, como é o caso do Dow Jones (SAM CORPORATE SUSTAINABILITY ASSESSMENT, 2020; B3, 2021a; 2021h). Já a sua fase qualitativa,

conta com a ajuda de empresas parceiras de renome no mercado nacional e internacional, como a KPMG, citada acima. Entende-se como uma forma de apresentar transparência aos critérios de aceitabilidade de documentos comprobatórios ao propor uma sistematização do processo, uma vez que sua aceitação está condicionada à aprovação do coordenador da dimensão (B3, 2021a).

Após a introdução sobre regras de formatação das carteiras do ISE B3, o próximo tópico tem como objetivo trazer suas narrativas sobre sustentabilidade, de forma a esclarecer de que maneira o tema é abordado por ele. As mudanças e adequações do ISE ao longo da história, são melhores detalhadas no tópico a seguir.

4.2 COMO O ISE ABORDA A SUSTENTABILIDADE AO LONGO DE SUA HISTÓRIA

Com o intuito de responder ao primeiro objetivo específico elencado, “Contextualizar as narrativas sobre sustentabilidade a partir de sua história”, o presente tópico recorre às narrativas extraídas dos documentos do ISE B3, conforme lista apresentada no item 3.7 - Acessando Informações na Realidade. Organiza-se fatos e eventos encontrados em suas narrativas, de maneira que sua história possa ser contada a partir da descrição de como a sustentabilidade foi e é abordada por ele.

Como o objetivo geral deste trabalho pretende **descrever o ISE como um campo**, ressalta-se que este é um conceito central para a sociologia bourdieusiana porque permite que seja realizada uma análise relacional, aprofundando-se em realidades sociais específicas. Os campos designam espaços autônomos, com leis próprias de funcionamento dentro de um espaço social, que se organizam em torno de interesses, sendo construídos a partir das relações objetivas entre agentes e estruturas. Estes espaços, são também configurados a partir de sistemas simbólicos de significados e significações que perpetuam e são reproduzidos a partir de sua história (BOURDIEU, 2004a; 2004b; 2009)

Por esse viés, ao ser admitido como do campo e vivenciar as experiências neste espaço, agentes e estruturas incorporam disposições práticas para a ação, que são responsáveis por configurar e reconfigurar o campo em questão. A história, portanto, se torna ponto essencial para compreensão das disposições incorporadas por seus agentes e alvo de atenção na análise que se segue (BOURDIEU, 2004a; 2004b; 2009). Ao interpretar o ISE B3 como esse espaço autônomo de leis próprias, se faz necessário apresentar as narrativas sobre

sustentabilidade a partir de sua história, de maneira a acessar as práticas que o configuram.

Para isso, considera-se a sucessão cronológica do ISE B3, situando as narrativas em seu espaço-tempo e suas mudanças de perspectivas ao longo das transformações ocorridas. Elencam-se três grandes momentos encontrados durante a seleção das narrativas, são eles: (1) os primeiros cinco anos do ISE (2005 a 2010); (2) o período que antecede e contempla o aniversário de 10 anos do ISE (2010 a 2016); (3) o período que antecede e contempla aniversário de 15 anos do ISE (2016 a 2021).

Cada um destes períodos elencados, marcam propostas de atualizações e revisões dos objetivos estratégicos do ISE, bem como de seus critérios de seleção, conforme encontrados nas narrativas. De forma a situar os eventos que marcam cada uma dessas fases da história do ISE, organizou-se uma linha do tempo, apresentada na Figura 3 abaixo. As narrativas serão apresentadas e analisadas com base nesses eventos, adiante.

Figura 3 – Linha do tempo do ISE B3

Fonte: desenvolvido pela autora com base em Marcondes; Bacarji (2010); BM&F Bovespa; FGV EAESP (2012; 2015; 2016); B3 (2019a; 2019b; 2020a; 2021a; 2021c; 2021g; 2021h); ABC Associados (2019; 2020; 2021); Orsato et al. (2013).

Os primeiros cinco anos de existência do ISE são marcados por suas decisões iniciais e a constituição do seu conselho deliberativo. As principais informações sobre este período são encontradas em uma publicação especial de cinco anos de aniversário do ISE, “ISE: sustentabilidade no mercado de capitais” (MARCONDES; BACARJI, 2010). Neste momento, o ISE obtém financiamento inicial pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, para que se torne um índice, marcando a iniciativa pioneira na América Latina (B3, 2021e). Sua primeira metodologia e critérios de seleção são estabelecidos com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, definindo as cinco primeiras dimensões (Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Ambiental, Social e Geral, sobre natureza dos produtos). Cada dimensão era composta por critérios e indicadores que resultaram na estruturação das perguntas do questionário quantitativo. Portanto, é um período de definições e buscas de referências para a formatação do primeiro índice da América Latina (MARCONDES; BACARJI, 2010).

O segundo momento é marcado pelas mudanças propostas em 2010, que se estendem até 2016, quando há a publicação de novos objetivos estratégicos para o ISE. Entre 2010 e 2016 busca-se a consolidação e maturidade do índice, bem como atender às expectativas dos seus públicos de interesse, em especial, os investidores. Esse período é marcado pelas publicações de estudos, como “O valor do ISE” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012) e outras publicações dirigidas pela GVCes. Novas plataformas digitais e novas maneiras de se comunicar com as organizações surgem, na tentativa de posicionar o ISE como uma autoridade em sustentabilidade. Esse período é marcado pela plataforma de indicadores e a plataforma lúdica e interativa, o Mundo ISE (B3, 2021c).

Por último, o período de 2016 a 2021 se inicia com a publicação especial de 10 anos do ISE, que introduz uma reformulação dos objetivos do ISE. Há uma maior busca de alinhamento com a Agenda 2030 e incentivo de práticas organizacionais sobre a sustentabilidade a partir de referências internacionais. Para tal, no último período analisado, o ISE utiliza-se de inteligência artificial e big data para traçar parâmetros de comparação entre as organizações e para alcançar as propostas de reformulação. É realizada uma série de eventos que marcam os 15 anos do ISE em 2020, os quais embasam mudanças significativas na metodologia e nos critérios de seleção lançados em 2021 (B3, 2019a; 2019d; 2021a).

Os próximos tópicos detalham cada um desses momentos, a partir das narrativas que descrevem como o ISE aborda e abordou a sustentabilidade em cada um dos períodos especificados.

4.2.1 Os primeiros cinco anos do ISE: 2005 a 2010

Conforme é narrado em “ISE: sustentabilidade no mercado de capitais” (MARCONDES; BACARJI, 2010), uma publicação comemorativa dos 5 anos do ISE, o índice surgiu no Brasil após um período conturbado com altos índices de inflação, que foi controlado partir da implantação do plano real. Como o início do século XXI proporcionava uma estabilidade econômica e política no país, segundo os autores, o Brasil avançava como um ator importante no cenário de globalização. Esse processo, de certa maneira, empurrou a criação de padrões éticos em negócios e investimentos, de maneira a melhorar a posição do mercado de ações brasileiro em comparação com outras potências mundiais, como Europa e Estados Unidos. Além disso, com a experiência observada no índice da Dow Jones, o primeiro índice norte-americano, foi possível perceber um grande interesse por parte dos investidores em fundos éticos e de iniciativas sustentáveis. Este cenário, justificou a criação de um índice para acompanhar o maior fluxo de investimentos sustentáveis, seguindo uma tendência no mundo empresarial (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Para as primeiras definições, a Bovespa⁴ (atual B3) contou com o apoio técnico do Centro Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), que se debruçou em outras iniciativas de sustentabilidade e outros órgãos que pudessem trazer direcionamentos ao índice:

Com essa perspectiva, e impulsionado por uma boa dose de idealismo, o grupo de pesquisadores e especialistas reunidos pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da FGV começou, no final de 2004, uma ampla revisão de toda a literatura sobre o tema e de outros documentos essenciais, como o Balanço Social do Ibase, os questionários dos índices de sustentabilidade existentes (DJSI, FTSE4Good e JSE) e regulamentações como o Código de Defesa do Consumidor e as Convenções da OIT e da ONU, entre outras. Foi um trabalho de garimpagem, que rodou o mundo em busca de referências (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.31).

Com isso, houve a colaboração da IFC (International Finance Corporation), vinculado ao Banco Mundial para financiar o projeto. Acreditava-se que

⁴ Até 8 de maio de 2008, a Bolsa de Valores de São Paulo denominava-se Bovespa. Após a fusão com a BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), passou a denominar-se BM&FBOVESPA. Em 2017 se torna B3 (Brasil, Balcão e Balcão).

a IFC possuía “grande conhecimento do tema e um programa para a área de Financial Markets Sustainability que fornecia recursos e assistência técnica para promover a sustentabilidade por intermédio de instituições financeiras” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 28). Com o apoio técnico do GVces, foi enviada uma proposta financeira em nome da Bovespa, que foi atendida e incentivada pelo órgão prontamente, conforme os autores narram (MARCONDES; BACARJI, 2020; MONZONI; 2010).

De certa maneira, o índice brasileiro surgiu acompanhado de um movimento internacional que vinculava a discussão da sustentabilidade à necessidade do aumento dos investimentos éticos e socialmente responsáveis também no país. No primeiro questionário ISE, consta que o objetivo do ISE era “criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações” (BOVESPA, 2005, p. 10).

Para isso, era necessário encontrar um novo rótulo. Segundo os executivos do ISE, juntamente com a equipe de pesquisadores da FGV, “parecia claro que se tratava de um mecanismo baseado em um conceito mais amplo, que vinha sendo chamado internacionalmente de sustentabilidade corporativa”, mas houve adaptações para a tradução no Brasil para desviar do termo “corporativo” que se conectava à ideia de governança. Assim, houve consenso para Índice de Sustentabilidade Empresarial, “o que daria também uma sigla simpática, ao estilo das outras que já havia no mercado: ISE” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 27).

O fato do Brasil acompanhar essa tendência que acontecia em países de primeiro mundo, como os Estados Unidos e o Reino Unido, traria ao país uma nova faceta de inovação e modernização ao mercado de capitais. Ancorado em uma imagem que “se iniciou nos países desenvolvidos” (MONZONI, 2010, p. 10), um índice de sustentabilidade oferecia a possibilidade de colocar o Brasil em uma melhor posição no mercado global.

Segundo o ex-diretor presidente da BM&F Bovespa (atual B3), Edemir Pinto:

o passo mais decisivo nessa tendência mundial é a construção de índices de acompanhamento dos mercados baseados no desempenho das ações comprometidas com a sustentabilidade – ou seja, com o atendimento das necessidades e aspirações do presente sem o comprometimento da capacidade de atender às do futuro (PINTO, 2010, p. 4).

O conceito de sustentabilidade apresentado pelo ISE é muito semelhante ao discurso internacional dominante sobre o tema. Ou seja, ao discurso incentivado por órgãos como o Banco Mundial e a ONU (Organizações das Nações Unidas). Na narrativa de Pinto (2010), o alcance da sustentabilidade é fortemente atrelado ao conceito de desenvolvimento sustentável, definido como o desenvolvimento “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 42). O conceito do relatório de Brundtland é repetido quase que de forma parafraseada, denunciando a existência de uma leitura que se submetia ao olhar internacional e globalizado sobre o desenvolvimento sustentável. Esta definição, é também a única encontrada em seu glossário de 2005 (BOVESPA, 2005).

O professor Mário Monzoni, coordenador do GVces na época, afirma que havia uma narrativa em torno da sustentabilidade que encaixava-se perfeitamente no que era esperado pela Bovespa (atual B3). Ansiava-se por “[...] um instrumento de autorregulação criado para estimular as melhores práticas em responsabilidade empresarial — a mais nova e mais recente demanda do mercado, a sustentabilidade, com o objetivo final de se tornar uma poderosa ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável” (MONZONI, 2010, p. 7).

Nestes primeiros anos de existência do ISE, a abordagem sobre a sustentabilidade é baseada na colocação dos conceitos de desenvolvimento sustentável, responsabilidade empresarial e sustentabilidade empresarial como algo já reconhecido, com definições socialmente compartilhadas e compreendidas. Elas são apresentadas com a ideia de garantir um futuro às próximas gerações e, também, ao próprio mercado de capitais — que consolida “um movimento global por um desenvolvimento economicamente sustentável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado” (MONZONI, 2010, p. 9). O *triple bottom line*, publicação de John Elkington⁵, também é lembrado como referência para apresentar os âmbitos social, ambiental e econômico em prol de desenvolvimento.

Para Monzoni (2010, p. 10),

⁵ Monzoni (2010, p. 14) apresenta o autor John Elkington, dizendo que é “um dos decanos do movimento global pela sustentabilidade empresarial, criador do tripé do “equilíbrio ambiental, social e econômico” e fundador da organização SustainAbility, definiu o novo papel das empresas na sociedade”. A frase atribuída a ele foi de que: “O lucro não pode ser o único objetivo das empresas. O objetivo das empresas deve ser sua missão, e o lucro é condição essencial para que essa missão seja alcançada”.

Governos, empresas e cidadãos, todos são lembrados nesse grande esforço. Pelo grande poder de mobilização de recursos e pelo potencial impacto econômico, social e ambiental de suas ações, alguns empresários e executivos entendiam que as empresas poderiam – ou, mais do que isso, deveriam – ter um papel protagonista na busca por modelos sustentáveis de desenvolvimento.

Esperava-se que o ISE representasse esses executivos que buscavam por modelos sustentáveis de desenvolvimento, criando um protagonismo das empresas que nele são listadas. Apesar disso, não há, por parte do ISE, definições pragmáticas ou objetivas do que representa o alcance da sustentabilidade, bem como não se identifica a proposta de modelo sustentável de desenvolvimento a ser incentivado por essas empresas. Monzoni (2010, p. 11) chega a dizer que a sustentabilidade “é um processo”, com isso, espera-se que as empresas passem “a cuidar de seus impactos na comunidade e no planeta, sem descuidar do *bottom line* econômico”.

Tem-se uma visão de que esse cenário, de graves problemas ambientais e sociais, fornece às empresas o desafio de criar soluções inovadoras ao mesmo tempo que precisam “gerar valor” aos acionistas, de maneira a contribuir com o desenvolvimento sustentável. Para isso, o conceito é apresentado pelo professor Monzoni (2010, p. 11) como uma “abordagem de compromisso ético com o acionista, com a sociedade e com as gerações futuras”. Algumas das formas citadas para que isso aconteça são:

(i) eficiência no uso de recursos naturais e produção mais limpa; (ii) modelos de negócio caracterizados pelas melhores práticas de governança corporativa e excelência no relacionamento de empresas com governos e stakeholders, tais quais consumidores, público interno, fornecedores, comunidades do entorno de fábricas e outras instalações e organizações da sociedade civil; (iii) inovações radicais (ou disruptivas) para diminuir ou eliminar o impacto do homem no planeta, que podem resultar em reposicionamento da atuação da organização; e (iv) produtos, serviços e modelos de negócio para a população de baixa renda que levem em consideração seus impactos ambientais (MONZONI, 2010, P. 11).

A busca de eficiência no uso de recursos, bem como as inovações disruptivas apresentam a ideia de que é necessário frear os impactos dos homens no planeta — embora não seja detalhado nesse primeiro momento exatamente quais são eles. Fala-se também em produtos, serviços e negócios que consigam controlar os impactos ambientais da população de baixa renda, levando à interpretação de que a pobreza é considerada um agravante para os problemas e impactos ambientais. Os negócios e a inovação são apresentados como a soluções para lidar com a pobreza, a desigualdade social, a escassez de recursos e outros problemas ambientais.

Desvia-se o olhar de que as empresas são responsáveis por esse cenário de crise e são colocadas como as responsáveis por trazer soluções.

Conforme autores (O'CONNOR, 2002; BARNEJEE, 2003) argumentam, os discursos que sustentam as falas corporativas sobre sustentabilidade deslocam o seu foco para lidar com os problemas em âmbito planetário para a manutenção das organizações por meio da criação de “oportunidades de negócios”. Geralmente são baseados em inovações e a possibilidade gerar o acesso de bens à população, conforme expresso nas proposições do ISE. Contradições inerentes ao próprio sistema capitalista, que consistem na lógica de expansão e crescimento econômico, são tiradas de cena. Assim, ao mesmo tempo que o desenvolvimento sustentável vem acompanhado de narrativas que tem como proposta mudar a economia fundamental atual, tendem a reforçar a mesma linha *business as usual* em que os negócios já se baseiam.

As soluções apresentadas são aquelas que também podem favorecer as empresas, ao mesmo tempo que são argumentadas como favorecimento dos âmbitos social e ambiental. Apesar disso, em alguns trechos narrados, encontram-se evidências de que uma das facetas deve ser priorizada. O ex-presidente da Bovespa, na época em que o ISE foi proposto, Raymundo Magliano Filho “costumava dizer que o que era bom para as empresas era bom para a Bolsa” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 21). Portanto, não deveria esquecer-se que o índice foi desenvolvido para as empresas. Como o interesse do segundo setor baseia-se no ganho econômico, o *bottom line* econômico é sempre citado como uma prioridade a ser buscada. Para isso, “esse novo paradigma demandará, acima de tudo, a formação de uma nova geração de gestores que entendam que os sistemas econômicos são dependentes dos sistemas naturais, e não o contrário, e, assim, possam colocar esse entendimento em prática” (MONZONI, 2010, p. 10). Há uma tentativa de construção de implantar e valorizar novos valores nas organizações, sem descuidar da priorização econômica em seu portfólio.

Para definir quais empresas deveriam compor as carteiras do ISE, houve uma grande discussão sobre quais os critérios de inclusão e exclusão de negócios ou produtos. A princípio, decidiu-se que nenhuma empresa seria desclassificada de imediato por sua natureza:

A avaliação da natureza do produto, que surgiu a partir da polêmica sobre a participação das fabricantes de tabaco, álcool e armas, foi um dos exercícios mais interessantes e desafiadores do ISE, conta Aron Belinky. “A maneira como o questionário tratou da questão foi muito inteligente. Ele introduziu uma métrica sofisticada para identificar os produtos portadores de problemas por sua própria natureza. Por exemplo, logo na primeira questão, o questionário pergunta: ‘Usado dentro das especificações, o produto pode causar a morte do usuário?’. Depois, desdobra: ‘O produto causa dependência física ou química? Causa problemas de saúde para quem está próximo às pessoas que o estão usando?’. Ou seja, foi preciso descobrir as possibilidades de estabelecer diferenças entre os produtos por meio da lógica das questões (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 35).

Portanto, algumas questões foram inseridas no primeiro questionário, mais especificamente na Dimensão Geral, do ano de 2005, com o intuito de driblar os questionamentos sobre inclusão ou exclusão de empresas nocivas à saúde humana ou à sociedade. O peso relativo das respostas inviabilizaria a entrada destas empresas. Apesar disso, algumas mudanças se fizeram necessárias em um curto período de tempo:

Mario Monzoni admite o grau de subjetividade do mecanismo, mas explica que os pesos propostos pelo GVces foram aprovados pelo Cise. “O Conselho é soberano, e, se ele quisesse diminuir o peso dessas questões, as empresas passariam a ter maiores chances, mas eu acho que o Conselho espelha o sentimento da própria sociedade, e, na verdade, nos anos seguintes a natureza do produto se tornou uma dimensão e ganhou mais peso”. Em 2006 esse debate ganha amplitude e inaugura uma nova dimensão específica para tratar da natureza do produto (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 42).

À medida em que esse tema se torna foco de debate, cria-se uma nova Dimensão de Natureza do Produto, como meio de refletir os interesses da própria sociedade, segundo a fala de Monzoni (2010), de maneira mais objetiva e contundente. Neste momento, evidencia-se uma pequena contradição com a fala de Magliano Filho (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.21) acima, ao dizer que “o que era bom para as empresas era bom para a Bolsa”. Ao dizer que o conselho do ISE, o CISE, espelha o sentimento da sociedade, abre margem para que haja a interpretação de que os interesses da sociedade são os mesmos que são bons para as empresas. Há uma supressão de outras necessidades e anseios que a sociedade possa ter, enquanto representação de sua população.

Neste mesmo ano, outras adequações foram propostas na tentativa de esclarecer os conceitos usados pelo ISE. No questionário de 2006 (BOVESPA, 2006), embora não sejam encontradas diferenciações pontuais entre os termos de responsabilidade empresarial e sustentabilidade empresarial, é o primeiro local que

se encontra uma preocupação em definir o conceito de sustentabilidade empresarial. No glossário consta:

Para o setor empresarial, o conceito de sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios que, simultaneamente, promove inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos, direta e indiretamente, envolvidos no negócio), reduz - ou otimiza - o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do empreendimento. Esta abordagem, ao lado das melhores práticas de governança corporativa, cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo (perenidade), ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sustentável para toda a sociedade neste planeta (BOVESPA, 2006, p. 65).

Acredita-se que, conforme é explícito na narrativa, a sustentabilidade no meio empresarial foi apresentada como capaz de conciliar os múltiplos interesses presentes na sociedade, reforçando a ideia apresentada acima de que não há divergências entre os interesses das empresas e da sociedade. Mais uma vez, houve menções ao conceito de desenvolvimento sustentável que apontam a preocupação com as futuras gerações. Em outro momento, o conceito também é reforçado na publicação especial de 5 anos do índice como “um processo contínuo, que exige sempre ajustes e adequações, com os objetivos de atualizar processos e ajudar a reduzir os impactos da atividade produtiva” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 49).

Há um distanciamento de comprometimento com os impactos, já que “ajuda a reduzir os impactos” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 49), bem como desvia-se da tentativa de responder qualquer contradição que possa ser trazida pela priorização econômica. Propõe-se menos desperdícios, assim como proteção aos direitos socioambientais, à medida que isso proporciona mais riqueza e mais lucro:

Esse índice poder servir como mais um instrumento no equacionamento dos desafios impostos na busca do desenvolvimento sustentável, por constituir ferramenta que poderá ajudar as empresas a assegurarem menos desperdícios e a proteção dos direitos socioambientais, ao mesmo tempo em que geram mais valor, e conseqüentemente mais riqueza e mais lucro. Pode servir também para sinalizar para as empresas e grupos empresariais quais são os prováveis caminhos para a construção de uma economia mais eficiente sob o ponto de vista do uso dos recursos naturais e menos impactante sobre o meio ambiente e sociedade, potencializando o valor dos produtos e serviços por unidade de recurso ambiental aplicado (BOVESPA, 2005, p. 10).

Não encontram-se propostas objetivas sobre modelos de negócios que mudem suas atividades produtivas nas narrativas. Os objetivos empresariais permanecem os mesmos, com ajustes incrementais na forma que lidam com

desperdícios e aspectos sociais. Percebe-se que estas narrativas são sustentadas com um jogo de palavras e uma variação de termos quando abordam-se os objetivos dos modelos sustentáveis. Encontram-se verbos como “ajudar”, “reduzir” e “otimizar”, ao lado de “nova abordagem” e “menos desperdícios” nas definições trazidas acima. Termos tímidos, quando colocados perto da proposta inicial de dizer que as empresas podem exercer “um papel protagonista na busca por modelos sustentáveis de desenvolvimento” (MONZONI, 2010, p. 10) conforme encontrado na fala de Monzoni.

Passa-se de uma leitura que reduz a possibilidade de grande capacidade que os modelos sustentáveis tem de revolucionar como os negócios são realizados, para uma ideia de que pequenos passos incrementais. Trava-se um jogo de intensidade nas propostas sobre a responsabilidade empresarial. Desta constatação, pondera-se que a sustentabilidade defendida pelo ISE, neste momento inicial de sua história, é aquela capaz de sustentar os negócios, propondo melhorias incrementais sem grandes alterações de uma ordem já vigente.

As práticas incentivadas acima se referem à redução da insustentabilidade, ao invés da geração da sustentabilidade (DYLLICK; MUFF, 2016; LANDRUM, 2017). As iniciativas de sustentabilidade empresarial que estão mais presentes nas organizações se preocupam em obter vantagens competitivas e estabelecer instrumentos de medição da sustentabilidade, com isso, cria-se uma falha ao ignorar maiores preocupações humanas, sociais e globais. Esse conjunto de melhorias incrementais que são propostas pelas organizações, sem buscar uma proposta contundente para alterar estruturas fundamentais de organização da sociedade, reforçam a manutenção do *status quo*, segundo a classificação de Hopwood; Mellor; O'brien (2005). Esses incentivos, portanto, buscam não alterar uma ordem vigente de poder e organização social, mas perpetuá-la por meio de pequenos ajustes.

Segundo o professor Monzoni (2010), “era um desafio grandioso, na época, reunir um grupo de trabalho com os principais stakeholders⁶ para um projeto pioneiro de autorregulamentação na área de sustentabilidade, em um setor tão nevrálgico da economia e avesso a aventuras ideológicas como o mercado acionário”

⁶ O termo stakeholder é utilizado para designar indivíduos ou organizações que se relacionam como uma organização específica, tendo participações ou interesses nela (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021, on-line).

(MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 21). Portanto, para que pudesse ter chance de suceder, era necessário que o ISE “falasse o mesmo idioma” que o mercado de ações no período. O que tende a explicar como esse jogo de palavras é utilizado a favor do índice ao tentar ganhar espaço no mercado acionário.

Ao esperar que o ISE se tornasse um instrumento de regulação do mercado, era essencial que sua linguagem pudesse ser reconhecida e representasse o mercado de investimentos e capitais, de tal forma que pudesse falar por ele: “Assim como seus irmãos, o ISE é uma manifestação da sociedade civil brasileira – um instrumento de autorregulação – que procura avaliar, por meio de metodologia, critérios e indicadores, um conjunto de empresas listadas na BOVESPA” (MONZONI, 2010, p. 10). Os interesses das empresas são apresentados repetidas vezes como o interesse da sociedade civil.

Apresenta-se também uma convergência de movimentos diferentes reunidos sobre o mesmo guarda-chuva da sustentabilidade:

O projeto do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo foi o primeiro passo para a criação de um índice capaz de computar, também, preceitos éticos, sociais e ambientais, no rastro da evolução e da modernização da BM&FBOVESPA, depois do lançamento do Novo Mercado e de Níveis Diferenciados de Governança Corporativa⁷. O ISE representa a convergência de anseios de entidades do mercado por mais transparência e dos sonhos de organizações pioneiras no protagonismo da responsabilidade social, da defesa ambiental e da governança (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 12).

Nota-se que justiça social, responsabilidade social, defesa ambiental e governança são colocados lado a lado, como sendo itens que são abarcados pela sustentabilidade. Assim, para o ISE, a sustentabilidade é compreendida como essa renovação da linguagem que busca reunir diversos anseios sob um mesmo instrumento de comparação. Espera-se que, com ele, haja renovação do papel do investidor e do mercado de capitais em prol da promoção do desenvolvimento sustentável, que apresenta novas facetas de modernização em relação às suas atividades organizacionais (MARCONDES; BACARJI, 2010; MONZONI, 2010):

[...] os executivos da BOVESPA, incluindo o superintendente de Operações, Ricardo Nogueira, viram na criação de um índice de responsabilidade social

⁷ A operação do Novo Mercado e de Níveis Diferenciados de Governança Corporativa surgiu em 2003, criado pela Bovespa. Tem como objetivo corrigir a defasagem do mercado acionário brasileiro em relação ao internacional no que se refere aos direitos dos acionistas minoritários e às boas práticas de governança corporativa, lançado dois anos antes do ISE (MARCONDES; BACARJI, 2003)

um reforço para as metas de modernização e dinamização do mercado brasileiro, que começava a dar sinais de recuperação depois de um período de desaquecimento seguido à onda de privatizações (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 19).

Nota-se que estes primeiros cinco anos do ISE são marcados por suas adequações conceituais e suas definições, em busca de aceitação e reconhecimento por esse mercado. Alguns pontos reforçam essa ideia, como a adequação ao formato de outros índices e também adoção do padrão GRI (Global Reporting Initiative) em 2007, por já ser um instrumento reconhecido no mercado e utilizado por empresas: “a maioria das fontes de referência utilizadas, entre elas os questionários dos índices existentes e indicadores como os da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da GRI [...]” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 35).

Na fala da CPFL Energia, tem-se a compreensão de que o GRI era um padrão importante para a sustentabilidade.

Em 2005, quando aderiu ao ISE, a CPFL Energia podia se orgulhar de estar no caminho das boas práticas socioambientais. Além de ter adotado, desde 2003, os indicadores GRI – foi a primeira companhia do setor elétrico a incorporá-los –, a empresa já havia se cercado de mecanismos eficientes para medir seus avanços em relação ao tema (FERREIRA JR., 2010, p. 55).

Outra dependência de aceitação do ISE era sua própria manutenção financeira. No ano de 2007 o índice se torna independente da IFC e passa a reunir recursos próprios para sua continuidade:

Além disso, a resposta da IFC ficou condicionada a uma contraproposta da BOVESPA, com um plano de negócios que tornasse o ISE um programa autossustentado financeiramente a partir de 2007. Ficou acertado, então, que no ano seguinte o Índice seria mantido por uma taxa de inscrição das empresas participantes e pela licença de uso do logotipo.” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 50).

Os anos que se seguem são marcados por essa tentativa de ganhar relevância e de aumentar a credibilidade perante as empresas. “Um dos principais termômetros para medir a relevância do ISE para as empresas é o impacto provocado pelo anúncio anual da carteira, com a inclusão ou não de algumas delas para o ano seguinte” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 62). Para a Superintendente de Sustentabilidade da B3 no período, Sonia Favaretto (MARCONDES; BACARJI, 2010), estes primeiros cinco anos do ISE foram marcados pela sua construção e primeiras definições do índice a partir da colaboração entre seus stakeholders. Esse é um direcionamento que pretende-se manter para os próximos anos.

Visto isso, nota-se que neste período a sustentabilidade foi abordada a partir de algumas perspectivas, entre elas:

- Os próprios conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e modelos sustentáveis são utilizados como já reconhecidos e socialmente compartilhados sem aprofundamentos em suas definições objetivas;
- Contradições sobre os modelos tradicionais capitalistas são desviados a partir da indicação das empresas como fontes de soluções para o desenvolvimento;
- A sustentabilidade é apresentada como uma nova linguagem moderna e inovadora capaz de colocar sob um mesmo guarda-chuva interesses da sociedade e das empresas, como interesses convergentes;
- A partir de um jogo de intensidade em suas palavras, há um não comprometimento com os impactos ambientais e sociais, que poderão ser reduzidos ou mitigados com a ajuda empresarial.

No ano de 2010, foram realizados cinco eventos, travando um “período de consulta pública para a definição da sexta carteira”, e assim, o ISE “continuou provocando debates acirrados e incorporou avanços” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 68). Na presente pesquisa, este período foi elencado a seguir, pontuando as mudanças significativas que ocorreram na história do ISE e em suas respectivas abordagens sobre a sustentabilidade.

4.2.2 O período que antecede e contempla o aniversário de dez anos do ISE: 2010 a 2016

A diretora de sustentabilidade da BM&F Bovespa no ano de 2010, Sonia Favaretto, afirmou que o ISE cumpriu um papel importante nos primeiros 5 anos de existência, de introduzir o tema da sustentabilidade e disseminar novos comportamentos nas organizações que contribuíssem para o desenvolvimento

sustentável. Na fala dela, “foi uma ferramenta de gestão, embora esse não seja o seu papel, atendendo a uma demanda, no Brasil, porque naquele período era necessário. O cenário não estava maduro ainda, e era preciso dar esse impulso” (FAVARETTO, 2010, p. 68). A partir disso, cria-se uma expectativa de amadurecimento do índice, em termos de comparação e escore entre as organizações, com o intuito de consolidá-lo nesse mercado como um importante agente:

Em 2010, quando foram definidos os objetivos estratégicos do ISE para um horizonte de cinco anos, o Conselho Deliberativo do ISE (CISE), a BM&FBOVESPA e o GVces se comprometeram, entre outros, a trabalhar para aumentar o número de empresas participantes no processo, incrementar o volume de recursos investidos e produtos vinculados ao índice, e torná-lo um benchmark de investimentos sustentáveis e responsáveis. (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p. 4).

Estes objetivos marcam o início de um novo período para o ISE, que pretende posicioná-lo como um índice mais maduro, frente às empresas, a sociedade brasileira e o mercado internacional. Neste momento, há também a introdução de novas formas de abordar a sustentabilidade. Para tal,

[...] surgiram também propostas mais avançadas, que apontam para um aprofundamento dos conceitos de sustentabilidade em toda a cadeia produtiva do mercado de capitais, como o treinamento dos profissionais – desde os analistas de mercado até o gerente de agência –, que atualmente têm dificuldades para vender as “vantagens” de um produto financeiro sustentável aos seus clientes. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 70).

Compreendeu-se a necessidade dessa conversão de olhar não apenas do investidor, mas os demais níveis de atuação do mercado, uma vez que os agentes de uma sociedade compõem sua grande massa. Entende-se que, para gerar demanda de produtos sustentáveis, seria necessário levar o debate e a divulgação sobre o tema para além do ISE. É sobre esse duplo investimento que os objetivos estratégicos do período tratam: “Para avançar e conquistar mais influência no mercado financeiro, fiel à sua gênese e à sua construção coletiva, o movimento pela sustentabilidade também deve se expandir na sociedade.” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 76).

Os anos que se seguem são marcados pela publicação de estudos e propostas de ferramentas que visam alcançar públicos diferentes. O “Valor do ISE” (2012), foi uma publicação cujo foco esteve em apresentar estudos e perspectivas dos investidores em relação ao ISE. Nesse momento, acredita-se que o índice já “se confirma como importante fator de indução das empresas em busca de um modelo de

negócios que contribua com o desenvolvimento sustentável” (BM&F BOVESPA, 2012; FGV EAESP, 2012, p. 4). Por isso, o estudo buscou reforçar os ganhos que investidores alcançariam, destacando e traduzindo “o valor” em participar de iniciativas como o ISE, traduzidos nos ganhos que são apresentados adiante (BM&F BOVESPA, 2012; FGV EAESP, 2012, p. 5).

Na publicação consta que: “Para os investidores, a sustentabilidade representa uma oportunidade, na medida em que o mercado de Investimento Sustentável e Responsável (ISR) segue sua trajetória de expansão e comprova a demanda por empresas cujas atividades possam se sustentar no longo prazo, com ganhos ambientais, sociais e econômicos” (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2012, p. 4). Em sua redação, diferente dos destaques feitos na primeira fase, o ISE dá ênfase aos benefícios que as empresas obtêm ao incorporar práticas de sustentabilidade.

Dentre as vantagens, são destacados para as empresas participantes do ISE “um valor de mercado de 10% a 19% superior em relação às demais” (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2012, p. 18) como uma possibilidade de ganho tangível. Em relação ao ganhos intangíveis, são citados: vantagem competitiva como *first mover*⁸; ganho reputacional; possibilidade de exercer influência no ambiente regulatório; acesso ao conhecimento e criação de valor compartilhado⁹. Para que isso seja possível, entretanto, esclarece-se que os negócios devam ter como práticas em seu modelo de negócio, a capacidade de inovar, atuação internacional, disponibilidade de recursos, envolvimento da alta gestão e histórico com as questões ambientais, além de atenção da mídia. Portanto, o modelo de negócio sustentável que provém as vantagens intangíveis em destaque, são os que tem estas práticas incorporadas (BM&F BOVESPA; FGV EASESP, 2012).

Essa premissa é evidenciada também a partir da fala da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), revelando um alinhamento entre o discurso do ISE e das empresas que se apoiam no ISE para promover a sustentabilidade:

A PREVI acredita que a sustentabilidade é a capacidade de uma empresa de prosperar em um ambiente de negócios competitivo e mutável, antecipando

⁸ *First mover* seria o primeiro ocupado ou pioneiro de mercado ou segmento em que atua.

⁹ É definido como: “a geração de lucros que representa uma forma avançada do capitalismo onde se cria um ciclo positivo de prosperidade tanto para a companhia quanto para a comunidade” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p.20).

tendências e atuando de forma proativa na captura de oportunidades geradas por essas grandes mudanças econômicas, ambientais e sociais. A entidade busca investir em empresas que abordam esses fatores através de inovação, qualidade e produtividade pois elas tendem a gerar mais valor a longo prazo (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2012, p. 7).

Quando fala-se em “captura de oportunidades”, compreende-se que a orientação da sustentabilidade que é incentivada pelo ISE é aquela que consegue gerar novos negócios e, mais uma vez, impulsionar o crescimento econômico. Conforme autores (BANERJEE, 2003; MEBRATU, 1998; O’CONNOR, 2002; FUCHS, 2017) argumentam, o desenvolvimento sustentável acaba por reforçar o uso do termo “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico, tal como é evidenciado pela narrativa acima. Além disso, as definições de investimento sustentável e responsável são apresentadas a partir do European Sustainability Forum (Eurosif), “como um processo de investimento que alia os objetivos financeiros do investidor com suas preocupações e valores acerca do meio ambiente, da sociedade e de questões de governança (Environmental, Social and Governance – ESG)” (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2012, p. 6).

Ao recorrer às reflexões sobre Estado Neoliberal apresentadas por Bourdieu (1998a; 1998b), os diferentes tipos de negócios em busca de sobrevivência e “confiança” do mercado, estão sob ordenação de uma lógica promovida a partir da mundialização dos mercados financeiros:

A mundialização dos mercados financeiros, em conjunto com o progresso das técnicas de informação, garante uma mobilidade de capitais sem precedentes e proporciona aos investidores, preocupados com a rentabilidade a curto prazo dos seus investimentos, a possibilidade de comparar de maneira permanente a rentabilidade das maiores empresas e de sancionar em consequência os fracassos relativos. As próprias empresas, colocadas sob uma tal ameaça permanente, devem ajustar-se de forma mais ou menos rápida às exigências dos mercados; isso sob pena, como alguém disse, de «perder a confiança dos mercados» e, ao mesmo tempo, o apoio dos accionistas que, ansiosos por uma rentabilidade a curto prazo, são cada vez mais capazes de impor a sua vontade aos managers, de lhes fixar normas através das direcções financeiras, e de orientar as suas políticas em matéria de contratação, de emprego e de salários (BOURDIEU, 1998b, p. 83).

Sob comando desta ordem forte e liberal, o que se produz como efeito é uma destruição de coletivos e da representação de interesses públicos. Conceitos apresentados acima pelo ISE tendem a refletir que suas orientações partem de uma visão que respeita essa lógica de mercado. Aspectos como sociais, ambientais, nacionais, culturais, educacionais e de seguridade pública só poderão ser atendidos mediante o alcance de crescimento econômico por estes negócios, que poderão

viabilizar condições para tal, por meio de um mercado puro e perfeito. O conceito de investimento sustentável, como é apresentado pelo Eurosif, reforça a ideia de que este movimento projeta ideais neoliberais a partir de suas organizações representantes.

Nomenclaturas e compreensões que são reproduzidas pelo ISE, na tentativa de tornar seus processos maiores e mais maduros, são utilizados a partir de referências internacionais, garantindo um alinhamento com demais índices ao redor do mundo, resultante do processo de mundialização. O termo ESG é também introduzido como linguagem comum para tratar dos portfólios de desempenho econômico-financeiro, alinhado aos aspectos sociais e ambientais. Pode-se compreender que, apesar de ser um índice nacional, trava-se uma identidade baseadas em padrões internacionalizados.

Conforme Bourdieu (1998b, p. 33) destaca, a mundialização é um processo de “extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais”, cujas nomeações sobre práticas sustentáveis ou investimentos sustentáveis permanecem sob eixo euro-americano e de grandes grupos econômicos (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2018; FUCHS, 2017). A essência neoliberal tem como características a subordinação ao liberalismo, tendo sua atuação marcada pela dissolução massiva de coletivos e ideias de Estado.

Nota-se que, nas narrativas do ISE, essa atuação de um eixo central se apresenta de duas formas. Primeiro, o ISE é apresentado como um “substituto” para o papel de fiscalização, normatização ou regulação de um mercado, colocando o Estado como coadjuvante neste processo. Em segundo lugar, utiliza-se da incorporação e compreensão de conceitos internacionalizados que são utilizados como orientação pelo ISE para travar discursos legítimos. O eixo euro-americano exerce sua influência e domínio pelas próprias nomeações do ISE, que refletem como práticas de investimentos sustentáveis ou socialmente responsáveis devem exercidas. Diretrizes globais convenientes a este eixo são reproduzidos de maneira “natural” e guiam os imaginários populares, tornando o Brasil refém deste domínio, a partir deste modelo de indução.

Mais exemplos reforçam a ideia de que o ISE corresponde a uma orientação que não é própria. Na publicação “O Valor do ISE” (2012), são citados outros institutos e órgãos internacionais para reforçar que o ISE é um ator importante nessa tendência global:

O ISE e os demais fundos ISR fazem parte de uma tendência global, identificada pelos estudos do Sustainable Investment Forum (SIF) para a Europa e Estados Unidos, pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) na pesquisa “Sustainability Nears a Tipping Point” e pelos relatórios do Principles for Responsible Investment (PRI) (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2012, p. 6).

Acredita-se que o uso constante de referências internacionais é utilizado como respaldo para agregar mais confiabilidade ao índice, ao mesmo tempo que funciona como um instrumento de colonização ao reforçar a extensão do domínio de práticas que são expressas por órgãos internacionais sobre sustentabilidade e investimentos sustentáveis.

Além desse estudo, o artigo “Sustainability indexes: why join in? A study of the ‘Corporate Sustainability Index (ISE)’ in Brazil” é publicado por Orsato et al. (2014) no *Journal of Cleaner Production*. Em sua análise, encontra-se mais uma vez um destaque aos ganhos intangíveis que está vinculado a participação do ISE. Entre eles, o acesso ao conhecimento; melhores relações no mercado e ganhos reputacionais e de credibilidade (ORSATO et al, 2014). O que também leva à compreensão de que a sustentabilidade, enquanto nova linguagem, tem gerado uma condição de “novos status” às organizações participantes. Nesse ponto, vale-se da reputação científica como meio de evidenciar os benefícios do ISE, a partir de pesquisas e estudos acadêmicos.

Como Banerjee (2003, p. 147, tradução nossa) coloca, “o poder da ciência e do método científico no discurso cotidiano é um exemplo de como a ciência normaliza os domínios social e cultural [...]”. As afirmações encontradas no estudo de Orsato et al. (2014) valem-se de entrevistas para compreender o ponto de vista do investidor e os resultados são apresentados a partir dessa perspectiva. Neste sentido, o espectro vago apresentado pelo conceito de desenvolvimento sustentável (MEBRATU, 1998), no qual baseiam-se as ações medidas pelas organizações abre margem para um série de interpretações. Nas narrativas analisadas, essas questões são dribladas pelo uso do método científico para convencimento de tal eleitorado, que necessita abarcar as considerações do índice que ainda está em fase de legitimação.

Com o objetivo de dar “maior visibilidade ao índice”, um pacote de aniversário de 10 anos é lançado em 2014. A ideia foi “compartilhar com a sociedade os importantes avanços obtidos desde a implementação do índice e discutir as perspectivas para os seus próximos 10 anos” (BM&FBOVESPA; FGV EAESP, 2016,

p. 7). Nesse ponto, encontram-se comunicações e recursos que, além de atingir o investidor, procuram “dialogar” com uma sociedade que tem poucas referências em torno da sustentabilidade.

São três recursos viabilizados no aniversário de 10 anos do ISE: a plataforma de indicadores, a linha do tempo compartilhada e a interface lúdica. Todas essas iniciativas foram viabilizadas com o patrocínio de 14 empresas¹⁰ listadas na carteira no ISE no período (BM&FBOVESPA; FGV EAESP, 2016). A linha do tempo não estava mais disponível no momento em que esta pesquisa foi realizada¹¹. A plataforma de indicadores e a interface lúdica continuam acessíveis e à disposição para consultas, conforme acesso realizado em 2021.

Na plataforma de indicadores, encontra-se a explicação: “De forma clara e didática, você pode conhecer o desempenho médio, mínimo e máximo das empresas que participaram do processo seletivo do ISE nessa década” (B3, 2021g, on-line). Na última década houve uma demanda crescente para a publicação dos relatórios de sustentabilidade, tornando-os públicos. Essa plataforma reúne essas informações, de maneira a gerar um banco de dados. Segundo a B3 (2021g, on-line), “um dos bancos de dados mais ricos sobre sustentabilidade empresarial no Brasil”.

Já o mundo ISE é uma plataforma lúdica que traz exemplos práticos e muito próximos do cotidiano social sobre a sustentabilidade. Conforme a publicação de 10 anos do índice indica:

A criação da interface lúdica do ISE é uma resposta ao desafio comunicativo enfrentado pela sustentabilidade, ainda vista por muitos como um tema árido e restritivo que – a partir de abordagens analíticas, considerações racionais e imperativos morais – enfatiza as culpas e obrigações das pessoas e empresas. Na contramão dessa tendência, o Mundo ISE retrata em ilustrações bem-humoradas um mundo em que todos gostariam de viver e, por meio dele, apresenta uma agenda essencial para nosso futuro. Dessa forma, propõe evitar a fragmentação temática e conceitual, trazendo a percepção da sustentabilidade a partir do cotidiano de cada um, conectada emocionalmente à vida real, e não como um exercício meramente cerebral. (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 13).

O Mundo ISE, então, vem com a ideia de enfrentar a fragmentação temática conceitual sobre a sustentabilidade, conforme narrativa acima, de maneira a unificar o entendimento e as iniciativas sobre o tema. Conforme Luke (2005) afirma, política é essencialmente um jogo de palavras e a capacidade de nomeação sobre o

¹⁰ Empresas patrocinadoras do ISE 10 Anos: Bradesco, Braskem, B2W Digital, Companhia Energética de São Paulo (Cesp), Cielo, Copel, Itaú, Itaúsa, Klabin, Lojas Americanas, Santander, TIM, Tractebel Energia, Vale (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 4).

¹¹ Acesso em 29 de setembro de 2021.

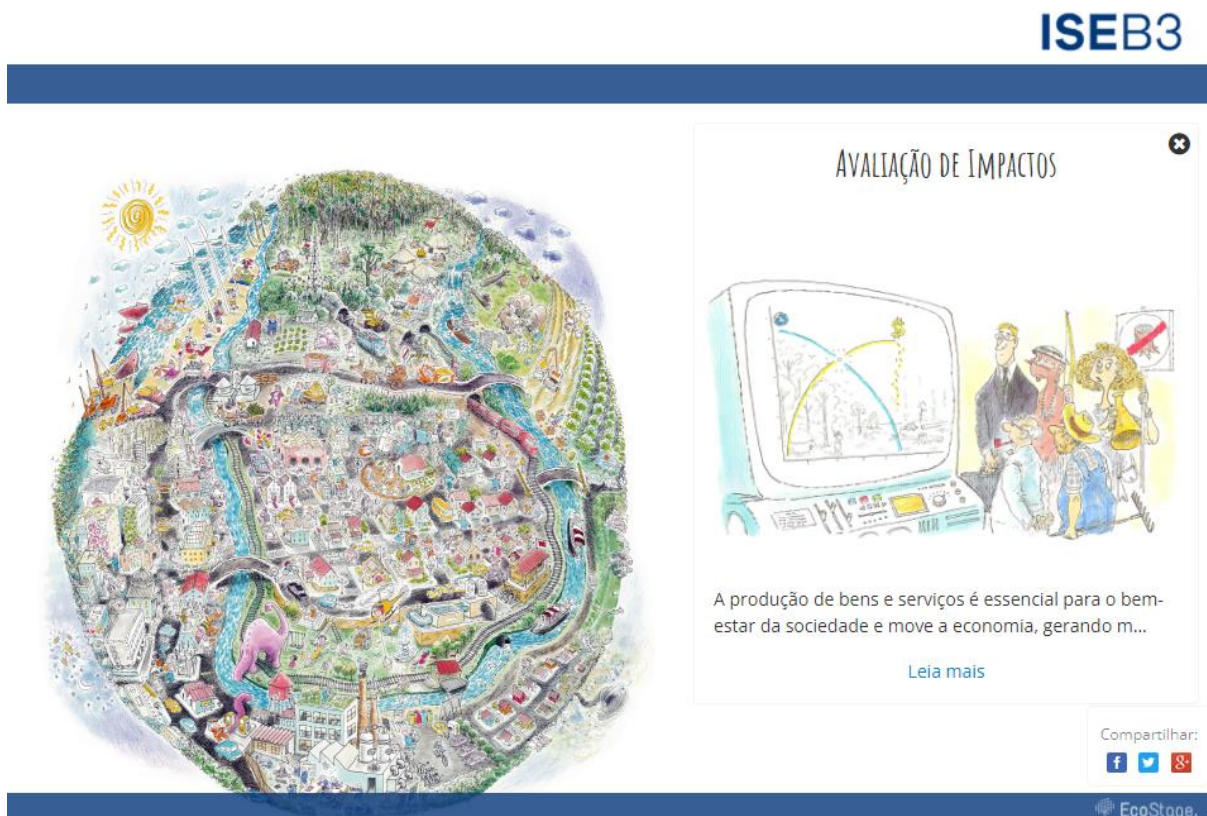
que os termos querem dizer. Ao reduzir uma quantidade de debates ambientais e sociais a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, uma série de discursos emergem, passando a reproduzir o que são e o que não são práticas sustentáveis. O “o mero ato de nomear as coisas e, assim, trazê-las à existência” (LUKE, 2005, p. 230, tradução nossa”). A partir desta percepção, o autor complementa que ao sugerir o que a sustentabilidade deve ser, seus expoentes fazem com que eventos e processos desenvolvimentistas entrem em vigor, assim “qualidades hesitantes e multiversais de tais transformações, ao mesmo tempo, tornam-se mais definitivas e universais, porque esses conceitos ancoram a invenção mítica de seus referentes como uma cultura material concreta” (LUKE, 2005, p. 231, tradução nossa).

O ISE, ao apresentar o Mundo ISE, diz que o intuito da plataforma é de representar “o conjunto de temas do ISE, para estimular a disseminação das práticas referentes ao seu questionário e uma visão integrada sobre sua agenda de sustentabilidade empresarial” (B3, 2021c, on-line). Nota-se que ao definir esse conjunto de práticas a partir do seu questionário, busca-se uma tentativa de unificação e padronização das ações de sustentabilidade. Estabelece-se uma mesma unidade de medida para comparação entre as práticas organizacionais, indiferente ao cenário e às particularidades em que atuam. Atributos como pluralidade, diversidade e diferenças ficam às margens dos instrumentos de padronização, uma vez que não conseguem ser considerados em réguas de metrificação. Assim, os efeitos da sustentabilidade começam a moldar os campos de ação e decisão, pois passam a exercer disposições de apreciação e classificação coletivas para o grupo (LUKE, 2005). Conforme Banerjee (2003, p. 147, tradução nossa) aponta “regras geradas pelo discurso não são derivadas de alguma fonte soberana, mas, em vez disso, tornam-se regras ou normas ‘naturais’[...]”, criando sistemas de conhecimentos predominantes.

Neste sentido, o ISE emerge como uma maneira de padronização de sua linguagem e enfrentamento da fragmentação conceitual, como apresentado. A plataforma Mundo ISE serviria como um dos subsídios do ISE para dialogar não apenas com o investidor, mas demais setores da sociedade que busquem exemplos próximos do cotidiano do brasileiro sobre a sustentabilidade. Desta forma, busca a universalização sobre o seu entendimento de sustentabilidade.

De maneira a ilustrar melhor como a plataforma é organizada, abaixo são apresentadas algumas imagens que compõem o Mundo ISE.

Figura 4 – Captura de tela da Plataforma Mundo ISE



Fonte: B3 (2021c)

Figura 5 – Captura de tela da Charge de Adaptação às mudanças climáticas



O aquecimento global causado pela emissão de gases de efeito estufa (GEEs) não se manifesta apenas como períodos de maior calor: na verdade, seu efeito é o aumento da quantidade e intensidade de eventos climáticos extremos. São grandes enchentes e secas causadas pela má distribuição de chuvas, invernos e verões especialmente rigorosos, fortes furacões e tornados, e rápidas mudanças nos padrões regionais de clima. A **adaptação às mudanças climáticas** visa avaliar e prevenir os riscos e perdas que essa situação pode trazer para as pessoas, empresas e governos.

Fonte: B3 (2021c).

A plataforma ISE é composta por ilustrações em formatos de desenho, que apresentam os problemas por meio de uma faceta lúdica, conforme sua proposta. Os textos, como aparecem na parte inferior das imagens, descrevem com exemplos práticos e concretos os problemas. Como no caso de Adaptações às mudanças climáticas (**Figura 4**) que são citadas enchentes, furacões, maior calor e assim por diante. As ilustrações passam uma ideia de coletividade, já que a maioria contempla conjuntos de pessoas aprendendo sobre a temática. Em outros casos, valem-se da inserção de uma série de elementos na charge para explicitar a complexidade de pontos a serem considerados em cada temática.

São abordados, no total, 35 temas (ver em **Apêndice 1**) que abordam desde água, energia e combustíveis fósseis até combate à corrupção, consumo consciente e estilo de vida, entre outros. Em todos esses temas há um texto explicativo sobre como eles se conectam à ideia de sustentabilidade e que justifica a importância de se atentar para esses pontos. Exemplos e resultados práticos nem sempre conseguem ser abordados, dependendo do tema (Ver **Apêndice 1**).

Quando fala-se da água, por exemplo, são citados como iniciativas: “Analisar o seu processo, monitorar os indicadores de consumo, estabelecer metas de redução, procurar processos mais eficientes, fechar os ciclos (reusar a água), capturar água da chuva, apoiar projetos de restauração florestal e de recuperação de áreas degradadas, especialmente as margens de mananciais” (B3, 2021c, on-line). Apesar de não apresentarem esses resultados, como premissa, há exemplos de iniciativas empresariais. Já, em outros temas, como desenvolvimento local, a discussão fica em nível mais subjetivo, fala-se que:

[...] são comuns histórias de empresas que se instalam em comunidades simples e carentes de infraestrutura, mas com forte tradição cultural e rica em recursos naturais. Empresas modernas, engajadas e comprometidas com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável sabem da importância do seu papel na transformação e no apoio a essas comunidades. Dessa forma, agem com cuidado ao se instalar, procurando entender as necessidades, desejos e expectativas das comunidades, procuram identificar os impactos que suas atividades podem causar e procurar minimizá-los ou mesmo mitigá-los (B3, 2021c, on-line).

Os termos “papel na transformação” e “apoio” desviam-se de uma preocupação em detalhar quais os benefícios que as empresas poderiam trazer às comunidades que tem seu espaço ocupado de forma pragmática ou objetiva, visto que aqui camufla-se os diferentes interesses que existem no processo mencionado de

instalação de empresas em comunidades. Como Banerjee (2003, p. 144, tradução nossa) coloca, discursos do desenvolvimento sustentável “assentam também num sistema unitário de saberes e, apesar das pretensões de aceitação da pluralidade, corre-se o perigo de marginalizar ou cooptar os saberes tradicionais em detrimento das comunidades que dependem da terra para a sua sobrevivência”.

O ISE traz afirmações ingênuas sobre a atuação das empresas em alguns exemplos, como é o caso da narrativa acima. Sobre sua afirmação a respeito das relações com as comunidades, acaba por se tornar contraditório quando, mais tarde, empresas listadas em sua carteira se envolvem em crimes ambientais. Um exemplo comum é a Vale que, em 2015, deixou de ser listada no ISE por conta do evento ocorrido em Mariana com uma de suas subsidiárias, a Samarco. Além disso, em 2019, o ISE veicula em seu website notícias sobre a exclusão da Vale pela segunda vez em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho. O acidente acarretou danos irreversíveis a comunidade local e ao meio ambiente (B3, 2019b). Em outros momentos, nota-se que a utilização de palavras vagas trazem uma ideia de consciência ao definir o que é a visão sustentável para o ISE, sem nomear as implicações para tal, conforme é apresentado a seguir:

Ter uma visão sustentável implica em olhar o todo e as partes e, mais do que isso, entender, perceber e considerar as conexões entre as partes, a interdependência entre uma e as outras e entre elas e o todo; implica em ter uma visão holística do mundo e pensar de forma sistêmica. Na perspectiva das empresas isso significa considerar de forma ampla o contexto no qual ela se insere e todos os seus relacionamentos. Considerar todas as suas partes interessadas (também chamadas de stakeholders) em suas diferentes perspectivas, visões, necessidades e expectativas. Olhar para a sua cadeia de valor, analisar seus impactos (positivos e negativos) na sociedade e no meio físico; entender sua dependência das pessoas e da natureza e como essa interdependência afeta seus negócios. Dessa forma é possível, inclusive, questionar a validade do seu modelo de negócio e decidir sobre eventuais mudanças que se façam necessárias frente a realidade, que é dinâmica e está em constante movimento e transformação. (B3, 2021c, online)

Vários pontos são deixados para interpretação do leitor de quais são os modelos e as mudanças necessárias para lidar com todas as questões sociais e ambientais, bem como o que é uma visão sistêmica e holística. A visão sistêmica é defendida na sustentabilidade organizacional como uma maneira intermediária de alcançar a sustentabilidade holística, na qual há o alcance de um equilíbrio entre relações econômicas, ambientais e sociais de todas as formas de organização (OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2012). Apesar

disso, este alcance acaba por esbarrar em contradições dos próprios interesses do mercado. Mesmo que o ISE aponte para a necessidade de “questionar a validade de do seu modelo de negócio” (B3, 2021c, on-line), não traz resoluções de como alinhar as complexidades de cada um destes sistemas — econômico, social e ambiental.

Aborda-se neste momento uma contradição sobre o modelo capitalista tradicional de se fazer negócios. Fala-se que a visão sustentável “[...] põe em xeque o atual modelo linear de extração, produção, consumo e descarte, que pode até fazer sentido em ciclos de curto prazo e locais, mas não na perspectiva de longo prazo e de um mundo altamente conectado, pois esbarra em limites físicos e compromete o equilíbrio do sistema” (B3, 2021c, on-line). A problemática é trazida à tona, apesar disso, não há exemplos práticos, a partir das empresas que compõem o ISE, de como essa situação pode ser contornada. Neste momento, o ISE compreende que há uma necessidade de mudança de percepção em termos de liderança empresarial para incentivar tais práticas e fornece informações para isso, mas não se compromete em responder como as contradições do paradoxo capitalista podem ser solucionadas:

Finalmente, foi destacado que um dos fatores que mais fará diferença para a sustentabilidade empresarial nos próximos 10 anos não está no campo material, mas sim na percepção, pelas lideranças empresariais e sociais, em todos os níveis, de que é preciso ter coragem de trazer à tona a mudança de valores suscitada pela nova conjuntura: implementar e praticar uma gestão ancorada no desenvolvimento da responsabilidade compartilhada, na ética e transparência das ações e na educação e cultura, conscientes da interdependência humana e ambiental (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 17).

Pode-se considerar que o Mundo ISE emerge como uma proposta de unificação e perpetua o caráter universal do desenvolvimento sustentável, dessa vez a partir de uma atuação que busca alterar a percepção e dialogar com as lideranças empresariais e sociais, conforme apontada na narrativa apresentada. Para isso, tende a orientar a sustentabilidade a partir de instituições que são protagonistas neste processo de definição do que é a sustentabilidade, como é o caso da ONU.

Mebratu (1998) apresenta a visão institucional da sustentabilidade, apontando que o crescimento econômico é visto como essencial em todas as partes do mundo no sentido de prover a subsistência dos pobres, sustentar populações em crescimento e, também, estabilizar a população. Para isso, a visão institucional defende o desenvolvimento de novas tecnologias, enquanto energia e outros recursos

podem ser usados de forma mais eficiente para produzir menos poluição. Neste sentido, a visão institucional, ao se apoiar nas definições da WCED; O Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED) e Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), enfrenta como desafio criar estratégias para maximizar o valor agregado e ao mesmo tempo minimizar o uso de recursos por meio da implementação dos princípios da ecoeficiência (MEBRATU, 1998). As narrativas do ISE, demonstram um alinhamento com essa visão:

desenvolvimento sustentável requer colaboração e parceria na sua construção e seu avanço será mais efetivo se houver um alinhamento de objetivos e metas entre diferentes setores da sociedade. [...] O exemplo atual mais importante e significativo a nível global são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados em setembro de 2015 por 193 países-membro da ONU, em substituição aos 8 Objetivos do Milênio¹² [...] (B3, 2021c, on-line)

Empresta-se uma abordagem mundial, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como base para dialogar com a sociedade e investidores brasileiros, conforme as propostas apresentadas até aqui, no período em torno dos 10 anos de existência do ISE. Orienta-se que a sustentabilidade pelo Mundo ISE, responde à “habilidade de sustentar”, e deve ser entendida não apenas em relação à empresa, mas também ao contexto em que ela se insere, local e globalmente” (B3, 2021c, on-line). Portanto, há um duplo investimento: propiciar a continuidade dos negócios tal como eles são projetados e; dar continuidade ao ambiente em que os negócios estão inseridos, para isso há mudanças a serem incentivadas. Na linha da visão institucional apresentada por Mebratu (1998), um dos maiores desafios é obter meio de propiciar um crescimento limpo e equitativo.

Um desafio importante para o ISE nos próximos dez anos é aumentar o engajamento de investidores em questões socioambientais. A mudança de cultura nas empresas e nos investidores já começou – e o ISE tem um papel importante nessa transformação –, mas esse é um processo ainda lento. Para o ISE, mais do que simplesmente crescer, o desafio é reforçar os valores da sustentabilidade e continuar sinalizando exemplos e resultados que possam orientar e motivar cada vez mais atores econômicos, dando escala e velocidade às mudanças rumo a uma economia mais sustentável (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 15).

¹² As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: Acabar com a fome e a miséria; Oferecer educação básica de qualidade para todos; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde das gestantes; Combater a Aids, a malária e outras doenças; Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Em 2015 os ODM são substituídos pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) (ODM BRASIL, 2000).

Conforme apresentado nas narrativas acima, a temática, em prol de da consolidação e da maturidade do índice, busca dialogar com investidores e com a sociedade, por meio das propostas de novas ferramentas. Ao mesmo que se usa do capital científico para propor uma conversão do olhar aos seus grupos de interesse, tende por efetuar um papel colonizador ao enraizar uma visão predominante do eixo euro-americano. O apoio aos ODS é um dos exemplos de como há a efetivação de práticas compatíveis com o neoliberalismo e domínio de um processo de mundialização (B3, 2021c; BM&F BOVESPA; FGV EASESP, 2012; 2016). O apoio em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é ainda a principal inspiração de abordagem para o ISE.

Como síntese das abordagens utilizadas pelo ISE neste segundo período, elenca-se que:

- É reforçado o caráter de coletividade do conceito de sustentabilidade através de um duplo investimento. De um lado tenta-se dialogar com a sociedade para enfrentar a fragmentação conceitual do tema, de outro, tenta atrair mais investidores/ empresas para o ISE, a partir da demonstração de benefícios e vantagens;
- O ISE coloca os interesses da sociedade em torno da sustentabilidade como convergentes aos das empresas e do próprio ISE;
- A sustentabilidade é apontada como melhorias incrementais aos negócios, que proporciona menos risco, ganhos reputacionais e intangíveis, garante a atividade a longo prazo das empresas, entre outros. Essa visão é construída com base na utilização da ciência como forma de validação das informações;
- Instituições internacionais são utilizadas, neste momento, para reforçar a legitimidade de modelos sustentáveis e investimentos sustentáveis, promovendo o caráter de domínio sobre uma visão proveniente do eixo euroamericano;
- Há uma tentativa de trazer exemplos práticos e objetivos, mas acaba por esbarrar em práticas que geram conflitos e deixam

margem para a interpretação de que o modelo sustentável para os negócios é falho em suas propostas.

No próximo item, aborda-se como esse processo se intensificou nos anos que antecederam os 15 anos do índice e sua reformulação nos anos de 2020 e 2021.

4.2.3 O período que antecede e contempla o aniversário de quinze anos do ISE: 2016 a 2021

De maneira à responder a necessidade de engajamento com os investidores em relação ao comprometimento com questões socioambientais, conforme é apontado na publicação de 10 anos do índice (B3, 2021c), este terceiro momento conta com novas iniciativas e publicações. O período é marcado pela inserção da discussão sobre novas tecnologias e o alinhamento à Agenda 2030, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organizações da Nações Unidas) (B3; CCSI; B3, 2019a; 2019d).

A Agenda 2030 e o Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015 pela ONU vêm ganhando relevância como a referência tanto para atores públicos quanto privados, e sua incorporação pelas empresas é vista como grande prioridade. Ao mesmo tempo, práticas de relatos e análises corporativos com base em aspectos ESG (Environmental, Social and Governance) não são novidade, mas ganham novas dinâmicas à medida que mais informações estão disponíveis publicamente, assim como novas tecnologias para processá-las, como o Big Data e a Inteligência Artificial. Trata-se de uma convergência, de uma colisão ou de algo intermediário? (B3; CCSI, 2018, s.p).

O ISE, então, aponta a Agenda 2030 e os ODS de maneira oficial para os direcionamentos que se seguem neste período. Conforme Fuchs (2017) relembra, a agenda proposta por este instrumentos tendem a ser um tanto limitada na compreensão dos problemas mundiais, uma vez que afirma que a "A mais básica de todas as necessidades é para um meio de vida: isto é, emprego" (WCED, 1987, p. 49), embora em 2015, apenas metade da população economicamente ativa possuía emprego formal. Em suas propostas, não há fundamentos que explicam como os problemas de desigualdade em renda e classe poderão ser superadas (FUCHS, 2017). A partir do uso destes instrumentos e pelas orientações percebidas nas narrativas do ISE, pondera-se que houve e que há uma transferência da responsabilidade e do poder para as organizações corporativas na decisão de quais

são os problemas que a sustentabilidade precisa responder e quais deles serão prioridades a serem respondidas nos próximos anos

Em parceria com a Columbia Center on Sustainable Investment (CCSI)¹³, realizou-se quatro eventos nos anos de 2018 e 2019 cujos temas foram Big Data¹⁴ para compreensão ESG (Environment, Social and Governance), uma vez que “percebe-se já uma tendência para uso da perspectiva tradicional (os aspectos ESG) como referência para a perspectiva da Agenda 2030/ODS” (B3; CCSI, 2018, on-line). Portanto, além de Big Data, a Agenda 2030 e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) também foram alvos de estudos e novos direcionamentos do ISE. O objetivo dos workshops foi de promover o encontro de “especialistas de diferentes países e áreas do conhecimento a fim de compartilhar experiências e pensar sobre o futuro próximo da transparência e dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade empresarial” (B3; CCSI, 2018, on-line).

A visão apresentada pelo ISE neste momento, é muito semelhante ao encontrado na definição do paradigma tecnocêntrico da sustentabilidade, apresentado por Gladwin et al. (1995). Segundos estes autores, esta abordagem está presente nos elementos principais dos negócios e em suas academias profissionais. O tecnocentrismo defende que “os humanos são suficientemente sábios e perspicazes para gerenciar qualquer tecnologia” (GLADWIN et al, 1995, p.884, tradução nossa). Com isso, tende a reforçar raciocínios reducionistas, monológicos e positivistas. Por este viés, o mundo natural é também compreendido como objetivado, passa a ter valor instrumental e quantificável monetariamente como uma mercadoria. Nesta abordagem, “sacrifícios em nome das gerações futuras, natureza não humana ou gerações atuais distantemente menos afortunadas são geralmente injustificados, a menos que os sinais do mercado indiquem o contrário” GLADWIN et al, 1995, p.882, tradução nossa). Percebe-se na narrativa acima uma ênfase no papel do homem para gerenciar os problemas ambientais e sociais, lidando com isso a partir do crescimento e das novas tecnologias. Os eventos são propostos como uma forma de criar

¹³ Universidade norte-americana localizada em Nova Iorque, que possui um centro de estudos em sustentabilidade.

¹⁴ Big Data é definido pelo ISE B3 como “dados e processos associados cuja escala, distribuição, diversidade e/ou velocidade de criação requerem o uso de novas tecnologias de armazenamento e análise para capturar seu valor”. Assim, informações são obtidas através de dados estruturados (B3, 2019c, p. 10)

instrumentos de metrificação, inserindo variáveis quantificáveis e monetariamente quantitativas para lidar com as questões, de uma forma integrada ao contexto mundial.

Desta troca de experiências surgiram duas principais publicações. A primeira delas foi um estudo chamado “Usando Big Data e Inteligência Artificial para avaliar o desempenho Corporativo em Temas ESG” (2019), publicado pelo ISE B3 e patrocinado por empresas como Itaú, Petrobras, Natura, Suzano, BNDES, FGV, Cyrela, além de universidades como USP e outros órgãos de pesquisa internacional. Na apresentação do estudo, encontra-se:

Permanecem, no entanto, desafios relevantes à compreensão sobre os impactos corporativos para o alcance de um modelo sustentável de desenvolvimento. Alguns desses desafios são conceituais, e surgem do fato de que pode ser extremamente complexo articular o que são e não são práticas empresariais desejáveis, em termos de sustentabilidade, para diferentes setores, locais e horizontes de tempo. Esse desafio conceitual, por sua vez, torna difícil saber o que e como divulgar e/ou medir e analisar com o objetivo de avaliar o desempenho corporativo nessas questões. Isso afeta vários stakeholders: as empresas que se esforçam para publicar informações relevantes de acordo com diferentes padrões e diretrizes de relatoria, e para melhorar seu próprio desempenho e avaliações de risco; é problemático para analistas e provedores de informação ESG, que buscam apresentar informações significativas sobre o desempenho de sustentabilidade das empresas para seus públicos-alvo; e investidores e outros usuários de informações sobre o desempenho corporativo, dado que as divulgações e avaliações baseadas em diferentes padrões podem produzir insights não comparáveis entre empresas e setores [...] (B3, 2019d, p.4)

Após cerca de 13 anos da criação do ISE, nota-se que enfrentam desafios ainda semelhantes aos encontrados em sua criação: compreender os impactos corporativos, medi-los e resolvê-los a partir de um modelo sustentável de desenvolvimento. Uma preocupação que emerge, é dar contexto ao setor, ao local e ao tempo em que se refere a esses impactos, tornando a compreensão destas situações mais singulares — apesar disso, o ISE coloca como um desafio também para ele, que pretende ser uma referência (ou benchmark) para o setor. Dentre as informações apresentadas acima, presume-se que são consequências de uma própria fragilidade conceitual em qual o ISE se apoia.

A partir dessas observações, há a interpretação de que a falta de um direcionamento mais contundente sobre a sustentabilidade nas organizações que levou o ISE a cair em problemas semelhantes aos que já vinha enfrentando. Uma das possibilidades para tal, é o que ISE não se compromete em responder as contradições do sistema em que opera, estando condicionado aos interesses do mercado de capitais. Há a declaração de que existem desafios conceituais sobre a

sustentabilidade e, portanto, a dificuldade em estabelecer o que são práticas sustentáveis desejáveis para as organizações. Com isso, há a impossibilidade de se apoiar de filiar a uma ou mais contribuições que consigam lidar com estas contradições e responde-las justificado pela própria insustentabilidade do crescimento econômico e do modo de consumo em larga escala.

Neste contexto, o Big Data surge como uma possibilidade de produzir padrões comparáveis entre as empresas, unificando estas maneiras de compreender as práticas empresariais sobre o tema.

[...] há uma demanda crescente por melhores serviços e por ferramentas necessárias para identificar critérios ESG relevantes e úteis e para aferir como as empresas estão de fato agindo conforme tais critérios. Um notável avanço é o crescimento recente de serviços e ferramentas que usam o Big Data e a Inteligência Artificial (BDAl) para obter e disponibilizar informações úteis sobre o desempenho ESG de empresas de maneira concisa, consistente, comparável e oportuna (B3, 2019d, p.3)

Para o ISE B3, as novas tecnologias, baseadas em Big Data e Inteligência Artificial (BDAl), podem ser o caminho para conseguir estabelecer padrões de comparação sobre as informações que estão disponíveis nos mais diversos canais de sustentabilidade e ESG. “Tais inovações podem permitir que a análise seja extraída de um escopo mais amplo de dados, reduzindo a dependência de autodeclarações corporativas e dando lugar à coleta de informações confiáveis sobre uma gama mais ampla de empresas e suas respectivas ações e impactos” (B3, 2019d, p. 5). Essas tecnologias, demonstram a possibilidade de padronização e comparação em um cenário onde há muitas informações sendo geradas a partir de diferentes fontes de metrificação da sustentabilidade empresarial.

Na narrativa anterior o ISE afirma que os “desafios são conceituais, e surgem do fato de que pode ser extremamente complexo articular o que são e não são práticas empresariais desejáveis, em termos de sustentabilidade, para diferentes setores, locais e horizontes de tempo” (B3, 2019d, p. 4), em seguida, a proposta de uso da tecnologia vem para resolver a necessidade de padronização. A contradição aparente neste momento, permite induzir que algumas das preocupações que são expressadas pelo ISE não conseguem se resolver. Por uma pressão do próprio mercado que atua, acaba por ser engolida por esse processo de mundialização. Busca-se uma eliminação cada vez maior de diferentes formatos de compreensão do que são as práticas sustentáveis, com isso, a supressão de particularidades.

Como Clementino e Perkins (2020) colocam, as classificações de medição de ESG procuram definir, neutralizar e impor estruturas comuns, porém, que estão longe de serem neutras. Cada agência tende a se diferenciar com suas métricas sustentáveis, buscando vantagens em relação à classificação, o que levanta questões éticas sobre os intermediários desse processo que também buscam por lucros (CLEMENTINO; PERKINS, 2020). Este processo reforça a ideia de que a sustentabilidade está presa ao processo de mundialização, sendo seletiva na maneira com que irá lidar com os problemas.

A publicação do ISE sobre BDAI vem no sentido de “apresentar as tendências atuais na produção e distribuição de informações ESG por meio do uso de BDAI” (B3, 2019d, p. 11) a partir da apresentação de cinco provedores de informações, sendo eles: Arabesque, Datamaran, Owl Analytics, RepRisk, e TruValue Labs. O estudo foi baseado em entrevistas e informações destes provedores de informações, de maneira a apresentar a diferença de metodologia entre eles, conforme é apresentado no material:

Os provedores de informações ESG têm uma abordagem similar em relação a Big Data e aos algoritmos que coletam e processam dados do maior número de fontes relevantes e confiáveis possível. Em média, uma empresa provedora de informações faz uma triagem de aproximadamente 30.000 fontes diariamente. Feito isso, as informações são limpas e estruturadas para análise. Geralmente, quase todas as empresas pesquisadas seguem as mesmas etapas mencionadas aqui (triagem, captura, limpeza e estruturação dos dados para análise), mas a maneira como cada etapa é executada difere de empresa para empresa, podendo levar a produtos e resultados muito diferentes. Cada empresa tem seu próprio algoritmo de inteligência artificial para extrair insights ESG do grande e complexo conjunto de dados construído com os dados selecionados. Os resultados finais geralmente são fornecidos como uma pontuação geral ESG, como pontuações múltiplas e/ou como comparações entre companhias analisadas. Algumas dessas ferramentas, inclusive, foram projetadas para que seus resultados finais possam gerar uma carteira de investimentos (B3, 2019d, p.15)

Portanto, o intuito da publicação foi oferecer as diferentes possibilidades desses provedores de informações ESG, de maneira a munir seus investidores e empresas com informações sobre sustentabilidade. Conforme é dito, os clientes destas plataformas são “investidores e gerentes de investimentos que estão tomando decisões de investimento, e/ou empresas que querem saber seu desempenho (em relação a outras empresas) e como estão sendo percebidos” (B3, 2019d, p. 15).

Nas narrativas apresentadas, nota-se que, apesar de manifestarem diferenças entre os provedores, as empresas tendem a ser agrupadas, comparadas e ranqueadas, resultando em uma generalização. Com isso, autores (HILL, 2020; ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL, 2016; SCHALTEGGER et al. 2014) argumentam que estes instrumentos apresentam uma visão parcial e irreal sobre os impactos oferecidos pelas práticas em torno da sustentabilidade, uma vez que não consegue demonstrar essa realidade a partir de suas particularidades. Pondera-se, a partir desta constatação, que o ISE B3 incentiva práticas de sustentabilidade que sejam comparáveis, inspirados pelos instrumentos de ESG, propagando uma lógica que ignora a realidade local e a necessidade de compreender seus impactos de maneira pormenorizada.

Vale ressaltar que, para organizar os dados de maneira a fornecer informações úteis, os provedores se baseiam em modelos conceituais comuns sobre a sustentabilidade, conhecidos como *frameworks*. A maioria deles se utilizam do modelos fornecido pela Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) e SASB (Sustainability Accounting Standards Board) (B3, 2019d), mostrando que, apesar de diferenças, partem de uma mesma compreensão teórica sobre a sustentabilidade.

O framework da UNGC é organizado a partir de dez princípios que derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Enquanto o framework da SASB desenvolveu um conjunto de padrões específicos para cada setor empresarial, cujo intuito é que seja aplicável globalmente. Para a SASB, “a contabilidade da sustentabilidade reflete a gestão dos impactos ambientais e sociais de uma corporação decorrentes da produção de bens e serviços, bem como sua gestão do capital ambiental e social necessário para criar valor a longo prazo” (B3, 2019d, p. 19). Portanto, sua metodologia desenvolveu cinco dimensões (Meio Ambiente; Capital social; Capital humano; Modelo de Negócios e Inovação; liderança e Governança) para o alcance de tal objetivo (B3, 2019d). Ver mais detalhes sobre os *frameworks* no **Apêndice 2**.

A organização das métricas e das perguntas a serem respondidas por estes provedores são baseados na utilização dos princípios da UNGC como forma de

ranquear as empresas, enquanto outros organizam o ranqueamento a partir de uma série de perguntas por setor que a SASB disponibiliza. Nota-se que o ISE também incorporou as dimensões da SASB. Em sua reformulação realizada entre 2020 e 2021, nota-se que há uma substituição das sete dimensões vigentes desde 2010, pela redução em cinco dimensões propostas pela SASB, que será melhor abordado adiante (B3, 2020g; 2021h).

Um último ponto abordado na publicação sobre o uso de Big Data é que “um bom desempenho ESG não corresponde necessariamente a uma contribuição relevante para os ODS” (B3, 2019d, p. 38), tema que tem sido incentivado pelo índice desde sua criação. Para tal, uma segunda publicação é realizada pelo ISE B3, intitulada a “A experiência do ISE na Agenda 2030 e nos ODS” (2019).

Segundo a publicação,

O lançamento da 15ª carteira de seu Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) é para a B3 uma ocasião a ser marcada não apenas pela celebração de um aniversário especial, mas também pela consolidação de legados que perenizam os aprendizados e contribuições dessa importante trajetória, ao mesmo tempo em que apontam o caminho adiante (B3, 2019a, p. 3).

Por isso, o documento busca compartilhar a experiência do ISE na incorporação da Agenda 2030 e dos ODS à sua metodologia. A publicação também destaca o reconhecimento que a ONU deu ao ISE B3 como “articulador e indicador de tendências no campo da sustentabilidade empresarial e promoção dos ODS” (B3, 2019a, p. 3). Para o ISE “o foco na Agenda 2030 e nos ODS se justifica por várias razões, dentre as quais destacamos a relevância dessa agenda como orientação e linguagem comum para atores de todos os setores, em todo o planeta” (B3, 2019a, p. 3). O que se percebe na apresentação de ambos os documentos, é a busca de uma aproximação da sustentabilidade tal como é apresentada e compreendida por padrões que são reconhecidos e aceitos mundialmente sobre o tema, dentre eles os *frameworks* utilizados pelos provedores.

Há uma tendência, a partir dessa utilização cada vez mais comum de padrões unificados de sustentabilidade e, também, pelos ODS, colocando os atores brasileiros em uma mesma página em relação à tendência mundial, suprimindo outras existências de modelos locais sustentáveis. Essa extensão de um domínio internacional, permite que redes operacionais, tecnologias internas e estratégias empresariais ou institucionais constituam um ambiente propício para o exercício de

poder em torno das estruturas econômicas, bem como os modos de existências insustentáveis. Como Luke coloca, as forças sociais podem “configurar agentes e estruturas em muitos outros lugares ao redor do mundo em apoio a seus ambientes corporativos, nacionais e técnicos particulares, coletando informações, movendo pessoas, usando energia e processando materiais conforme for conveniente eles” (2005, p. 233, tradução nossa).

Para o ISE, a Agenda 2030 propicia

[...] alcance e respaldo inéditos, essa agenda reafirma os princípios do desenvolvimento sustentável e consolida os compromissos globais para atingi-lo. Como uma síntese e um chamado à ação, apresenta também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, criando um referencial e uma linguagem comum para mobilização e engajamento de governos, empresas e sociedade civil em escala global (B3, 2019a, p. 7).

Nesse sentido, compreende-se que desde 2016, quando é iniciado um processo de assimilação entre as questões de seleção do ISE com os ODS, inicia-se um processo de isomorfismo do ISE com os demais instrumentos que se apoiam na Agenda 2030 como norte para suas ações. O ISE B3 declara que:

Para orientar esse processo o ISE B3 adotou um conjunto de diretrizes para que isso fosse feito de forma consistente tanto com a abordagem sobre sustentabilidade empresarial incorporada em seu questionário quanto com a Agenda 2030: Manter e reforçar uma perspectiva sistêmica sobre a sustentabilidade empresarial; Refletir a essência da Agenda 2030 e tratar os ODS não como lista de afazeres, mas como um conjunto integrado e interdependente dos objetivos rumo a essa agenda; Posicionar a Agenda 2030 e os ODS como um tema estratégico para as empresas; Focar especialmente em políticas e práticas, respeitando a metodologia atual do ISE B3; Enfatizar a importância dos negócios para a consecução da Agenda 2030 e dos ODS (B3, 2019a, p. 9).

Apesar de declarar que irá respeitar a metodologia atual do ISE B3, o que se prepara é um terreno para as grandes mudanças de sua metodologia que são apresentadas nos anos de 2020 e 2021. O primeiro passo para introduzir as mudanças e permitir a incorporação dos ODS em sua metodologia, é o reconhecimento de que os ODS foram configurados para inspirar uma agenda em escala planetária e, para isso, concebem um “referencial prático composto por quatro pilares” (B3, 2019a, p.10). Eles são baseados em “Identificar as conexões diretas entre o negócio e a Agenda 2030”; “Considerar tanto a integração dos ODS entre si quanto a integração dos ODS com o negócio”; “Considerar a escala e a velocidade dos avanços rumo aos ODS e suas metas” (B3, 2019a, p. 10) e, por último,

‘Não deixar ninguém para trás’: este é o lema da Agenda 2030, que requer a consideração das implicações que o negócio analisado (ou as propostas para avanço rumo a um determinado ODS) têm sobre aspectos sociais, como a inequidade de renda ou acesso a bens e serviços, a desigualdade entre gêneros, o respeito aos direitos humanos e a proteção a grupos vulnerabilizados [...] (B3, 2019a, p. 11).

Estes quatro pontos são considerados na inclusão de perguntas mais contundentes relacionadas aos ODS a partir de 2018, que se consolidam no ano de 2019. Nota-se que duas preocupações são inéditas nas narrativas acima, a preocupação com a escala e velocidade com avanços dos ODS, e a abordagem direta sobre inequidade de renda, desigualdade de gêneros e proteção de grupos vulnerabilizados, como itens que englobam a Agenda 2030.

Há também muita ênfase nesse momento sobre a materialidade, que está presente no glossário da publicação como, no contexto da sustentabilidade, é a “base para a empresa identificar as agendas prioritárias para sua atuação, investimentos e gestão de externalidades, riscos e oportunidades”, para tal são “considerados aspectos materiais que podem impactar e/ou influenciar significativamente avaliações e decisões dos gestores da empresa ou de suas partes interessadas” (B3, 2019a, p. 34).

Até aqui, as mudanças apresentadas nos anos de 2018 e 2019 indicam a busca de uma linguagem comum e uma adequação à ordem internacional sobre as compreensões das prioridades em torno da sustentabilidade, conforme destaca a narrativa abaixo:

Apesar de estar posicionada e ser reconhecida como a principal referência global da agenda de desenvolvimento sustentável, a implantação dos ODS se dá em contextos ambientais, sociais, políticos, culturais, corporativos e econômicos muito diversos, o que impõe maior complexidade para sua compreensão e adoção. Nesse sentido, a adequação da linguagem utilizada é um aspecto essencial para a disseminação dessa agenda, assim como a construção de narrativas e perspectivas que sejam compreensíveis, relevantes e mobilizadoras para os diferentes públicos (B3, 2019a, p. 27).

Pela narrativa acima, infere-se que o que se pode esperar é uma mudança na forma de dialogar com seus públicos. Diferente do período anterior, marcados pelo Mundo ISE que possuía uma plataforma lúdica, dessa vez, o ISE aposta em novos formatos de eventos com o seus investidores. Portanto, essa mobilização na construção de narrativas acontece pelo formato de painéis ou diálogos (evento em formato de perguntas e respostas) entre representantes do ISE e empresas convidadas.

Nos anos que se seguem, uma série desses eventos marcam o aniversário de 15 anos do ISE e preconizam uma mudança nos questionários. Apoiados na ideia de inspiração no processo da SASB e índices internacionais, acontece um movimento de simplificação do questionário:

O novo questionário busca uma linguagem mais simples e de fácil compreensão, e é setorizado, ou seja, suas perguntas mudam de acordo com o tipo de atividade da companhia respondente. Em linha com seu histórico, a B3 embasou essa reformulação em cuidadosos estudos técnicos, análise de benchmarks e em ampla escuta das partes interessadas e de especialistas, tanto por meio de consultas específicas quanto de consultas públicas (B3, 2021i, p. 1).

Cada vez mais, há uma redução na quantidade de perguntas que compõem os questionários, a fim de tornar o processo reduzido às empresas que participam e também direcionadas ao seu setor, de forma mais objetiva. Palavras como “indução”, “internalização” e “benchmark”, além de verbos como “impulsionar” e “incorporar” fazem parte da fala de representantes do ISE constantemente (B3, 2020a). O que demonstra que, apesar da complexidade em lidar com os instrumentos de medição, busca-se um caminho comum e já validado internacionalmente. Há a adequação sobre a compreensão e as formas de medir a sustentabilidade em um só movimento global, que parte de diversas frentes — mais uma vez evidenciam o reflexo da mundialização dos mercados financeiros.

Essa forma de incentivar os investimentos sustentáveis levam à compreensão de que os debates acontecem e são promovidos a partir de agentes dominantes com suas linguagens igualmente dominantes (LARA; OLIVEIRA, 2017; SARTORE, 2010, 2012a). Embora haja a problematização, por parte do ISE, na dificuldade em medir essa sustentabilidade, conforme demonstrado acima (B3, 2019d), empresta-se uma abordagem que não é própria para lidar com todo o enfrentamento dos paradoxos travados: de um lado, a necessidade de lidar com a complexidade das organizações e suas realidades; de outro, a necessidade de simplificar seu processo, por meio de uma redução de dimensões e de perguntas relativas. A partir disso, reconhece-se que há uma rápida difusão de interesses que atuam como formatos neutros e nacionalmente reconhecidos, ao mesmo tempo em que tira de cena qualquer possibilidade de aprofundamento e questões relacionadas ao viés qualitativo das relações que são travadas entre as organizações e seus impactos ambientais e sociais (LARA; OLIVEIRA, 2017; SARTORE, 2010, 2012a).

No lançamento da 15ª carteira do ISE B3, representantes de as empresas que compõem as carteiras do ISE desde o seu início são convidados a falar, foram sete empresas convidadas, sendo elas: Banco do Brasil, Bradesco, CEMIG, Itaú Unibanco, Natura, Braskem e Engie. Nas narrativas encontradas, manter-se elencado nas carteiras do ISE é “se posicionar”, conforme a fala da gerente de sustentabilidade do Bradesco, Julia Spinassé (2019). Além dessa, outras manifestações demonstram que o papel do ISE como “indutor de práticas sustentáveis” tem exercido efeito: “o ISE lança tendências sobre a sustentabilidade [...] isso nos obriga enquanto empresas a internalizar essas práticas de sustentabilidade” diz Adieliton Galvão de Freitas, representante da CEMIG, companhia de energia elétrica (ABC ASSOCIADOS, 2019a). As narrativas acima evidenciam que, apesar do ISE compreender as dificuldades em estabelecer métricas de compreensão da sustentabilidade, ele tem se apoiado nas referências apresentadas até aqui, tais como Agenda 2030, os ODS e os provedores de Big Data, de maneira a criar a confiabilidade para se tornar benchmark.

Nos anos de 2020 e 2021, os eventos de revisão dos questionários e consultas públicas assumem o novo formato proposto, de ouvir mais os investidores. O ISE passa a convidar empresas e representantes do setor de investimentos para painéis e rodas de diálogo. Fala-se muito em construção de portfólio ESG. Gleice Donini, Superintendente de Sustentabilidade da B3 afirma em 2020: “O ISE está buscando falar cada vez mais a linguagem do investidor e contribuir para essa educação e de entender as necessidades do investidor para que essas mudanças tão importantes aconteçam [...] assim utilizar o ISE como uma ferramenta de engajamento e educação interna dessas companhias” (B3, 2020a, on-line). Nota-se neste ponto que, apesar do segundo período (2010 a 2016) o ISE desenvolver ferramentas mais inclusivas para o diálogo, desta vez ele precisa retornar o seu foco de atenção para o contentamento de seus investidores, públicos com o qual ISE mantém relações de dependência.

Para isso, os formatos dos diálogos a partir de 2020 dão mais espaço para que investidores e empresas falem sobre suas percepções sobre o mercado de investimentos e sobre o ISE. No 3º Diálogo ISE 2020, Edmar Prado Lopes Neto, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Movida, é convidado a falar sobre a tangibilização ESG da empresa. E ele afirma: “Nosso papel é gerar valor para o acionista e em, segundo lugar, ao longo prazo ir mitigando riscos que a companhia

possa vir a ter [...] quando a agenda ESG apresenta a possibilidade de gerar valor e reduzir risco, você valoriza muito isso” (B3, 2020a, on-line). Na fala do diretor, interpreta-se que a sustentabilidade passa a ser valorizada à medida que reduz riscos aos negócios, sendo esta uma segunda prioridade, após criar valor ao seu acionista. Conforme Lelé (1991) destaca, frequentemente o uso da sustentabilidade tem sido incrementada com palavras sofisticadas, tais como os termos “criar” ou “gerar” valor aos seus acionistas, ao mesmo tempo que não se vê mudanças substanciais à maneira com que as práticas insustentáveis são levadas nas organizações.

Ainda segundo o diretor da Movida, Neto, o Brasil está “passando por um processo de educação” (B3, 2020a) em termos de sustentabilidade, visto que demonstração ESG é uma exigência em locais como a Europa. Apesar dessa visão de que há a transformação dessa consciência nacional, no qual o ISE tem exercido papel, mostra-se que essa educação não penetra em diferentes camadas sociais, ou vai além do viés corporativo. Como Lelé (1991, p. 615, tradução nossa) critica: a “maneira pela qual a participação está sendo operacionalizada mostra a abordagem tacanha, solução rápida e enganosa adotada pelos principais promotores do desenvolvimento sustentável”. Portanto, outra contradição encontrada neste trecho, baseia-se na ideia de que, enquanto busca-se falar a “linguagem do investidor” (B3, 2020a, on-line), exclui-se desta conversa a sociedade e seus interesses, enquanto demonstra que no Brasil quem tem acesso a essa temática é apenas essa pequena camada de investidores. Acima, demonstrou-se que a tendência para este período foi o de reduzir as estratégias de diálogo com a sociedade e outras frentes de abrangência e representação social ou ambiental no país, que passa a ser reforçada adiante.

Além da mudança neste formato, é a primeira vez que um representante da B3, que não seja da equipe de Sustentabilidade da B3 é convidado a falar. José Andrade (Juca) é o vice-presidente da B3 e é chamado para falar sobre a visão da B3 na indução do mercado ESG. Gleice Donini, Superintendente de Sustentabilidade da B3, pergunta: “O que clientes e investidores podem esperar em termos de iniciativas da B3 para indução do mercado ESG no Brasil?” (B3, 2020a, on-line). E o vice-presidente da B3, Juca, responde:

Do ponto de vista da B3, temos três pilares: *walk the talk*, ser indutor e ter produtos. Sobre *walk the talk* eu falo em casa que o exemplo não é uma forma de educar, mas é a única, na verdade. As pessoas seguem aquilo que você

faz, não aquilo que você fala. A primeira coisa é... Nós vamos nos submeter ao ISE e aos parâmetros dos questionários do ISE. Não vamos apenas colocar ao mercado, como também vamos seguir. O segundo, fato do indutor é o fator que possam usar práticas de sustentabilidade para ser uma referência ao mercado financeiro, às corretoras (um pouco menores) ou empresas, também, mesmo aquelas que não são listadas, precisam de ajuda neste ponto e querem consultar sobre questões de sustentabilidade governança. Estamos também querendo criar um hub, um lugar que as pessoas a partir dessa temática se conectam [...]. Trazer empresas que são listadas no ISE ou não, mas que tenham boas práticas de sustentabilidade e induzam as demais nesta questão. Por último, vamos entrar no próprio ISE, que é um produto aqui da B3. Nós temos green bonds¹⁵, captação de divididas e temos o papel de registrar e de divulgar iniciativas. [...] (B3, 2020a, on-line).

Pela primeira vez, desde sua criação o ISE B3, o ISE é autorizado a participar dos questionários do ISE. Uma das principais razões para isso é a extinção do CISE em 2020, que faz com o que a B3 deixe de ser parte do conselho deliberativo e, conseqüentemente, deixe de ter conflitos de interesses, na visão do ISE (B3, 2020f). Sobre a exclusão do CISE, não encontram-se justificativas para tal movimentação. Interpreta-se que, a partir deste momento, representantes do setor de investidores, fundos de pensão e, também, representantes sociais e do meio ambiente — que já possuíam uma participação relativamente baixa em suas cadeiras, como é o caso do Instituto Ethos, Ministério do Meio Ambiente, ONU Meio Ambiente e assim por diante, deixam de opinar sobre as decisões de índice e sua composição e perder representatividade. Pode-se compreender desta mudança que, cada vez há menos a participação de vozes que construam o índice, deixando o poder de comandar esses novos direcionamento a cargo da B3, em um momento que o ISE já atinge um novo patamar de reconhecimento e legitimação.

A contribuição de investidores e empresas na reformulação do ISE se tornam concentradas nas audiências públicas e nos eventos promovidos pela frente de sustentabilidade da B3 (B3, 2020f). Fala-se muito em unificar as informações, tornando-as claras e objetivas. Nesse ponto, cada vez mais busca-se uma maneira reduzida de reportar essa informação e torná-la comparável às demais empresas e opções do mercado, quando fala-se de investimentos. Luiza Hirata, analista ESG do Santander Asset Management, declara em um dos eventos do ISE B3, falando do ponto de vista do investidor:

Em relação à demanda dos investidores é que a gente busca muita objetividade e clareza das informações, parece meio óbvio, mas eu estava falando com um grupo de empresas, e o ponto é... quando a gente vai fazer

¹⁵ Traduzido como títulos verdes

uma análise de gestão de empresas para investimentos, a gente tem um mundo de informações, acesso a uma série de dados, relatórios e que a gente tem que ter o dinamismo para absorver essas informações e realmente compor uma história para uma tese de investimentos. Então, em relação às questões ESG, mais do que nunca, a gente precisa ter isso acessível, essas informações de maneira bastante objetiva, para que isso seja de fato incorporado nas tomadas de decisão e nas análises. E hoje a gente tem uma série de relatório, de documentos, que estão disponíveis para os investidores [...] (ABC ASSOCIADOS, 2020c, on-line).

Compreende-se que esse movimento internacional na unificação dos dados é reflexo do processo de globalização e a própria extensão de um domínio do mercado financeiro, uma vez que os sistemas de avaliação interagem e também moldam seus próprios objetos. Conforme Clementino e Perkins (2020, p. 4, tradução nossa) argumenta, as organizações que se submetem a essas avaliações acabam por se adaptar aos “princípios, valores e critérios embutidos em avaliações e medidas de classificação” (CLEMENTINO; PERKINS, 2020, p. 4, tradução nossa), nesse quesito, se tornam cada vez mais o reflexo da ordem internacional que normatiza este mercado. Como as organizações são promotoras da sustentabilidade em prol de objetivos planetários, o que se obtém é cada vez um vínculo maior fiel ao *status quo* e a agenda neoliberal, que dificulta o surgimento de novas possibilidades de atuação organizacional.

No 5º diálogo do ISE B3, que aconteceu em novembro de 2020, Gleice Donini, Superintendente de Sustentabilidade da B3, apresenta a reformulação dos três pilares estratégicos que guiam o ISE naquele ano, sendo eles: “ser uma companhia alinhada às melhores práticas de sustentabilidade; induzir boas práticas ESG no mercado brasileiro e fortalecer o portfólio de produtos ESG atual e abrir novas frentes de negócios” (B3, 2020d, on-line). A superintendente da B3 ainda explica:

Encaixa-se, então, toda a revisão estamos fazendo do ISE, todo o processo que estamos fazendo ao longo deste ano, justamente para deixar o ISE ainda mais atrativo aos investidores, replicável em sua metodologia, com questionários adequados em questões de materialidade, que a gente já vem falando, além de outros produtos que já podem ser utilizados a partir dessa revisão. [...] A B3 está buscando realizar uma família de índices de ESG (B3, 2020d, on-line).

A fala de Gleice, denuncia a existência de um movimento da companhia em criar novos produtos, ou seja, novas possibilidades de negócio, o que coloca o ISE como uma referência estratégica para a ampliação da empresa. Cada vez mais há uma convergência do que é a sustentabilidade em instrumentos de desempenho e performance que comparam as organizações entre si. Ao que indica na fala da superintendente da B3, é que existe um movimento da criação de novos

padrões de ranqueamento, que indicam que o cenário de mensuração e comparação entre os desempenhos de sustentabilidade nas organizações tende a se ampliar e se intensificar. Como Clementino e Perkins (2020) coloca, o que se pode esperar é um isomorfismo ainda maior destas organizações.

Nota-se que, definir o que é a sustentabilidade já não é mais uma discussão ou uma preocupação que aparece na fala do investidor. Tampouco é para o ISE B3. Especialmente porque se emprestam de frameworks e quadros conceituais como UNGC e SASB todos os direcionamentos de quais as perguntas e métricas buscam, sem que haja um questionamento sobre os direcionamentos dessas práticas. Como Fuchs (2017) defende, o caráter ideológico da sustentabilidade, tal como é reproduzida, permite que interesses de grupos sejam projetados, a fim de alcançar objetivos políticos. Nas falas dos investidores acima, nota-se que já há, também, uma assimilação do que se pode esperar a partir da formatação dos instrumentos de sustentabilidade no mundo, sendo agentes importantes na formatação deste mercado.

Essa última fase de transformações e orientações do índice em relação à sustentabilidade, é marcada pela redução de complexidade e busca de maior objetividade de seus instrumentos de metrificação e comparação, ao mesmo tempo que tem-se uma quantia muito grande de dados disponibilizados para consulta. Interpreta-se que, os anos de 2020 e 2021, ano em que o índice efetiva suas mudanças do último ciclo de renovação, é marcado por grandes mudanças. Na fala de Aron Belinky, coordenador técnico da ABC Associado, “- uma “mudança muito robusta que marca a transição dos quinze anos” (B3, 2020a).

O CEO da B3 em 2020, Gilson Finkelsztain, anuncia no Lançamento da carteira 2021 e Fórum ISE que:

Aqui na B3, nosso papel como indutora de mercado é justamente que o tema entre na pauta das companhias via produtos e serviços, como é o caso do ISE B3, um dos nossos índices presentes de ESG. Este ano, com a categoria gratuito tendo acesso ao questionário a gente percebeu uma demanda enorme por parte das empresas em utilizar esse material como referência de boas práticas ESG, reforçando o papel como grande indutora de mercado. Além disso, a grande reformulação do ISE que fizemos agora, busca essa exposição do fator ESG e busca mais transparência e menos subjetividade ao índice, um exemplo disso foi a decisão de extinguir o CISE ao fim deste ano [...] (B3, 2020e, on-line).

O CISE, conselho do ISE, deixa de existir como representação de uma tomada de decisões de instituições financeiras locais e passa a atender ao movimento

da Agenda 2030, bem como comparar empresas em nível internacional a partir de BDAI, reforçando mais uma vez a entrada no mercado global. Além disso, pela primeira vez há uma adequação do conceito de sustentabilidade empresarial. No ano de 2021, juntamente com a revisão do questionário, nota-se a mudança de sua definição, que passa a ser:

No contexto do ISE B3, a sustentabilidade empresarial é entendida como o resultado da aplicação de um conjunto de políticas e práticas, por meio das quais uma empresa busca garantir que seu negócio esteja adequadamente posicionado, a fim de manter-se rentável e competitivo frente à evolução nas expectativas de seus stakeholders e às transformações do ambiente de negócios. É essencial que essa perspectiva inclua não só os aspectos mercadológicos e econômicos usualmente considerados, mas também fatores sociais, ambientais e institucionais cuja dinâmica possa impactá-la, inclusive a médio e longo prazo (B3, 2021h, on-line).

Na nova leitura sobre sustentabilidade empresarial, fala-se sobre o conjunto de políticas e práticas que são aplicadas. De acordo com as orientações do ISE deste período, presume-se que são àquelas que estão presentes nos questionários ISE, na Agenda 2030 e nos provedores de informações provenientes de BDAI. Também há uma menção a “sociais, ambientais e institucionais” que remetem à sigla ESG, que passou a ser utilizada com mais frequência nos últimos anos. Nota-se que alguns termos foram agregados no sentido de conferir uma renovação do conceito, sem alterar seu significado. Ao longo deste período, não se encontram mudanças substanciais que alteram a maneira com que a sustentabilidade é compreendida.

- Pode-se considerar que a sustentabilidade neste período é abordada:
- Por meio da utilização da Agenda 2030, coloca-se nas organizações a responsabilidade e o poder de conduzir quais pautas são prioridades para o alcance da sustentabilidade;
- Por uma visão tecnocêntrica, reúne-se pesquisadores e investidores de outras nacionalidades para lidar com os problemas sociais e ambientais;
- Há uma supressão cada vez maior de particularidades locais, bem como a complexidade dos problemas ambientais e sociais, promovendo a sustentabilidade a partir de instrumentos de medição e comparação de Big Data e

frameworks conceituais padrões que levam à uma simplificação das questões;

- Os ODS são utilizados como linguagem comum, efetivando a universalização do termo no domínio do interesse de pequenos grupos no processo de mundialização;
- Dá prioridade a participação de investidores em eventos, foco das comunicações neste período;
- Com a extinção do CISE, tira-se a representatividade local de entidades que representam investidores, fundos de pensão e outras frentes sociais e ambientais, garantindo mais possibilidades de decisão sobre o índice à B3.

No quadro a seguir, é resumido de que maneira o ISE aborda a sustentabilidade nestes diferentes períodos:

Quadro 3 – Quadro Integrativo da contextualização das narrativas do ISE a partir de sua história

	Objetivos estratégicos apresentados para o índice	Definições sobre sustentabilidade empresarial	Formas de abordagens e orientações observadas
Período 2005 a 2010	Criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações (B3, 2021g)	Uma nova abordagem de se fazer negócios [...] cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo (perenidade), ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sustentável para toda a sociedade neste planeta (BOVESPA, 2006, p.65)	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de definições objetivas; • Empresas como soluções para os problemas socioambientais; • A sustentabilidade como nova linguagem para reunir uma série de movimentos; • Não comprometimento com os impactos ambientais.
Período de 2010 a 2016	Trabalhar para aumentar o número de empresas participantes no processo, incrementar o volume de recursos investidos e produtos vinculados ao índice, e torná-lo um benchmark de investimentos sustentáveis e responsáveis (BM&FBOVESPA; FGV EAESP, 2016)	Uma nova abordagem de se fazer negócios [...] cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo (perenidade), ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sustentável para toda a sociedade neste planeta (BM & BOVESPA, 2016, p.65)	<ul style="list-style-type: none"> • Busca de diálogo com a sociedade; • Convergência dos interesses da sociedade e das empresas; • Destaque para ganhos intangíveis utilizando-se do método científico; • Promoção do caráter colonizador ao garantir a extensão de conceitos provenientes do eixo euro-americano; • Busca por exemplos práticos, que nem sempre são alcançados.
Período de 2016 a 2021	Engajamento com os investidores em relação ao comprometimento com questões socioambientais. (B3, 2021c),	[...] é entendida como o resultado da aplicação de um conjunto de políticas e práticas, por meio das quais uma empresa busca garantir que seu negócio esteja adequadamente posicionado, a fim de manter-se rentável e competitivo frente à evolução nas expectativas de seus stakeholders e às transformações do ambiente de negócios (B3, 2021h, on-line).	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade e poder às organizações sobre pautas da sustentabilidade; • O homem como central na resolução de problemas ambientais; • Supressão de particularidades locais e redução da complexidade dos problemas ambientais e sociais a partir de frameworks únicos uso de provedores de Big Data; • Busca de uma linguagem comum a partir dos ODS • Foco na comunicação com investidor; • Redução do poder de entidades que representam investidores locais, fundos de pensão e outras frentes sociais e ambientais.

Fonte: BOVESPA (2006); BM&F BOVESPA (2016); BM&F BOVESPA; FGV EAESP (2016); B3 (2021c; 2021g).

No próximo item, busca-se reconstruir essas relações de tal forma a compreender como indivíduos e organizações exercem papéis de estruturas e agentes na configuração do campo.

4.3 AGENTES E ESTRUTURAS NO CAMPO

O presente tópico tem como objetivo responder ao segundo objetivo específico proposto por esta pesquisa, de “Mapear agentes e estruturas que compõem o campo em questão”. Para isso, apoia-se da sociologia bourdieusiana como lente teórica para interpretar as relações objetivas que configuram o ISE B3, de maneira a identificar quem são os agentes e as estruturas presentes.

Como a análise bourdieusiana oferece uma perspectiva relacional, ou seja, que dá primazia às relações e às posições de onde indivíduos se posicionam no campo, entende-se que indivíduos e grupos ora podem exercer o papel de agente, ora de estrutura. Portanto, sua ação não se limita a um único papel na configuração do campo. Apesar disso, acabam por ser representantes predominantes em um destes papéis, à medida com que conseguem interferir nas relações objetivas do campo e, portanto, em suas configurações (BOURDIEU, 1989; 2004; 2009).

Conforme o referencial teórico apresentado no item 2.1 desta dissertação, Bourdieu (BOURDIEU, 2004a; BROADY, 1996; WACQUANT, 1992, 2002) compreende o espaço social como duplamente estruturado: de um lado objetivo, compreende as estruturas em seu formato material, condições econômicas e sociais; por outro lado, compreende também as estruturas mentais de percepção e apreciação da realidade, resultantes das incorporações sociais, que conduzem indivíduos em suas práticas e ações. Nesse sentido, a vivência neste espaço, garante a incorporação de disposições que influenciam na maneira de se portar, falar e agir dos indivíduos. Essas mesmas práticas, tendem a configurar e/ou reconfigurar o campo em questão.

A partir dessas noções, o termo “agente” é empregado ao recusar o reconhecimento dos participantes de um campo como meros sujeitos, uma vez que detêm a capacidade de improvisação e agência na configuração do campo, variando em grau e intensidade, de acordo com a posição em que ocupam. Por meio de suas práticas, os agentes conseguem movimentar as estruturas estruturantes, de maneira

a contribuir com a história do campo, modificando suas leis e regras de funcionamento, à medida que angariam capitais e obtêm a possibilidade de interferir nas orientações deste campo (BOURDIEU, 1989; 2004a; 2009).

À medida que o poder e o grau de interferência destes agentes aumenta, compreende-se que indivíduos, grupos e organizações podem exercer também o papel de estruturas estruturadas. Ou seja, a sua interferência e atuação na configuração do campo é tão singular, que possui a capacidade de agir, representar e falar pelo campo, a tal ponto que seja responsável por coordenar as ordenações simbólicas deste espaço. As estruturas, por sua vez, são identificadas de tal forma que suas consequências conseguem ser apreendidas em níveis materiais e objetivos (BOURDIEU, 1983; 1989; 2004a; 2009).

[...] o sentido da posição ocupada no espaço social (aquilo a que Goffman chama o «sense of one's place») está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura. As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes (BOURDIEU, 1989, p. 141).

Na contextualização das narrativas ao longo da história do ISE, notam-se que indivíduos e organizações exercem esses papéis de maneira mais ou menos incisivas na formatação do ISE B3, tal como ele se apresenta, levando a um mapeamento entre aqueles sujeitos que se apresentam como estruturas e aqueles que se apresentam como agentes. De maneira a apresentá-los, este tópico foi separado entre as 4.3.1 As estruturas do Campo ISE B3 e; 4.3.2 Os agentes do Campo ISE B3, conforme abaixo:

4.3.1 Estruturas do campo ISE B3

As estruturas sociais são identificadas por meio do seu domínio prático, ao influenciar as estruturas estruturantes que orientam a visão de mundo no campo elencado. Ao recorrer às narrativas do ISE B3, em diversos momentos, há um grau de adequação e formatação do campo em relação às estruturas sociais, geralmente associadas ao caráter institucional destas organizações e grupos. Da mesma maneira, pode-se interpretar a presença de lutas e de relações de poder,

evidenciadas a partir de ajustes e movimentações que denunciam a existência dos agentes no campo.

Como Bourdieu coloca, o objetivismo é o que constitui o mundo social, como um “espetáculo oferecido a um observador que ‘adota um ponto de vista’ sobre a ação” (BOURDIEU, 2009, p.86). As estruturas sociais oferecem uma representação de compreensão dessa realidade a partir das trocas simbólicas nas relações que se dão no campo, configurando-o. Por este viés, é possível travar alguns critérios de diferenciação entre os que exercem o papel de agente e os que exercem o papel de estrutura no campo do ISE B3, ao perceber quais deles exercem significativa influência ao “moldar” o campo em questão.

Por isso, para o mapeamento de estruturas do ISE B3 levou-se em consideração os seguintes critérios:

- a persistência da influência destes agentes/estruturas ao “moldar” o ISE B3 ao longo dos 16 anos de história;
- a dependência entre o ISE e estes agentes/estruturas nos eventos pontuados na linha do tempo (**Figura 3**) e;
- a intensidade com que estes agentes/estruturas são citados nas narrativas como pontos de referência para as decisões tomadas no ISE B3.

Dessa forma, o mapeamento das estruturas do campo se deu, principalmente, por meio da identificação de personagens que viabilizaram a construção do ISE e que, ao longo de sua história, se fizeram presentes traçando seus direcionamentos, orientações e influenciando em sua configuração. Estas estruturas exercem o papel mais ou menos relevantes, dependendo do período ou do momento em que se analisa. Cabe ressaltar, entretanto, que a presença delas permanece durante toda a história do ISE e se apresentam como consolidadas ou estáveis nos três períodos históricos narrados no item anterior. Em outros termos, são figuras institucionalizadas para além do campo pesquisado.

Em respeito aos critérios estabelecidos e às contribuições oriundas da sociologia bourdieusiana sobre este conceito, foram associadas as seguintes estruturas ao campo em discussão:

- a IFC (International Finance Corporation);

- a FGV/ FGVces (Fundação Getúlio Vargas e seu Centro de Estudos em Sustentabilidade);
- a ABC Associados;
- o GRI (Global Report Institute);
- a KPMG;
- a ONU (Organizações das Nações Unidas);
- a SASB (O Sustainability Accounting Standards Board) e UNGC (United Nation Communications Group);
- os provedores de BDAI;
- o CDP (Carbon Disclosure Program); e
- a própria B3, antes representada por Bovespa e BM&F Bovespa.

Maiores detalhes sobre essas estruturas, bem como as justificativas para serem classificadas enquanto estruturas para o campo em debate, são apresentadas em sequência.

A **IFC**, vinculada ao Banco Mundial, é, possivelmente, a primeira grande estrutura que se encontra nas narrativas do ISE. O índice foi desenhado pela Bovespa (atual B3) no ano de 2004, mas, para tal, contou com o apoio de duas instituições para que pudesse ganhar forma e se tornar viável. Em termos objetivos, foi “originalmente financiado pela International Finance Corporation (**IFC**), braço financeiro do Banco Mundial, e seu desenho metodológico foi desenvolvido pelo FGVces e B3” (B3, 2021g, on-line). Conforme é narrado no período,

A **IFC** tinha grande conhecimento do tema e um programa para a área de Financial Markets Sustainability que fornecia recursos e assistência técnica para promover a sustentabilidade por intermédio de instituições financeiras. Além disso, a organização já era parceira da própria Fundação Getúlio Vargas (FGV) em outros programas (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 28).

Nas estruturas de um campo estão intrínsecas as relações de força dos agentes e das instituições, ou seja, da distribuição do capital específico, os quais, em conjunto, possuem a capacidade de orientar as estratégias ulteriores (BOURDIEU, 1983). Nota-se que a **IFC** representou a estruturação econômica do campo em perspectiva, fornecendo as propriedades atuantes necessárias para o ISE tornar-se um índice. Encontra-se nessa relação uma clara influência ao moldar o índice, uma

vez que seu projeto necessitava apresentar uma proposta compatível com a compreensão do Banco Mundial sobre a sustentabilidade.

O ISE prosseguiu condicionado ao financiamento da **IFC** até que pudesse obter renda própria para sua manutenção. Na publicação de cinco anos do índice, conta-se que o “processo de renovação da carteira do ISE, em 2006, ficou em suspenso durante o primeiro semestre do ano, até que a **IFC** decidisse se forneceria novamente o suporte financeiro necessário” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.50). Para isso, a Bovespa empregou uma estratégia de improvisação, de maneira a responder a **IFC**: “a resposta da **IFC** ficou condicionada a uma contraproposta da BOVESPA, com um plano de negócios que tornasse o ISE um programa autossustentado financeiramente a partir de 2007” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.50). O ISE só se torna independente da **IFC** a partir da arrecadação própria, aproximadamente após 4 anos de sua fundação.

Há, no posicionamento da **IFC**, uma institucionalidade consolidada em sua capacidade de tornar possível a criação do ISE. Conforme narrativas expostas acima, a dependência da Bovespa para com a **IFC** é denunciada a partir de uma relação de submissão. Ao solicitar aprovação do financiamento, as regras do campo passam a se sujeitar aos requisitos legais e técnicos que são impostos ao ISE. Como Bourdieu (1989) coloca, embora o campo seja identificado como um recorte específico do espaço social, tende a reintroduzir insensivelmente as estruturas objetivas das quais é produto, no caso, estruturas sociais e econômicas necessárias para a formatação e hierarquização no campo. Nestas relações de força, há a reprodução das visões de mundo provenientes destas estruturas, o que colabora com o alinhamento entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas do campo.

Essa relação é notável quando menciona-se que “O ISE teve também uma grande repercussão no exterior” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.59), e que a **IFC** “contribuiu para essa repercussão, utilizando o índice brasileiro como referência em seu trabalho de disseminação das práticas de sustentabilidade entre as empresas do setor financeiro internacional” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.60). Pondera-se, a partir desta narrativa, que há um trabalho de inculcação de uma noção ideal sobre práticas de sustentabilidade para o setor financeiro, a qual é submetida a uma “coordenação” da **IFC**. Essas orientações posicionam a **IFC** como uma estrutura do campo em análise, uma vez que impõe determinada visão de mundo, garante sua construção subjetiva junto ao mundo social, e, conseqüentemente, constitui e reflete

as relações objetivas do ISE B3. Tais alinhamentos são confirmados pela narrativa acima, que compreende o ISE como uma referência da própria atuação da **IFC**.

A **FGV** e o seu Centro de Estudos em Sustentabilidade recebem destaque nas narrativas como outra importante estrutura para as definições e os direcionamentos do ISE, como uma das responsáveis por viabilizar a existência do campo investigado, por meio de financiamento econômico. Ansiava-se por um índice com potencial para se estabelecer como um instrumento de regulação do mercado. Para tanto, eram necessários parceiros fortes e de elevado conhecimento sobre a sustentabilidade. Conforme narrativa de Mifano, executivo da Bovespa no período em que o ISE foi criado, a parceria técnica com a **FGV** era algo que poderia ajudá-los em, porém que exigia um investimento econômico considerável: “Todo mundo achava a ideia maravilhosa, mas ninguém queria pôr a mão no bolso. Nós tínhamos sustentado tudo até ali, mas, na hora de contratar a **FGV**, eu também fui pão-duro e desafiei o Ricardo [Nogueira] a achar alguém que entrasse com os recursos” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 28).

A partir das narrativas de construção do índice, compreende-se que a **FGV**, com seus pesquisadores do centro de estudos em sustentabilidade, era admitida como autoridade no assunto. Um exemplo está na construção dos questionários e na escolha dos critérios de seleção em sua metodologia: a “Dimensão Econômico-Financeira era um pouco a especialidade do **GVces** e uma das áreas de excelência acadêmica da **FGV**, portanto, o assunto estava em casa” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.36). Em outros momentos, a instituição entrava com suas especialidades para dialogar com a sociedade nas audiências públicas que foram realizadas durante os primeiros passos do ISE:

Sérgio Esteves, na época coordenador da Dimensão Social do ISE, conta que “Mazon defendeu a perspectiva da sociedade e fez a **FGV** bancar alguns avanços que, de outra maneira, na minha perspectiva, não teriam sido possíveis. Ele deu a visão do espírito a partir do qual os especialistas, os convidados, as empresas e outras organizações passaram a atuar” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 34).

A atuação da **FGV** foi central para o ISE, durante 15 anos, sendo esta dependência passível de constatação, dado o seu papel na construção dos objetivos estratégicos do ISE, na construção e nas reformulações de seus questionários e nos eventos promovidos pelo ISE. Desta parceria também resultaram as seguintes publicações: “O Valor do ISE” (2012); “Por que Empresas Aderem a Índices de

Sustentabilidade” (2013)”; “Relatório DBI para empresas do setor de Construção Civil” (2018) e outros, conforme consta no website do ISE B3. Como defendido, a ação das estruturas de um campo são tão significativas, que deixam suas marcas materiais e objetivas, de maneira a representar e configurar o campo em questão (BOURDIEU, 1989). Como é observado ao longo da história do ISE, a **FGV** exerce um papel de estruturação junto ao ISE, por estabelecer formalmente regras de seleção, disseminar publicações em nome do ISE, e representar o campo nos eventos.

A **FGV** é reconhecida como uma estrutura para o campo do ISE B3 porque é a partir dela e da relação entre ela e as demais estruturas que se constroem a visão de mundo orientada pelo campo. Mostra-se, a partir das narrativas apresentadas, que a **FGV** é dotada de um caráter institucionalizado e consolidado perante assuntos financeiros e de sustentabilidade, sendo reconhecida e valorizada pelo campo. Há, primeiro, um depósito de crédito nesta instituição que, ao contribuir com os processos de definição do ISE B3, passa a “transferir” um determinado crédito ao índice, de maneira que este possa existir e resistir enquanto campo. Em 2019, seu protagonismo em decisões sobre sua metodologia, critérios de seleção e todos os demais movimentos técnicos de estruturação do campo são deslocados para uma nova parceria com os pesquisadores da **FGV**, assunto este abordado em sequência.

Na terceira fase do ISE, a formatação do campo se desloca da **FGV** e passa a estar condicionado à **ABC Associados**, o órgão que é criado para o atendimento das necessidades específicas de pesquisa e metodologia de seleção das carteiras do índice e outros projetos.

Liderada por Aron Belinky, a **ABC Associados** tem origem no Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), responsável pelas parcerias técnicas desta unidade para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) e para o Guia Exame de Sustentabilidade, da Editora Abril, dentre outros projetos. Em fevereiro de 2019, por consenso de todas as partes envolvidas, a equipe que deu origem à **ABC Associados** desligou-se do FGVces e passou a atuar de maneira independente, assumindo naquele momento a responsabilidade técnica por essas duas iniciativas e por outras, como o Índice de Transparência da Moda, da organização internacional Fashion Revolution (ABC ASSOCIADOS, 2021, on-line).

Ao longo da história, a **FGV**, uma vez endossada como uma importante estrutura do campo, capaz de gerar credibilidade ao ISE B3, tem sua representatividade modificada pela ação de agentes e estruturas, especificamente os pesquisadores e a própria B3. Uma movimentação no campo, que poderia ser identificada como uma relação de forças, por meio da qual rompe-se uma parceria

com a FGV, inaugurando uma nova estrutura que emerge no ano de 2019, quase 15 anos após sua data de fundação.

A **ABC Associados**, apesar de formada por pesquisadores que sempre atuaram na FGVces e que carregaram consigo a experiência e a capacidade técnica necessária para atuar em um campo, cuja sustentabilidade seja valorizada, se constitui como uma nova estrutura. Sua representatividade organizacional e técnica tem a responsabilidade de aprimorar o legado da FGV na promoção de eventos, webinars e diálogos promovidos pelo ISE B3. Desde 2019, todas as orientações dadas ao preenchimento dos questionários, bem como a inscrição no processo seletivo das carteiras do ISE são dadas por pesquisadores como Renato Moya e Aron Belinky, os quais representam a **ABC Associados** e a parceria técnica do ISE (ABC ASSOCIADOS, 2019a; 2019b; 2019d; 2020^a; 2020b; 2021).

O campo é sempre um espaço hierarquizado que está condicionado à sua configuração por meio da movimentação de agentes e estruturas. Quando há a movimentação de propriedades valorizadas no campo, estes agentes e estruturas podem melhorar tal posição, saindo do espaço de dominados e emergindo como dominantes (BOURDIEU, 1989). Ao falar pelo ISE, orientando os agentes do campo a participar de todas as reformulações do processo seletivo, compreende-se que a **ABC Associados** posiciona-se como um dispositivo de dominação e que sua influência pode ser compreendida em caráter material e objetivo. Pode-se, portanto, elencar esta organização como uma estrutura que emerge do próprio campo no último período histórico analisado.

Outras estruturas exercem relevante grau de influência e formatação que perduraram por muitos anos na metodologia do ISE, como é o caso da **GRI** (Global Reporting Initiative). Em meados de 2007, quando é escolhida como nova formatação para o índice, este padrão já era algo legitimado entre as organizações: “foi feito um mapeamento dos indicadores ISE e seus correspondentes na **GRI** [...]” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p.52). O órgão é citado também nos relatos das organizações, conforme demonstrado na narrativa de Ferreira Jr, da CPFL Energia, ao se “orgulhar de estar no caminho das boas práticas socioambientais” já que adotava o **GRI** desde 2003 como um mecanismo eficiente de medir avanços (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 56).

Por meio das narrativas apresentadas pelos participantes do campo, percebe-se um depósito de crédito na **GRI** como uma importante referência de

padronização sobre a sustentabilidade. Como é defendido pela sociologia bourdieusiana, as estruturas sociais são responsáveis por construir a visão de mundo dos agentes e estruturas que compõem o campo. Tendem a inculcar codificações comuns, bem como orientar as práticas do campo por meio de estruturas estruturantes (*habitus*) (BOURDIEU, 2004a; 1989). Ao adotar um mapeamento das questões correspondentes ao que a **GRI** estipula como prática sustentável, o campo em destaque pretende inculcar visão de mundo e esquemas de compreensão e classificação da realidade. Com o aparato fornecido pela **GRI**, estabelece-se o que é prioridade para a agenda da sustentabilidade e o que deve ser priorizado pelas organizações que compõem o ISE.

Acredita-se que as organizações buscam manter um alinhamento e aderência às práticas de formatação preconizadas pela **GRI** — o que elenca, nesta análise, esta organização como uma estrutura que atua com acentuada influência nos três períodos apresentados no item 4.2. A padronização veiculada pela **GRI** foi considerada tanto nos anos iniciais do ISE quanto em sua reformulação de 2021, enquanto ferramenta para adequação dos questionários: “Para o conteúdo também são usadas como referenciais as ferramentas publicadas pela Global Reporting Initiative (**GRI**) e pelo Sistema B, além do histórico do próprio ISE B3 (B3, 2021i, p.1)”. A persistência de sua influência nos formatos declarados pelo ISE demonstra o seu caráter consolidado como uma estrutura para o campo.

A parceria com a **KPMG** se inicia no ano de 2012, como uma revisora das respostas e das análises qualitativas das carteiras do ISE. Em uma aba específica de parceria no website, encontra-se que:

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção limitada sobre o processo de seleção das empresas que irão compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa S.A., relativo à carteira do ano calendário de 2012, elaborado sob responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV). Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguarção limitada sobre esse processo (KPMG, 2012, p. 2).

Adiante, no mesmo relatório, emitido de 2012 a 2020, encontra-se o parecer de que:

não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as etapas do processo de seleção das empresas que irão compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa, relativo à carteira de 2013, não foram realizadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com todos os requisitos da Metodologia do ISE e em aderência aos critérios e pesos divulgados publicamente (KPMG, 2012, p. 3).

A análise qualitativa das respostas, ou seja, os documentos comprobatórios enviados após a resposta dos questionários estão sob revisão dos coordenadores de cada dimensão que compõe o relatório. A auditoria independente de uma das principais empresas no ramo de Audit, Tax and Advisory¹⁶ do mundo, ou seja, a **KPMG**, é utilizada como meio de assegurar que o processo é justo e confiável para as empresas que passarão por esse processo seletivo (KPMG, 2012; ABC ASSOCIADOS, 2019a; 2019b; 2019d; 2020a; 2020c).

Todo agente e/ou estrutura, ao participar de um campo, realiza um determinado investimento ao ser admitido e reconhecido como membro deste mesmo campo. Por consequência, estes passam a ser diferenciados em suas posições relativas, a partir de princípios de distribuição de propriedades e a capacidade de suceder no jogo que é jogado no campo (BOURDIEU 2004a; 1989). Na relação entre a **KPMG** e o campo em discussão, seu investimento é significativo para a manutenção das relações com demais agentes, bem como para a manutenção da ordem do jogo. As propriedades investidas pela **KPMG** no processo seletivo do ISE são utilizadas para converter o olhar dos participantes do campo a julgar seus processos como corretos e confiáveis. Semelhante à relação firmada com a FGV e a ABC Associados, há primeiramente, um depósito de crédito na **KPMG**, enquanto uma estrutura do campo e, depois, como esta investe e assegura os processos seletivos do ISE B3, há o consequente investimento dos agentes no ISE. Como uma espécie de “transferência” de credibilidade, a **KPMG** pode ser interpretada como uma estrutura do campo, no sentido de fomentar crença no campo e assegurar suas ordenações simbólicas. Sua atuação permanece forte e sendo citada como uma forte parceria entre os anos de 2012 a 2020.

A **ONU** é elencada neste tópico como a instituição responsável pelo Pacto Global, que dá origem à Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o framework teórico UNGC, base para os provedores de BDAI. Além disso, a **ONU** é também promotora e apoiadora do Principles for Responsible Investment (PRI). Todas essas ferramentas são utilizadas como suporte teórico pelo ISE, ao longo de sua história, como meios para promover a sustentabilidade.

¹⁶ Audit (Auditoria), Tax (Impostos) e Advisory Services (Consultoria de Gestão e Estratégica, Consultoria Empresarial, Governança Corporativa, Assessoria Financeira, Riscos, Compliance, Fusões e Aquisições, Restruturações, Inovação e Tecnologia).

Em 2012, antes da existência da Agenda 2030 e dos ODS, declara-se que o ISE e os demais índices fazem parte de uma “tendência global” iniciadas pelos estudos de algumas instituições como SIF (Sustainable Investment Forum) e o MIT (Massachusetts Institute of Technology), além dos relatórios do PRI (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2012). Por volta de 2015 e 2016, quando o Mundo ISE é lançado, fala-se sobre os ODS, como o “exemplo atual mais importante e significativo a nível global” (B3, 2021c, on-line) em prol do desenvolvimento sustentável. A partir de 2017, a metodologia do ISE busca adequar suas perguntas de forma a buscar correspondência entre os questionários de seleção e os ODS e, somente, em 2018 há um aprofundamento na questão que resulta na publicação “A Experiência do ISE B3 na Agenda 2030 e nos ODS” (2009).

Conforme apresentado no item anterior, o terceiro período histórico do ISE tem como foco a Agenda 2030 e os ODS, o que “se justifica por várias razões, dentre as quais destacamos a relevância dessa agenda como orientação e linguagem comum para atores de todos os setores, em todo o planeta” (B3, 2019a, p.3). A Agenda 2030 para o ISE “consolida os compromissos globais” (B3, 2019a, p.7). Para atingir o desenvolvimento sustentável, são propostas 169 metas nos ODS que, segundo a visão do ISE, permite uma “perspectiva sistêmica sobre a sustentabilidade empresarial” (B3, 2019a, p.9). Para aprofundar o seu processo de adequação a esses instrumentos, o ISE cria uma referencial prático a partir de quatro pilares que permitem uma assimilação entre as metas globais e os pequenos incentivos, a nível organizacional e empresarial (B3, 2019).

Bourdieu (1989; 2004a) defende que a objetivação de uma ordem simbólica se torna possível a partir de suas codificações, ou seja, por meio da linguagem, dos signos e das representações de um determinado campo, relacionado às instituições, organizações e figuras públicas que o refletem (BOURDIEU, 1989, 2004a).

A Agenda 2030 e os ODS como ferramentas de representação de uma nova linguagem comum para dialogar mundialmente sobre o tema, resultam em novas padronizações para o universo da sustentabilidade, indicando a **ONU**, possivelmente, como uma das principais estruturas atuantes na formatação do campo nos anos de 2016 em diante. As palavras, em grande medida, representam uma relação de lutas para a capacidade de nomear e designar as práticas, uma vez que

são pelas palavras que ações ganham representações. As realidades sociais se constituem, desta forma, essencialmente por um jogo de palavras (BOURDIEU, 2009; LUKE, 2005). A **ONU** é, possivelmente, a principal estrutura de nomeação sobre as realidades em torno da sustentabilidade, bem como a maior instrutora sobre como essas realidades devem ser observadas e administradas.

As relações de poder estabelecidas entre **ONU** e organizações listadas no ISE, intermediada pelo próprio campo, são desveladas pela adequação e padronização ao que é sugerido como ferramenta de alcance global. Como reforço a esta visão, a extensão de um domínio internacional toma conta do cenário nacional e denuncia a posição de colonizado, ou seja, de dominado por uma ordem que não é genuinamente própria. Ao reduzir, simplificar ou adequar sua metodologia a esta ordem, nota-se uma redução em sua autonomia de representar ou falar por organizações locais, mostrando que o jogo de forças é tamanho, que a **ONU** se configura não apenas como estrutura para o ISE, mas também para tantos outros campos vinculados ao debate sobre a sustentabilidade: índices, organizações, localidades, nações etc.

Há, portanto, uma identificação material e objetiva da atuação da **ONU** no que é pesquisado, publicado e orientado pelo ISE às organizações nele inscritas. Os eventos promovidos em torno da Agenda 2030 e os ODS, a adequação de seus questionários e as publicações decorrentes dos debates sobre o tema representam fortes indícios da apropriação dos discursos que são originados pela **ONU**, aqui defendida como estrutura para o campo em debate. A relação de dominação estabelecida com a **ONU** é objetivada na reprodução dos discursos nas linguagens e representações adotadas pelos agentes e estruturas do campo em perspectiva, no sentido de nortear ações e práticas organizacionais cada vez mais padronizadas e alinhadas com o que é proposto pelas iniciativas dessa estrutura.

A partir do ano de 2018, fala-se muito em tecnologia como uma forma de obter informações e produzir padrões comparáveis entre as empresas, gerando práticas empresariais uniformes sobre o tema, de “maneira concisa, consistente, comparável e oportuna” (B3, 2019d, p. 3). É neste cenário que o ISE inicia uma série de debates com profissionais e pesquisadores que resultam nas publicações sobre sua experiência na Agenda 2030 e nos ODS, mas também em uma publicação que incentiva e orienta as organizações a utilizarem os provedores de **BDAI**, por meio de

uma espécie de manual, “Usando Inteligência Artificial para Avaliar o Desempenho Corporativo em Temas ESG” (2019).

O grande incentivo vindo da CCSI (Columbia Center on Sustainable Investment) e do ISE partem do princípios de que tais “inovações podem permitir que a análise seja extraída de um escopo mais amplo de dados, reduzindo a dependência de autodeclarações corporativas e dando lugar à coleta de informações confiáveis sobre uma gama mais ampla de empresas e suas respectivas ações e impactos” (B3, 2019d, p. 5). Assim, a publicação vem no sentido de “apresentar as tendências atuais na produção e distribuição de informações ESG” (B3, 2019d, p. 11) que são possíveis por meio de provedores **BDAI**, sendo os principais: Arabesque, Datamaran, Owl Analytics, RepRisk, e TruValue Labs.

As novas práticas de agentes e estruturas se constituem no campo pela “incorporação das estruturas (cientificamente apreendidas como probabilidades) de um universo semelhante” (BOURDIEU, 2004a, p. 130), travando novos direcionamentos para o jogo que é jogado no campo. A incorporação dessas estruturas só é possível por meio de estruturas estruturadas que emergem como parâmetros e formas de produzir essas disposições. Neste cenário, os provedores de **BDAI** são interpretados como estruturas do campo, conectados à ideia de valorização da tecnologia, estabelecendo uma relação de dominação em relação às padronizações que devem ser respeitadas por agentes e estruturas do campo em torno da sustentabilidade. O exercício de dominação está na própria chance de oferecer maiores probabilidades de suceder no ISE B3 a partir da incorporação dessas propriedades.

Cabe ressaltar, entretanto, que os provedores não atuam sozinhos. A organização de suas informações se dá por meio de frameworks teóricos sobre sustentabilidade, os quais, geralmente optam pelo modelo UNGC ou **SASB**. O modelo do Pacto Global vem representado pela ONU, enquanto que o modelo **SASB**, será melhor explicado em sequência.

No terceiro período histórico elencado no item 4.2, o framework conceitual da **SASB** é apresentado ao lado do framework da UNGC como uma das principais bases para a organização das informações sobre sustentabilidade que são geradas pelos provedores de Big Data e Inteligência Artificial (BDAI). Um resumo sobre ele, consta na publicação “Usando Inteligência Artificial para Avaliar o Desempenho Corporativo em Temas ESG” (2019).

O framework desenvolvido pelo **SASB** (Sustainability Accounting Standards Board) é utilizado pelas duas empresas (Datamaran e TruValue Labs) que não adotaram o framework do UNGC como estrutura para sua metodologia. O SASB apresenta um framework de relatórios que visa ajudar as empresas a identificar, gerenciar e relatar uma série de questões de sustentabilidade que são relevantes para seus investidores (B3, 2019d, p. 17).

Nos anos de 2020 e 2021 há uma grande reformulação na metodologia de seleção do ISE, liderado pela ABC Associados. Na visão geral da nova metodologia, afirma-se que as “dimensões e temas do novo questionário estão baseados no modelo do Sustainability Accounting Standards Board (**SASB**), com ajustes para a realidade do ISE B3 “ (B3, 2021i, p. 1). Semelhante às relações que se dão com a GRI, o framework teórico **SASB** se torna o novo parâmetro de organizar as questões de suas dimensões, que passam a ser: Capital Humano; Governança Corporativa e Alta Gestão; Modelos de Negócio e Inovação; Capital Social e; Meio Ambiente.

Os frameworks conceituais, como é o caso do modelo apresentado pelo **SASB** atuam de maneira a construir estruturas cognitivas em torno da sustentabilidade. Relembrando que a realidade social se dá por meio da prática e que o mundo se constitui primeiro por estruturas mentais para, então, se tornar objetivo: “a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo” (2004a, p. 158). Desta forma, os modelos conceituais, na incorporação de estruturas mentais e cognitivas sobre as informações de sustentabilidade se tornam parte da estratégia de constituição do campo, fazendo com o que o **SASB**, ao estruturar essa percepção, seja considerado como uma estrutura do campo de duas formas: primeiro, como base para os provedores de BDAI; e segundo, como modelo teórico que organiza as dimensões que são avaliadas nos questionários ISE a partir de 2020/2021.

Nestas mudanças, a sexta dimensão do ISE passa a adotar um sistema de classificação e avaliação que não é o próprio. A mudança do clima passa a ser avaliado pelo **CDP-Clima** que, ao lado do SASB, emerge como nova estrutura. Na última adequação sofrida pelo ISE, proposta entre 2020 e 2021, foi informado que “uma sexta dimensão, referente às mudanças no clima, será avaliada por meio do score do **CDP-Clima**” (B3, 2021i, p. 1). Para tanto, optou-se por uma padronização externa aos questionários do ISE para avaliar um dos seus cinco critérios de seleção, tornando seu grau de influência maior nos direcionamentos pertinentes ao índice.

Uma vez que o **CDP** assume a representatividade de avaliação e indicação de quais organizações podem ser admitidas (de forma parcial) nas carteiras do ISE, observa-se uma relação de dominação em relação aos demais agentes do campo. Como as estruturas possuem a capacidade de falar pelo campo e/ou representa-lo, pondera-se, a partir desta movimentação de reformulação dos questionários ISE, que o **CDP** se torna uma estrutura importante no sentido de influenciar e selecionar parcialmente as organizações que tentam integrar o campo em análise.

Por último, a **B3**, antes reconhecida como **Bovespa** ou **BM&F Bovespa**, é o ponto de partida para a criação do ISE, bem como de sua representação:

Liderada e inspirada pelo presidente do seu Conselho na época, Raymundo Magliano, e valendo-se daquilo que mais conhecia – a força do mercado –, a **BOVESPA** começou a construir um instrumento de autorregulação, capaz de produzir impacto sobre a matriz de incentivo presente no mercado, para a adoção de melhores práticas de governança. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 7).

Apesar da iniciativa, no primeiro período histórico elencado demonstra relativo grau de dependência de organizações como IFC e FGV. Primeiro condicionada à necessidade de financiamento econômico; segundo pela necessidade técnica do desenho do projeto e suas metodologias (MARCONDES; BACARJI, 2010). Em 2007, entretanto, apresenta grande capacidade de improvisação e, a partir da criação do pagamento de uma taxa de inscrição, juntamente com a criação do CISE, torna-se independente do IFC, prosseguindo apenas com a parceria com a FGVces e, mais tarde, com a ABC Associados.

Ao longo de sua história, articulando-se com outras estruturas do campo, tal como a própria FGV, a **B3** tende a se fortalecer como representante do campo. Um ponto que se destaca é a própria capacidade de intermediar a sua conversa com organizações, investidores e com a sociedade. Se associa à pesquisadores e instituições de pesquisa para promover eventos e publicações, normatiza seus questionários em formatos fornecidos pela GRI, SASB e ferramentas do Pacto Global da ONU, além de contar com a parceria de auditoria da KPMG — todos movimentos apresentados que conferem à **B3** melhores chances de suceder como representante do campo ISE.

Ao fim de 2020, quando o CISE, conselho deliberativo do ISE, passa a ser extinto, a **B3** demonstra o seu mais alto grau de comprovação (B3, 2020f). O

CISE sempre foi considerado soberano, o órgão de maior responsabilidade na tomada de decisão sobre o índice. Quando é extinto, por uma decisão da **B3**, nota-se que exerce o papel de estrutura, uma vez que consegue delimitar quem permanece e quem sai do jogo. No lançamento da 16ª carteira do ISE, afirma-se que:

Com a finalidade de tornar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da **B3** (ISE B3) ainda mais replicável e aderente às necessidades do mercado, a **B3** decidiu reformular a metodologia de avaliação e seleção das empresas candidatas à carteira do índice, bem como as formas de comunicação e apresentação dos resultados desse processo (B3, 2021i, p. 1).

Nota-se que, há um foco em “a **B3** decidiu”, no sentido de tornar o índice replicável, ou seja, vislumbra-se uma intenção da **B3** de se expandir e se fortalecer como estrutura. Pondera-se, a partir dessas movimentações, que sua tendência tem sido de fortalecimento frente a determinados agentes, angariando capitais de tal maneira que prossiga como uma estrutura consolidada e de influência social neste campo.

Como Bourdieu coloca, é

na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais.” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Compreende-se que os discursos dominantes propagados pelo ISE são aqueles criados na relação de predominância das estruturas aqui elencadas. Em determinada medida, cada estrutura, em suas relações de força, garantem maior ou menor participação na propagação de discursos tidos como “naturalizados”, que passam a ser replicados pelo campo do ISE. A **B3**, associando-se às demais estruturas, pode-se mostrar uma organização que obteve grande possibilidade de suceder no campo e obter vantagens nas relações de forças deste mesmo campo. De acordo com os pontos de atenção da análise, a B3 se constitui como uma das principais estruturas, porque existe um grande de dependência dessa instituição em relação ao campo, sendo a B3 premissa essencial para a existência do índice, como um de seus produtos.

Como segundo ponto, destaca-se que a B3 esteve em movimentação ao longo dos 16 anos de maneira a coordenar as ações simbólicas do campo, variando de acordo com as associações às demais estruturas que promovem a configuração

do campo. Por último, a B3 representa e fala pelo campo, sendo a principal estrutura de representação do ISE B3. Em todas as ações promovidas pelo ISE B3, a B3 é a mais representativa no sentido de colocar o seu nome à frente, de maneira a dialogar e estabelecer relações com os agentes do campo.

Como forma de realizar uma síntese dos pontos expostos neste item, as estruturas do campo estão organizadas no **Quadro 4** – Síntese das estruturas do campo, conforme abaixo.

Quadro 4 – Síntese das estruturas do campo

Estrutura	Justificativa teórica	Evidência objetiva
IFC	Reintroduz as estruturas objetivas do mundo social que o campo está inserido; reprodução de visões de mundo (construção subjetiva do campo) (BOURDIEU, 1989)	Aprova e financia o projeto inicial do ISE; utilização do ISE como forma de disseminar práticas sustentabilidade para o setor financeiro.
FGV/ FGVces	Atua na construção das ordenações simbólicas e objetivas de inclusão e exclusão dos participantes; Forte reprodução do discurso compartilhado do campo (doxa) (BOURDIEU, 1989; 2004a)	Representa a autoridade técnica na temática de sustentabilidade; Intermedia o processo de dialogar com a sociedade; Construção da metodologia de seleção do ISE.
ABC Associados	Atua na construção das ordenações simbólicas e objetivas de inclusão e exclusão dos participantes; Forte reprodução do discurso compartilhado do campo (doxa) (BOURDIEU, 1989; 2004a)	Responsável pelas parcerias técnicas do ISE, dando continuidade ao trabalho da FGV.
GRI	Inculca codificações comuns, bem como orientar as práticas do campo por meio de estruturas estruturadas (BOURDIEU, 1989; 2004 ^a)	Fornece um mapeamento de questões que devem ser priorizadas como agenda de sustentabilidade, bem como práticas no campo.
KPMG	Investimento na manutenção do campo, de tal forma que uma de carta de crédito seja depositado nas estruturas do campo - dominação do campo (BOURDIEU, 1989)	Confere legitimidade ao índice ao revisar as respostas de organizações no processo seletivo.
ONU	Atua na objetivação de um ordem, que só é possível pela inculcação de codificações, signos e significações. A linguagem representa a nomeação de práticas e suas representações (BOURDIEU, 2009; LUKE, 2005)	Atua como linguagem comum, adotado pelo ISE, por meio de iniciativas como PRI, Pacto Global, Agenda 2030 e ODS para o alcance do desenvolvimento sustentável.
SASB	Constroi estruturas cognitivas e mentais do campo, que orientam as práticas sobre sustentabilidade (BOURDIEU, 2004 ^a).	Fornece um modelo teórico conceitual sobre a agenda de sustentabilidade e suas dimensões.
BDAI	Instituem novas práticas de agentes e estruturas, ao orientar a “incorporação das estruturas (cientificamente apreendidas como probabilidades) de um universo semelhante” (BOURDIEU, 2004a, p.130)	Incentivam novos meios de padronização das métricas de sustentabilidade empresarial em uma escala global.
CDP	Atua no exercício de definir quem deve ser admitido ou excluído do campo (BOURDIEU, 1989)	Avalia e elenca as organizações na dimensão de mudanças climáticas.
B3	Representa e fala pelo campo, de maneira a conferir a ele representações e associações de sua estruturação (BOURDIEU, 1989)	Cria e coordena o projeto do ISE; atua nas decisões do ISE, antes pelo CISE, depois como único representante.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

No próximo tópico, são apresentados os principais agentes identificados no campo, de maneira que participavam ativamente na reprodução e configuração no campo.

4.3.2 Agentes

Para que o campo se cumpra como campo, agentes e estruturas se voltam para um interesse comum em torno de um jogo de interesses. Participantes que se dispõem a participar do campo, sujeitam-se às suas regras e geram predisposições para a reprodução do jogo instalado, de sua crença e dos discursos dominantes que se fazem presentes. Como Bourdieu (2004a, p.130) coloca, “agentes de algum modo caem na sua própria prática, mais do que a escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica. (2004, 130). Portanto, vale-se da compreensão de que a ordem simbólica de um campo e a reprodução de suas práticas só se faz possível a partir da cumplicidade de seus dominados, ao mesmo tempo em que possuem a possibilidade de interferir nessas ordenações por meio das relações que configuram o campo em questão (BOURDIEU, 1989; 2004a; 2009).

Ao longo da história do ISE, é possível identificar os principais agentes ressaltados em suas narrativas e que tiveram relevante influência nos entraves sociais, de poder, de força e de lutas, exercendo capacidade de improvisação frente às imposições estruturantes do campo investigado. São eles:

- Investidores;
- Organizações listadas no ISE B3;
- o CISE (Conselho Deliberativo do ISE);
- Organizações patrocinadoras;
- Pesquisadores; e
- a Sociedade.

O ISE é um produto de investimento para o mercado de capitais, portanto, a aderência dos **investidores** é imprescindível para que possa suceder: “A

gente trabalha no campo da sustentabilidade, mas o ISE milita no campo do mercado de capitais e tem de dialogar com ele. Temos muito a construir para atingir esse objetivo” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 76). A partir da criação de índices internacionais como o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), o FTSE4Good de Londres e Joanesburgo, percebeu-se a oportunidade de criar um índice semelhante para o mercado nacional.

As narrativas informam que o interesse inicial surgiu dos próprios **investidores** e organizações. Primeiro, na fala de Sonia Favaretto, superintendente de sustentabilidade da Bovespa na época: “Fabio Barbosa [presidente do Santander] foi uma das pessoas que “provocaram” a Bolsa a pensar em um índice de sustentabilidade aos moldes do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e do FTSE4Good, em meados de 2003” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 13).

Em seguida, outras narrativas expõem que o presidente da Bovespa foi influenciado por Maia, gestor de asset¹⁷ do Banco ABN Amro Real.

[...] por meio de uma provocação feita pelo então gestor de Asset do Banco ABN Amro Real, Luiz Maia, ao então presidente do Conselho da BOVESPA, Raymundo Magliano: “Por que não criar no Brasil um índice de responsabilidade social nos moldes do DJSI e do FTSE4Good?” . Maia estava há quase três anos envolvido com a experiência de implantação do Fundo Ethical no Banco Real e sentia a necessidade de um índice de ações que trouxesse para o ambiente de análise componentes de responsabilidade social das empresas. Sua visão era atender a um tipo emergente de **investidor**, preocupado com os valores socioambientais (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 18).

O objetivo do ISE, tal como foi abordado no item 4.2 deste capítulo, é ser um autorregulador de mercado e, ao mesmo tempo, se fortalecer como indutor e benchmark para as organizações. O interesse dos **investidores** em criar o índice está na possibilidade de suceder no mundo social que compreende o mercado de capitais como central. Como a narrativa acima aponta, havia o interesse de analisar componentes de responsabilidade social das empresas, visto que esta pode angariar vantagens, lucratividade e uma melhor reputação às empresas que os **investidores** optam por dar seu aporte. Por esse viés, o campo poderia ajudá-los com essa possibilidade de melhorar suas capacidades de suceder no mercado de capitais. Conforme a sociologia bourdieusiana coloca,

as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de

¹⁷ Asset é uma gestora de investimentos, ou seja, uma empresa que realiza a gestão dos ativos dos seus clientes. Ela tem a função de escolher as melhores opções de investimentos.

esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social (BOURDIEU, 2004a, p. 158).

Os **investidores**, a partir das disposições incorporadas nos demais campos, que estão intrínsecos e obedecem às regras do mercado de capitais, tem uma determinada “bagagem” no sentido de se posicionar no ISE B3 e influenciar a maneira em como é moldado. Destaca-se, entretanto, que as relação de forças entre esses investidores e as estruturas sociais e econômicas do mundo social impõem determinadas ordenações que tendem a prevalecer sob um processo de mundialização, conforme apresentado no item 4.2 deste capítulo. Neste sentido, estão submetidos a uma relação de dominação com a bolsa (B3).

Observa-se, portanto, que os **investidores** são relevantes agentes na manutenção do campo, ao fornecer a carta de crédito aos seus representantes, de tal maneira que permitam a reprodução das ordenações simbólicas do ISE B3. Para tal, mantém-se também, relações com as organizações listadas no ISE, que passam a ser alvos de investimentos destes agentes.

O fato do ISE ter surgido como um autorregulador de mercado que visa auxiliar o investidor em sua tomada de decisão, faz com que participar do campo também seja atrativo às **organizações**. Entrar no campo compreende submeter-se às suas regras de funcionamento e, portanto, se tornar parte da engrenagem de seu funcionamento, de maneira a reproduzir sua doxa, ou, em outros termos, o discurso legítimo do campo.

O Bradesco aderiu ao ISE logo na primeira edição, por um motivo objetivo: ser percebido como uma organização capaz de gerar valor perenemente aos acionistas, capaz de superar riscos econômicos e socioambientais. Além disso, fazer parte do ISE é uma forma de avaliar a efetividade de sua estratégia de sustentabilidade, na gestão e nos processos do dia a dia (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 51).

Na fala acima, de uma das **organizações listadas** desde a primeira carteira do ISE, nota-se uma aderência ao jogo do campo em busca de “gerar valor” aos seus acionistas. Como Bourdieu (2004a, p. 81) defende, tende a reproduzir as “estratégias de jogo duplo que consistem em “legalizar a situação”, em colocar-se ao lado do direito, em agir de acordo com interesses, mas mantendo as aparências de obediência às regras”. Acredita-se que essa postura se dá, pela justificativa de que, “em boa parte das circunstâncias, não conseguir se manter na carteira induz a uma pequena revolução interna nas organizações e gera um fortalecimento das áreas que

apresentam deficiências” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 64). Ao se mostrar como uma ferramenta importante ao acionistas, as organizações buscam a constante adequação ao que era exigido pelo ISE, incorporando novas estruturas de orientação para a ação em torno da sustentabilidade.

Observam-se também esforços do lado do ISE para garantir essa conversão do olhar e manter o interesse das **organizações** em se inscrever (ou compor o campo). Esses esforços são perceptíveis nas publicações que emergem a partir de 2012 e 2013, com o apoio da FGV. Em “O Valor do ISE” (2012), afirma que, “uma vez convencidos de que as empresas que participam do processo do ISE estão na vanguarda no tratamento da complexa temática da sustentabilidade, sentimos a necessidade de fortalecer a participação de um ator-chave neste cenário: o investidor, seja ele institucional ou de varejo” (BM&F BOVESPA, 2012, p. 4).

Nos eventos que se seguem, algumas **organizações** ganham espaço para compartilhar suas práticas e contar sobre a relação delas com o índice. Na fala de Ana Maria Macedo, Gerente Executiva de Sustentabilidade do Banco do Brasil, há uma aderência ao que o ISE propaga enquanto uma ideia de indução e benchmark na área de sustentabilidade:

O ISE, assim como outros índices de sustentabilidade que a gente responde [BB], é um direcionador, ele nos mostra os caminhos que devem ser seguidos [...] conseguimos aprimorar e melhorar nossas práticas ambientais sociais e de governança, para que a gente consiga fomentar isso na instituição [...]. O ISE traz uma visão muito importante do que o mercado espera, do que investidor espera, principalmente, para nossa alta administração e nossos públicos de relacionamento, é importante que continuemos listados sim. Além disso, ele [O ISE] facilita muito também nossa cultura em sustentabilidade, à medida que é um valor para nós continuarmos listados, dissemina também entre todos os nossos funcionários [...].” (MACEDO, 2019d, on-line).

Em determinado momento, Macedo (2019d) destaca que é relevante estar listado, e o primeiro ponto é a questão de propiciar uma nova cultura à organização, mostrando que o ISE exerce um papel de estruturador das **organizações**. Na fala de outro executivo, desta vez representante do Itaú, no evento do lançamento da 15ª carteira, o ISE vem no sentido de propiciar que as **organizações** possam ter mais chances de suceder no mercado de capitais:

Por que participar do ISE? Isso talvez soe um tanto redundante [...]. Nós chamamos o ISE, o Dow Jones e o CDP de indutores de mercado, que são ferramentas que a gente usa para atuar nessa agenda ESG e o que eu acho legal é que ele traz uma ferramenta mais resolvida de onde deve-se focar. Pelo menos, eles trazem desta forma e a empresa compreende onde ela precisa focar e traduzir isso para dentro da organização. O primeiro benefício é o relatório anual do desempenho [...]. Tem uma segunda variável que eu

acho que é essa troca oportunizada com os colegas durante os workshops, as consultas públicas e os tantos momentos que a gente tem para trocar [...]. Tem uma outra variável que é o posicionamento de estar no ISE. Não é um diferencial estar, mas se você não estiver, “ai” de você, caso não esteja listado no ISE, no DJSI, no CDP, comitê de diversidade... são grandes selos e certificações que é necessário dar um “check” para você estar apto para conversar com o investidor [...]. Eles nem abrem a porta a você se não estiver dentro de certos requisitos. O ISE pra mim é o maior movimento de sustentabilidade do Brasil neste sentido (AMATUCCI, 2019d, on-line).

Dentre uma série de requisitos, selos e certificações o ISE é uma das quais a **organização** precisa conversar para acessar certos locais que propiciem melhores negociações. Ou seja, angariar capitais, de tal forma que seja possível suceder não apenas no campo do ISE, mas nos demais campos que as **organizações** transitam a partir de uma melhor posição. Valendo-se da submissão às ordens impostas para entrada no campo, as **organizações** são agentes que possuem o interesse de tornar-se parte deste campo, porque isto garante vantagens. Portanto, aqui, evidencia-se o interesse em tornar-se e ser reconhecido como integrante do campo, de tal maneira que se possa usufruir dos benefícios propiciados por ele e os capitais que angaria. Bourdieu afirma que

[...] através dos investimentos indissolúvelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele (eles próprios produzidos enquanto tal pelas relações de força e de luta para transformar as relações de força constitutivas do campo) produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho, etc. (2004a, p. 127).

Neste sentido, os agentes que compõe o campo, que passam a estar dotados de um determinado *habitus*, são responsáveis por manter a própria configuração do ISE, tanto em seu estado objetivado e materializado (por meio do investimento econômico), quanto em seu estado subjetivado (ao submeter-se às regras de funcionamento do ISE). Como Bourdieu (2004, p. 157) defende, os “agentes certamente têm uma apreensão ativa do mundo. Certamente constroem sua visão de mundo: Mas essa construção é operada sob coações estruturais”. Neste sentido, as organizações estão sob uma relação de dominação em relação às estruturas e tendem a reproduzir aquilo que é tido como discurso da sustentabilidade empresarial por elas.

Acredita-se que as **organizações listadas** são agentes imprescindíveis para manutenção do campo, primeiro por sua capacidade de investimento, seja ela econômica ou não; segundo, pela possibilidade de exercer as

práticas que possibilitam a configuração do campo, ao reproduzir as visões de mundo propagadas por estruturas e agentes em espaço de dominação.

Sob a admissão das organizações no campo, parte das decisões de seleção ficaram à cargo da metodologia formulada pela FGV, mas contaram também, por quase toda a história do ISE, com a supervisão de um **conselho deliberativo do ISE**, apresentado anteriormente como

seu mais alto nível de governança – responsável pela aprovação da metodologia e pela escolha das empresas que comporão a carteira a cada ano – é o Conselho Deliberativo, presidido pela BM&FBOVESPA e composto de mais dez entidades: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec – vice-presidente do CISE), Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, International Finance Corporation (IFC), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Ministério do Meio Ambiente” (MMA)(BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 5).

O **CISE** é composto por representantes de previdências, fundos de pensão, mercados de capitais e outras entidades sociais e ambientais. Em diversos momentos encontram-se nas narrativas do ISE que o **CISE** é “órgão máximo de deliberação do índice” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 28) e “é soberano”. Caso fosse de sua vontade, poderia “diminuir o peso dessas questões, as empresas passariam a ter maiores chances [...]” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 42). Neste sentido, por grande parte da história do ISE, o **CISE** teve a capacidade de falar em nome e representar o ISE, de maneira a interferir nas regras de seleção e sua metodologia, ao lado da FGV.

Em um primeiro olhar, tem-se a impressão de o **CISE** exerce o papel de estrutura estruturada, no que diz respeito aos direcionamentos dominantes do ISE. Apesar disso, algumas evidências explicam o motivo do **CISE** ter sido alocado como um agente. Primeiro, pode-se elencar o fato de que o **CISE** foi uma manobra para que o projeto fosse aprovado pela IFC em seu início, quando conta-se que

os recursos só foram aprovados em junho de 2004, quando, então, o Conselho Deliberativo do ISE – o **CISE** – foi organizado formalmente. O Conselho passou a ser o órgão máximo de deliberação do Índice, integrado por nove instituições, representantes dos principais públicos interessados, e presidido pelo representante da Bolsa, com direito a voto idêntico ao dos demais conselheiros (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 28).

Para que a B3, na época Bovespa, tivesse essa aprovação, precisou formalizar o seu conselho, que persistiu de 2005 a 2020. Como Bourdieu (1989, p. 136) viria a defender, não como uma classe em si, mas “[...] uma classe provável enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objectivos às acções de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes”. E, assim, se fez como um agente dominante em relação às demais organizações. Entretanto, após a consolidação do ISE e o seu andamento enquanto um índice já reconhecido pelo mercado em que atua, o **CISE** deixa de existir. Por uma determinação da B3, passa a ser extinto (B3, 2021i).

A relevância do **CISE** para a construção histórica do campo é inegável, visto que participou das tomadas de decisões por muitos anos. Apesar disso, outra evidência que posiciona o seu conselho deliberativo como agente, foi o fato de que ele deixou de compor o campo e o seu espaço de dominação, no momento em que não era mais necessário. No jogo de forças, o **CISE** e as organizações que ele representa, aparecem sob tutela de uma relação de dominação com a B3 e outras estruturas, visto que foi constituído e desconstituído por outras forças à medida que não devia mais representar as decisões do campo.

Ao lado dessas organizações, encontram-se ainda as **organizações patrocinadoras** do ISE que são elencadas, principalmente, em suas datas comemorativas e em suas publicações especiais.

Com o objetivo de dar maior visibilidade ao índice, às empresas e aos investidores que o apoiam, em novembro de 2014 a BM&FBOVESPA e o GVces lançaram o Pacote Comemorativo dos 10 Anos do ISE, cujo objetivo foi, por meio do lançamento de um conjunto de produtos e atividades, compartilhar com a sociedade os importantes avanços obtidos desde a implementação do índice e discutir as perspectivas para os seus próximos 10 anos. A viabilização dessa iniciativa foi possível graças ao apoio de 14 **empresas patrocinadoras**: Bradesco, Braskem, B2W Digital, Cesp, Cielo, Copel, Itaú, Itaúsa, Klabin, Lojas Americanas, Santander, TIM, Tractebel Energia e Vale. (BM&F BOVESPA; FGV EASPES, 2016, p. 6).

Após esse evento e o lançamento das ferramentas que compõem o pacote comemorativo, como a plataforma de indicadores, o Mundo ISE e a Linha do Tempo, todos os demais estudos, publicações e eventos contam com um corpo de **organizações** que se voluntariam para promover financeiramente aquilo que é previsto pelo ISE. Apesar do capital econômico ser necessário para a continuidade das ações do ISE, nota-se que uma parcela das **organizações** em suas carteiras se

posicionam como **patrocinadores**, mostrando que é, também, iniciativa da própria organização na manutenção do campo.

Os principais investimentos realizados por parte das **organizações patrocinadoras** consistem no investimento econômico, mas também representam um depósito de crédito no campo e seus representantes. Há uma relação de troca, ou ainda, de ganha-ganha, com as organizações que investem no ISE: de um lado, os recursos são necessários para manutenção das atividades do campo; de outro, o campo é necessário para revestir esses agentes com seus capitais — que consistem no próprio reconhecimento da sustentabilidade, nas vantagens que obtém frente aos investidores, no networking que propicia e assim por diante.

Os **pesquisadores** sobre sustentabilidade também estão presentes em toda a história do ISE como agentes de relevante importância. Em seu início, os **pesquisadores** são envolvidos para desenhar qual seria o melhor formato para o ISE, fala de Monzoni, professor e presidente da GVces na época.

Representantes do Banco Mundial e do governo chinês estavam no Brasil para conhecer a Bolsa e a experiência do Novo Mercado e do ISE – motivo pelo qual eu estava ali. Gilberto Mifano, superintendente geral da Bolsa na época, fazia as vezes de anfitrião e havia me convidado para contar um pouco sobre o ISE e investimento socialmente responsável no Brasil. Não me lembro muito do que disse, mas me lembro bastante do que escutei." (MONZONI, 2010, p. 6).

Na narrativa, a fala do professor é usada como meio de dialogar com o governo chinês sobre as novas iniciativas, utilizando os títulos e a posição do profissional como ponto de argumentação ao apresentar o índice. Na história do ISE, conta-se que o grupo de **pesquisadores** e especialistas reunidos pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da FGV começou, no final de 2004, uma ampla revisão de toda a literatura sobre o tema e de outros documentos essenciais [...] (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 31). Este movimento mostra que os **pesquisadores** que estão no campo, foram agentes de relevante posição, capazes de interferir de maneira ativa nas formulações do campo, bem como em sua metodologia, critérios de seleção e assim por diante. Vários outros nomes são citados de forma a reforçar um corpo importante de **pesquisadores** e especialistas no assunto.

Além de Rubens Mazon, na coordenação geral, e de Mario Monzoni, na coordenação executiva, a equipe do GVces que liderou a construção do Índice contou com a participação dos consultores Sérgio Esteves e Ana M. C. Esteves, da Amce Negócios Sustentáveis, que coordenaram a Dimensão Social; de Heloisa Bedicks, do IBGC, que coordenou a Dimensão Governança Corporativa; de Alexandre Di Miceli da Silveira e Luiz Fernando

Dalla Martha, do IBGC; da professora Antonieta Elizabeth Magalhães Oliveira, da FGV-Eaesp, e de Carlos Eduardo Lessa Brandão, então do IBGC, que fizeram a Dimensão Econômico-Financeira; e dos pesquisadores André Carvalho, Carmen Weingrill, Gladis Ribeiro e Raquel Biderman Furriela, do GVces. Entre os que colaboraram na formatação do ISE estavam Alcir Vilela Junior, consultor independente que atuou na Dimensão Ambiental; o professor Wilton de Oliveira Bussab, que coordenou a modelagem estatística do questionário; Arthur Barrionuevo Filho, Carlos Roberto dos Santos Cópia e Oscar Luis Malvessi, todos da FGV-Eaesp; Daniela Gomes Pinto, Juarez Campos e Renata Loew, do GVces; Douglas Monaco, do IBGC; e Luiz Ribeiro, da IFC” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 32).

Há uma lista grande e bem detalhada de todos os pesquisadores que compuseram as metodologias do ISE e coordenaram as dimensões de avaliação. O destaque destes nomes está reforçar a posição do ISE como um campo que possui em sua composição uma série de agentes dotados de títulos, de reconhecimento e de capitais científicos. O uso destes diferentes atributos, mais uma vez, contribui para que o campo consiga elevar seu poder simbólico em busca de discursos legitimados e aceitos por seus demais participantes.

Como Bourdieu (2004a) coloca, o campo é hierarquizado e os agentes/estruturas são posicionados de acordo com a quantidade e o volume de capitais que possuem. Os **pesquisadores** não possuem caráter de instituição e, de acordo com a organização que se filiam, podem deixar de compor o campo do ISE. Neste sentido, apresentam-se como agentes. Por outro lado, são agentes que possuem uma relação de dominação com as organizações, ao lado de estruturas como a B3 e a FGV, pela relevância de suas propriedades atuantes no campo.

A última figura que aparece no mapeamento de agentes e estruturas é a **Sociedade**. A **sociedade**, como um conjunto de agentes no campo é citada ao justificar a existência do ISE e sua preocupação com a sustentabilidade: “o ISE é uma manifestação da **sociedade** civil brasileira” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 10). Para tal, foi convidada a participar das audiências e consultas públicas que foram organizadas anualmente por sua equipe técnica. Este eventos buscavam reunir representantes da **sociedade** de tal forma a ouvir os seus anseios. Conforme afirmação de Magliano, ex presidente da Bovespa: “Nossa grande virtude foi ter feito tudo com a participação da **sociedade** civil, sem as resistências naturais que ocorrem quando algo é imposto. O que é feito com a força da própria **sociedade** se legitima com a maior tranquilidade, como foram os casos do Novo Mercado, do ISE” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 22).

No segundo período histórico do ISE, conforme descrito no item 4.2, busca-se um alinhamento entre os interesses da **sociedade** civil e os interesses dos investidores. Para tal, buscava-se uma conversão do olhar e se propunha uma construção coletiva e expansão para a **sociedade** de maneira a fortalecer o mercado financeiro e sua atuação (MARCONDES; BACARJI, 2010). No pacote comemorativo de 10 anos do índice há o lançamento da plataforma lúdica, cuja linguagem servia como maneira de driblar a fragmentação conceitual da sustentabilidade, de modo a torná-la mais próxima com o cotidiano das pessoas e conectada com a vida real (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016).

Compreende-se que o ISE teve uma tentativa, a partir de seus instrumentos de criar uma cultura material a essa **sociedade** que tivesse as ações de sustentabilidade voltadas ao seu próprio entendimento. Já no terceiro período histórico elencado para o ISE, que diz respeito aos seus 15 anos de existência, a preocupação com a **sociedade** civil está fortemente atrelada aos ODS e a Agenda 2030 — que consolida compromissos globais. Para tal, surge um documento que inspira sua atuação para os negócios (B3, 2019a). Pouco se aborda sobre os benefícios locais, os benefícios das comunidades e a realidade de vida brasileira, mercado no qual o ISE está inserido.

A participação da sociedade nas relações objetivas que mantém com o ISE beiram o que Bourdieu chamaria de *Illusio*:

A illusio, que a pertença a um campo exige e produz, exclui o cinismo, e os agentes quase nunca dominam explicitamente aqueles mecanismos cujo domínio prático é a condição do seu êxito; assim, por exemplo, no campo literário ou artístico, as *reconversões* - de um gênero para outro, de um estilo para outro, etc. - são vividas - e devem, sem dúvida sê-lo para terem êxito - como *conversões* (BOURDIEU, 1989, p. 82).

A evidência dessa falsa sensação de pertencimento consiste na ideia de que, embora sejam consultados e convidados a participarem de suas audiências públicas, as suas conversões e manipulações simbólicas no direcionamento para com o campo é quase nula. O discurso legítimo adotado e compartilhado no campo é construído a partir das perspectivas que obtém nas relações com suas estruturas estruturadas, conforme apresentado no tópico acima. Embora os agentes possuam a capacidade de uma conversão na ordem vigente do jogo, é na história de construção do campo que pequenas mudanças impactam nos grandes direcionamentos e compreensões do ISE. A **sociedade** praticamente está isenta de opinião, denunciando que ocupa uma posição de dominada no campo.

Pode-se dizer que todos os agentes e estruturas estão em concorrência no campo para propiciar uma manipulação simbólica de sua organização. “São pessoas que se esforçam para manipular as visões de mundo (e, desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da realidade social [...]” (BOURDIEU, 2004a, p.121). No campo do ISE, indivíduos são representados pelas organizações e grupos que compõem, e essa possibilidade de manipulação está atrelada à posição de acordo com os capitais que consegue movimentar.

O tópico de agentes no campo está organizado em uma síntese na sequência, no **Quadro 5** – Síntese dos agentes do campo.

Quadro 5 – Síntese dos agentes no campo

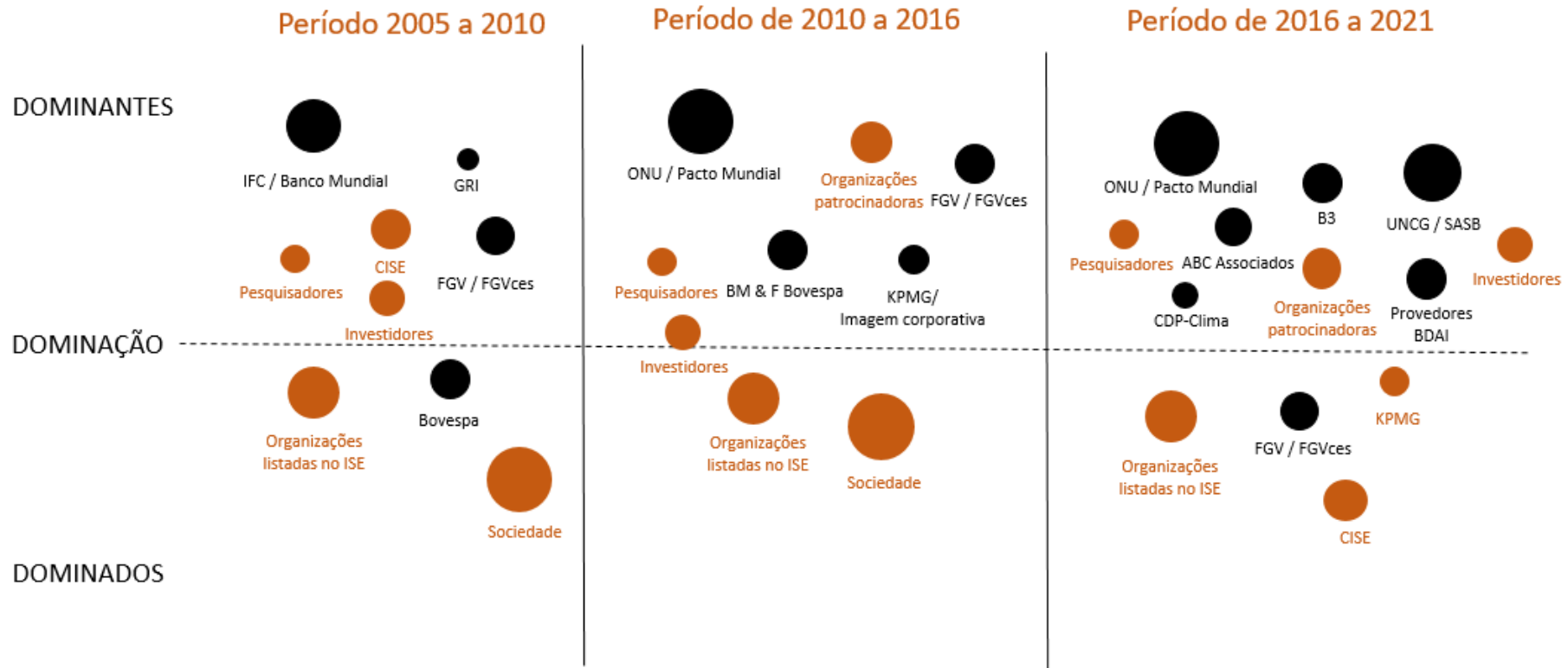
Agentes	Justificativa Teórica	Evidência objetiva
Investidores	Almejam angariar capitais de maneira a suceder no mundo social e nos demais campos; possuem o interesse em investir na manutenção do campo (BOURDIEU, 2004 ^a)	Negociam com a B3, no sentido de utilizarem o índice ao seu favor para investimentos.
Organizações listadas	Submetem-se às regras e ordenações de entrada no campo, de tal forma que contribuam com a configuração do campo (BOURDIEU, 1989; 2004a; 2009)	Utilizam o ISE como uma forma de acessar os investidores e obter destaque em sustentabilidade empresarial / investimentos socialmente responsáveis.
CISE	Conjunto de agentes que influenciam nas decisões do campo; interferem nas ordenações do campo de acordo com as relações de força que estabelecem (BOURDIEU, 1989)	É constituído de maneira a representar o ISE por 15 anos, mas deixa de existir quando a B3 decide atuar como soberano.
Organizações patrocinadoras	Realizam investimentos econômicos e simbólicos nos representantes do campo, como forma de reprodução de sua crença e doxa (BOURDIEU, 1989; 2009)	Dão o aporte econômico para viabilizar e dar visibilidade ao ISE; estão em uma relação de ganha-ganha com o índice.
Pequisadores	Representam o campo, no sentido de reforçar sua composição a partir de títulos e prestígio; não possuem caráter institucionalizado (BOURDIEU, 2004a)	Participam da construção da metodologia, bem como são citados como revisores do processo seletivo. Fornecem confiabilidade ao índice.
Sociedade	Estão às margens do campo, porque possuem pouco grau de interferências nas ordenações simbólicas (BOURDIEU, 1989)	Participam das audiências públicas do ISE, mas não possuem capacidade de decisão no ISE.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

A partir da exposição dos agentes e estruturas do campo, organiza-se uma figura posicionando estes agentes e estruturas no campo, conforme abaixo. A **Figura 6** – Mapeamento de agentes e estruturas não pretende ser estática ou exaustiva em suas possibilidades. Apesar disso, propõe uma formatação sobre a disposição dos agentes e das estruturas no campo, a partir das interpretações obtidas nas narrativas do ISE B3.

Ressalta-se que, ao longo da história do ISE, indivíduos, grupos e organizações exerceram papéis mais ou menos incisivos em sua formatação, de acordo com o período histórico, o que justifica a separação da figura a partir dos três diferentes momentos. A linha tracejada ao centro, representa o espaço de dominação, separando os agentes e estruturas que estão no espaço de dominação e aqueles que estão dominados. Conforme a história do ISE é contada pelas suas narrativas, indivíduos, organizações e grupos se movem, travando novas posições no campo em questão.

Figura 6 – Mapeamento de agentes e estruturas



Fonte: Desenvolvida pela autora.

4.4 CAPITAIS DO CAMPO

O presente tópico tem como objetivo responder ao terceiro objetivo específico de “Distinguir os capitais do campo em debate”. Para isso, se apoia na sociologia bourdieusiana e nas narrativas do ISE B3 de maneira a realizar tal distinção. Os capitais são recursos essenciais para compreender as relações objetivas que configuram o campo em questão e a posição dos agentes e estruturas que compõem o campo.

Como Bourdieu (1989, p. 134-135) apresenta,

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, no capital económico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Os capitais atuam como as propriedades atuantes utilizadas por agentes e estruturas para que possam melhorar sua posição na hierarquização do campo. Tendem a garantir uma espécie de poder social nas relações de forças e lutas do campo, ao dar maiores probabilidades de suceder no jogo do campo. O seu sistema de diferenciação no campo geralmente acontece a partir de dois aspectos: o volume de capitais e; o peso relativo ou o valor que eles possuem. Neste sentido, essas propriedades estão associadas à sua capacidade de movimentação e de acumulação, sendo uma espécie de passaporte para acessar determinados locais ou obter determinados recursos (BOURDIEU, 1989; 2004a; 2007).

Bourdieu (1989; 2007) prevê que, em todos os campos, encontram-se ao menos três capitais atuantes: o capital social, o capital cultural e o capital econômico. Além destes, é previsto a possibilidade da atuação de outros capitais valorizados no campo que, ao serem articulados nas relações entre agentes e estruturas, designam qual deles representa o capital do campo e o capital simbólico.

Ao investigar as relações objetivas que se dão no campo ISE B3, é possível interpretar essas propriedades como meios de suceder no campo, para tal, são melhores apresentadas adiantes, a partir na seguinte ordem:

- o capital econômico;
- o capital social;

- o capital cultural;
- o capital tecnológico;
- o capital científico;
- o capital linguístico;
- capital do campo e;
- capital simbólico do campo

O **capital econômico**, segundo Bourdieu (2004a; 2007), é um dos principais capitais encontrados nos campos e com elevado peso no controle do capital simbólico, uma vez que é a premissa de organização do sistema capitalista. Geralmente está associado à posse de bens materiais, heranças, títulos, além de conceder acesso a determinados locais, quando combinados aos demais capitais, como o cultural. Como o ISE é um produto de mercado destinado ao mercado de capitais, o **capital econômico** recebe destaque e relativo peso, de tal maneira que seja pré requisito do campo para tornar-se participante.

A primeira evidência de que o **capital econômico** é condição essencial no campo ISE B3, está na própria fala de Monzoni (2010) ao narrar que a IFC deu um aporte de investimento necessário para que pudesse ganhar corpo e eleger sua primeira carteira. Nos anos que se seguem, o **capital econômico** está presente na própria possibilidade de as organizações interessadas pagarem “uma taxa de inscrição das empresas participantes e pela licença de uso do logotipo” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 50). Segundo regulamento do ISE (até o ano de 2020),

O pagamento da taxa é necessário para a participação da empresa no processo de seleção e acesso às atividades relacionadas. O não pagamento da taxa implicará na impossibilidade de envio do questionário respondido e, conseqüentemente, na não participação da empresa no processo (B3, 2020g, p. 2).

Nota-se que o **capital econômico** está presente como uma propriedade atuante importante para que agentes/estruturas se tornem participantes do campo, bem como reconhecidos e devidamente posicionados. A evidência de sua movimentação no campo também está presente nas comemorações especiais de 10 e 15 anos do ISE, que se fizeram possível pelo patrocínio, ou seja, o aporte econômico de organizações que se propuseram a financiar os projetos. Entre eles, estão a plataforma lúdica Mundo ISE, a linha do tempo interativa e a plataforma de indicadores

lançada no ano de 2016 (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 6). Todos os eventos em formato de diálogo com os investidores e publicações dos 15 anos também foram realizados pelo patrocínio financeiro de organizações listadas no ISE, que as colocam em uma boa posição na hierarquização do campo, melhorando as chances de suceder no jogo deste mesmo campo (B3, 2019b; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d).

No ISE, além de se configurar como uma propriedade material necessária para admissão campo, o **capital econômico** se configura também como o interesse a ser percorrido: O ISE é um produto do mercado de investimento e tem como finalidade direcionar o próprio investimento econômico (MARCONDES; BACARJI, 2010; BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012; 2016). Encontram-se em suas narrativas preocupações inerentes ao mercado de capitais:

[...] usualmente, uma maior rentabilidade venha acompanhada de maior risco, esses estudos também comprovam que os investimentos sustentáveis e responsáveis apresentam uma volatilidade inferior aos demais, o que confere aos ISR um índice de Sharpe superior, isto é, a razão retorno sobre risco é maior (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012).

Verifica-se que rentabilidade, volatilidade, menores riscos estão presentes na fala do ISE e dizem respeito às ações e condições econômicas, demonstrando que o **capital econômico** é uma das principais premissas de organização para o campo, bem como um dos interesses de agentes e estruturas em participar do campo. O reconhecimento ou título de organizações sustentáveis lhes providencia melhores oportunidades de aumentar o volume de **capital econômico**, permitindo uma associação entre o **capital econômico** e as práticas de sustentabilidade, em que “trata-se de uma questão cultural e de valor que, a cada vez que a rentabilidade se torna evidente, um maior número de investidores irá se atentar para esse processo, provocando um efeito multiplicador” (MARCONDES; BACARJI, p. 28). Na narrativa apresentada, proferida pelo Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev), acredita-se que um maior número de organizações se interessa em tornar-se sustentável conforme se comprova melhor rentabilidade.

Cabe ressaltar também que as informações pertinentes ao **capital econômico** que o ISE proporciona são demonstradas por meio de boletins informativos em seu website. Neles, encontram-se dados sobre as taxas da oscilação, taxas de volatilidade, volume de negócios e lucratividade das ações de organizações listadas no ISE (B3, 2020b). Destaca-se que “Desde a sua criação, em 2005, o ISE

B3 apresentou rentabilidade de +294,73% contra +245,06% do Ibovespa (base de fechamento em 25/11/2020). No mesmo período, o ISE B3 teve ainda menor volatilidade: 25,62% em relação a 28,10% do Ibovespa” (2021e, on-line). Afirmações como esta, demonstram que os **capitais econômicos** são essenciais e valorizados no campo do ISE B3, sendo propriedades necessárias para a ação de agentes/estruturas, sendo também um dos principais meios de hierarquização do campo.

O **capital social** pode ser considerado como um conjunto de recursos atuais e potenciais que estão relacionados a uma rede durável de relações entre agentes e estruturas. Geralmente está associado a vinculação de um grupo: o de seu próprio conhecimento e reconhecimento por certos atributos, que poderão ser identificados por participantes do campo ou admitidos por eles próprios (BOURDIEU, 2007).

Nas publicações do ISE fala-se constantemente sobre os ganhos intangíveis obtidos ao participar do campo, “[...] como acesso ao conhecimento, novas capacidades e ganho de reputação, explica melhor os esforços das empresas fazer para ser listado no índice ISE” (ORSATO et al., 2014, p. 1). Essa identificação é também muito frequente nas falas de representantes de organizações listadas no ISE. Em uma das narrativas do vice-presidente executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Embraer, encontra-se que “[...] é difícil mensurar os ganhos financeiros diretos trazidos pelo ISE, mas acredita que, às vezes, a percepção se sobrepõe aos números: “Tenho absoluta certeza de que os ganhos, em termos de imagem, são reais”. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 71). Além disso, uma representante da Natura, durante um evento do ISE, manifesta que “[...] a tecnologia, o conhecimento, o networking e a rede de relacionamentos que é gerada [...]” (ABC ASSOCIADOS, 2019a, on-line) são os principais pontos que levam as organizações a se interessarem pelo ISE e praticar a sustentabilidade empresarial.

Representantes do Itaú também reforçaram os ganhos sociais e culturais que o ISE proporciona em dois diferentes momentos. Primeiro, no ano de 2010, o diretor de Relações com Investidores declarou que:

Graças à cultura da sustentabilidade que o ISE propulsiona no mercado de capitais, ações como o Brinde Social têm se expandido. Outra vantagem dos indicadores é promover as empresas a um outro patamar de credibilidade. “Os indicadores funcionam como selos de qualidade, mesmo. Somos aprovados no teste das boas práticas, e isso faz com que os investidores

tenham, de antemão, informações básicas sobre a sustentabilidade da empresa” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 77).

Esses aspectos são novamente destacados no lançamento da 15ª carteira, ao fim de 2019, em uma narrativa de Amatucci, Coordenador de Inovação em Sustentabilidade do Itaú:

Por que participar do ISE? Isso talvez soe um tanto redundante [...]. Nós chamamos o ISE, o Dow Jones e o CDP de indutores de mercado, que são ferramentas que a gente usa para atuar nessa agenda ESG e, o que eu acho legal, é que eles trazem ferramentas [...]. Pelo menos, eles trazem desta forma e a empresa compreende onde ela precisa focar e traduzir isso para dentro da organização. O primeiro benefício é o relatório anual do desempenho [...]. Tem uma segunda variável que eu acho que é essa troca oportunizada com os colegas durante os workshops, as consultas públicas e os tantos momentos que a gente tem para trocar [...]. Tem uma outra variável que é o posicionamento de estar no ISE. Não é um diferencial estar, mas se você não estiver, “ai” de você, caso não esteja listado no ISE, no DJSI, no CDP, comitê de diversidade... são grandes selos e certificações que é necessário dar um “check” para você estar apto para conversar com o investidor [...]. Eles nem abrem a porta a você se não estiver dentro de certos requisitos. O ISE pra mim é o maior movimento de sustentabilidade do Brasil neste sentido (ABC ASSOCIADOS, 2019c, on-line).

Destaca-se, no conjunto de narrativas acima, os ganhos de reputação, maior credibilidade, uma melhor imagem às organizações e o posicionamento proporcionado às organizações por estar no ISE. Conforme Amatucci (2019) fala, o ISE funciona como uma espécie de selo ou certificação que permite ter acesso aos investidores. Nota-se que o pertencimento ao campo do ISE B3 dá a possibilidade de as organizações estabelecerem diálogos com investidores e obterem melhores chances de suceder no mercado de capitais e no ambiente da sustentabilidade empresarial. Ou seja, um dos capitais de grande relevância e que mantém o interesse dos participantes em estar no campo é o prestígio que obtém ao ser reconhecido como uma empresa listada em sua carteira teórica.

Quando os participantes se propõem a entrar em um campo, passam por uma espécie de modelação do grupo, viabilizada por meio da incorporação de estruturas estruturantes do campo: o modo de falar, o jeito de portar-se e assim por diante, que garante o seu reconhecimento e legitimação como pertencente ao grupo (BOURDIEU, 1989; 2004a; 2007). No caso do ISE B3, nota-se que, **o capital social** manifesta-se na possibilidade do agente e/ou estrutura suceder ao obter o reconhecimento de empresas sustentável, garantindo que haja uma aprovação social das habilidades sustentáveis: o modo que seus relatórios são apresentados, a forma que seu discurso é proclamado em representação ao grupo que pertence, etc. Essa espécie de adequação, garante aos seus agentes melhores probabilidades de

obterem investimentos e suceder nos demais campos. Assim, a presença do **capital social** é marcante como um dos atributos do campo a ser percorrido e angariado por esses participantes.

Nas narrativas acima, a presença do **capital cultural** é também aparente. Relacionado ao capital social, diz respeito ao acesso de conhecimento e à educação, sendo geralmente associado à ideia de classe. As estruturas de um determinado campo fornecem oportunidades aos seus agentes, que podem ser manifestadas de maneira incorporada, objetivada e institucionalizada (BOURDIEU, 2007). A maneira **incorporada de capital cultural** acontece por meio do acesso ao conhecimento e sua aprendizagem e memória, que cria disposições duráveis no ambiente que se relaciona. Em seu estado **objetivado, o capital cultural** se manifesta pelo acesso a uma rede de conhecimento, materiais e obras que estão associados à sua capacidade econômica. Seu último formato, a **institucionalizada** está relacionada aos títulos que recebe e que assume, de maneira a obter vantagens (BOURDIEU, 2007).

Quando aborda-se os ganhos intangíveis da participação do campo, há o destaque para o “[...] acesso ao conhecimento, novas capacidades e ganho de reputação” (ORSATO et al., 2014, p. 1), sendo que o conhecimento e novas habilidades estão vinculadas aos **capitais culturais do campo**. Este movimento é reforçado pela intenção, por parte do ISE, de promover uma espécie de educação voltada à sustentabilidade empresarial, que pode ser vista como interesse também nas narrativas de representantes das organizações listadas nas carteiras do ISE. Por exemplo, o vice-presidente da B3, conhecido como Juca, mencionou que a B3 quer ser indutora do mercado, isso tem a ver com criar um ambiente indutor: “[...] quando eu falei sobre a gente ser indutor, isso tem a ver com, é... a gente criar esse *hub*¹⁸ para ajudar empresas e, por isso, exercemos esse papel de educação das empresas” (B3, 2020a, on-line).

Ao mesmo tempo que a B3 espera se tornar essa referência em educação e cultura sobre sustentabilidade para organizações e investidores, nota-se que é também uma propriedade valorizada e buscada por eles. Na fala de Ana Maria Macedo, Gerente Executiva da Sustentabilidade do Banco do Brasil,

¹⁸ Hub pode ser traduzido por eixo, então, interpreta-se que ele quer criar um eixo ou centro de educação para as empresas.

o ISE, assim como outros índices de sustentabilidade que a gente responde [BB], é um direcionador, ele nos mostra os caminhos que devem ser seguidos [...] conseguimos aprimorar e melhorar nossas práticas ambientais, sociais e de governança, para que a gente consiga fomentar isso na instituição [...]. O ISE traz uma visão muito importante do que o mercado espera, do que investidor espera, principalmente, para nossa alta administração e nossos públicos de relacionamento, é importante que continuemos listados sim. Além disso, ele [O ISE] facilita muito também nossa cultura em sustentabilidade, à medida que é um valor para nós continuarmos listados, dissemina também entre todos os nossos funcionários [...] (ABC ASSOCIADOS, 2019a, on-line).

Destaca-se o papel do ISE como um direcionador que, ao fornecer ferramentas, proporciona que uma nova cultura seja incentivada nas organizações. Ou seja, busca-se inculcar práticas de sustentabilidade empresarial aos participantes de maneira que o **capital cultural incorporado** seja uma das propriedades atuantes e valorizadas por eles. Nota-se a menção repetida do acesso ao conhecimento, novas capacidades e boas práticas proporcionadas pela cultura da sustentabilidade que são obtidas pelas organizações, por meio das ferramentas do ISE. Destacam-se nas narrativas de Macedo (ABC ASSOCIADOS, 2019a) e Amatucci (B3, 2019c), o questionário de participação do ISE que fornecem um norte sobre as questões mais relevantes da agenda ESG, os relatórios de desempenho, além dos workshops e consultas públicas que permitem aos participantes destes eventos a troca de experiência. Com isso, encontra-se também uma forte manifestação dos **capitais culturais incorporados** que permeiam as relações do ISE.

Ao considerar os diferentes formatos que o **capital cultural** pode ser encontrado, identifica-se exemplos em três diferentes formas. Primeiro, quando se menciona a cultura da sustentabilidade, há a interpretação de que o ISE permite a incorporação de estruturas de percepção e apreciação que podem gerar novas práticas em torno da sustentabilidade, fornecendo a compreensão de que o **capital cultural incorporado** está presente. Esse aspecto se reforça na fala do diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Tractebel: “O ISE nos ajudou a olhar a comunidade de outra forma, mais como parceira, com uma visão de melhoria de qualidade não só ambiental, mas do nível de vida da população. Hoje, mantemos um centro cultural para atender a anseios locais” (MARCONDES; BACARJI, p. 71). Nota-se termos como “melhoria” e “qualidade” para falar de uma mudança de práticas sociais ou, em outros termos, busca-se reproduzir as práticas incentivadas pelo índice, de maneira que esses capitais sejam utilizados em outra esfera.

Já em seu **estado objetivado**, o **capital cultural** manifesta-se pelo acesso às ferramentas do ISE B3, ou seja, seus relatórios, questionários e eventos que as organizações possuem relativa participação, conforme a fala do coordenador do Itaú. Além disso, existem outros exemplos de ferramentas de indução da sustentabilidade que são apresentados ao longo da história do ISE:

A Plataforma de Indicadores do ISE é uma ferramenta para divulgação e fonte de informações para o mercado, pesquisadores e outras partes interessadas. Aberta ao público, ela permite que o usuário consulte dados estatísticos sobre o desempenho conjunto das empresas que participaram do processo seletivo do ISE desde seu lançamento, em 2005” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 6)

Por último, seu **formato institucionalizado** pode ser apreendido ao final da narrativa de Amatucci (2019), quando o coordenador diz que o ISE garante às organizações a possibilidade de dialogar com fundos e investidores, o ISE assume o formato de titulação necessária para atingir determinados locais, sendo um capital social e cultural de peso quando se trata de sustentabilidade. Na fala da Gerente de Sustentabilidade do Bradesco, Julia Spinassé, o ISE também representa um posicionamento, uma espécie de titulação. Quando fala sobre a participação da empresa desde o início do campo, afirma que “era uma iniciativa de vanguarda, participar do ISE significava se posicionar [...]” (ABC ASSOCIADOS, 2019a,on-line). O **capital cultural** no campo, portanto, apresenta-se em diferentes formatos, sendo uma propriedade valorizada para melhorar a posição dos agentes em outros campos e no mundo social.

Como a sustentabilidade orientada pelo ISE provém de uma visão tecnocêntrica, acredita-se que a tecnologia é destacada como meio de solucionar os problemas de ordem ambiental, social e econômico (GLADWIN et al., 1995). Dentre as principais propriedades atuantes nas falas do ISE B3, destaca-se as que estão relacionadas à tecnologia, as quais sinalizam da existência de mais um capital no campo em análise: o **capital tecnológico**. Para Bourdieu (2005, p. 27), o capital tecnológico é

o portfólio de recursos científicos (potencial de pesquisa) ou técnicos diferenciais (procedimentos, atitudes, rotinas e competências únicas e coerentes, capazes de diminuir a despesa em mão-de-obra ou em capital, ou de aumentar o rendimento) susceptíveis de serem implementados na concepção e na fabricação dos produtos.

Desde os primeiros anos do ISE B3, encontra-se que as soluções para lidar, especialmente com as demandas ambientais, baseiam-se em **tecnologia**. Na

fala da representante do PNUMA, Cristina Montenegro, as “empresas já sabem que precisam de um inventário de suas emissões, e muitas já começaram a reduzi-las. Ou seja, os desafios estão colocados, e as companhias agora terão de buscar a tecnologia adequada e a modelagem econômica que permitam superar esses desafios, afirma” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 75).

A CPFL Energia também destaca que participar de grupos que buscam acelerar o uso de tecnologias tem “rendido bons frutos”:

O aperfeiçoamento das práticas tem rendido bons frutos, como o convite, em 2009, para integrar a Global Intelligent Utility Network Coalition, grupo mundial de companhias elétricas que trabalha com a IBM para acelerar a adoção de tecnologias smartgrid. A empresa brasileira é a primeira da América Latina a participar desse grupo de estudos, cujas finalidades são a difusão do conhecimento, o desenvolvimento de mercados, a redução de custos e a eficiência operacional (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 55).

Na narrativa apresentada, participar de um grupo que permite a adoção de novas tecnologias para eficiência operacional, redução de custos, entre outros benefícios, garante à CPFL Energia vantagens também no campo do ISE. Esta tendência, ao valorizar e obter tecnologias voltadas ao alcance da sustentabilidade é encontrada durante toda a história do campo. No ano de 2018, uma série de eventos foi organizada com este foco, os quais, mais tarde, resultaram em uma publicação específica para o tema de Big Data e Inteligência Artificial, duas tecnologias que visam quantificar, organizar, padronizar e analisar uma quantidade muito grande de dados sobre os setores empresariais:

A ideia deste guia surgiu de uma série de workshops nos quais os participantes - incluindo empresas, investidores, sociedade civil e academia - concordaram quanto à importância de entender melhor como as revoluções na tecnologia poderiam gerar revoluções nos esforços para entender os reais impactos das empresas nas questões ambientais, sociais, econômicas e de governança, e como essas questões podem afetar desempenho financeiro das empresas. (B3, 2019d, p. 4).

E este ponto é não apenas um destaque de incentivo às empresas listadas no ISE B3, como também marcam os próximos legados do ISE:

Os 15 anos do ISE B3 serão marcados por dois principais legados, a serem produzidos em 2019 e 2020: Léxico ISE B3 – um bem essencial ao desenvolvimento de aplicações de Inteligência Artificial ao campo da sustentabilidade empresarial no contexto brasileiro. Mundo 2030 – uma interface lúdica desenvolvida a partir do Mundo ISE, voltada a popularizar e disseminar a Agenda 2030 da ONU, conectando os temas do Questionário ISE aos ODS. (B3, 2019d, p. 49).

Como os capitais são as propriedades atuantes que conferem aos agentes e estruturas do campo a possibilidade de melhorarem suas posições no

campo, acredita-se que a **tecnologia** possibilita aos participantes o aumento das probabilidades de sucederem no jogo de disputas que se estabelece no ISE B3 (BOURDIEU, 1989). Os recursos de BDAI são utilizados como ferramentas para conhecer melhor o cenário em torno dos dados de sustentabilidade e, assim, oferecem a capacidade de agentes/estruturas entenderem a melhor forma de praticar ou apresentar a sustentabilidade de forma que sejam aprovados ou reconhecidos como sustentáveis. Ao oferecer capacidade de melhor posicionamento aos agentes e estruturas do campo, como uma propriedade buscada por eles, defende-se o **capital tecnológico** como um dos principais recursos que organizam o ISE B3 como um campo.

Além disso, nas narrativas acima, defende-se que melhores **tecnologias** ajudam as organizações a obter mais produtividade ou eficiência, que podem reduzir, por exemplo, consumo de água ou energia, produção de lixo, entre outros aspectos que auxiliam as organizações a obter melhor posicionamentos nas métricas quantitativas que dizem respeito à sustentabilidade — ou seja, melhores posicionamentos ao responder os questionários de seleção. Para tal, o **capital tecnológico** é uma importante propriedade encontrado no campo, que se apresenta nos diferentes períodos históricos do ISE.

Outra propriedade valorizada no campo, que tem sido movimentada desde os anos iniciais do ISE B3 é o **capital científico**. Para Bourdieu (2004b), o conceito de **capital científico puro** está associado a autoridade propriamente científica, enquanto o **capital científico institucional** é temporal ou político sobre esse domínio está vinculado à instituição científica. No campo do ISE B3, estão presentes as duas formas, primeira por meio dos pesquisadores; o segundo representado pelas instituições de ensino superior e de pesquisa.

Durante as pesquisas, Rogério Marques descobriu também que a Bolsa, apesar de especialista em montar índices, não teria, nesse caso, a expertise necessária para projetar e produzir toda a arquitetura do indicador, estabelecer seus critérios, métodos e pesos, e muito menos para aplicar uma avaliação rigorosa sobre as empresas, manipulando conceitos tão subjetivos como os de responsabilidade social empresarial. Seu parecer, encaminhado à Diretoria da Bolsa, portanto, reconhecia o valor do projeto, mas recomendava que a instituição não assumisse sozinha a responsabilidade pela sua implantação, a exemplo do que fizeram o atual Dow Jones Sustainability Indexes e as bolsas de Londres e Joanesburgo, dividindo essa tarefa com outras instituições diretamente envolvidas na questão, além de profissionais independentes, especializados em sustentabilidade empresarial (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 21).

Sob palavras como especializados, especialistas ou técnicos, tanto organizações de ensino superior como pesquisadores são frequentemente elencados na história do ISE como importantes estruturas e agentes que, dentro os principais atributos, recebem destaque por serem dotados de conhecimento sobre a sustentabilidade. Ou, em outras palavras, agentes e estruturas dotadas de **capital científico** aparecem no campo do ISE B3, sob importantes titulações e representações de centros de pesquisas ou instituições de ensino superior. A partir do estabelecimento dos questionários de seleção, “cada uma das dimensões passou a ser desenvolvida por um pequeno grupo de pesquisadores, coordenado por um especialista na área” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 31).

No “Valor do ISE” publicado em 2012, fala-se que a BM&F BOVESPA “encomendou este estudo, a fim de ampliar a participação das empresas e aumentar o engajamento dos investidores”, para isso, apresenta como objetivo e “reunir as principais linhas de pesquisa que buscam identificar e traduzir o valor em participar de iniciativas como o ISE” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p. 4-5). Neste sentido, de forma menos explícita que os demais capitais, o **capital científico** está presente na valorização de pesquisadores como especialistas de áreas, na valorização de estudos que revelam os benefícios de participação do ISE e na parceria com instituições científicas como FGV e Columbia University, ao tentar engajar os investidores e organizações por meio de dados e pesquisas.

Como Bourdieu (1989, p. 120) coloca, “o discurso científico é retomado nas lutas das classificações que se esforça por objectivar - e, salvo a interdição da sua divulgação, não se vê como impedir este uso -, passa a funcionar como na realidade das lutas de classificação, isto é, como um discurso de consagração [...]”. O discurso científico é utilizado de maneira a orientar participantes do campo nas práticas em torno da sustentabilidade, em busca da construção de signos e significações que garantem a objetivação destas ações. Visto este recurso como essencial para o funcionamento do campo, compreende-se que este conhecimento ou este discurso, pode ser traduzido como o **capital científico** que é apropriado por estruturas e agentes na formatação do campo.

Relacionado ao tópico anterior, a FGV, a ABC Associados e os pesquisadores, no campo do ISE B3, obtém determinada posição relativa de dominação, em relação a uma série de estruturas e agentes, especialmente porque possuem o **capital científico** do campo, no sentido de, garantir o conhecimento

necessário para interferir nas ordenações do campo, bem como representá-lo por meio da metodologia de seleção e a organização dos eventos e webinars.

O **capital linguístico** também pode ser encontrado no campo, visto que este expressa a possibilidade de autonomização da capacidade de produção propriamente lingüística. “A lingüística compreende implicitamente, por competência, a competência propriamente lingüística, isto é, a capacidade de engendramento infinito de discurso gramaticalmente conforme” (BOURDIEU, 2008a, p. 24).

No campo do ISE B3, nota-se que há a busca por uma padronização na linguagem do comum, que faz parte do trabalho de inculcação de determinados agentes. Talvez, o caso mais explícito sobre isso reside na adoção dos ODS que indicam “um referencial e uma linguagem comum para mobilização e engajamento de governos, empresas e sociedade civil em escala global” (B3, 2019a, p. 7). Enquanto indica uma capacidade linguística proveniente do Pacto Global (ONU), elencada como uma importante estrutura do campo, obtém-se a interpretação de que os agentes e estruturas que obtiverem o domínio de práticas vinculadas à linguagem da Agenda 2030 e dos ODS, possuem as maiores chances de suceder no campo.

O **capital linguístico** não está presente somente na adequação desta linguagem, como também engloba o domínio do discurso nas formas de relatar e apresentar os dados sobre sustentabilidade empresarial e portfólio ESG. Este discurso, baseia-se na ideia de quantificar, metrificar e padronizar os dados, de maneira que sejam comparáveis entre si. Quando fala-se sobre os provedores de BDAI, aponta-se que seus “resultados finais geralmente são fornecidos como uma pontuação geral ESG, como pontuações múltiplas e/ou como comparações entre companhias analisadas” (B3, 2019d, p. 15). A capacidade de interpretar e adequar essas métricas expressam a capacidade linguística das organizações em obter êxito nos escores.

Esta linguagem é também incentivada pelos investidores, que esperam das organizações um reporte de seus dados e informações cada vez mais objetivos e simplificados. Na fala de Luiza Hirata, em relação às questões ESG, “mais do que nunca, a gente precisa ter isso acessível, essas informações de maneira bastante objetivas, para que isso seja de fato incorporado nas tomadas de decisão e nas análises” (B3, 2020c, on-line). Pondera-se, desta narrativa, que o **capital linguístico** é uma importante propriedade exigida dos agentes, de maneira que

possam conversar, relatar e suceder no campo do ISE B3, ao articular maiores possibilidades de negociação financeira.

Visto que o princípio de organização do campo reside nas

ações e nas reações dos agentes que, a menos que se excluam do jogo e caiam no nada, não têm outra escolha a não ser lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, frequentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência (BOURDIEU, 1989, p. 85).

Pode-se compreender que o **capital do campo** é a propriedade valorizada que representa o próprio recorte do campo e expressa o interesse de entrada de seus participantes. Apesar disso, o **capital do campo** nem sempre designa aquilo que dá a possibilidade do agente de suceder no campo, uma vez que, a capacidade de nomeação e representação do campo está vinculada à posse do capital simbólico. Com base nessa compreensão, elenca-se na presente pesquisa que o **capital do campo é a sustentabilidade empresarial**, uma vez que o ISE representa um índice que busca designar uma carteira teórica de empresas que contribuam com o desenvolvimento sustentável. Na fala de Monzoni (2010, p. 7),

[...] o ISE era o irmão mais novo do Novo Mercado, um instrumento de autorregulação criado para estimular as melhores práticas em responsabilidade empresarial – a mais nova e mais recente demanda do mercado, a sustentabilidade –, com o objetivo final de se tornar uma poderosa ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável.

Nas principais definições do ISE, pode-se encontrar a reprodução de que o seu objetivo é “é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a **sustentabilidade empresarial**” (B3, 2021e, on-line). Ao divulgar quais os principais valores o ISE gostaria de disseminar, elenca-se como missão “induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de **sustentabilidade empresarial** e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos sustentáveis e responsáveis” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p. 6).

Na publicação especial “A experiência do ISE na Agenda 2030 e nos ODS” (2019), há o destaque de que o ISE orienta as organizações a respeito da sustentabilidade empresarial:

o papel desempenhado pelo ISE B3 como articulador e indicador de tendências no campo da **sustentabilidade empresarial** e promoção dos ODS foi um dos componentes reconhecidos internacionalmente, com o título

concedido pelo Pacto Global da ONU, em 2016, à então diretora da B3 e Presidente do Conselho Deliberativo do ISE, Sonia Favaretto, como *SDG Pioneer* (B3, 2019a, p. 3)

Para tal compreensão, faz-se necessário reconhecer, conforme analisado no item 4.2 deste capítulo, que a **sustentabilidade empresarial** incentivada pelo ISE é aquela que se baseia em melhorias incrementais, sendo relacionada como uma redução da insustentabilidade. Conforme argumentado, apresenta as organizações como soluções para os problemas de ordem econômica, social e ambiental, ao mesmo tempo que coloca como prioridade a obtenção de vantagens competitivas, menores riscos e um padrão quantitativo de mensuração da sustentabilidade (DYLLICK; MUFF, 2016; LANDRUM, 2017). Neste sentido, o **capital do campo** pode ser encontrado a partir de narrativas que expressam esses interesses, como representação do que é a **sustentabilidade empresarial** para o ISE B3.

O ISE contribuiu para o desenvolvimento de uma visão “estruturada e transversal” das questões relacionadas à gestão de riscos e à **sustentabilidade empresarial**. “Essa visão tem orientado nossas decisões, o que é fundamental em segmentos como o nosso, em que o horizonte de planejamento e o retorno dos investimentos ocorrem em prazos superiores a 15 anos”, diz o presidente (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 55).

Na fala acima, a CPFL Energia demonstra que o ISE e seu questionário servem como norte para incorporação de novas práticas, dentre elas a visão estruturada para realizar gestão de risco ao lado da **sustentabilidade empresarial** — que leva a organização a garantir retornos a longo prazo. Na fala de representantes do Banco do Brasil, encontra-se, também, que o preenchimento do questionário é uma forma de colocar em prática ações nas gestões que levem ao alcance do desenvolvimento sustentável:

[...] o processo de respostas ao Índice é entendido como uma oportunidade de aprimoramento na gestão e na governança”. Para o vice-presidente de Gestão de Pessoas, o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem contínua para o qual o ISE contribui como importante fonte de referências. (MARCONDES. BACARJI, 2010, p. 58).

Esse mesmo reconhecimento é encontrado na participação de empresas nos eventos promovidos pelo ISE B3. Ao convidar as empresas elencadas nas carteiras ISE de 2005 a 2019 a falarem no lançamento da 15ª carteira, o representante da Braskem afirma que “é um prazer receber um reconhecimento da companhia em torno de todo o trabalho que tem sido feito em torno da sustentabilidade

[...]. Desde 2004, quando a gente integra a carteira do ISE, a gente vê o ISE como um grande alavancador desse movimento na Braskem [...]”. (ABC ASSOCIADOS, 2019a, on-line).

Há um reforço, por parte das narrativas dos representantes das empresas elencadas na carteira teórica do ISE, de que o campo oferece referências e se torna um “alavancador” de práticas de **sustentabilidade empresarial** nas organizações. O que se observa, entretanto, é que após 2019, há uma mudança de postura no índice e fala-se muito sobre ser um benchmark em portfolio ESG. Conforme fala do CEO da B3, Gilson Finkelsztain, “Além disso, a grande reformulação do ISE que fizemos agora, busca essa exposição do fator ESG e busca mais transparência e menos subjetividade ao índice” (B3, 2020f, on-line).

Como o capital do campo se refere à propriedade que dá nome ao campo, compreende-se que a **sustentabilidade empresarial** tem sido o principal conjunto de práticas que dá nome ao que os participantes buscam alcançar para suceder em tal campo, de maneira que sejam reconhecidos e legitimados como empresas sustentáveis. O interesse em torno desse tema se dá especialmente porque **a sustentabilidade empresarial** é um capital que auxilia as organizações a sucederem no campo de investimentos. Com isso, o ISE B3 se torna um campo de importante reconhecimento para que essas empresas transitem de maneira que se posicionem como inovadoras ou modernas frente aos investidores. Cabe ressaltar, que a sustentabilidade empresarial, nessas esferas, tem sido incentivada em seu formato quantitativo e mensurável.

Apesar desse importante destaque, o **capital simbólico**, geralmente, representa a força social de maior movimentação aos agentes e estruturas do campo. Fornecendo a eles a possibilidade de suceder no campo (BOURDIEU, 1989). Para isso, faz-se necessário uma conexão entre aquilo que dá nome ao campo e aquilo que coordena suas ordenações simbólicas de maneira a configurar a hierarquização do campo de forma incisiva.

O **capital simbólico** é a resultante de uma série de combinação de outros capitais que, ao serem reconhecidos pelos participantes como legítimos, deixam de expressar aspecto de capital e passam a exercer o papel de poder simbólico. Pode-se dizer que o capital simbólico,

[...] reside no controle de recursos simbólicos baseados sobre o conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; poder que funciona

como uma forma de crédito, ele supõe a confiança ou a crença dos que lhe estão submetidos porque estão dispostos a atribuir crédito (BOURDIEU, 2005, p. 25).

Conforme tem sido defendido, pode-se compreender que este é o principal capital, uma vez que permite interferir nas ordenações simbólicas de um campo. Esse processo se dá, pelo fato de que o **capital simbólico**, ao ser convertido em poder simbólico, exerce o papel de uma carta de crédito, um depósito de crença às estruturas e agentes que o possuem. Para tal, é um poder que só pode ser exercido se compartilhado e reconhecido por todos os participantes de um campo (BOURDIEU, 1989).

Ao apresentar os capitais nesta subseção, nota-se que o **capital simbólico** é resultante de uma série de propriedades valorizadas no campo, sendo os principais: o capital econômico; o capital social; o capital cultural; o capital tecnológico; o capital científico e o capital do campo (sustentabilidade empresarial, de acordo com o ISE-B3). Ao observar a movimentação e a combinação destas propriedades valorizadas, tal qual estruturas e agentes dominantes do campo se apropriam, pode-se dizer que existe uma ordem internacional de mercado que controla as relações como se dão e se reproduzem no ISE B3 como um campo. Nesta ordem, um dos capitais que se sobressai como sendo o principal organizador do espaço de relações e suas dominações, forças e lutas. Visto isso, defende-se que o **capital simbólico do campo** é representado pelo **capital econômico**, que expressa os investimentos econômicos como sendo o principal organizador do mercado de capitais — espaço social ao qual o ISE se dedica a ser produto.

Em uma das frases mais marcantes de Magliano Filho, em que o executivo da Bovespa afirma que “o que era bom para as empresas era bom para a Bolsa” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 21), demonstra que o principal interesse do segundo setor, o ganho econômico, é algo que deve ser priorizado para a Bolsa, portanto, o ISE é um campo que visa também atender às necessidades deste setor. Na fala de Ivan Monteiro, vice-presidente de Finanças do Banco do Brasil, o ISE constitui não apenas uma vantagem, como um pré requisito para os grandes investidores institucionais:

[...] o fato de integrar ou não o ISE ainda não é suficiente para impactar o desempenho do papel da empresa no mercado. Mas os grandes investidores institucionais já começam a vetar as companhias de capital aberto que não integram um índice de responsabilidade socioambiental – seja o ISE, o Dow Jones ou a Bolsa de Nova Iorque. “A tendência é de que elas sejam preteridas

nas tomadas de decisão desse tipo de investidor”, alerta o executivo. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 63).

Na fala de Aguiar, executivo da Fibria, o principal interesse que pode-se encontrar na participação do ISE é a questão de ser priorizado pelos investidores: “Só temos uma classe de ação, ordinária. O Dow Jones não verifica mais isso, só o ISE. Isso nos valoriza mais. O preço da ação não muda, mas muda a preferência de clientes e investidores”, explica. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 80). Essa visão é encontrada em uma série de outras narrativas provenientes de organizações que são ou foram listadas nas carteiras do ISE, no sentido de que as atitudes exigidas pelo ISE as levam a atender “às novas exigências de investidores e clientes” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 71).

Na pesquisa “O Valor do ISE”, encontra-se que elencar-se no ISE auxilia as organizações a responder demandas de investidores e se preparar para o grau de exigência que os fundos de investimentos pedem no requisito de práticas socioambientais:

A pesquisa mostrou também que o nível de profundidade das informações socioambientais solicitadas às empresas pelos Fundos é superior em comparação ao exigido pelo questionário ISE em apenas 25% das Instituições consultadas. Por isso, é possível concluir que as empresas da carteira estão mais preparadas para responder demandas desses investidores e que, por outro lado, os Fundos podem aumentar o grau de exigência em relação a práticas socioambientais solicitadas às empresas, reduzindo riscos de seus investimentos e acelerando a evolução das práticas de sustentabilidade nas companhias (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p. 25).

A partir das interpretações que as narrativas acima permitem, pondera-se que, ao ter interesse em obter conhecimento (**capital cultural**) e rede de networking com demais empresas (**capital social**), bem como obter tecnologias em busca de melhor eficiência (**capital tecnológico**), estar comprovadamente avaliado pelo conhecimento de especialistas e pesquisadores (**capital científico**) e obter o status de organização sustentável (**capital do campo**), o que se espera, ao angariar os demais capitais, é a manutenção da relação com investidores e o aumento de sua capacidade econômica (**capital econômico**). Por esse viés, as propriedades que melhor coordenam as representações simbólicas do campo, se amparam no **capital econômico**.

O **capital simbólico**, que dá aos agentes o poder simbólico do campo, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível e legitimada de outras

formas de poder ou, em outros termos, de capitais. Estes poderes, permitem a vantagem nas relações de poder do campo, bem como nas capacidades que descrevem as leis do campo e o êxito nas lutas do campo (BOURDIEU, 1989). As estruturas e agentes que possuem maiores chances de suceder no campo, são aquelas que promovem as melhores práticas que levam à manutenção ou crescimento de investimentos econômicos. Para tal, se utiliza das vestes da sustentabilidade empresarial, como meio de angariar esses capitais, de modo que o controle explícito do campo se organize em torno deste reconhecimento, embora o mercado de capitais seja o principal beneficiado com essas relações, responsável por coordenar os princípios valorizados por ele.

De maneira a sintetizar as informações apresentadas neste tópico, no que tange a articulação dos capitais, o **Quadro 6** – Sínteses dos capitais no campo apresentam a motivação teórica e as evidências objetivas para um deles.

Quadro 6 - Síntese dos capitais no campo

Capital	Justificativa teórica	Evidência objetiva
Capital econômico	Associado à posse de bens materiais, heranças, títulos, além de conceder acesso a determinados locais, quando combinamos aos demais capitais (BOURDIEU, 2004a; 2007)	Financiamento do IFC para criação do campo; pagamento das taxas de inscrição; patrocínio das empresas para atividades do ISE; veiculação de taxas de volatilidade, rentabilidade e oscilação de valores.
Capital social	Relacionado a uma rede durável de relações entre agentes e estruturas, geralmente está associado a vinculação de um grupo e seu reconhecimento (BOURDIEU, 2007)	Ganhos intangíveis como melhor imagem e reputação institucional; acesso aos investidores; rede de networking entre os participantes do ISE; aprovação nas práticas de sustentabilidade empresarial.
Capital cultural	Diz respeito ao acesso de conhecimento e à educação, sendo geralmente associada à ideia de classe. Pode-se manifestar de forma incorporada, objetivada, institucionalizada (BOURDIEU, 2007)	Adoção de novas práticas em torno da sustentabilidade pelas organizações; acesso aos relatórios, questionários e eventos promovidos pelo ISE; titulação de empresa listada ao ISE.
Capital tecnológico	Os capitais são as propriedades atuantes que conferem aos agentes e estruturas do campo a possibilidade de melhorarem suas posições no campo (BOURDIEU, 1989).	Tecnologia como meio de garantir mais produtividade e mais eficiência operacional; BDAI como novos direcionamentos para as padronizações do ISE B3.
Capital científico	Atua na objetivação do discurso científico e na imposição de estruturas de classificação (BOURDIEU, 1989)	Contratação da FGV para criar a metodologia do ISE; pesquisadores como responsáveis pelas dimensões de avaliações; publicações de estudos e pesquisas para envolvimento dos investidores.
Capital linguístico	Competência propriamente lingüística, isto é, a capacidade de engendramento infinito de discurso gramaticalmente conforme (BOURDIEU, 2008a)	Busca por uma padronização; linguagem comum do ISE a partir dos ODS, Agenda 2030, provedores de BDAI e formatos de reporte.
Capital do campo	É a propriedade valorizada que representa o próprio recorte do campo e expressa o interesse de entrada de seus participantes (BOURDIEU, 1989; 2007)	ISE como indicador do desempenho de empresas comprometidas com a sustentabilidade empresarial; indução da sustentabilidade empresarial.
Capital simbólico	O capital simbólico é a resultante de uma série de combinação de outros capitais que, ao serem reconhecidos pelos participantes como legítimos, deixam de expressar aspecto de capital e passam a exercer o papel de poder simbólico (BOURDIEU, 1989; 2004a)	ISE como produto para o mercado de capitais, destinado a orientar investidores; objetivo final de elencar-se no ISE é a obtenção de mais investimentos; ganhos econômicos.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

4.5 O HABITUS DO ISE B3

O presente tópico almeja responder ao objetivo específico de “Compreender o *habitus* do campo”. Para isso, apoia-se nos conceitos de campo, capitais e *habitus* na sociologia bourdieusiana, bem como considera as narrativas do ISE e as interpretações nos tópicos 4.2 – Como o ISE orienta a Sustentabilidade ao longo de sua história, 4.3- Estrutura e agentes no campo e 4.4- Capitais no campo.

Vale-se da compreensão de que,

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo” (BOURDIEU, 2009, p. 90).

O *habitus* é um elemento-chave na construção do campo, porque é por meio da vivência de agentes e estruturas que o *habitus* é configurado, de tal maneira que as disposições do campo sejam incorporadas, acarretando a própria configuração do campo e manutenção de sua ordem. Para isso, o *habitus* é aquilo que antecede as práticas do campo ou, em seu estado objetivado, é o que formula a ação social, fornecendo esquemas mentais de percepção e apreciação ou como princípios de classificação da realidade, que passam do coletivo ao individual e do individual ao coletivo (BOURDIEU, 1989; 2004a, 2009).

As disposições incorporadas por estes agentes e/ ou estruturas se constituem como aspectos duradouros, sendo passíveis de mudanças e ajustes a partir da história. Entretanto, que se fazem possíveis apenas pelo jogo de forças e de lutas que se estabelece no campo, de tal forma que seja estável, mas não imutável; contínuo, mas não eterno. Diferente de hábito, o *habitus* denuncia a posição de agentes e estruturas ao reproduzir as próprias condições sociais e, portanto, é também um elemento constituído na história incorporada e reificada do campo (BOURDIEU, 1989; 2004a, 2009).

Para acessar o *habitus* do campo, se faz necessário observar e analisar as relações objetivas ao longo da história do campo, onde práticas ganham forma objetiva (BOURDIEU, 1989; 2004a, 2009). Apoia-se nas narrativas do ISE como

meio de interpretar o que é incentivado pelo campo enquanto prática e a maneira de compreender qual o *habitus* do campo.

O *habitus*, como **estrutura mental cognitiva**, que representa e configura o campo do ISE B3, se revela com certa estabilidade ao longo da história, com características que podem ser interpretadas nos três períodos históricos. Entretanto, que passam por ajustes em suas ordenações simbólicas, conforme a movimentação das estruturas e agentes do campo, em torno do interesse a ser percorrido por eles — conforme é apresentado adiante.

No período histórico inicial, narra-se que o ISE foi uma ferramenta da Bovespa que surgiu como uma expressão da sociedade civil brasileira como “um instrumento de autorregulação”. Ao lado de outras ferramentas de governança corporativa que a Bovespa já havia lançado, foi criado com “o objetivo final de se tornar uma poderosa ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável” (MONZONI, 2010, p. 7). O debate do desenvolvimento sustentável é utilizado como um marco que cria no mercado de capitais uma “demanda de investidores por mais transparência, por prestação de contas e por equidade” (MOZONI, 2010, p. 7). No período de criação do ISE, haviam poucos instrumentos de orientação da sustentabilidade para empresas brasileiras listadas na bolsa de investimentos, por isso, as estruturas cognitivas que se criam nos anos iniciais baseiam-se na ideia de pioneirismo, de modernidade a partir da proposta de uma “nova abordagem” para se fazer negócios.

Ao mesmo tempo que se declara que o ISE surgiu como uma demanda da sociedade e dos próprios investidores, a partir da necessidade de instrumentos para a prática da sustentabilidade, declara-se que “esse novo paradigma demandará, acima de tudo, a formação de uma nova geração de gestores” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 12). Nas narrativas do campo, nota-se que houve uma negociação entre os agentes: a demanda emergiu com a sociedade e com investidores, o que justifica a criação de um índice de sustentabilidade empresarial. Apesar disso, essa demanda não reflete a realidade das organizações, que precisam se adequar e responder às novas demandas, por meio dos incentivos do ISE.

Antes, porém, essa minuta foi apresentada a um grupo de empresas, no final daquele mês, para, com esse feedback, testar sua aderência em relação à realidade empresarial brasileira. “Claro que tínhamos a intenção de estimular as empresas ao cumprimento das boas práticas além daquilo que a lei exige, mas era preciso também saber como elas percebiam as demandas da sociedade, e essa consulta foi riquíssima para que nos adequássemos àquilo que era relevante”, justifica Raquel Biderman. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 41)

A negociação com agentes no campo prossegue entre os representantes do ISE e das organizações. Na fala de Biderman, conforme acima, o *habitus* do campo é resultante desses embates, de um lado, os interesses dos participantes em serem reconhecidos como do campo, do outro, a configuração de um campo que possui exigências alinhadas ao que as organizações estariam dispostas a “investir”. Pontua-se aqui, que o investimento realizado para ser admitido do campo não necessariamente é econômico. Ele expressa o **interesse** em fazer parte do campo, que o leva a atos gratuitos e não gratuitos a ser participante do campo (BOURDIEU, 2008a; 2009).

Nota-se, a partir dessas narrativas, que a configuração do *habitus* do campo, se deu na relação de agentes e estruturas ao negociar as cobranças que viriam do espaço social, conforme se ajustam às **entregas individuais e coletivas** daqueles que participam ou que almejam participar do campo. Como elencado na **Figura 6** – Mapeamento de agentes e estruturas no campo, enquanto negociava-se as regras de funcionamento do campo, alguns agentes e estruturas exerceram papel central na construção das percepções sobre a sustentabilidade empresarial para as empresas. O IFC, a FGV, a Bovespa, o GRI, os pesquisadores e o CISE emergem nesse cenário como figuras dominantes na estruturação do campo, que possuíam e movimentavam os capitais econômico, científico, tecnológico, social e cultural na elaboração e complexidade da hierarquização no campo do ISE. Juntos, constituem o grupo de coordenação do campo: a Bovespa na articulação entre instituições dominantes que poderiam auxiliar no projeto; O IFC, na aprovação e financiamento do projeto do ISE; a FGV e os pesquisadores na elaboração da metodologia e critério de seleção, o GRI como meio de padronização das temáticas que seriam priorizadas na seleção do ISE e, por fim, o CISE que é elencado a partir de um pré requisito do IFC e exerce o papel de conselho deliberativo que fica à cargo das decisões de cunho estratégico do ISE. O CISE representa, neste momento, a opinião e o posicionamento de uma série de organizações do setor financeiro, bem como fundos de pensão e profissionais do mercado de capitais, como se pudesse falar por uma classe específica — garantindo que a visão do investidor pareça central em todas as decisões emergentes do campo.

Narra-se que:

Para o grupo que o idealizou e empreendeu, o projeto deveria proporcionar alguns “efeitos colaterais” importantes, tais como se tornar um indutor de sustentabilidade entre as empresas, constituir-se numa ferramenta de gestão, estabelecer-se como um benchmark, uma referência confiável, um painel de tendências de gestão sustentável, entre outros (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 30).

Para que isso fosse possível, debruçou-se no estudo de outros modelos de índices internacionais que haviam no mercado, como é o caso do DJSI e do FTSE4Good, que são citados como “referências básicas”. Além de outras instituições, utiliza-se de conceitos da ONU e normas como a AccountAbility AA1000, a SA8000, da Social Accountability International, sobre relação com stakeholders e direitos humanos no trabalho; e os Indicadores Ethos (MARCONDES; BACARJI, 2010). Sobre a atuação desses agentes e estruturas que compunham o grupo inicial do ISE, declara-se que vinham de “experiências relacionadas”:

A maioria tinha vivenciado experiências relacionadas com o tema nos cinco anos anteriores. “Eram grupos que vieram do movimento de responsabilidade social, do movimento ambiental, do setor financeiro responsável e que conseguiram visualizar a oportunidade de criar um benchmark superior às duas experiências anteriores, tanto do Dow Jones quanto do FTSE4Good. Era um caso de cultura favorável, de experiências bem-sucedidas”, relata Ricardo Young (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 31).

A visão do ISE, que passa a ser estimulada para investidores e organizações é o de que o “mercado de ações tem um importante papel de promover a adoção de critérios ESG por parte dos investidores e, dessa forma, incentivar o crescimento do ISR” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p.6). Para isso, se propõe a ser um indutor dessas organizações que precisam reforçar os valores da sustentabilidade em prol da promoção do desenvolvimento:

Para o ISE, mais do que simplesmente crescer, o desafio é reforçar os valores da sustentabilidade e continuar sinalizando exemplos e resultados que possam orientar e motivar cada vez mais atores econômicos, dando escala e velocidade às mudanças rumo a uma economia mais sustentável (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 15).

A partir das narrativas apresentadas, bem como da relação da movimentação de agentes e estruturas, pondera-se que a incorporação das disposições do campo, que visavam a inculcação dessa nova abordagem para se fazer negócios baseados nos princípios de sustentabilidade empresarial, são provenientes da visão desses protagonistas da construção do campo, além das referências internacionais mencionadas acima como inspiração sobre a temática.

A sustentabilidade empresarial para o ISE é compreendida como uma nova abordagem para os negócios, no sentido de promoção do desenvolvimento

sustentável. Este conceito, remete ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer o futuro das próximas gerações, para isso, é um conceito que incentiva o crescimento econômico, a geração de renda e de emprego como meio de garantir a subsistência da população. Como crítica apresentada por autores (MEBRATU, 1998; O'CONNOR, 2002; LUKE, 2005; FUCHS, 2017) é um termo que compõe o imaginário de diferentes instâncias, como nações, sociedades e organizações, mas que tende a ignorar as diferenças culturais e as realidades sociais. Em suas considerações, a vertente econômica é priorizada, porque é aquela capaz de enfrentar a desigualdade social, bem como, promover tecnologias e inovações que lidam com a escassez de recursos, mudanças climáticas e outros problemas de ordem ecológica.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido argumentado como um meio de enfrentar problemas provenientes de uma crise ambiental, de maneira que pequenas reformas incrementais sejam incentivadas. Há o privilégio do *status quo* e a manutenção dos negócios em seus moldes usuais (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Ao ser adotado como norte da sustentabilidade empresarial, incentivada nos questionários e naquilo que é cobrado como prática das organizações, acaba por gerar estruturas cognitivas que levam às organizações a melhorias incrementais em seus negócios, de maneira que o mercado de capitais possa se beneficiar, primeiramente, com peneridade e a redução de riscos. Em segundo lugar, com uma melhor reputação e imagem, ao ser reconhecida como uma empresa que contribui para causas planetárias, conforme abaixo:

Espera-se que as empresas integrantes da carteira do ISE desfrutem de acesso mais rápido e barato ao crédito, de menores custos de seguro e de bom clima organizacional, e também atraiam e retenham os melhores talentos, conquistem maior lealdade do consumidor e, com isso, valorizem a imagem institucional. (MONZONI, p. 11).

A inculcação das práticas de sustentabilidade acontecem por suas ferramentas, o que, neste primeiro momento histórico, é principalmente baseado no questionário do ISE. Nele, consta que pode servir

para sinalizar para as empresas e grupos empresariais quais são os prováveis caminhos para a construção de uma economia mais eficiente sob o ponto de vista do uso dos recursos naturais e menos impactante sobre o meio ambiente e sociedade, potencializando o valor dos produtos e serviços por unidade de recurso ambiental aplicado (BOVESPA, 2005, p. 10).

Para isso, as perguntas do questionários estão distribuídas nas diferentes dimensões (Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa,

Econômica-financeira, Ambiental, Social) e contemplam questões como: a existência de gestão de desempenho com base em indicadores; gestão de riscos corporativos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade; se existe plano de contingência; se há medidas de geração de valor econômico; se há política ambiental documentada; se há programas destinados à redução de emissão de gases de efeito estufa; gerenciamento de resíduos; se há medidas contra trabalho infantil; se há políticas no combate ao suborno ou corrupção, entre uma série de iniciativas que são compreendidas como oriundas do universo da sustentabilidade (BOVESPA, 2005).

Há uma relação entre os incentivos planetários para geração de emprego e renda como meio de promoção do crescimento econômico e acesso aos bens de consumo pela população, ao mesmo tempo em que se visualiza em suas propostas de práticas de sustentabilidade nas organizações, a exigência do cumprimento legal e de melhorias incrementais, tais como a formalização e a implementação de planos e programas que levem às organizações a reduzir certos impactos. Neste cenário, há um **embate** entre declarações que, ora colocam as organizações como protagonistas na promoção do desenvolvimento sustentável, como na fala de Monzoni (2010, p. 16):“O ISE representa a convergência de anseios de entidades do mercado por mais transparência e dos sonhos de organizações pioneiras no protagonismo da responsabilidade social, da defesa ambiental e da governança”. Em outros momentos, são orientadas pequenas contribuições que não se comprometem com os problemas oriundos das atividades empresariais e industriais, cujos impactos vem do crescimento desenfreado das atividades incentivadas pelo sistema capitalista. Defende-se que a sustentabilidade empresarial é “um processo contínuo, que exige sempre ajustes e adequações, com os objetivos de atualizar processos e ajudar a reduzir os impactos da atividade produtiva” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 49).

Pode-se interpretar, que o *habitus* que é incentivado pelo campo, é aquele que incentiva a adoção de medidas incrementais, por meio de seus questionários e eventos que envolvem os participantes do campo, tais como as audiências públicas de aprimoramento e atualização dos questionários como a representação do protagonismo das empresas neste cenário de promoção do desenvolvimento sustentável. Como Bourdieu (2004a, p. 23) observa,

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a

partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação.

Neste sentido, agentes e estruturas presentes no campo, tendem a inculcar e promover essa compreensão sobre a sustentabilidade empresarial, no sentido de reproduzi-la como finalidade retrospectiva. Organizações e investidores presentes no campo, respondem esse cenário na assimilação de que a incorporação e formalização de programas e planos, tal como é objetivamente materializado no processo de ingresso do ISE, acarretando no que é referenciado por agentes como nova cultura. Na própria fala do ISE, afirma-se que ele "terá pela frente muitos desafios como instrumento destinado a medir um movimento cultural empresarial que tende a criar sempre novas exigências" (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 72). Sendo a cultura um conceito que se refere aos padrões de comportamento de um determinado espaço social, o ISE demonstra sua intenção de fornecer as disposições e esquemas práticos para a ação para agentes e estruturas do campo.

Essa assimilação também está presente na fala de representantes da CPFL, como algo que é esperado por eles, conforme abaixo.

Todos os anos, o preenchimento do questionário do ISE oferece à CPFL Energia a oportunidade de refletir sobre os processos internos. "Vemos a incorporação de novas exigências como estímulo à evolução de nossa cultura e de nossas práticas de negócio. Nesse sentido, o questionário tem funcionado como um guia orientador, e a autoavaliação, como momento importante de aprendizagem organizacional", ressalta Ferreira Jr (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 55).

Neste cenário, os questionários do ISE são utilizados não apenas como processo de seleção, no sentido de gerar score para as organizações que tentam entrar no campo do ISE, como também é um meio de construção cognitiva sobre as práticas de sustentabilidade. Nos primeiros anos de existência do ISE, segundo a fala do Superintendente de Sustentabilidade da B3 (na época BM&F Bovespa), o ISE cumpriu um papel de introdução e implementação do assunto no mercado, no sentido de obter credibilidade.

Entendendo que o Índice cumpriu um papel fundamental, um ciclo importante de lançamento, de implementação no mercado, de conquista de espaço e de credibilidade, e que ele ajudou o movimento de sustentabilidade a acontecer no Brasil, agora ele pode dar um salto para conquistar o segmento financeiro, da mesma forma como foi feito até agora, com tudo muito compartilhado. (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 76)

Essa leitura, leva a interpretação de que houve um determinado êxito na aceitação do que o ISE propagou como práticas de sustentabilidade e nos benefícios que conseguiu entregar os participantes do campo com o compartilhamento das informações. Apesar disso, ainda está em negociação com o segmento financeiro, que precisa aderir, ou seja, fornecer o investimento necessário para ser admitido como do campo, ao mesmo tempo que o configura por meio de suas práticas. Este fato evidencia uma **relação de forças** no campo, um predomínio do segmento financeiro em relação ao ISE, que o leva a reformular os seus objetivos estratégicos após o aniversário de cinco anos, no sentido de adaptar o seu *habitus* de tal forma que envolva mais agentes (investidores). Há uma dependência desse grupo de agentes, na tentativa de manter o interesse por instrumentos que podem levá-los a obter os capitais necessários para o acúmulo e aumento do volume de capitais econômicos. Nota-se, portanto, uma **primeira ruptura** na forma de se comunicar, que ganha novas vertentes, visando negociar como uma classe específica que deve participar da configuração do campo do ISE.

No **segundo período histórico** elencado, portanto, as organizações, neste processo, são apresentadas como participantes da “vanguarda no tratamento da complexa temática da sustentabilidade”, enquanto que para os investidores, “a sustentabilidade representa uma oportunidade, na medida em que o mercado de Investimento Sustentável e Responsável (ISR) segue sua trajetória de expansão e comprova a demanda” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p.4). Esses destaques para o processo de vanguarda das organizações, bem como oportunidades para o ISE, marcam a construção das **estruturas mentais autorepresentativas que se manifestam de forma mais ou menos estabilizada**. A visão do protagonismo das organizações se arrasta desde o início da estruturação do campo, enquanto novos elementos são incorporados ao negociar com os agentes do ISE. Essas mudanças vêm acompanhadas da renovação dos objetivos estratégicos:

Em 2010, quando foram definidos os objetivos estratégicos do ISE para um horizonte de cinco anos, o Conselho Deliberativo do ISE (CISE), a BM&FBOVESPA e o GVces se comprometeram, entre outros, a trabalhar para aumentar o número de empresas participantes no processo, incrementar o volume de recursos investidos e produtos vinculados ao índice, e torná-lo um benchmark de investimentos sustentáveis e responsáveis (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012, p. 4).

Como resultado dessa necessidade de aumentar as empresas participantes e aumentar o volume de investimentos, o ISE passa a realizar novas

negociações nas orientações que são estabelecidas no campo. Este segundo período é marcado pela introdução de novas ferramentas de comunicação e por novas linguagens para trabalhar e envolver diferentes agentes: a primeira mudança busca trazer indicadores, números e estudos que consigam reforçar o interesse do investidor em participar do campo; a segunda mudança busca aumentar a demanda da sociedade em relação à sustentabilidade, por meio de uma linguagem acessível que consiga relacionar o alcance da sustentabilidade com o cotidiano do cidadão brasileiro (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012; 2016).

No pacote comemorativo de 10 anos do ISE, narra-se que o índice “deixou de ser apenas uma iniciativa pioneira para se tornar uma realidade concreta e promissora” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 6). Essa realidade concreta é evidenciada e sustentada a partir de números, como o ganho acumulado do período de 120% e a redução da volatilidade dessas ações de 25,57 contra os 42,81 do Ibovespa¹⁹. Essas argumentações, a partir de dados extraídos em comparação com os demais índices da B3 (na época BM&F Bovespa), vem no sentido de demonstrar que os investimentos em negócios que consideram as questões socioambientais incentivadas pelo ISE, obtêm melhor rentabilidade e menor risco a longo prazo.

A Plataforma de Indicadores, outra ferramenta lançada no segundo período histórico do ISE, apresenta como intuito dar chance ao público em geral na consulta de “dados estatísticos sobre o desempenho conjunto das empresas que participaram do processo seletivo do ISE desde seu lançamento, em 2005” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 7). O que o ISE afirma esperar com a divulgação desses dados, organizados em gráficos dinâmicos e análises com base em seus questionários e indicadores, é que seu conteúdo seja útil tanto às organizações que se elegem para as carteiras do ISE, quanto para pesquisadores e outras organizações da sociedade civil, interessados nos temas tratados pelo ISE. Esse esforço, tomado pela superintendência da B3, ao lado da FGV, do CISE e das organizações patrocinadoras demonstram que há uma ampliação na divulgação de resultados e o acesso das informações obtidas por meio da seleção do ISE. Esta divulgação é marcada como um dos passos iniciais para fortalecer o campo e posiciona-lo como um índice de credibilidade que fornece benefícios aos seus participantes. Para tal, conta-se com a ampla divulgação dessas informações, no sentido de estabelecer visões aos agentes

¹⁹ Ibovespa é o principal índice e indicador de cotações médias das ações negociados na B3.

e estruturas que compreendam o ISE como algo que gera interesse a eles (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016).

No item 4.3 – Capitais do campo, o capital do campo, ou seja, o que dá nome ou designa o campo é definido a partir do reconhecimento em torno da sustentabilidade empresarial. Apesar disso, o capital simbólico do campo, que é aquele que oferece melhores possibilidades de coordenar as ordenações simbólicas do campo está em torno do aporte financeiro e econômico, evidenciando que ao articular os capitais culturais, sociais, científico, linguístico e tecnológico no campo do ISE, o que se almeja é o acúmulo econômico e financeiro. Como o ISE transita no mercado de capitais, há sempre a perspectiva de que as práticas de sustentabilidade possam ser convertidas em ganhos econômicos, de maneira direta pela rentabilidade, ou maneira indireta, por oferecer menores riscos e pelo impacto positivo na imagem e reputação da organização.

Ainda dentro do lançamento do pacote comemorativo de 10 anos do ISE, ao encomendar estudos, como “O Valor do ISE” e lançar plataforma como Plataforma de Indicadores, o que se espera é “compartilhar com a sociedade os importantes avanços obtidos desde a implementação do índice” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 6). Entende-se que, com esse objetivo, busca reforçar nas relações de poder que são travadas no campo do ISE, que é possível fornecer aos agentes melhores possibilidade de obter capital econômico, bem como angariar outros capitais presentes no campo, que os ajudam a suceder não apenas no jogo em torno deste campo, como tantos outros que estão baseados no mercado de capitais.

Um segundo estudo, publicado por Orsato et al. (2014), se baseia da análise de dados secundários sobre o desempenho de organizações listadas no índice de sustentabilidade da B3. Após olhar para o desempenho financeiro e econômico das empresas listadas na carteira do ISE, busca-se as “motivações para que as empresas se esforcem para fazer parte do índice” (ORSATO et al. 2014, p. 1). Ao encomendar estudos como este e divulgar informações de cunho qualitativo, tal como é proposto o objetivo do trabalho de Orsato et al., pesquisadores da FGVces, o que se contribui é para a inculcação de esquemas de percepção e classificação sobre o ISE, no sentido de que seja incorporada na fala de organizações, investidores e indivíduos que participar do ISE traz benefícios como o acesso ao conhecimento, desenvolvimento de novas capacidades e ganho de reputação. Para tal, se utilizam do capital científico, intelectual e linguísticos de tais pesquisadores para que a imagem

seja associada a estruturas e agentes como representantes e porta vozes dessas propriedades valorizadas no campo.

Como Bourdieu (2004a, p. 98) apresenta,

O *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso, a sanção associada a uma determinada transgressão), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias.

O ISE, ao “dar as cartas” do jogo aos agentes e estruturas presentes no campo, inculca suas visões sobre como essas práticas de sustentabilidade levam investidores e organizações a melhores patamares de reconhecimentos e resultados. Esse trabalho se dá a partir das ferramentas de comunicação e padronizações sobre práticas de sustentabilidade empresarial, tal como as plataforma do pacote comemorativo de 10 anos. Esse impulso, tende a trabalhar como um princípio de práticas mais ou menos reguladas, no sentido de que seja possível prever quais serão as ações tomadas na configuração do campo: a adequação interna das empresas, como departamentos de sustentabilidade, a implementação de programas e planos de riscos ambientais; a conformidade legal com práticas laborais e assim por diante. De forma consciente ou inconsciente, tomam-se atitudes que os ajudem a suceder nesse jogo, para tal, tendem a responder as demandas que são impostas na manutenção do campo.

O Mundo ISE, a plataforma lúdica que compôs uma das ferramentas lançadas também no pacote comemorativo de 10 anos, almeja tratar sobre a sustentabilidade, de maneira que sirva como resposta ao “desafio comunicativo enfrentado pela sustentabilidade” que “ênfatiza as culpas e obrigações das pessoas e empresas” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 13). O principal objetivo dessa plataforma é “enfrentar a fragmentação teórica” sobre o conceito, em uma linguagem que recorre ao cotidiano brasileiro, de maneira a criar uma assimilação entre aquilo que é falado por ele e aquilo que já compõe o imaginário do cidadão brasileiro. A ferramenta almeja ser usada como consulta para o universo corporativo, assim como outras instâncias que necessitam de uma referência para a orientação em torno da sustentabilidade: “representa o conjunto de temas do ISE, para estimular a disseminação das práticas referentes ao seu questionário” (B3, 2021c, on-line).

A apresentação dos temas, tende a respeitar aquilo que é incentivado pelo desenvolvimento sustentável, promovendo a vertente econômica como uma forma de lidar com os problemas socioambientais. Toma-se como exemplo a narrativa abaixo que trata de serviços ecossistêmicos, apresentado dentro do Mundo ISE:

A valoração e pagamento dos serviços ecossistêmicos - como a polinização, a regulação do clima e a produção de água doce - são passos essenciais para corrigir distorções na economia e permitir que empresas e consumidores tomem melhores decisões, considerando a preservação do meio ambiente, de que todos dependemos (B3, 2021c, on-line).

De forma generalizada, as temáticas são tratadas sob uma ótica econômica, que tende a criar e inculcar uma visão de comparação de recursos naturais e provenientes da natureza como algo que pode ser monetariamente quantificado. Como a sociologia bourdieusiana defende, o mundo social é objetivamente construído, a partir das estruturas mentais previamente incorporadas pela vivência nos campos em que agentes transitam. Neste sentido, o mundo objetivo toma forma, a partir das compreensões e nomeações que se tem sobre ele. Ao construir visões que compreendem os recursos naturais, como exemplo da narrativa acima, como um recurso passível de pagamento monetário, o que se obtém, são relações no campo que incentivam o dinheiro como moeda de troca para qualquer relação com os elementos dispostos no mundo social. Pondera-se, a partir dessa reflexão, que o *habitus* do ISE, é aquele capaz de incentivar a lógica econômico-financeiro que coordena as relações entre indivíduos, natureza, organizações, sociedade e assim por diante.

Para tal, as organizações, enquanto agentes relativamente dominadas do campo do ISE B3, tendem a incorporar o posicionamento de **protagonistas** na promoção de soluções inovadoras e alcance do desenvolvimento sustentável, de maneira que reproduzam essa premissa como prática para a existência do campo. Este posicionamento, pode ter um maior alcance com a cumplicidade e a reprodução desse discurso nas ações dos participantes do campo, ou de empresas que almejam ser do campo. Esse posicionamento, pode ser interpretado como uma estratégia de aspiração consciente pelos representantes das organizações, no sentido de angariar capitais e melhorar suas posições e suas condições objetivas. Isso lhes garante um maior alcance de suas ações:

Em Capivari de Fora (SC), por exemplo, somos a maior unidade fabril e já tínhamos bons canais de comunicação e iniciativas em andamento”, afirma Eduardo Antonio Gori Sattamini, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Tractebel. “O ISE nos ajudou a olhar a comunidade de outra

forma, mais como parceira, com uma visão de melhoria de qualidade não só ambiental, mas do nível de vida da população. Hoje, mantemos um centro cultural para atender aos anseios locais (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 71).

Assim, uma segunda premissa inculcada no *habitus* do campo, se baseia na ideia de que a organização se posiciona como central na resolução dos problemas e passa a ter “um passe livre” nas interferências na sociedade, nos espaços de preservação e recursos naturais, bem como na promoção do desenvolvimento econômico. A “inclusão da sustentabilidade nos modelos de negócio é um processo e, a partir dele, as empresas passam a cuidar de seus impactos na comunidade e no planeta, sem descuidar do bottom line econômico” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 11). Dessa forma, as comunicações do ISE vão além do alcance das empresas listadas, como também influencia na relação das organizações com a sociedade e com suas comunidades.

O Mundo ISE perpassa o objetivo de atingir indivíduos que estão no campo e almejam sua propagação para outros campos presentes do espaço, o que faz com que essas visões de mundo, que são estimuladas por ele, tenham um alcance ainda maior. Como apresentado até aqui, parte-se da ideia de que o ISE iniciou, a partir desse segundo período histórico, a construção de um arsenal de estudos, argumentações e um legado de empresas que estariam dispostas a disputar um espaço no campo para então serem elencadas em suas carteiras. Com essa confiabilidade, mais agentes estão dispostos a exercer a manifestação da crença no campo, um espécie de depósito de crédito naquilo que é circulado como discurso legítimo pelo ISE, no sentido de participar e reproduzir o jogo, ao mesmo tempo que é amparado e beneficiado por ele.

Ao lado dessas ferramentas, o segundo período histórico contou também com uma linha do tempo (Wiki Linha do Tempo) comemorativa de 10 anos do índice, que buscam divulgar os principais marcos, fatos e curiosidade acerca de sua história. Durante a realização da coleta de dados desta pesquisa, a linha não estava mais disponível e, por isso, não foi possível encontrar os marcos que contam a história narrada do ISE. Apesar disso, tem-se como informação que um dos motivos dessa criação foi obter um “espaço para que as pessoas relacionadas ao ecossistema do ISE se sintam provocadas a enviar suas sugestões” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 9).

É constante nas narrativas do ISE o encontro de afirmativas que reforçam um caráter coletivo, bem como é evidenciado que se busca a participação de diversos públicos em seus eventos de revisão dos questionários, que são promovidos anualmente pela B3. Narra-se que o ponto alto dos 10 anos do ISE foi a realização de um fórum, que teve a presença de 200 participantes representantes de empresas, instituições financeiras, governo e sociedade civil. Nesse encontro, a partir de um momento *Open Space*²⁰, segundo o índice, foi possível “ a oportunidade de discutir e refletir conjuntamente sobre os aprendizados do índice e as perspectivas futuras da sustentabilidade nas empresas brasileiras” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 13). Posteriormente, o índice narra que “o resultado desses debates foi sistematizado e servirá de base para o planejamento do ISE” (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2016, p. 13).

Ao reforçar que houve um espaço de reflexão para a exposição de opinião e interesses dos participantes presentes sobre temas que são tratados no ISE, não somente reforçado nessa ocasião, mas em todas as revisões anuais, pode-se interpretar de que o campo efetua uma estratégia para a manutenção de seu jogo. Há o envolvimento desses agentes e estruturas, que se sentem pertencentes e exercem seu interesse em falar pelo campo ou de representá-lo. Compreende-se que

o que se está querendo dizer é que o conjunto dos membros da organização foi expresso de dois modos: pelo ato de manifestação, pela presença do representante, e, eventualmente, pelo discurso do representante. E, ao mesmo tempo, percebe-se claramente como a possibilidade de deturpação inscreve-se no próprio ato de delegação. (BOURDIEU, 2004a, p. 191).

Sobre a representação de grupos, que são destacados nas narrativas do ISE, Bourdieu (2004a) afirma que o representante ou porta-voz de um grupo é um ato de simbolização pelo qual ele se constitui. O signo faz a coisa significada e, a coisa significada é compreendida pelo significante. E o significante não apenas exprime ou representa o grupo, como ele tem poder de dar poder à sua existência. O grupo só existe a partir de seu representante. Assim, é também a participação desses agentes e estruturas nos eventos do ISE que exerce a constituição simbólica em sua manifestação objetiva de se fazer presente.

A construção coletiva sobre as decisões do ISE, ou ainda, o ideal de que há a uma construção coletiva sobre as decisões do ISE, se constituem enquanto

²⁰ O termo é utilizado para se referir a um espaço aberto para o diálogo durante o evento, em que os participantes puderam se expressar e apresentar pontos de vista.

estratégia (prática) que se faz incorporada pelos agentes e pelas estruturas do campo. Inculca-se no imaginário dos participantes que seu ato simbólico perpassa a mera constituição do campo, para que se torne ativo nas decisões. Para tanto, exerce parte do que constitui o *habitus* do campo, no sentido de fornecer aos participantes do campo o que se compreende enquanto prática na configuração deste espaço.

Sobre a participação destes representantes, pode-se interpretar que a real influência nos direcionamentos do ISE se dá a partir das relações sociais, de poder, de lutas e de forças que são travadas durante essa história. Como será apresentado adiante, o envolvimento do investidor e o aumento do engajamento junto ao mercado financeiro, são objetivos sempre perseguidos pelo ISE, revelando que existe uma relação de força desses grupos que orchestra o *habitus*, no sentido de responder ou adequar-se em relação àquilo que é manifestado por eles. Por outro lado, exhibe também o papel de exercer influência como indutor para as práticas das organizações na construção de uma cultura para a sustentabilidade, que tende a reforçar as intenções de dominação deste grupo, em prol de entregar melhores benefícios aos investidores e mercado de capitais — estes pontos são melhores tratados nas narrativas do terceiro período histórico do ISE.

O **terceiro período histórico** elencado pelo ISE designa um momento em que o índice “passou por um amplo processo de revisão de metodologia, estrutura e conteúdo abordado em seu questionário” (B3, 2020e, on-line). Há uma grande ruptura nas **estruturais mentais de autorepresentação do campo**, no sentido de que passa a ser **desestabilizado por embates e influências** que são provenientes de uma ordem externa ao campo, bem como o estabelecimento da Agenda 2030 pelo Pacto Global da ONU e o desenvolvimento de novas tecnologias para o processamento de um grande número de informações — que impacta diretamente na maneira com que o ISE interpreta os dados. Ao considerar que todo campo é o recorte do espaço social, correspondendo a um macrocosmo que possui forças e estruturas que expressam sua dominação nas trocas simbólicas de constituição destes campos (BOUDIEU, 2003; 2004a; 2004b), este período é marcado por grandes mudanças, que ocasionam também grandes transformações no *habitus* do campo.

Os objetivos estratégicos do ISE entre 2016 a 2020 são apresentados pela superintendente de sustentabilidade da B3, sendo eles:

1. Aumentar a relevância do ISE B3 para os investidores i. Evidenciar as relações entre sustentabilidade empresarial e desempenho econômico-financeiro. ii. Identificar e motivar o uso do ISE B3 por formadores de tendência do mercado financeiro. iii. Ampliar a utilidade para os agentes do mercado (investidores diretos, gestores de investimento, serviços de informação, agências de rating, analistas e operadores).
2. Fortalecer o papel do ISE B3 para uma cultura de sustentabilidade nas empresas i. Ressaltar o ISE B3 como fonte de maior competitividade na atração de capitais. ii. Facilitar e incentivar o uso do ISE B3 como instrumento de diagnóstico e de transparência.
3. Ampliar o reconhecimento do ISE B3 pela sociedade i. Dar visibilidade à contribuição do ISE B3 aos mais diversos públicos por meio de ações de comunicação e engajamento. (B3, lançamento 2019c, p. 13).

Estabelece-se como orientações para estruturas cognitivas que se criam neste período do ISE, o envolvimento com os investidores no sentido de propiciar ou destacar mais vantagens a este grupo; o reforço do trabalho de inculcação de uma cultura de sustentabilidade empresarial para as organizações, bem como dar visibilidade ao trabalho do ISE frente à sociedade por meio de ações de comunicação. Nota-se que os três objetivos aqui mencionados já estavam presentes nas narrativas do ISE nos períodos anteriores e tendem a se reforçar neste terceiro período. Entretanto, essa relação passa a ser intermediada por uma lógica internacional, com a introdução dos novos modelos para a sustentabilidade, como os ODS e SASB. O atendimento à comunidade e o trabalho de inculcação sobre os efeitos dos investimentos socialmente responsáveis para as organizações passam a ser evidenciados pela comprovação dos ODS, enquanto a relação com os investidores passam a ser comprovadas em larga escala por meio de uma comparação global de informações, propiciadas por Big Data e Inteligência Artificial (BDAl).

A primeira identificação com essas mudanças mencionadas toma forma quando, além de citar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da ONU, o ISE procura adaptar seus questionários de maneira que correspondam aos objetivos planetários propostos na Agenda 2030. Os ODS são criados em 2015, mas somente três anos depois inicia-se o processo de adequação. Em 2018 há o “aperfeiçoamento na abordagem sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (B3, 2019c, p. 34). Como os questionários representam o principal instrumento de inculcação das práticas sobre sustentabilidade empresarial para as organizações, destacado como um importante meio de capital cultural objetivado no item 4.3 deste trabalho, entende-se que há uma grande ruptura na maneira com que as disposições do campo passam a ser orientadas aos agentes e estruturas. Busca-se uma

reconstrução de como a assimilação das práticas de sustentabilidades se darão a partir do reporte das informações de sustentabilidade.

O ISE comenta que a Agenda 2030 foi “aprovada por todos os 193 países-membros da ONU e amplamente apoiada também por relevante representação do setor privado e da sociedade civil organizada” (B3, 2019a, p.7). Este comentário leva a crer que, com ampla aprovação, o ISE como uma referência do setor não poderia deixar de se adequar. A Agenda 2030 e os ODS são abarcados pelo ISE como uma nova linguagem para a sustentabilidade, que passa a centralizar suas práticas nas 17 frentes²¹ que são incentivadas por eles. Para tal, promove uma série de encontros com organizações e investidores, ao lado de pesquisadores da CCSI com o objetivo de divulgar essa realidade e iniciar as adequações nos moldes que são incentivados pela ONU (B3, 2019a).

Ao levantar essas informações, o ISE declara que ao menos 75% das empresas listadas em sua bolsa já consideravam os ODS na formulação de seus planejamentos estratégicos, demonstrando que havia uma grande aderência entre as práticas incentivadas por estruturas como a ONU, e as organizações, mesmo antes que o *habitus* do ISE adotasse de maneira objetivada os ODS em seus questionários (B3, 2019a). Sobre as práticas adotadas por essas organizações, destaca-se:

A partir dessa análise, quatro ODS se destacam como priorizados por mais de 3 em cada 4 empresas: o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura, com 96%); ODS 8 (emprego digno e crescimento econômico, com 83%), ODS 13 (combate às alterações climáticas, com 77%) e ODS 7 (energia acessível e limpa, com 75%) (B3, 2019a, p. 4).

Por essa evidência, pondera-se que indústria, inovação e infraestrutura, bem como emprego e crescimento econômico são os principais esforços das organizações, levando a uma comparação que assimila a lógica de monetização das relações, que é incentivada pelo ISE desde seu período histórico inicial, conforme debatido anteriormente, com aquilo que é praticado pelas organizações. O *habitus*, tanto das organizações, como do próprio campo, demonstra considerável alinhamento sob uma percepção, refletida por suas estruturas mentais,

²¹ Os ODS são: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar, educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra mudança global de clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

que demonstram relevante priorização da vertente econômica acima de aspectos sociais e ambientais.

A partir da publicação “A experiência do ISE nos ODS e na Agenda 2030” em 2019, o campo reconhece ser influenciado pelas relações de forças das instituições internacionais (ONU), que possuem a capacidade de padronizar como serão essas práticas, as quais repercutiram na publicação do ISE “A experiência do ISE na Agenda 2030 e nos ODS” (2019), como meio de apropriar-se de um referencial teórico necessário para transferir os grandes objetivos globais para a escala micro das organizações. Neste material, encontra-se que por “enfocar o aspecto mais visível e facilmente compreendido da Agenda 2030, a identificação de conexões é geralmente o primeiro passo dado pelas empresas que desejam demonstrar sua aderência a ela” (B3, 2019a). No trecho, de maneira explícita, o ISE formata a ordenação simbólica de seu campo de maneira a corresponder à agenda 2030 e incentivar as incorporações do campo em alinhamento com esta iniciativa. Nesta demonstração, é expresso como a dominação de estruturas globais exerce forte influência em seus direcionamentos internos.

Ao recorrer ao questionário do ISE (B3, 2021h), são comuns as adequações das perguntas que fazem referência à ONU e outras instituições. Por exemplo, na questão de Direitos Humanos pergunta-se: “A companhia possui compromisso formal com o respeito aos Direitos Humanos, reconhecidos pelas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil? (B3, 2021h, on-line), encontra-se como alternativa “a) Sim; b) Sim, baseado nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU e realizando avaliação de impactos do negócio; c) Não” (B3, 2021h, on-line). Há apenas três alternativas de resposta e uma delas faz menção ao documento da ONU, que leva a interpretação do leitor de que essa seria a resposta que é esperada ou apontada como correta pelo ISE. Fatores como este, demonstrado na narrativa do questionário, fornecem aos agentes esquemas práticos para a ação, influenciando o caminho que deve ser tomado por eles. Com isso, o *habitus* do ISE denuncia o que está por vir, no sentido de permitir prever a ação tomada por esses agentes.

Além do ODS e da Agenda 2030, o ISE passa também a incorporar e fornecer como disposição aos seus agentes e estruturas, outros modelos de reporte e prática sobre a sustentabilidade. No ano de 2019, com a publicação “Usando Big Data e Inteligência Artificial para avaliar o desempenho corporativo em Temas ESG”,

o ISE B3 propõe que sejam utilizados provedores de BDAI para obter padrões e comparações de informações em larga escala sobre a sustentabilidade empresarial que é praticada nas diferentes instâncias (organizações, nações, etc). Para enquadrar-se neste processo de comparação, o ISE estimula os agentes e estruturas do campo ao uso de tecnologia baseadas em BDAI.

Conforme é apresentado pela publicação,

Um notável avanço é o crescimento recente de serviços e ferramentas que usam o Big Data e a Inteligência Artificial (BDAI) para obter e disponibilizar informações úteis sobre o desempenho ESG de empresas de maneira concisa, consistente, comparável e oportuna. (B3, 2019d, p. 3).

As informações de sustentabilidade são disponibilizadas por provedores de BDAI, retiradas de “uma combinação de fontes de mídia on-line, materiais de pesquisa relacionados a aspectos ESG (como artigos acadêmicos, livros e outras publicações), dados do governo, relatórios de organizações não-governamentais, mídia social e informações autodeclaradas pelas empresas “ (B3, 2019d, p.15). Em seu formato não tratado, essas informações são consideradas dados, que passam por um processo de várias etapas, entre elas: triagem, captura, limpeza e estruturação dos dados para análise. E, embora cada provedor tenha seu próprio algoritmo, eles tendem a se basear nos quadros conceituais, em sua maioria SASB e UNGC, que fornecem padronização em termos de apresentação das informações (B3, 2019d):

Para saber quais dados coletar e como avaliá-los, os provedores de informações ESG precisam de referenciais (frameworks) conceituais para identificar o que é e o que não é relevante para entender os riscos, políticas, desempenho e impactos ESG. Nesse contexto, muitos provedores de informações ESG, incluindo aqueles abordados neste guia, utilizam frameworks existentes, desenvolvidos por outras entidades para ajudar a identificar quais informações coletar e como analisá-las. (B3, 2019d, p. 17).

Quando os provedores são questionados se estão atuando ou se comportando de forma compatível com algum framework de sustentabilidade ou ESG, ou algum aspecto deste, apenas a RepRisk e a Datamaran (2 dos de 4 provedores apresentados pelo ISE na publicação) confirmaram que as suas ferramentas sinalizariam tais empresas. Os outros provedores de informação afirmaram que suas ferramentas não apontariam tais empresas, mas que seus usuários, no entanto, seriam capazes de facilmente identificá-las (B3, 2019d, p. 17). Essa afirmação, demonstra que os modelos são largamente difundidos e bem conhecidos entre organizações e investidores e, portanto, poderão ser identificados de maneira fácil por

eles. Há uma padronização daquilo que é considerado relevante pela organizações, portanto, esquemas de classificações práticas para o que deve ser priorizado.

Essa facilidade na identificação de padrões denuncia padrões mentais de apreciação e classificação em torno da sustentabilidade, que passa a ser aderida pelo ISE e praticada por ele para orientar seus agentes e estruturas. Essa necessidade é também expressa a partir dos investidores, e se torna perceptível quando Luzia Hirata, representante do Santander Asset Management dialoga com Gleice Donini, representante da B3, durante um webinar. Ao ser questionada sobre “o melhor formato” para relatar informações ESG, a executiva responde “[...] temos acesso a uma série de documentos, mas que muitas vezes não estão objetivos e claros, a informação “não está na mão”, digamos assim” (B3, 2020c, on-line). Sua fala demonstra que essa aderência do ISE está também sob decisões que são tomadas nas lutas que se dão no campo, como uma resposta ao que é esperado pelos investidores que utilizarão o índice como formato de decisão. Na sequência, ela cita que há uma gama de banco de dados que fornecem informações disponíveis e eles “cruzam os dados” entre eles:

[...] os coletores de dados buscam as informações nos documentos que mencionei e, muita vezes, a padronização ou aquela informação que seja fácil para esses bancos de dados encontrarem é o grande desafio. Muitas vezes não temos toda a informação disponível que dificulta fazer comparações entre indicadores que são quantitativos e mais objetivos. Nós temos realmente que melhorarmos nesse ponto de comunicação [...] (B3, 2020c, on-line)

Na narrativa é expressa uma expectativa em relação à melhoria dessas informações, de maneira que seja apresentada para a análise do investidor e essa expectativa é intensificada pelo que o ISE incentiva em seu ambiente, de maneira que um jogo de forças se torne mais claro aos seus espectadores. “O mundo prático que se constitui na relação com o habitus como sistema de estruturas cognitivas e motivadoras é um mundo de fins já realizados, modos de empregos ou movimento a seguir [...]”, como afirma Bourdieu (2009, p. 88), as relações objetivas tomam forma por esses movimentos a serem seguidos, que emergem das necessidades de adaptações.

Na adequação do último questionário, que aconteceu entre os anos de 2020 e 2021, todas as dimensões dos questionários são revistas (B3, 2021i; 2021h) para atender aqueles que são provenientes do modelo teórico da SASB, assim como os provedores de BDAI que são fornecidos aos agentes do campo como instrumentos

de comparação e padronização sobre práticas de sustentabilidade. Nele, as novas dimensões adotadas em conformidade com os requisitos da SASB são: modelos de negócios e inovação; capital social; meio ambiente; capital humano e; governança corporativa. A dimensão de mudanças climáticas passa a ser avaliada por meio do CDP-Clima, uma outra estrutura mapeada no campo do ISE, que ganha relevância como padronização a partir dessa reformulação do questionário. Na visão geral sobre as adequações dos questionários 2021, é inserida uma característica de concretude, por meio da qual, espera-se das empresas listadas que: “as perguntas tratem de aspectos concretos e resultados, não só de intenções ou políticas. Sempre que possível, devem permitir respostas objetivas e/ou quantificáveis” (B3, 2021i, p. 4).

Bourdieu (2009, p. 87) afirma que

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-lo, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto de obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestrada sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Os modelos teóricos são fornecidos por estruturas que estão presentes no campo e participam da configuração do ISE B3. Ao orientar as práticas dos agentes, bem como estimular adaptações nas metodologias e ferramentas do ISE, acaba por exercer o papel de estrutura estruturante. Neste sentido, precedem a ação dos participantes do campo, atuando como um esquema prático sem intenção consciente, porém que segue determinada ação objetivamente regular e regulada. Regular no sentido de se repetir ao longo dos anos e regulada no sentido de estar sob as coações de forças e da violência simbólica do campo.

O *habitus*, é frequentemente citado na teoria de Bourdieu como aquilo que também propicia mudanças de regras e configurações do campo a partir do jogo de forças existente. Para que isso se torne possível, entretanto, é necessário que capitais sejam angariados por esses agentes de maneira que melhorem a sua posição e interfiram nas estruturas estruturantes. O que se vê no ISE é que frequentemente as estruturas provenientes do contexto internacional ocupam o espaço de dominação e de nomeação das práticas de sustentabilidade, estabelecendo modelos e ferramentas que já possuem as dimensões a serem seguidas, com perguntas que influenciam as organizações a partir de suas alternativas. Nota-se, portanto, que o

habitus, sob domínio de uma extensão internacional, se faz presente pela intermediação de padronizações, ferramentas, questionários e uma série de ordenações que tomam forma objetiva no campo.

No campo do ISE B3, o uso abrangente de modelos internacionais acaba por acarretar um isomorfismo de organizações, no sentido de exigir que cada vez mais os padrões de reporte em torno da sustentabilidade sejam parecidos, no sentido de simplificar, padronizar e tornar comparável. É notável que desde o início da história do ISE, a avaliação das empresas se dá por uma abordagem numérica e quantitativa dos questionários. Com o passar dos anos, entretanto, nota-se uma intensificação do processo que ganha extensão ao submeter-se a uma comparação de dados volumosos e complexos provenientes de diversas fontes, como relatórios organizacionais, pesquisas, dados sociais e assim por diante.

Agentes e estruturas que estão no campo, abarcam as estruturas estruturadas porque é partir desse domínio que conseguem angariar os capitais necessários para jogar o jogo do campo, não como uma forma calculada, mas porque são inculcadas como uma espécie de senso que lhes promovem as melhores chances quase que de forma automatizada de acordo com as condições objetivas do jogo:

Caso se observe regularmente uma correlação muito estreita entre as possibilidades objetivas cientificamente construídas (por exemplo, as possibilidades de acesso a este ou àquele bem) e as esperanças subjetivas (as motivações e as necessidades), não é porque os agentes ajustam conscientemente suas aspirações a uma avaliação exata de suas chances de êxito, à maneira de um jogador que regulariza seu jogo em função de uma informação perfeita sobre as possibilidades de ganho. Em realidade, pelo fato de que as disposições duravelmente inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades, liberdades e necessidades, facilidades e impedimentos que estão inscritos nas condições objetivas (e que a ciência apreende por meio das regularidades estatísticas como as probabilidades objetivamente ligadas a um grupo ou uma classe) engendram disposições objetivamente compatíveis com essas condições e de alguma forma pré adaptadas às suas exigências, as mais improváveis práticas que se encontram excluídas, antes de qualquer exame, na qualidade de impensável, por essa espécie de submissão imediata à ordem que inclina a fazer da necessidade virtude, ou seja, a recusar o recusado e a querer o inevitável (BOURDIEU, 2009, p. 89).

Por essa constatação, interpreta-se que o *habitus* do ISE, que passa por uma assimilação com o *habitus* de agentes e estruturas dominadas, respeita as ordenações provenientes de um mundo social dominado pelo capital econômico, que leva os ajustes de suas práticas formatados por uma série de modelos teóricos e padronizações internacionais — sendo estas, baseadas em sua mais pura simplificação e objetividade para que se torne comparável. Na fala de Adieliton Galvão

de Freitas, Gerente de Sustentabilidade na CEMIG, “o ISE lança tendências sobre a sustentabilidade [...] isso nos obriga enquanto empresas a internalizar essas práticas” (ABC ASSOCIADOS, 2019a), demonstrando que novas padronizações surgem como “novidades” no contexto de agentes e estruturas que precisam reproduzi-las, de maneira a se manter no ISE. Apesar disso, grande parte dessas tendências, provém de um mundo social, denunciando que o *habitus* do campo tem correspondência com estruturas estruturantes do macrocosmo.

A reprodução desta lógica, está presente no campo, porque compõe o investimento de agentes e estruturas ao serem admitidos pelo do campo. O interesse em fazer parte e obter o capital do campo, compreendido como a sustentabilidade empresarial, incentiva que agentes e estruturas participem destes jogos, aderindo às regras de participação. Vinculadas às grandes mudanças metodológicas dos questionários do ISE, **duas grandes rupturas** na movimentação de agentes e estruturas do campo também denunciam a existência de abalos na estruturas estruturantes do campo, que de forma objetiva se manifestam nas grandes propostas de mudança. A primeira delas, diz respeito ao encerramento de uma longa parceria com a FGV e com a GVces, que perdurou por 14 anos nos principais direcionamentos técnicos do campo. Sobre esse assunto, o ISE declara:

No ano em que completa 15 anos, o ISE B3 passará a ser conduzido diretamente pela B3, com apoio de parceiros técnicos externos, encerrando assim o vitorioso ciclo de parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVces), parceiro técnico que criou a metodologia do ISE e foi de inestimável valor em todo este caminho (B3, 2019c, p. 18).

Com isso, uma importante estrutura do campo do ISE B3, a FGV, tende a sair de cena, cedendo espaço para que novas estruturas ocupem esse espaço. Neste movimento, os pesquisadores da FGV, compreendidos como agentes do campo, inauguram uma nova frente institucionalizada com o capital científico, intelectual e linguístico necessário para liderar as transformações que se seguem no ISE:

Foi realizada a contratação de equipe para condução do processo seletivo e da metodologia e apoio à gestão da carteira, por meio da consultoria ABC Sustentabilidade, liderada por Aron Belinky e integrada também por Renato Moya e outros especialistas já conhecedores do processo (B3, 2019c, p. 19).

A ABC Associados é anunciada como o novo parceiro técnico que auxiliará as modificações do ISE e que tocará os processos seletivos de 2020 em diante. As modificações que são propostas ao longo das audiências públicas e

reformulações, passa a ser anunciada somente em 2021, quando ganha formato material na seleção da nova carteira teórica. Este movimento, denuncia uma forte movimentação dos agentes que, ao suceder no jogo do campo, obtém vantagens ao poder falar e representar pelo campo, auxiliando na configuração do seu *habitus*.

Ao mesmo tempo em que essa mudança significativa se dá, o CISE, conselho deliberativo do ISE que sempre foi destaque como soberano das decisões, passa a ser excluído por uma decisão da diretoria da B3. Neste cenário, com as grandes mudanças e adequações do ISE a uma ordem internacional sobre as práticas de sustentabilidade, representantes locais perdem seu espaço, uma vez que o CISE representa associações e instituições do mercado de capitais, bem como a sociedade civil (B3, 2019c; 2020e). De encontro com essa informação, o apoio da FGV, que sempre foi reconhecida por propiciar que o ISE fosse “capaz de oferecer credibilidade internacional, fornecer informações de qualidade e fazer avaliações baseadas em metodologias avançadas” (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 31-32), também foi dispensado.

Com base nessas duas movimentações, pondera-se que as relações de poder do campo do ISE B3 neste momento passam por grandes movimentações, no sentido de entregar diferentes configurações. A B3 se posiciona de maneira consolidada, de maneira que possa representar e falar pelo campo, ao mesmo tempo em que se associa a uma nova instituição capaz de representar “os novos tempos” que chegam ao ISE a partir das grandes reformulações nos critério de seleção.

As movimentações inscritas na configuração do ISE B3 ao longo de sua história demonstram que o *habitus* do campo

[...] define e se redefine continuamente na dialética da intenção de objetivação e da intenção já objetivada, da mesma maneira é pela confrontação entre as questões que não existem senão pelo e para um espírito armado de um tipo determinado de esquemas e de soluções obtidas pela aplicação desses mesmos esquemas, mas capazes de transformá-los, que se constitui essa unidade de sentido que, retrospectivamente, pode parecer ter precedido os atos e as obras anunciadoras da significação final, transformando retroativamente os diferentes momentos da série temporal em simples esboços preparatórios (BOURDIEU, 2009, p. 91).

Ao passo que as orientações em torno da sustentabilidade prossigam com os mesmo vieses conceituais em torno da priorização econômica, em prol da promoção do desenvolvimento sustentável — visão que é incentivada pelo ISE ao longo dos seus 16 anos de existência — nota-se que constantes rupturas e movimentos acontecem na configuração do *habitus* que formata o campo. Interpreta-

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs como objetivo geral “Descrever, a partir de orientações estabelecidas pela sociologia bourdieusiana, o ISE como um campo”. Para isso, apresentou um referencial teórico que contempla a tríade conceitual e a tríade teórica de Pierre Bourdieu, bem como referencial referente à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade nas organizações. Por último, abordou os investimentos socialmente responsáveis de maneira que fosse possível realizar uma associação entre esses três tópicos. Neste ponto, reside a primeira contribuição teórica alcançada por este trabalho.

Em pesquisa realizada em 2020 e 2021, não encontrou-se artigos ou publicações teóricas que relacionassem os temas de sustentabilidade, investimentos socialmente responsáveis e os índices de sustentabilidade. Para isso, esta pesquisa realiza com ineditismo essa associação para, então, realizar uma análise bourdieusiana sobre os temas apresentados. Estas relações, estão dispostas ao fim do capítulo teórico no argumento de pesquisa.

De forma a defender o ISE como um campo, o argumento de pesquisa se baseou na ideia de que há um amplo debate mundial em torno da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável motivado por uma crise ambiental. A partir disso, surgem instituições, ferramentas e instrumentos que padronizam o que deve ser priorizado em torno dos investimentos socialmente responsáveis, que passam a desenvolver e normatizar as práticas de sustentabilidade nas organizações. Estes intermediários exercem uma espécie de filtro sobre aquilo que é relevante para a sustentabilidade, inculcando agendas únicas sobre a temática (DOVERS, 1996; PIERRI, 2001; ANTOLÍN-LÓPEZ; DELGADO-CEBALLOS; MONTIEL, 2016; SCHALTEGGER et al., 2014; ESTY; CORT, 2017; CORT; ESTY, 2020; HILL, 2020; SARTORE, 2012).

Os índices, a partir deste cenário, compõem campos específicos que visam organizar e elencar carteiras teóricas de organizações que correspondem a estes instrumentos, de maneira que estabelecem escores e hierarquizações quantitativas sobre as atividades organizacionais. Dentro de um macrocosmo complexo sobre a sustentabilidade e os investimentos socialmente responsáveis, recorta-se este pequeno espaço de leis próprias de funcionamento, que é o ISE. O

ISE, enquanto este campo, compõe um espaço social permeado por agentes e estruturas que se organizam em torno de um interesse a ser percorrido, com isso, passa a ser dotado de esquemas de classificação e apreciação da realidade, que funcionam como disposições práticas para os participantes deste campo (BOURDIEU, 1983; 1989; 2004a; 2009).

De maneira a cumprir com o objetivo geral, elencou-se quatro objetivos específicos de maneira que fosse possível obter a descrição do ISE como um campo. Para tal, suas etapas estão previstas no capítulo de procedimentos metodológicos, em que foi proposto, em primeiro lugar, uma abordagem que rompe com o discurso da prática científica em que teoria e empiria são elencados como procedimentos distintos. Pela leitura bourdieusiana, a construção teórica já propõe rompimentos com senso comum, onde inicia-se o trabalho do pesquisador de construção de seu objeto (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010). Neste ponto, reside a segunda contribuição proposta por este trabalho, de propor reflexões acerca do desenvolvimento de pesquisas empíricas para a área de administração.

O ISE, é elencado como um caso único no cenário brasileiro e latinoamericano e, portanto, é justificado como objetivo de pesquisa. O posicionamento onto-epistemológico da pesquisa respeitou as lentes da sociologia bourdieusiana, em que se adota uma ontologia historicista e uma epistemologia histórica. Como perspectiva de compreensão da realidade, considera uma compreensão construtivista-estruturalista ou estruturalista-construtivista, em que se compreende a realidade material e objetiva, ao mesmo tempo em que contempla sistemas simbólicos (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010; BROADY, 1996; BORDIEU, 2004a).

Em resposta ao primeiro objetivo específico de “Contextualizar as narrativas do ISE sobre sustentabilidade, a partir de sua história” deu origem a dois subtópicos, sendo os itens 4.1 e o item 4.2 deste trabalho. No item 4.1, encontram-se informações objetivas sobre a composição do ISE de maneira a posicionar o objeto de pesquisa em seus principais aspectos de funcionamento.

No item 4.2 desta pesquisa, conta-se a história do ISE a partir de suas narrativas, de maneira a contextualizá-las. Para isso, os principais fatos na história do ISE são organizados em uma linha do tempo para a apresentação da sucessão de fatos que se deu ao longo dos 16 anos do campo. Na sequência, identificam-se três períodos históricos que marcam objetivos estratégicos e, portanto, direcionamentos

do campo em comum. O primeiro deles apresenta os primeiros cinco anos de existência do campo (2005 a 2010), quando as primeiras decisões sobre o projeto do ISE são tomadas pela Bovespa, ao associar-se com a FGV e com o IFC de maneira a dar realidade para o ISE. Neste período, o CISE também é constituído e as primeiras definições são tomadas em direção a posicionar o primeiro índice latinoamericano sobre sustentabilidade empresarial. Neste momento, a sustentabilidade é apresentada como uma nova abordagem para se fazer negócios, sendo utilizada como um conceito socialmente reconhecido por investidores e organizações. Ao mesmo tempo que propõe que as organizações sejam protagonistas de mudança, incentiva pequenos incrementos nos negócios, mantendo a lógica *business as usual* (BOVESPA, 2005; MONZONI, 2010; MARCONDES; BACARJI, 2010).

O segundo período elencado, contempla os anos precedentes ao aniversário de 10 anos do ISE (entre 2010 e 2016). Este período é marcado por um índice que já obtém o reconhecimento social e a credibilidade necessária para operar, entretanto, necessita aumentar o volume de investimentos. Para tanto, direciona seus esforços nas orientações sobre a sustentabilidade empresarial para promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, dedica-se a aumentar seus instrumentos de comunicação, de maneira que possa aumentar a demanda sobre a temática de duas formas: ao comprovar os ganhos com essa abordagem ao investidor; ao propor ferramentas que dialoguem com a sociedade e enfrentam a fragmentação teórica sobre o tema. Existe uma proposta de apresentar exemplos práticos e objetivos, mas acaba por esbarrar em contradições, que abrem margem para a interpretação de que o modelo sustentável para os negócios é falho em suas propostas (BM&F BOVESPA; FGV EAESP, 2012; 2016).

O terceiro período elencado precede o aniversário de 15 anos do ISE, como também é marcado pelas grandes mudanças que são anunciadas em 2021, por isso, compreende o período de 2016 a 2021. Os principais destaques para esse período estão em torno de grandes adaptações que são realizadas pelo ISE, em prol de padronizações internacionais sobre a sustentabilidade. A primeira delas é a adequação à Agenda 2030 e os ODS propostos pela ONU. A segunda adequação condiz ao incentivo de uso de provedores e BDAI como maneira de comparar as informações de organizações brasileiras com uma cenário internacional proveniente de diversas fontes de informação. Estes anos também são marcados por várias rupturas na organização do campo, que são abalados nas relações de força do campo.

Entre eles, o fim da parceria com a FGV e o início da parceria técnica com a ABC Associados; a extinção do CISE, enquanto soberano das decisões do ISE; a padronização das dimensões no formato da SASB; e, por fim, a adesão ao padrão CDP-Clima para a dimensão de Mudanças Climáticas. O que se obtém como reflexo dessas mudanças, são grandes modificações nos questionários do ISE que reforçam a submissão do ISE a uma ordem internacional através de padrões e adoção de linguagens comuns (B3, 2019a; 2019b; 2019c; 2019d; 2020a; 2020b; 2020c; 2021h; 2021i; 2020g).

De maneira a cumprir com o objetivo específico de “Mapear agentes e estruturas que compõem o campo em questão, recorreu-se aos conceitos e estruturas e agentes propostos por Bourdieu. O termo agente é empregado ao recusar os participantes do campo como mero sujeitos, uma vez que configuram o campo com capacidade de improvisação. Como agentes, elecam-se: Investidores; organizações listadas no ISE B3; o CISE (Conselho Deliberativo do ISE); organizações patrocinadoras; pesquisadores; e a sociedade Agentes, a depender do grau de influência, da quantidade de capitais e da hierarquização que ocupam no campo, podem exercer o papel de estruturas estruturadas. Neste caso, sua atuação é tão singular que interfere na ordenação simbólica do campo, de tal forma que fale por ele e o represente (BOURDIEU, 1983; 1989; 2004a; 2009). São elencados como estruturas: a IFC (International Finance Corporation); a FGV/ FGVces (Fundação Getúlio Vargas e seu Centro de Estudos em Sustentabilidade); a ABC Associados; o GRI (Global Report Institute); a KPMG; a ONU (Organizações das Nações Unidas); a SASB (O Sustainability Accounting Standards Board) e UNGC (United Nation Communications Group); os provedores de BDAI; o CDP (Carbon Disclosure Program); e a própria B3, antes representada por Bovespa e BM&F Bovespa. Esse mapeamento foi disposto na Figura 6 – Mapeamento de agentes e estruturas.

Para responder ao objetivo específico de “Distinguir os capitais do campo em debate”, considerou-se as propriedades atuantes e valorizadas no campo, que são utilizadas por agentes e estruturas para melhorar suas posições na hierarquização do campo. O seu sistema de diferenciação no campo geralmente acontece a partir de dois aspectos: o volume de capitais e; o peso relativo ou o valor que eles possuem (BOURDIEU, 1989; 2004a; 2007). Foram encontrados e distinguidos ao menos oito capitais no campo. São eles: o capital econômico; o capital social; o capital cultural; o capital tecnológico; o capital científico; o capital linguístico;

capital do campo e; capital simbólico do campo. Como ponto essencial desta parte da análise, destaca-se o capital do campo como a sustentabilidade empresarial, enquanto o capital simbólico, responsável por influenciar nas ordenações simbólicas do campo, como o capital econômico.

Por último, para “Compreender o *habitus* do ISE”, considerou-se as movimentações de capitais e as relações objetivas se dão entre agentes e estruturas do campo para identificar as disposições que são fornecidas pelo campo, que representam o seu *habitus* (BOURDIEU, 1989; 2009). Como estruturas mentais cognitivas e autorepresentativas no primeiro período histórico do ISE, compreende-se que o *habitus* do campo se dá na negociação entre organizações e na inculcação da sustentabilidade empresarial como nova abordagem de se fazer negócios; para tal, orienta por meio de seus questionários melhorias incrementais que se baseiam na introdução de planos e programas à rotina das organizações, como expressão de uma nova cultura empresarial. Para o segundo período histórico do ISE, o seu *habitus* é marcado pelas negociações entre investidores, bem como a busca pelo aumento da demanda sobre a sustentabilidade. Se utiliza da introdução de novas ferramentas de comunicação, bem como da publicação de estudos que valorizam e destacam os benefícios do ISE. Os esquemas práticos que são orientados pelo ISE, apresentam uma faceta de monetização das relações, atribuindo “preços” aos recursos naturais e humanos, que levam à interpretação de que há um “passe livre” para interferir no meio ambiente e nas comunidade em que as empresas atuam. Há também uma visão de que todos os processos do ISE são construídos de maneira coletiva. Por último, o terceiro período histórico é desestabilizado por uma série de mudanças nas relações de forças do campo. As estruturas cognitivas que são incentivadas no campo, são aquelas que correspondem aos padrões internacionais sobre a compreensão da sustentabilidade, no sentido de tornar-se comparável. Há uma extinção de modelos próprios de relatos, bem como da representação e instituições locais nas decisões do ISE.

A terceira contribuição elencada como justificativa na realização desta pesquisa consiste nas interpretações que se fazem possíveis ao se aprofundar em um recorte específico do espaço social, no caso do ISE. São propiciadas reflexões de como a sustentabilidade é orientada como prática das organizações por um estudo bourdieusiano. Ao acessar agentes e estruturas que coordenam a construção subjetiva e objetiva sobre este espaço, considerar as propriedades atuantes e como

as disposições são incorporadas, pôde-se interpretar que o ISE está sob forte influência de um mercado que possui regras mundializadas sobre o tema.

O ISE, como um recorte específico do espaço social, corresponde de forma bastante incisiva às regras de seu macrocosmo. Conforme a história contada a partir de suas narrativas, pode-se notar que desde o seu início não houveram mudanças significativas na maneira que compreende e que incentiva o conceito de sustentabilidade. Diversos instrumentos de comunicação, diferentes abordagens e linguagens são adaptadas para conversar com os diferentes participantes deste campo. Apesar disso, as premissas do desenvolvimento econômico como sinônimo de um crescimento desenfreado de atividades econômicas, seguem como principal objetivo a ser alcançado desde o seu primeiro período histórico, demonstrando que está sob domínio de poder e forças de determinadas estruturas sociais que organizam o mundo social, tal como ele é.

Considerando os aspectos de autonomização e diferenciação, os campos se configuram como um microcosmo, que possuem capacidades distintas de autonomização e diferenciação em relação ao macrocosmo. A autonomização acontece quando o campo consegue se libertar de pressões e ordenações simbólicas expostas pelo macrocosmo (BOURDIEU, 2004b). No caso, vislumbra constantemente a adequação de suas atividades àquilo que é exigido do seu macrocosmo, levando a crer que seu grau de autonomização é elevado. O domínio mundial financeiro, tende a controlar o que é incentivado e praticado pelo ISE B3 enquanto campo.

Esta pesquisa não se propõe a ser exaustiva sobre as interpretações e reflexões que são possíveis em torno do ISE, defendido como campo, tampouco em relação aos demais índices de sustentabilidade na orientação das práticas de sustentabilidade às organizações elencadas em suas carteiras teóricas. Para isso, incentivam-se novas pesquisas que consigam captar as relações de poder que se dão nestes campos, no sentido provocar reflexões em como a temática da sustentabilidade pode desviar-se das constantes barreiras que lhe são impostas, no sentido de ser autêntica em suas propostas de acordo com a realidade em que imputa.

REFERÊNCIAS

- ABC ASSOCIADOS. **Lançamento da 15ª Carteira do ISE B3**. Youtube, 02 dez. 2019a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2yxT5prMTL8&ab_channel=ABCAssociados. Acesso em 13 de julho de 2021.
- ABC ASSOCIADOS. **Primeiro Diálogo 15 anos ISE B3**. Youtube, 13 ago. 2019b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SkUN39D6rdA&t=15s&ab_channel=ABCAssociados. Acesso em 30 de junho de 2021.
- ABC ASSOCIADOS. Sobre. 2021. Disponível em: <https://www.abca.com.br/>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- ABC ASSOCIADOS. **Tutorial cadastro sistema ISE B3**. Youtube, 2020a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LWauLT6_3TI&ab_channel=ABCAssociados. Acesso em 27 de junho de 2021.
- ABC ASSOCIADOS. **Webinar | Webinar envio de evidências ISE B3 2019**. Youtube, 02 jul. 2019c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HiJTLeZTyew&t=4s&ab_channel=ABCAssociados. Acesso em 30 de junho de 2021.
- ABC ASSOCIADOS. **Webinar ISE B3 2020**. Youtube, 06 de abr. 2020b. Disponível em: [youtube.com/watch?v=XHqEI6siEjl&ab_channel=ABCAssociados](https://www.youtube.com/watch?v=XHqEI6siEjl&ab_channel=ABCAssociados). Acesso em 19 de julho de 2021.
- ANTOLÍN-LÓPEZ R, DELGADO-CEBALLOS J, MONTIEL I, Deconstructing Corporate Sustainability: a Comparison of Different Stakeholder Metrics, **Journal of Cleaner Production** (2016), doi: 10.1016/j.jclepro.2016.01.111.
- B3. **3º diálogo ISE B3**. Youtube, 27 de mai. 2020a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Jo8qbFLFkdE&ab_channel=B3 Acesso em 19 de julho de 2021.
- B3. **A experiência do ISE B3 na Agenda 2030 e nos ODS. 2019a**. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/ISEB3_e_Agenda2030-pdf.pdf . Acesso em 18 de setembro de 2021.
- B3. **Boletins Informativos. 2020b**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/boletim-informativo.htm. Acesso em 27 de julho de 2020.
- B3. **Comunicado: Saída da Vale da carteira 2019**. Fevereiro de 2019b. Disponível em: <http://iseb3.com.br/comunicado-saida-vale-da-carreira-2019-1>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.
- B3. **Diretrizes do índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3)**. Julho de 2021a. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/Diretrizes_ISE_B3.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2021.

B3. **ISE B3 | 4º diálogo.** TV B3, 14 mai. 2020c. Disponível em: <http://www.tvb3.com.br/Video/41c8391d-19e8-4ceb-b5c1-512ecd419d77> Acesso em 30 de julho de 2021.

B3. **ISE B3 | 5º Diálogo.** TV B3, 10 nov 2020d. Disponível em: <http://www.tvb3.com.br/Video/699b7872-a6d9-4c4d-8af9-54656a09a521>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

B3. **ISE B3 | Lançamento da Carteira 2021 e Fórum ISE 15 anos.** TV B3, 03 dez. 2020e. Disponível em: <http://www.tvb3.com.br/Video/478dd859-1228-4ab5-b566-a130e2ca2c48>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

B3. **Lançamento do processo do ISE B3 2019.** 2019c. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/Evento_de_lan%C3%A7amento_do_processo_ISE_2019_VF.pdf . Acesso em 14 de novembro de 2021.

B3. **Metodologia Do Índice De Sustentabilidade Empresarial (Ise B3).** Julho de 2021b. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/ISE-Metodologia-pt-br_vf.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2021.

B3. **Mundo ISE B3.** 2021c. Disponível em: <http://mundoise.iseb3.com.br/>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

B3. **Novos prazos para envio do questionário + evidências.** Julho de 2021d. Disponível em: <http://iseb3.com.br/novos-prazos-para-envio-do-questionario--evidencias>. Acesso em 11 de setembro de 2021.

B3. **O que é o ISE B3?.** 2021e. Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

B3. **Plataforma de Indicadores.** 2021f. Disponível em: <http://indicadores.iseb3.com.br/>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

B3. **Quem somos.** 2021g. Disponível em: http://iseb3.com.br/quem_somos. Acesso em 11 de setembro de 2021.

B3. **Questionário ISE B3 2020 - Versão Final.** 2020g Disponível em:< <http://iseb3.com.br/questionario-ise-b3-2020---versao-final>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

B3. **Questionário ISE B3 2021.** 2021h. Disponível em: <http://iseb3.com.br/questionario-ise-b3-2021>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

B3. **Usando Big Data e Inteligência Artificial para avaliar o desempenho corporativo em Temas ESG.** 2019d. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/Usando_Big_Data_-_2019.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2021.

B3. **Visão geral para o lançamento 2021:** novo questionário ISE B3. 2021i. Disponível em: <https://iseb3->

site.s3.amazonaws.com/Visao_geral_do_novo_questionario_ISE_B3-12ago2021-ok_2.pdf Acesso em 22 de setembro de 2021.

B3; CCSI. **Para progredir rumo aos ODS: compreendendo e aprimorando o papel da transparência empresarial na era do big data**. 2018. Disponível em: <http://iseb3.com.br/para-progredir-rumo-aos-ods-compreendendo-e-aprimorando-o-papel-da-transparencia-empresarial-na-era-do-big-data>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

BASTOS, L.; BIAR, L. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, v. 31, p.97-126, 2015.

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and reinvention of nature. **Organization Studies**, v.24, n. 1, p. 143-180, 2003.

BARTHES, R. *et al.* **Análise estrutural da narrativa**. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BEASY, K. Interpretations of sustainability beyond the middle class. *Australian Journal of Environmental Education*. 2019. 36. 10.1017/aee.2019.25.

BECKER, E.; MCVEIGH, P. Social Funds in the United States: Their History, Financial Performance and Social Impacts'. *In: FUNG, A., HEBB, T.; ROGERS, J. (Eds.) Working Capital: The Power of Labour's Pensions*. ILR Press: Ithaca, 2001. p. 44-67.

BELINKY, A. Em busca do investimento sustentável. **GV Executivo**, v. 18, n. 4, jul/ago de 2019

BIDERMAN, R.; MONZONI, M.; BRITO, R. Finanças sustentáveis e o caso do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. *In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operação Internacionais SIMPOI, 9, São Paulo, FGV-EAESP, 2006. Anais...* São Paulo: FGV-EAESP, 2006.

BM&F BOVESPA. **Glossário**. 2016. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/ISE_2016_-_GLOSSA%CC%81RIO_1.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2021.

BM&F BOVESPA; FGV EAESP. **Índice de Sustentabilidade Empresarial: ISE 10 anos**. 2016. Disponível em: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/ISE_10_Anos_-_2016.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

BM&F BOVESPA; FGV EAESP. **Metodologia do índice de sustentabilidade empresarial (ISE)**. Abril, 2015. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm. Acesso em: 27 de julho de 2020

BM&F BOVESPA; FGV EAESP. **O valor do ISE**. 2012. Disponível: https://iseb3-site.s3.amazonaws.com/O_Valor_do_ISE_-_2012.pdf . Acesso em 18 de setembro de 2021.

BORIM-DE-SOUZA, R.; SEGATTO, A. P. (Re)apresentando a teoria da gestão comparativa. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 3, p.359-367, 2015.

BORIM-DE-SOUZA, R. *et al.* Sustainable Development and Sustainability as Study Objects for Comparative Management Theory: Proposing Styles of Reasoning for an Unknown Metropole. **Cross Cultural Management: An International Journal**, v. 2, n. 2, p. 201-235, 2015.

BORIM-DE-SOUZA, R.; WOITAS, N. M. ZANONI, B.; CHIBA, J. H.F. Internationalisation and sustainability as a field: a contingent view of comparative management via Bourdieusian sociology. *Int. J. Comparative Management*, Vol. 1, No. 1, 2018

BORIM-DE-SOUZA, R.; ZANONI, B. L.; JAN-CHIBA, J.; BORINELLI, B. Organizations and sustainability: a field of knowledge. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 31, n. 2, p. 365-384, 2020.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. L'essence du néolibéralisme. **Le Monde Diplomatique**, março de 1998a. Disponível em <<https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BOURDIEU, P. O Campo Econômico. **Política & Sociedade**. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. N.6, p. 15-57, abril de 2005.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand S.A, 1989.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Tradução: Maria Ferreira. Revisão: Odaci Luiz Coradini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004b.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2008b.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Zouk, 2004.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BROADY, D. The epistemological tradition in French sociology. *In: Rhetoric and Epistemology. Papers from a Seminar at the Maison des sciences de l’homme in Paris*. 1996.

BROWN, M. H. Defining stories in organizations: characteristics and functions. *In: ANDERSON, J. Communication Yearbook* 13. New York: Routledge, 1990. p. 162 – 191.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Stakeholder**. 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/stakeholder> Acesso em 21 de setembro de 2021.

CARNEIRO, A.; BARROS, A. Uso de documentos para narrar a história de organizações: reflexões e experiências. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 30, p. 14-23, 2017.

CHIA, R. Ontology: organization as “world-making”. *In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. (Ed.). Debating organization: point-counterpoint in organization studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 98-113

CLEMENTINO, E.; PERKINS, R. How Do Companies Respond to Environmental, Social and Governance (ESG) ratings? Evidence from Italy. *Journal of Business Ethics*. 31 jan 2020, p.[1-19]. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04441-4>

COFFEY, A. Analyzing documents. *In: FLICK, U. The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. London: Sage Publications, 2014. p. 367-379

CRISÓSTOMO, V. L.; CARNEIRO, C. M.; GOMES, L. A. Análise da evolução da adesão de empresas ao índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Administração da UFSM**, v. 11, n. Ed. Especial Engema, p. 772-794, 2018

CUNHA, A. M.; GUEDES, G. B./ SÁ EARP, M. V. Mineração, desenvolvimento sustentável e o mercado de Investimento Socialmente Responsável (ISR): um estudo sobre a participação da Vale no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Rio de Janeiro: **CETEM/MCTIC** - Série Estudos e Documentos, 2019.

CZARNIAWASKA, B. **Narratives in Social Science Research: introducing qualitative methods series**. Sage Publications, 2004.

DOBBIN, F. The poverty of organizational theory: Comment on: “Bourdieu and organizational analysis”. **Theory and Society**, v. 37, p. 53-63, 2008.

DOVERS, S.R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

DYLLICK, T.; MUFF, K. Clarifying the Meaning of Sustainable Business: Introducing a Typology From Business-as-Usual do True Business Sustainability. **Organization & Environment**, v. 29, n. 2, p. 156-174, 2016.

EIDT, E. C.; COLTRE, S. M. Perfil das empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Caderno Profissional de Administração – UNIMEP**. v.8, n.1, 2018.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California management review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory And Society**, v. 37, n. 1, p.1-44, 2008.

EPSTEIN, E. The Corporate Social Policy Process: Beyond Business Ethics, Corporate Social Responsibility, and Corporate Social Responsiveness'. **California Management Review**, v. 29, n. 3, p. 99-114, 1987.

ESTY, D.; CORT, T. Corporate Sustainability Metrics :What Investors Need and Don't Get. *Journal of Environmental Investing*, v.8, n.1, 2017, p. 1- 43.

FUCHS, C. Critical Social Theory and Sustainable Development: The Role of Class, Capitalism and Domination in a Dialectical Analysis of Un/Sustainability. **Sustainable Development**, v. 25, n. 5, p. 443-458, 2017.

FUNG; H.G; LAW, S.; YAU, J. **Socially Responsible Investment in a Global Environment**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2010.

FTSE RUSSEL. Index overview: FTSE4Good Index Series. 2020. Disponível em: <https://research.ftserussell.com/products/downloads/FTSE4Good-brochure.pdf> . Acesso em 27 de jan. 2021.

GLOBAL SUSTAINABLE INVESTMENT ALLIANCE. 2018: Global Sustainable Investment Review. GSIA, 2018. Disponível em: http://www.gsi-alliance.org/wp-content/uploads/2019/06/GSIR_Review2018F.pdf . Acesso em 11 de jan., 2021.

HATCH, J. A. **Doing Qualitative Research in Education Settings**. USA: New York Press, Albany, 2002.

HILL, J. Environmental, Social and Governance (ESG) Investing: a balanced analysis of the theory and practice of a sustainable portfolio. New York, United States: Elsevier Academic Press, 2020.

HOANG, THINH & CUONG, HOANG & VU, NAM & NGUYEN, GIANG & NGUYEN, THANH. How can scientists and engineers contribute to organisational sustainability reform?. *Social Responsibility Journal*. 2020. 10.1108/SRJ-10-2019-0360.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p 38-52, 2005.

KLAPPER, R.; UPHAM, P. BLUNDEL, R.. Insider perspectives on growth: Implications for a nondichotomous understanding of 'sustainable' and conventional entrepreneurship. *Business Strategy and Environment*. Special Issue. 8 jul. 2020, p. 1–16.

KUZMA, E. L; DOLIVEIRA, S. L; ATAMANEZUK, M. J; CARDOSO, A. A. The financial profile of participating and non-participating companies in the ISE index of BM&FBOVESPA. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, p. 47-78, 2015

KPMG. Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes. KPMG Risky Advisory Service LTDA. Novembro, 2012. Disponível em: http://isebvmf.s3.amazonaws.com/documents/arquivos/38/Parecer_dos_audidores_independentes.pdf.

LANDRUM, N. Stages of Corporate Sustainability: Integrating the Strong Sustainability Worldview. **Organization & Environment**, v. 31, n. 4, p. 287-313,2017.

LARA, L. G. **Crescimento econômico e o discurso da sustentabilidade**: um estudo com empresas públicas com práticas de governança corporativa listadas no ISE BM&F Bovespa. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Positivo, Curitiba, PR, 2015.

LARA, L. G; OLIVEIRA, S.A. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 326-348, 2017.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. Mexico: Siglo XXI Editores, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEWGOY, J. Bolsa divulga empresas do índice de sustentabilidade de 2021. [Valorinveste.globo.com.br](https://valorinveste.globo.com.br). São Paulo, 01 de dez. 2020, 11:17. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2020/12/01/bolsa-divulga-empresas-do-indice-de-sustentabilidade-de-2021-veja-a-lista.ghtml>. Acesso em 13 de jan. 2020.

LUBIN, D.; ESTY, D. The Sustainability Imperative. **Harvard Business Review**, v. 88, n.5, maio de 2010, p. 42-50.

MACHADO, M.; MACHADO, M. A.; CORRAR, L. Desempenho do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da bolsa de valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 2, p. 24-38, abr./jun. 2009.

MAIA, V. M.; CARVALHO, F. P.; KLOTZLE, M. C; PINTO, A. C.; MOTTA, L. F. Fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Implica em maior rentabilidade? **Revista de Finanças Aplicadas**. v. 8, n. 1, p. 1-22, 2017.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE**: sustentabilidade no mercado de capitais. 1. ed. São Paulo: Report Ed., 2010.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. *In*: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001. p.31-56.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review: **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, nov. 1998.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research**: a guide do design ans implementation. San Francisco, USA: Jossey-bass, 2009.

MONZONI, M. Prefácio. *In*: MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE**: sustentabilidade no mercado de capitais. 1. ed. São Paulo : Report Ed., 2010. p. 6-12.

MUNCK, L. AND BORIM-DE-SOUZA, R. Sustainability and competencies in organizational contexts: a proposal of a model of interaction', *Int. J. Environment and Sustainable Development*, Vol. 11, No. 4, pp.394–411, 2012.

NUNES, T; NOVA, S.; CORNACCHIONE, E; GARCIA, S. Are sustainable companies less risky and more profitable? **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 47, n. 3, p. 422-435, jul./ago./set. 2012.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Papeles de población**, v. 6, n. 24, p.9-35, abr./jun. 2002.

ODM BRASIL. **Os Objetivos do Milênio**. 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

ORSATO, R. J.; GARCIA, A.; MENDES-DA-SILVA, W.; SIMONETTI, R.; MONZONI, M. Sustainability indexes: why join in? A study of the 'Corporate Sustainability Index (ISE)' in Brazil. **Journal of Cleaner Production**. xx, 2014, p. 1-10. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.10.071>

OSORIO, L.; LOBATO, M.; CASTILLO, X. A. Debates on sustainable development: towards a holistic view of reality. **Environment, Development and Sustainability**, v.7, p. 501–518, 2005. DOI 10.1007/s10668-004-5539-0

PIERRI, N. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. *In*: PIERRI, N.; FOLADORI, G. **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre**

el desarrollo sustentable. 1 ed. Montevideo, Uruguay: Trabajo y Capital, 2001. p. 27-75.

PINTO, E. Apresentação. *In*: MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE: sustentabilidade no mercado de capitais.** 1. ed. São Paulo : Report Ed., 2010. p.4-5.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; LEFF, E. Political Ecology in Latin America: The Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.35: p. 65-88, dez. 2015.

POSTONE, M.; LIPUMA, E.; CALHOUN, C. Introduction: Bourdieu and Social Theory. *In*: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. **Bourdieu Critical Perspective.** Cambridge: Polity Press, 1993. p. 1-14.

PRIMEIRO DIÁLOGO 15 ANOS ISE B3.13 de ago. 2019. ABC Associados. São Paulo: B3, 6 de dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SkUN39D6rdA>. Acesso em 13 jan. 2021.

PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENTS. Princípios Para O Investimento Responsável (PRI). United Nation Global Compact 2019. Disponível em < <https://www.unpri.org/download?ac=10969>> Acesso em 11 de janeiro de 2021.

QUIJANO. A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas** Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

REDCLIFT, M. **Development and the Environmental Crisis: Red or Green Alternatives?** Routledge, 2011.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. *In*: CLEGG, S.R; HARDY, C.; NORD, W.R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2007. p.61-97.

RIBEIRO, H. C. M.; SOUZA, M. T. S.; GOMES, N. Sustentabilidade e governança corporativa: um estudo da evidenciação de emissões de GEE das empresas listadas no ISE Bovespa. **REUNA**, v.19, n.5, p. 89-116, 2014.

RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences.** London: Sage, 2008.

SAM COMPORATE SUSTAINABILITY ASSESSMENT. CSA Companion 2020. 2020. Disponível em: https://portal.csa.spglobal.com/survey/documents/SAM_CSA_Companion.pdf Acesso em 28 jan. 2021

SARTORE, M. **A. Convergência de elites: a sustentabilidade no mercado financeiro.** Tese (Doutorado em Ciências sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SARTORE, M. A sociologia dos índices de sustentabilidade. **Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 169-187, 2012a.

SARTORE, M. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 451-464, set./dez. 2012b.

SASB. **Download SASB Standards**. 2021. Disponível: <https://www.sasb.org/standards/download/>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

SAUERBRONN, F. F.; SAUERBRONN, J. F.; PAULA, J. Uma discussão acerca dos fundos de investimento éticos à luz da literatura de responsabilidade social empresarial – considerações e proposta de agenda de pesquisas. **Perspec. Contemp.**, v. 4, n. 1, p. 52-80, 2009.

SCHALTEGGER, S.; WINDOLPH, S.; HARMS, D.; HÖRISCH, J. Corporate Sustainability in International Comparison State of Practice, Opportunities and Challenges. Springer, 2014.

STEINMETZ, G. Bourdieu, historicity, and historical sociology. **Cultural Sociology**, v.5, n. 1, p. 45-66, 2011.

SCOTT, W. R. Reflexions on a half century of organization sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 30, p. 1–21, 2004.

SPGLOBAL. **Dow Jones Sustainability Indices: DJSI index family**. Disponível em: <https://www.spglobal.com/esg/csa/indices/djsi-index-family> - Acesso em 27 jan. 2021.

TRIVIÑOS, A.. **Introdução à pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VAARA, E; ONENSHEIN, S.; BOJE, D. Narratives as Sources of Stability and Change in Organizations: approaches and directions for Future research. **The Academy of Management Annals**. v. 10, n. 1, p.495–560, 2016.

VAUGHAN, D. Bourdieu and Organizations: the empirical challenge. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 65-81, 2008.

VON ALBERTI-ALHTAYBAT, L. ; ALHATABAT, Z. ; AL-HTAYBAT, K. . Investigating the sustainability habitus: insights from Aramex’s sustainability practices and reports. Meditari Accountancy Research. 2020. 10.1108/MEDAR-08-2019-0545.

WACQUANT, L. J. D. Toward a Social Praxeology: The structure and logic of Bourdieu’s sociology. *In*: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: Polity Press, 1992.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: Duas dimensões uma ordem pessoal. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, 19, p. 95-110, nov. 2002

WARING, P.; LEWER, J. The Impact of Socially Responsible Investment on Human Resource Management: A Conceptual Framework. **Journal of Business Ethics**, v. 52, p. 99-108, 2004.

WILLIG, C. **Introducing qualitative research in psychology**: adventures in theory and method. 2. edition. Berkshire: Open University Press, 2008.

WOLIN, S.S. **Politics and Vision**: continuity and Innovation in Western Political Thought Expanded Edition. Princeton University Press, 2006.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCED. **Our Common Future**. 1987 Disponível em <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2020.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. “Deixa eu te contar uma coisa...”: possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p. 25-36, 2013.

ZALD, M. Organization Studies as a Scientific and Humanistic Enterprise: Toward a Reconceptualization of the Foundations of the Field. **Organization Science**. vol. 4, n. 4, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Temas abordados pelo Mundo ISE

Na plataforma interativa do Mundo ISE, encontra-se uma listagem dos temas abordados, conforme abaixo (B3, 2021c, s.p):

Quadro x - Abordagem dos temas do Mundo ISE

	Há problematização?	Exemplos práticos	Soluções objetivas/ pragmáticas
Adaptação às mudanças climáticas	Não há	mudança do regime de chuvas, a intensificação de eventos climáticos extremos, o aumento do nível dos oceanos, o aumento da acidificação dos oceanos, a diminuição da camada de gelo (que reflete parte da energia do sol e evita o aquecimento), a perda acelerada de espécies e a proliferação de doenças.	[...] é fundamental que as empresas realizem estudos que avaliem quanto estão expostas a esses riscos e quais suas vulnerabilidades frente aos possíveis (e cada vez mais prováveis) impactos das mudanças climáticas.
Agendas públicas	[...] vivemos em rede e estamos todos interligados por uma delicada teia, cujo equilíbrio depende ao mesmo tempo de todos e de cada um de nós.	As agendas públicas e coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável têm legitimidade da sociedade, pois seus objetivos e recomendações resultam de amplos processos participativos, que incluem o diálogo e o engajamento das partes interessadas	O exemplo atual mais importante e significativo a nível global são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados em setembro de 2015 por 193 países-membro da ONU, em substituição aos 8 Objetivos do Milênio, [...]
Água	As grandes concentrações urbanas, com intensa impermeabilização do solo e geração de grande carga de esgoto, muitas vezes sem tratamento adequado; a subtração da cobertura vegetal, a ocupação inadequada (e muitas vezes ilegal) de áreas de mananciais, que deveriam servir para recarregar os aquíferos, rios e reservatórios; o uso descuidado e o desperdício; a ineficiência de processos produtivos e as perdas nas redes de abastecimento agravam a situação hídrica.	soluções que só fazem sentido se encontradas e implementadas coletivamente: não adianta 'cavar um poço no seu quintal'; trata-se de uma solução paliativa, de curto prazo que pode até agravar a situação no longo prazo.	monitorar os indicadores de consumo, estabelecer metas de redução, procurar processos mais eficientes, fechar os ciclos (reusar a água), capturar água da chuva, apoiar projetos de restauração florestal e de recuperação de áreas degradadas, especialmente as margens de mananciais

Avaliação de impactos	A busca de crescimento econômico nas últimas décadas desencadeou uma série de impactos, alguns deles possivelmente irreversíveis	Alguns exemplos são a extinção acelerada de espécies, a perda de biodiversidade do planeta e o processo desertificação	Instituições como a International Organization for Standardization (ISO) , por meio de seus processos de certificação, como a série da ISO 14000, ISO 50000 ajudam as empresas a melhorar o processo de gestão e avaliação de impactos ambientais. Do lado social, normas e certificações como a OSHAS 18000, SA8000 e a ISO 26000 que ajudam as empresas a gerir seus impactos sociais, relacionados à saúde, segurança ocupacional, condições de trabalho, discriminação, entre outros.
Capitais materiais e capitais imateriais	Não há	Alguns exemplos de ativos intangíveis de uma empresa são as pessoas e suas competências, tais como seu conhecimento, habilidades e atitudes; os relacionamentos internos e externos; a cultura, a reputação, a percepção e o julgamento dos clientes e consumidores sobre a qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços; os sistemas de informação, as bases de dados, os procedimentos, entre outros	Não há
Cadeia de valor	O objetivo deste modelo é identificar os principais fluxos de processos dentro de uma companhia, entender de que forma eles estão interligados e como dependem uns dos outros de modo a fazer uma adequada e eficaz gestão de cadeia de valor, que é um diferencial competitivo da companhia	Não há	Não há

Combate à corrupção	Os impactos da corrupção são inúmeros, além das perdas financeiras, afeta a reputação das organizações, diminui a confiança no ambiente de negócios e prejudica diretamente a sociedade, pois desvia recursos que poderiam ser usados em benefício de todos.	as normas internas e o arcabouço regulatório que rege o tema e as relações com o poder público; as áreas ou profissionais responsáveis por promover sua implementação; os mecanismos de monitoramento e fiscalização, auditoria interna e externa, do seu cumprimento e as medidas a serem adotadas em casos de descumprimento.	Não há, fala-se em “É essencial que a empresa engaje seu público interno, bem como seus parceiros comerciais, para alcançar este objetivo.”
Combustíveis fósseis	Sua combustão gera uma série de subprodutos, substâncias químicas estranhas à biosfera e muitas nocivas ao homem. O problema é, portanto, a intensificação do efeito estufa devido ao aumento da concentração de GEE, a partir de atividades humanas.	Aumento de gases do efeito estufa GEE	descarbonizar' a economia reduzindo a dependência desse tipo de fonte de energia. Para isso é preciso financiar a pesquisa e o desenvolvimento de novas fontes de energias, que sejam renováveis e cujos impactos sociais e ambientais sejam menores, tais como a energia solar, geotérmica, eólica, das marés e biocombustíveis.
Compromisso com o desenvolvimento sustentável	Não há	respeito aos direitos humanos, às relações saudáveis no ambiente de trabalho, à valorização da diversidade e o combate à discriminação. Podem também estar associados a temas específicos, como o combate à corrupção, à exploração sexual de crianças e adolescentes e ao desmatamento, ou à promoção da justiça social e da equidade, à proteção dos direitos de pessoas mais vulneráveis e à conservação de florestas e mananciais, entre muitos outros.	ODS é citado como exemplo para referência
Condições de trabalho	A forma como as sociedades se organizaram e se sustentam varia ao redor do mundo e, ao longo da história, o ser humano foi, muitas vezes, visto apenas como uma fonte de recursos a ser explorada.	s empresas devem estar atentas às condições de trabalho que oferecem, identificando e não permitindo situações que exponham os trabalhadores a riscos que gerem impactos negativos de natureza física e/ou psicológica. Devem garantir a saúde e a segurança do trabalhador, bem como a qualidade do ambiente de trabalho	Não há - Para tal, entre outras ações, as empresas devem verificar a satisfação dos seus funcionários em relação ao ambiente de trabalho, estimular condutas éticas e respeitadas, oferecer uma remuneração justa e compatível com o custo de vida do local e considerar a diferença entre o maior e menor salário aplicado como forma de buscar maior equilíbrio e a inclusão social.

Conduta ética	Não há	O ISE refere-se ao código de conduta, entendido como um documento 'que deve abranger o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.	Não há - apresentar os valores da empresa, os princípios e definir o comportamento esperado de seus funcionários seja no relacionamento com <i>stakeholders</i> internos e externos'.
Consumo consciente e estilos de vida saudáveis	Algumas empresas oferecem produtos e/ou serviços que, mesmo se usados de acordo com as orientações, podem provocar danos à integridade física e/ou psicológica de seus usuários, de terceiros próximos a eles ou ainda da sociedade de forma geral	Considerar aspectos sociais e ambientais nas decisões de compra; adotar sempre a estratégia dos 4R (repensar, reduzir, reusar e reciclar); conhecer e valorizar práticas de responsabilidade socioambiental das empresas na hora de adquirir produtos e serviços [...]	Não há
Desenvolvimento local	Durante muito tempo grande parte das empresas adotaram uma atitude voltada exclusivamente ou prioritariamente aos interesses de seus acionistas, isto é, procurando atender os interesses de um único <i>stakeholder</i> em detrimento de todos os demais, sejam eles seus funcionários, fornecedores, clientes, comunidades e sociedade. Essa postura contribuiu com o grande desequilíbrio econômico, social e ambiental que nos encontramos atualmente. Essa visão e perspectiva foram, em grande parte, também responsáveis por grandes acidentes com fortes impactos sociais e ambientais.	Dessa forma, agem com cuidado ao se instalar, procurando entender as necessidades, desejos e expectativas das comunidades, procuram identificar os impactos que suas atividades podem causar e procurar minimizá-los ou mesmo mitigá-los	Não há
Desenvolvimento limpo	As sociedades industrializadas se baseiam em um modelo linear de extração – transformação – consumo – descarte. Isso significa que tudo o que produzimos e consumimos acaba gerando subprodutos que não são aproveitados.	Existem vários tipos de poluentes cujos efeitos nocivos são bem conhecidos, entre eles se destacam: as dioxinas, o mercúrio, o chumbo, o benzeno e os poluentes orgânicos persistentes (POP), substâncias que permanecem no meio ambiente e não são degradadas nem pela ação química, biológica ou fotolítica (da luz do Sol).	Não há - mitigar os impactos existentes, buscando o uso sustentável dos recursos naturais, a adoção de processos de produção mais limpa e a redução da poluição.

Direitos humanos	[...]há ainda casos de violação dos direitos humanos no ambiente de trabalho. A visão do trabalhador como um 'recurso a ser explorado' [...]	[...] persistem casos de trabalho compulsório, análogo à escravidão ou em condições degradantes.	Proteger (a obrigação dos Estados de proteger os direitos humanos), respeitar (a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos) e reparar (a necessidade de que existam recursos adequados e eficazes, em caso de descumprimento destes direitos pelas empresas). [...] É também fundamental trabalhar na conscientização, sensibilização e educação sobre esse tema, por meio de palestras, cursos, campanhas e capacitação; elaboração de cartilhas e engajamento de fornecedores e outros públicos-chave nesse movimento.
Ecoeficiência	O aumento da população e do consumo nas últimas décadas intensificou o processo de extração desses recursos, colocando forte pressão sobre o meio ambiente e levando ao risco de escassez alguns recursos em determinadas regiões.	Usar os recursos de maneira inteligente, para fins realmente necessários e sem desperdícios, buscando 'fazer mais com menos', isto é, de 'maneira ótima	Utilizar o menor número de recursos possível, e aqueles com menor impacto, em seus insumos e processos produtivos. Também devem estar cientes dos subprodutos gerados por suas atividades
Educação para a sustentabilidade	Não há	Entre os temas destacam-se direitos fundamentais; valorização da diversidade; combate ao preconceito e discriminação; transparência; governança corporativa ; preservação do meio ambiente; uso eficiente de recursos naturais; consumo consciente ; medidas para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas ; riscos e oportunidades; limites ecológicos e serviços ecossistêmicos .	Programa voltado à educação

Energia	É bem conhecida e debatida a dimensão dos impactos sociais e ambientais, em grande parte irreversíveis, da construção de grandes barragens para a geração de energia hidrelétrica.	[...] é bastante vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, que interferem no regime de chuvas em termos de volume de precipitação e/ou na extensão dos períodos úmidos e seco.	[...] processos de gestão adequados, conhecer as fontes de energia e os seus usos; monitorar com indicadores específicos e estabelecer metas de redução ou ampliação de uso; buscar substituir produtos e processos pouco eficientes por outros mais ecoeficientes; que também reduzam o consumo de energia. Além disso, as empresas devem considerar a adoção de fontes alternativas de geração de energia.
Engajamento com	Não há	Não há	Não há – [...] identificar, dialogar, envolver e considerar as partes interessadas é uma demonstração de respeito à sociedade
Estratégia empresarial	Não há	Não há - Isso implica em assumir compromissos e ter uma forma de atuação que valorize a criação de valor no longo prazo	Não há - Decisões como as relacionadas a novos investimentos; a continuidade, descontinuidade ou o desenvolvimento de produtos e serviços; novos processos ou o aprimoramento dos existentes, devem ser guiados pela visão sustentável da empresa.
Gestão sustentável	Esses pactos ou compromissos, em geral, apresentam uma série de princípios que devem ser traduzidos para a gestão	Não há	A partir desta estrutura, devem ser definidos os objetivos e um conjunto de indicadores nas diferentes dimensões da sustentabilidade
Governança	Em contextos mais complexos, onde nem sempre os incentivos são adequados, o poder é concentrado e os interesses são muitas vezes divergentes, emergiu a necessidade de estabelecer um conjunto de boas práticas para, por exemplo, evitar conflitos entre os proprietários (acionistas, sócios das empresas), os executivos (administradores da empresa) e proteger os interesses da empresa.	Não há	Um guia de boas práticas em Governança Corporativa 'converte princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade'. Os princípios que norteiam a boa GC são: transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa.

Inovação para sustentabilidade	Na perspectiva das empresas é necessário revisitar seu posicionamento frente aos desafios globais, buscando romper com modelos 'antigos', ligados ao ' <i>business as usual</i> ', que contribuíram para chegarmos ao estado atual	Não há	A transição para uma economia de baixo carbono, os negócios sociais, os investimentos de impacto, a economia circular, o compartilhamento de bens e serviços podem ser exemplos de inovações com sustentabilidade, disruptivas e que podem trazer soluções.
Investimento mais sustentável	A sustentabilidade é o 'imperativo moral e econômico do século 21' e para avançar nesse sentido é preciso adotar medidas e incentivos que mobilizem o fluxo de capitais para atividades e setores que contribuam com o desenvolvimento sustentável.	O setor financeiro evoluiu bastante nos últimos anos, tendo sido desenvolvidos vários compromissos e diretrizes como os "Performance Standards" da IFC; os "Princípios do Equador", voltado para o financiamento de grandes projetos (" <i>Project Finance</i> "); os Princípios para o Investimento Responsável (PRI); os Princípios para o Seguro Responsável (PSI), a "Declaração do Capital Natural", entre outros.	[...]o sistema de preços precisa evoluir para considerar as externalidades sociais e ambientais de produtos, para que estimulem o mercado de forma adequada, valorando os ativos de modo que sejam incluídas essas externalidades.
Mitigação das mudanças climáticas	Existem fortes evidências científicas, como identificadas nos relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) de que as mudanças climáticas são de natureza antrópica [...] O combate ao desmatamento, por exemplo, é considerado elemento-chave para a redução das emissões brasileiras e o atingimento das metas.	O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% e 38,9% com base nas emissões projetadas até 2020, estimada em 3,236 GtCO ₂ eq (gigatoneladas de gás carbônico equivalente). Em termos absolutos, isso correspondente a uma redução entre 1,168 GtCO ₂ eq e 1,259 GtCO ₂ eq.	O combate ao desmatamento, por exemplo, é considerado elemento-chave para a redução das emissões brasileiras e o atingimento das metas. É preciso o comprometimento de toda a sociedade e em especial das empresas, pois grande parte das emissões resultam do setor produtivo. Da mesma forma, é preciso que as empresas elaborem seus inventários de emissões, identifiquem as maiores fontes de emissão e busquem, sistematicamente reduzi-las, seja pela modificação dos processos existentes (maior eficiência) seja pela implementação de novos processos, substituição de matérias-primas e adoção de fontes de energia alternativa, entre outra

Privacidades das informações	Dado seu poder econômico e técnico, e graças ao avanço da tecnologia da informação, as empresas são capazes de armazenar e analisar esse conjunto de informações (<i>Big Data</i>), o que lhe confere condições excepcionais para direcionar seu relacionamento ou, de alguma forma, induzir o comportamento de uma pessoa ou de um grupo	Implantação de sistemas de segurança que evitam o acesso ou apropriação indevida das informações por terceiros; solicitação prévia aos clientes/consumidores para utilização de seus dados para qualquer uso que não apenas os essenciais à relação comercial existente; disponibilização de meios simples e eficazes para que o consumidor possa requerer a interrupção no uso de seus dados para fins comerciais, a qualquer tempo, mesmo que os tenha autorizado anteriormente.	implantação de sistemas de segurança que evitam o acesso ou apropriação indevida das informações por terceiros; solicitação prévia aos clientes/consumidores para utilização de seus dados para qualquer uso que não apenas os essenciais à relação comercial existente; disponibilização de meios simples e eficazes para que o consumidor possa requerer a interrupção no uso de seus dados para fins comerciais, a qualquer tempo, mesmo que os tenha autorizado anteriormente.
Produtos e serviços mais sustentáveis	Não há.	Não há	[...]as empresas podem se comprometer a gerar impactos cujo balanço seja significativamente positivo por meio das suas atividades. As empresas têm capacidade e recursos (sejam eles financeiros, humanos ou intelectuais) para desenvolver e oferecer produtos e serviços com características que sejam favoráveis e que contribuam com a sustentabilidade.
Produtos nocivos	Alguns produtos, mesmo se utilizados seguindo as orientações expressas do fabricante, podem prejudicar seus consumidores e pessoas próximas a eles (terceiros) – são os chamados impactos pessoais	[...] indústria tabagista; as bebidas alcoólicas; as armas e os derivados de combustíveis fósseis, [...]	Uma vez mapeados, as empresas devem em primeiro lugar, comunicar claramente a existência desses riscos e impactos para que o próprio usuário possa fazer uma escolha consciente e se proteger. Nesse sentido, a empresa deve realizar, promover ou apoiar a realização de pesquisas que ajudem a identificar e comprovar a existência ou não de riscos e impactos pessoais ou difusos.
Respeito à lei e compliance	Não há	o setor financeiro, por exemplo, além de seguirem as normas reguladas pelo Banco Central, as instituições financeiras podem aderir voluntariamente ao <u>Sistema Brasileiro de Autorregulação Bancária</u> , desenvolvido pela FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos - para responder a demandas da sociedade frente ao setor.	As empresas comprometidas com a visão sustentável devem não só obedecer à legislação regulada pelo Estado e respeitar a autorregulação, mas também serem protagonistas na organização dessa autorregulação.

Respeito aos direitos dos mais fracos	As empresas detêm os meios de produção, o capital financeiro e estão no comando das decisões estratégicas . Estas decisões podem afetar negativamente as partes interessadas com menor 'poder de barganha', quando seus interesses e necessidades não são considerados e respeitados.	Índios indígenas e populações ribeirinhas são exemplos de atores de interesse com menor poder de negociação que devem ser consultados caso estejam nas imediações da área de produção da empresa, fomentando uma maior simetria entre as partes.	As empresas devem construir mecanismos de diálogo com as comunidades locais que permitam a elas colocar suas demandas e necessidades que garantam seus direitos básicos.
Responsabilidade	[...] a ação voluntária de indivíduos, igrejas, grupos ou famílias também cumprem o papel de financiar essas agências, mas as corporações podem garantir uma infraestrutura de governança e de avaliação dos impactos desse financiamento de forma bastante estruturada.	[...] projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público são chamados de Investimento Social Privado (ISP) empresarial. O ISP inclui doações filantrópicas feitas pelas companhias, apoio a projetos de organizações sem fins lucrativos	Não há.
Riscos socioambientais	Os riscos são inerentes às atividades humanas sendo praticamente impossível eliminá-los e, do ponto de vista dos negócios, eles precisam ser bem gerenciados.	Isto quer dizer que os riscos relacionados ao processo produtivo como acidentes, vazamentos, contaminação, podem ser evitados e praticamente eliminados desde que se tenha um processo adequado e eficiente de gestão de riscos. Um exemplo típico, que afeta a reputação da empresa, e pode ter impactos legais e financeiros significativos, é a presença de condições de trabalho degradantes na cadeia de fornecedores.	Não há

Serviços ecossistêmicos	A deterioração física dos ecossistemas, a destruição de habitats, a extinção de espécies e a perda de biodiversidade, o acúmulo de substâncias estranhas à biosfera (como por exemplo acúmulo de fósforo e nitrogênio na água – rios, lagos e oceanos) são fatores que reduzem a oferta dos serviços ecossistêmicos que beneficiam os seres vivos, especialmente os seres humanos que dependem, inclusive economicamente, deles.	água doce, alimentos, madeira, fibras, fitoterápicos (serviços de provisão); a regulação do clima, a qualidade do ar, a purificação da água, a regulação dos níveis de água (enchentes) e o controle da erosão, a decomposição de resíduos, a polinização (serviços de regulação); o ciclo de nutrientes bioquímicos (como Fósforo e Nitrogênio), a formação dos solos e outros processos naturais necessários para a manutenção dos demais serviços (serviços de suporte) e valores estéticos, espirituais e religiosos, recreação e ecoturismo (serviços culturais).	Em partes - Existem muitas ações possíveis que as empresas podem fazer a fim de proteger os ecossistemas e os serviços ecossistêmicos, como o apoio à conservação e o pagamento por serviços ambientais.
Transparência	Não há	A empresa deve ser transparente quanto à sua identidade (visão, propósitos, princípios e valores), compromissos, objetivos, metas, indicadores, impactos, riscos, desafios e oportunidades de suas atividades, entre outras informações que possam ser relevantes	É preciso haver consistência entre as várias formas e diferentes canais com as quais a empresa informa e presta conta das suas ações: políticas, relatórios, internet e instrumentos de propaganda e marketing.
Visão de Mundo Sustentável	A adoção de uma visão sustentável põe em cheque o atual modelo linear de extração, produção, consumo e descarte, que pode até fazer sentido em ciclos de curto prazo e locais, mas não na perspectiva de longo prazo e de um mundo altamente conectado, pois esbarra em limites físicos e compromete o equilíbrio do sistema.	Não há	Não há

Fonte: B3, 2021c, on-line

APÊNDICE 2 – Frameworks de sustentabilidade

O Pacto Global da ONU e o modelo UNGC

Este modelo estabelece dez princípios para a sustentabilidade, são eles (B3, 2019d, p. 18)

- **Princípio 1:** As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
- **Princípio 2:** Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
- **Princípio 3:** As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; e
- **Princípio 4:** a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e
- **Princípio 5:** a abolição efetiva do trabalho infantil; e
- **Princípio 6:** a eliminação da a discriminação no emprego.
- **Princípio 7:** As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; e
- **Princípio 8:** desenvolver iniciativas para promover
 - maior responsabilidade ambiental; e
- **Princípio 9:** incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
- **Princípio 10:** As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina

Sustainability Accounting Standards Board SASB

Este modelo estabelece padrões de medição de sustentabilidade para 77 diferentes setores e indústrias, que está disponível em seu website para download. Estas perguntas são organizadas a partir de cinco dimensões, sendo elas (B3, 2019d; SASB, 2021):

- Meio Ambiente
- Capital social
- Capital humano
- Modelo de Negócios e Inovação
- Liderança e Governança